

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Carlos Alexandre Barros Trubiliano

**A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e
culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)**

FRANCA – SP
2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Carlos Alexandre Barros Trubiliano

**A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e
culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Franca, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Agência Financiadora: FAPESP

Orientadora: Professora Dra. Márcia Pereira da Silva

FRANCA – SP
2014

Trubiliano, Carlos Alexandre Barros

A cidade em transformação: formação urbana,
desenvolvimento e culturas políticas em Campo Grande
(1905-1939) / Carlos Alexandre Barros Trubiliano.

– Franca: [s.n.], 2014

252 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Márcia Pereira da Silva

1. Urbanização – Campo Grande (MS). 2. Política urbana.
3. Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. 5. Elites
(Ciências Sociais). I. Título.

CDD – 981.72

CARLOS ALEXANDRE BARROS TRUBILIANO

**A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e
culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito
para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de Pesquisa: História e Cultura Política

Agência Financiadora: FAPESP

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Dra. Márcia Pereira da Silva

1º Examinador: _____
Dr. Carlos Martins Júnior

2º Examinadora: _____
Dra. Rosa Ester Rossini

3º Examinadora: _____
Dra. Margarida Maria de Carvalho

4º Examinadora: _____
Dra. Virginia Célia Camilotti

Franca, 02 de Outubro de 2014.

Ao professor Carlos Martins Júnior, pelas aulas de História.

AGRADECIMENTOS

Os resultados apresentados nesta tese foram obtidos ao longo da minha pesquisa de doutoramento, entre os anos de 2011 e 2014, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Franca. Durante esse período, contei com bolsa de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), instituição à qual agradeço imensamente pelo indispensável apoio financeiro.

Agradeço à minha orientadora, Márcia Pereira da Silva, pela confiança em meu trabalho e incentivo.

À minha companheira Laura Massunari, pela paciência em ler e ouvir as várias versões deste trabalho.

Aos amigos Gilmara Franco, Alisson Cirqueira, Rafael Alonso, Fausto Scott, Aparecido Cardoso, Jean Carillo, Fabrício Trevisan, Helena Papa, Rubens Arantes, Francismary Alves, João Moinho, Flavine Miranda, Leandro Duarte, Joana Darc, Diego Paes, Levi Carneiro, Thiago Carvalho, Rodrigo Godoi, Roseline Mezacasa, Gustavo Azuaga, Sócrates Fernandes, Fernanda Nágela, Márcio Kazuo, Alan de Leão e Bruno Torquato, pelo companheirismo durante a jornada traçada para esta pesquisa.

Aos professores do programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca.

Aos servidores dos Arquivos pesquisados, em especial ao arquivista Jean Stringheta, do Arquivo Histórico de Campo Grande, e às historiadoras Carolina Viotti, do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa/Franca, e Madalena Greco, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, pelo valoroso auxílio na coleta de fontes.

Aos colegas do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, campus de Rolim de Moura.

Enfim, a todos que contribuíram, de forma direta ou indireta para o desenvolvimento desta tese, **MUITO OBRIGADO!**

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)**. 2014. 252f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMO

A presente pesquisa diz respeito ao processo de modernização da cidade de Campo Grande, entre os anos de 1905 a 1939. Trata, mais especificamente, de como o desenvolvimento citadino, impulsionado pela construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, resultou na composição de uma elite política formada por dois grupos: os pecuaristas, detentores de capital econômico, e os “doutores,” que chegaram à localidade atraídos pelas possibilidades de ascensão política e vantagens econômicas advindas com os trilhos. Assim, a análise aqui apresentada buscou compreender de que maneira, no (re)arranjo das elites campo-grandenses, foram fomentadas políticas de ordenamento do espaço, como os Códigos de Posturas de 1905 e de 1921 e o Plano de Alinhamento de Ruas e Praças, que serviram para assentar os distintos agentes sociais, em especial os grupos marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: República; Ordenamento Social; Desenvolvimento; Urbanização; Campo Grande.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)**. 2014. 252f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

ABSTRACT

This research refers to the modernization process of the city of Campo Grande between the years 1905 and 1939. It shows, more specifically, how the city development, driven by the construction of *Ferrovias Noroeste do Brasil*, resulted in the composition of a political elite formed by two groups: the ranchers, owners of economic capital, and "doctors", who came to the city attracted by the possibilities of political rise and economic advantages resulted of the rails. Thus, the analysis presented here was to understand how in the (re) arrangement of *campo-grandense* elites were promoted spatial planning policies, such as the Posture Codes of 1905 and 1921 and the Alignment Plan of Streets and Squares, which served to lay the different social agents, in particular marginalized groups.

KEYWORDS: Republic, Social Planning, Development, Urbanization, Campo Grande.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)**. 2014. 252f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMEN

La presente investigación ahonda en el proceso de modernización de la ciudad de Campo Grande, en un periodo de tiempo comprendido desde el año 1905 hasta 1939. El estudio se centra, más específicamente, en el desarrollo de la ciudad impulsado por la construcción del Ferrocarril del Noroeste de Brasil, que dio lugar a la composición de una élite política formada por dos grupos: los ganaderos, poseedores de capital económico y los llamados "doctores". Ambos llegaron a la ciudad atraídos por las posibilidades de ascenso político y las ventajas económicas resultantes por el nuevo canal ferroviario. Por lo tanto, el siguiente análisis, busca la manera de entender como la (re) organización de la élite campo-grandense, fomentó políticas como la ordenación del entorno, que se muestra en los Códigos de Conductas de los años 1905 y 1921, al igual que el Plan de ordenación de Calles y Plazas, que sirvieron para asentar los diferentes actores sociales, en particular, el perteneciente a los grupos marginados.

PALABRAS-CLAVE: República; Planificación Social; Desarrollo; Urbanización; Campo Grande

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACMCG – Arquivo da Câmara Municipal de Campo Grande

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso

APMS – Arquivo Público de Mato Grosso do Sul

ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande

BPRAM – Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda

CDR/UFGD – Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados

CEDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa/Assis

CEDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa/Franca

CEFNOB – Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

IHGMS – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

ISA – Instituto Socioambiental

MIS – Museu da Imagem e Som de Mato Grosso do Sul

Muhan – Museu de História do Pantanal

NOB – Noroeste do Brasil

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Comitiva atravessando o Rio Aquidauana	22
Imagem 2: Equipe de Karl Von Den Steinen na expedição de 1884	32
Imagem 3: Vapores da Cia. Vierci Hnos no Rio Paraguai.....	34
Imagem 4: Expedição no Pantanal. Comissão Rondon: 1905-1921.....	35
Imagem 5: Corumbá - Vendedor de buchos.....	41
Imagem 6: Índios Guató.....	41
Imagem 7: Vista da cidade e Cais do Porto de Corumbá.....	48
Imagem 8: Corumbá - Vista parcial do Porto.....	48
Imagem 9: Carros de boi em frente a uma Casa Comercial.....	49
Imagem 10: Chegada da locomotiva nas imediações de Campo Grande	74
Imagem 11: Engenheiro Sylvio Saint-Martin	81
Imagem 12: Construção da NOB	91
Imagem 13: Construção da NOB	91
Imagem 14: Construção da NOB	91
Imagem 15: Construção da NOB	91
Imagem 16: Acampamento da NOB no sul de Mato Grosso	94
Imagem 17: Aldeia Kaingang na região de Araçatuba (SP).	97
Imagem 18: Indigenista estabelecendo contato com os Kaingang na região de Araçatuba (SP).....	97
Imagem 19: Chefe Kaingang Rerim enrolado na Bandeira do Brasil	100
Imagem 20: Grupo de índios Kaingang no Posto Indígena de Nacionalização Vanuire	100
Imagem 21: Trabalhadores da NOB na região do Pantanal	102
Imagem 22: Acampamento dos trabalhadores em Salobra	102
Imagem 23: Operários da NOB. Terena.....	102
Imagem 24: Índios Kaingang e Terena em um campo de futebol	103
Imagem 25: Família Kaingang aldeada	104
Imagem 26: Índia Caingang	104
Imagem 27: Tabela de preços dos lotes da The San Paulo Land Company	106
Imagem 28: Propaganda da venda de lotes da The San Paulo Land Company	106
Imagem 29: Propaganda da The San Paulo Land Company em italiano	108
Imagem 30 Família germânica assentada em Terenos.	122
Imagem 31. Escola de imigrantes japoneses	122
Imagem 32: Trabalhadores de Campo Grande.....	126

Imagem 33: Manoel Taveira.....	137
Imagem 34: Capelinha de Santo Antônio, década de 1910.....	142
Imagem 35: Igreja de Santo Antônio, construída em 1922.....	142
Imagem 36: Carro do Matadouro Público de Campo Grande.	155
Imagem 37: Avenida Afonso Pena, década de 1930.....	162
Imagem 38: Jardim Municipal, década de 1930.....	163
Imagem 39: Feira Livre em Campo Grande, década de 1920.....	170
Imagem 40: Sede do Rádio Clube em construção.....	173
Imagem 41: Piscina do Rádio Clube.....	173
Imagem 42: Foto panorâmica da esplanada de Campo Grande	178
Imagem 43: Dr. Eduardo Olímpio Machado.....	198
Imagem 44: Estabelecimento da Ford.....	199
Imagem 45: Frigorífico Otto Riester.....	199
Imagem 46: Rua Dom Aquino	200
Imagem 47: Fordinhos estacionados na Av. Afonso Pena.....	202
Imagem 48: Propaganda da Casa Nasser	204
Imagem 49: Cartão postal do Jardim Público.....	206
Imagem 50: “Senhoras da alta sociedade campo-grandense”.....	207
Imagem 51: Praça Newton Cavalcanti.....	207
Imagem 52: Planta de Campo Grande elaborada pelo escritório de Saturnino de Brito.....	209
Imagem 53: Fotografia da fachada do Cine Alhambra	214
Imagem 54: Fotografia do espaço interno do Cine Alhambra	214
Imagem 55. Exma. Sra. D. Umbelina Ferreira Garcia	215
Imagem 56. Baile de inauguração da filial do Banco de S. Paulo no Rádio Clube.....	217
Imagem 57. Grupo de tenistas do Rádio Clube.....	217
Imagem 58: Poster de Campo Grande.....	221
Imagem 59: Foto da família Barbosa na fazenda Rio Branco	222
Imagem 60: Foto de uma família na margem do Rio Aquidauana.....	223
Imagem 61: O menino não tem medo de onça!.....	224
Imagem 62: Tradições que não morrem.....	224
Imagem 63: Mulheres e a Natureza domesticada.....	225
Imagem 64: Mulheres e a Natureza domesticada (2).....	225
Imagem 65: Josetti, “figura popular de Campo Grande”	226

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Rota da viagem Rio de Janeiro a Cuiabá.....	33
Mapa 2: Plano da Comissão de 1890.....	80
Mapa 3: Traçado final da Ferrovia Noreste do Brasil.....	86
Mapa 4: Contraposição dos limites de Campo Grande em 1921 com o mapa da presença dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul em 2013.....	113
Mapa 5: Planta do Rocio e Vila da Campo Grande.....	140
Mapa 6: Planta de 1909 desenhada pelo Eng. Nilo Javari Barem.....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Extensão de propriedades rurais no sul de Mato Grosso (1894-1901).....	57
Tabela 2: Evolução do preço da cabeça do novilho em Mato Grosso.....	60
Tabela 3: Empresas com capital transnacional instaladas no sul de Mato Grosso (1895 - 1920)	62
Tabela 4: Produtores de charque em Mato Grosso (1920)	68
Tabela 5: Produção de charque transportada pelos trilhos (1920-1931).....	116
Tabela 6: Colônias Japonesas em Campo Grande (1914-1940).....	120

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1. No rastro da boiada: a fronteira e a formação da elite do gado.....	22
1.1 Caracterizando o espaço: sertão e fronteira.....	23
1.2 Mato Grosso interpretado à luz da “civilização”.....	31
1.3 Ocupação e formação de elite no sul de Mato Grosso.....	45
1.3.1 A elite do açúcar.....	46
1.3.2 A elite portuária.....	46
1.3.3 A elite do mate.....	50
1.4 A elite do gado.....	53
Capítulo 2. Os trilhos do sertão.....	74
2.1 Os trilhos do sertão: a origem da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB)	75
2.2. A construção da Noroeste do Brasil.....	88
2.2.1 Os trilhos adentram a mata: a questão indígena.....	96
2.2.2 Os trilhos adentram a mata: a questão da terra.....	105
Capítulo 3. No bojo do (re)arranjo das elites: esboços de uma cidade moderna.	126
3.1. A construção do homem público e a Intendência em Campo Grande.....	127
3.1.1. A Intendência dos coronéis: primeiras políticas de assentamento social..	135
3.1.2. A Intendência dos doutores.....	149
3.2. Os Códigos de Posturas e o ordenamento social.....	152
Capítulo 4. Imagens do progresso: o Álbum de Campo Grande de 1939.	178
4.1. Questões de memória e identidade: afirmação da elite política sulista.....	179
4.2. Questões de memória e identidade: o discurso de Campo Grande moderno.....	196
4.3. Questões de memória e identidade: entre o público e o privado.....	204
Considerações Finais.....	230
Referências.....	233
Arquivos e fontes.....	233
Bibliografia.....	236

INTRODUÇÃO

No início do século XX, a rede urbana brasileira, por herança da ocupação econômica dos séculos anteriores, apresentava-se fragmentada, esparsa e nucleada em faixas territoriais próximas à costa litorânea. No interior do país, eram poucas as cidades que somavam mais que cinco mil habitantes, incluindo o Estado do Mato Grosso.

Após a guerra contra o Paraguai, a fronteira oeste tornou-se uma questão de segurança nacional. Medidas foram tomadas para ocupar e demarcar os limites do Brasil. A construção das Linhas Telegráficas Estratégicas, de Mato Grosso ao Amazonas, das Ferrovias Noroeste do Brasil e Madeira-Mamoré e a instalação de quartéis representaram não apenas instrumentos de modernização e presença do Estado, mas também impulsionaram a expansão de cidades, constituindo uma rede urbana densa e dinâmica que se interligava por estradas, caminhos e, posteriormente, trilhos. A rede de cidades assumiu, então, a função estratégica de defesa da fronteira.

Campo Grande sofreu a ação desses instrumentos de desenvolvimento, tornando-se parte integrante e importante peça na rede urbana da fronteira oeste. Embora a cidade tenha surgido como pouso de boiadeiros, em 1872, ela cresceu rapidamente, impulsionada pela Ferrovia Noroeste do Brasil. Com o trem, chegavam o desenvolvimento e o progresso. A distância de São Paulo se encurtava; a ligação da Estrada de Ferro, via Bauru, viabilizava a importação de mercadorias e possibilitava a chegada de imigrantes que vinham não apenas para trabalhar nas obras, mas para afixar residência e obter emprego. A cidade, que em 1905 – ano em que se inicia a construção da Ferrovia – contava com cerca de 2.000 habitantes e, aproximadamente, 200 casas, passou, no final de 1914 (ano da inauguração da Ferrovia), a ter 11.800 moradores no perímetro urbano e 345 construções. Em 1920, essa população subiu para 21.000 habitantes, saltando para 40.000 em 1935 e para 49.629 em 1942.¹

¹ IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA) – Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul, segundo os Censos Demográficos Realizados e a Contagem. RJ: IBGE, 1996.

A Ferrovia foi o catalizador migracional na fronteira oeste, especialmente no sul de Mato Grosso. Contudo, mesmo antes dos trilhos, a ocupação dessa região já contava com pequenos núcleos populacionais que tinham como principal atividade econômica a pecuária, como são os casos de Campo Grande, Miranda e Aquidauana. Essas localidades surgiram como entrepostos de comercialização e passagem das comitivas boiadeiras, mas tiveram acelerado o seu desenvolvimento na velocidade das locomotivas. Ali formou-se uma elite pecuarista, constituída a priori de migrantes de diversas regiões do país, principalmente do norte de Mato Grosso, do Triângulo Mineiro, gaúchos e paulistas. A partir do século XX, motivada pela abertura da navegação platina, pela construção da Noroeste do Brasil e com os conflitos na Europa, a economia do gado se ampliou e passou a receber capital internacional, sobretudo platino.

Em meio a essas transformações, Campo Grande tornou-se, ainda no primeiro quartel do século XX, o principal centro econômico e político do sul de Mato Grosso, sendo possível visualizarmos uma elite política formada por homens cuja principal fonte de riqueza provinha da criação de gado. Eram essencialmente fazendeiros, os típicos coronéis: personalistas, clientelistas e patriarcalistas, descritos por Victor Nunes Leal em seu clássico *Coronelismo, enxada e voto*.² Para esses coronéis, a administração pública era uma continuidade da sede da fazenda. Com o passar do tempo, devido ao desenvolvimento local e ao crescente fluxo migratório, somaram-se a esse grupo profissionais liberais, advogados, engenheiros e médicos, os chamados “doutores”, que passaram a ocupar cargos públicos e a estreitar laços políticos e pessoais com os coronéis. Esses novos agentes sociais formaram uma geração de políticos diretamente responsáveis pela modernização da cidade.

Nesse contexto se insere a nossa Tese. Na medida em que Campo Grande se desenvolvia, crescia também, no imaginário das elites, a necessidade de ordenar os espaços. Nota-se que as ideias de higienização urbana vinham acompanhadas de uma concepção política de divisão social e fiscalização das camadas subalternas da sociedade, consideradas perigosas, que representavam, sobretudo, ameaças de “invasão”, circulação e interação.

² LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Forense. 1948

Essas pessoas chegavam, junto com o progresso, pelos trilhos da Ferrovia; eram estranhas e ameaçadoras aos olhos da elite local, que elaborou mecanismos voltados para o ordenamento e o controle do espaço da cidade e de sua população. Os esforços de controle social ficaram claros nos Códigos de Posturas de 1905 e 1921. As Leis estabeleciam regras de higiene e limpeza para as áreas públicas, ao mesmo tempo em que regulamentavam condutas morais e sociais. Através das novas normas, induziam-se naqueles moradores, de características ainda sertanejas, comportamentos mais condizentes com a realidade urbana, já vivenciada em outros centros urbanos.

Logo, as elites locais desenvolveram, na tradicional paisagem de “povoado de uma rua só”, elementos urbanísticos convencionalmente chamados de operações de embelezamento e saneamento, os quais, utilizados pelas maiores cidades do mundo, resultavam em outras relações sociais no espaço urbano pela criação de uma nova simbologia. A intenção era a de construir um novo tipo de moradia para um novo tipo de morador. As casas de taipa, por exemplo, não podiam ser reformadas, mas demolidas e trocadas por estruturas de alvenaria. Os mais atingidos, conseqüentemente, eram os pobres, cujas moradias dificilmente atendiam aos padrões e às especificações dos Códigos de Posturas. A dialética entre o querer e o fazer foi mais um resultado do “drama do progresso”.

Esta pesquisa objetiva compreender como as políticas produzidas e/ou vivenciadas nas urbes, em nome da modernização da cidade de Campo Grande, equacionaram elementos do velho e do novo, propiciando a criação de uma elite que se compôs de representantes dos antigos criadores de gado e dos doutores que para o local migraram, em virtude dos atrativos político-econômicos advindos com a Ferrovia. Investigamos as ações gestadas pelos agentes e instituições do Estado, que se articularam com o projeto de organização, modernização e urbanização constituído no município nas primeiras décadas do século XX, e que serviram para acomodar diferentes agentes sociais, bem como para manter sob controle os grupos marginalizados, tão comuns na fronteira oeste.

Defendemos a hipótese de que o desenvolvimento e a modernização de Campo Grande, embora impulsionados pelo elemento migrante, acabaram resultando na composição política de antigos pecuaristas, detentores de capital

econômico, com a elite ilustrada, atraída pela promessa de modernidade. Em resumo, o comando político de Campo Grande, no advento da modernidade, foi partilhado por representantes de fazendeiros e “doutores”.

Para problematizar a hipótese, tratamos, no primeiro capítulo, de explicar a ocupação da fronteira oeste pela elite do gado, ou seja, o aparecimento do grupo vinculado ao rural no comando político no sul de Mato Grosso. Utilizamos como fontes decretos, leis e relatos dos viajantes, no intuito de analisar a importância da pecuária – principal atividade econômica do sul de Mato Grosso e, por conseguinte, de Campo Grande – para o processo de ocupação da região, o imaginário desse espaço e as fragilidades de um território onde a limitada presença do Estado e o modelo de ocupação não foram capazes de consolidar uma rede de cidades que promovesse a delimitação da fronteira, até as primeiras décadas do século XX.

Em meio a esse cenário, tratamos do homem do sertão mato-grossense, no sentido de fornecer subsídios para a compreensão do universo rural em que ele estava inserido. Por estar essencialmente relacionado à permanência e à tradição, esse grupo permitiu que o “elemento forasteiro” realizasse a modernização do espaço (Campo Grande).

Posteriormente, no segundo capítulo, discutimos como a Ferrovia propiciou a chegada de novos habitantes, incluindo os chamados “doutores”, migrantes que foram responsáveis pela modernização da cidade. Para tanto, utilizamos um vasto conjunto de fontes, como relatórios da diretoria da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, fotos, mapas, livros de memorialistas e legislações federais, bem como obras de referência sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil, para dimensionar o processo modernizador do Estado de Mato Grosso, especialmente na sua porção sul, no início do século XX.

Esse capítulo problematiza a chegada dos trilhos da NOB a Campo Grande, revisando as discussões sobre os projetos de traçado da Ferrovia, os impactos sociais em relação aos trabalhadores empregados na construção e os povos indígenas, bem como as relações de poder que determinavam a posse da terra no oeste paulista e no sul de Mato Grosso – enfim, de que maneira a Ferrovia integrou o projeto político de defesa do território nacional e

impulsionou a expansão de uma rede de cidades rumo à fronteira oeste do Brasil.

Simultaneamente à Ferrovia, surgem propostas de organização espacial para Campo Grande. Os modelos ideais de cidade perpassavam pela utopia de espaço (físico e moral) higiênico, salubre, belo, harmônico, equilibrado, racional, eficiente, arborizado, ordenado, planejado, funcional, zoneado – em resumo, um lugar em que fosse garantido o bem-estar social da população. Engenheiros, médicos e juristas deram o subsídio técnico à Intendência Municipal de Campo Grande para a elaboração de um conjunto de leis, compiladas nos Códigos de Posturas de 1905 e 1921 e responsáveis por uma ação educativa para os habitantes da cidade. Os moradores de Campo Grande passaram a conviver com normatizações que buscavam orientar suas relações sociais, bem como as relações entre eles e o espaço onde habitavam. Convém notar que a edição das Posturas não alterou, imediatamente, o comportamento de uma população, e talvez nem pretendesse fazê-lo. As Posturas, ao que tudo indica, serviram como instrumento que possibilitava punir a população mais pobre; assim, a própria punição seria o elemento educativo.

Através de articulações políticas e relações pessoais, profissionais liberais e funcionários públicos passam a se inserir na elite local. Os “doutores”, como eram conhecidos, conduziram o processo de ordenamento social do espaço.

Desta forma, o terceiro capítulo discute as primeiras políticas de organização espacial e a normatização das relações sociais em Campo Grande – urbes que se transformavam com a chegada do trem. Aqui foram analisados os Códigos de Posturas de 1905 e 1921 e livros de memorialistas. Destacamos, ainda, que as Posturas foram um dos principais instrumentos do Estado republicano para controlar e padronizar o comportamento social das populações das cidades brasileiras, no início do século XX.

Finalmente, demonstramos as consequências da urbanização e da construção de um espaço ordenado e disciplinado, que acabou por atender aos interesses da velha e da nova elite.

Os novos agentes sociais, os doutores, dotados de uma cosmovisão mais ilustrada e progressista, compuseram, junto à elite do gado, o projeto de modernização de Campo Grande. Trata-se, portanto, de dois grupos, e a

modernização serviu ao interesse de ambos. Aos pecuaristas, interessavam mais de perto a disciplina e o ordenamento social advindos do desenvolvimento urbano. Aos doutores, interessavam o acesso aos bens de consumo e as benesses financeiras da modernização. Soma-se, ainda, o interesse do Estado, que via no processo de urbanização das regiões de fronteira uma forma de defesa e de manutenção do território nacional.

Com o processo de modernização em curso, as elites locais empenharam-se em veicular imagens positivas de Campo Grande como centro urbano, econômico, cultural e politicamente dinâmico, moderno e “civilizado”. Nesse contexto, surgiu como instrumento de propaganda o Álbum de Campo Grande, objeto de análise do quarto capítulo. Editado em 1939, como parte das comemorações dos 40 anos de emancipação do município, pode-se afirmar que, em linhas gerais, a obra parecia requerer, para si, a praticidade de um guia geral da cidade.³ Embora pretendesse ser “breve” e “sucinta”, a publicação era extremamente rica em imagens fotográficas, pondo em evidência as paisagens naturais, as atividades econômicas, as vias de comunicação e os meios de transporte, a modernização das ruas, a presença do transporte individual e coletivo, a vida social e cultural, com destaque para as cenas de famílias, clubes, bailes, cinemas, esportes, escolas e piqueniques.

O Álbum celebrou o processo de modernização. Aos que vinham a Campo Grande, a obra indicava quem eram os “donos do poder”. Com a publicação, as elites campo-grandenses procuraram formular um guia de apresentações.

O Álbum de Campo Grande – compreendido como prática discursiva, “modo de pensar” ou, ainda, “modo de representações” – foi utilizado pelas elites locais para idealizar o mundo e sua própria existência, como também para idealizar o existir de outros indivíduos e grupos.

Em resumo, no quarto capítulo, discutimos o Álbum enquanto discurso de celebração e de propaganda política da elite campo-grandense, que se esforçou em difundir uma imagem da cidade como pólo civilizacional da fronteira oeste, de espaço “ordeiro” e “progressista”, em sintonia com o ideário

³ Um estudo pormenorizado do Álbum Gráfico de Mato Grosso pode ser encontrado em: ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1998. pp. 38-60.

de nacionalização do interior do país. A celebração da modernização afirma um imaginário tão positivo do sul do Estado que este será o argumento central da futura separação do antigo Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO 1

No rastro da boiada: a fronteira e a formação da elite do gado



Imagem 1: Comitiva atravessando o Rio Aquidauana.

In: **Álbum Gráfico de Mato Grosso (EEUU do Brasil)**. Corumbá/Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914. p.259⁴

⁴ Nesta Tese, as imagens são, muitas vezes, ilustrativas, sem subsidiar, portanto, análises mais acabadas. Nosso objetivo foi permitir aos leitores não necessariamente familiarizados com o universo do sul de Mato Grosso, especialmente de Campo Grande, visualizar o espaço social discutido nesta pesquisa.

As preocupações com a fronteira oeste brasileira remontam a eras anteriores à republicana. Os modelos de ocupação e integração desse espaço foram temas de variados ciclos de debates, que iam dos despreziosos leitores de jornais aos agentes de empresas multinacionais, estadistas, militares e acadêmicos.

A fronteira apresentava-se como uma incógnita. Parte integrante dessas apreensões, o sul de Mato Grosso, região limítrofe com as nações vizinhas — Paraguai e Bolívia — é objeto de análise neste Capítulo. Para termos uma noção das transformações desse espaço, na passagem do século XIX para o XX, apontamos as características econômicas e sociais desse território, a formação da pecuária e as representações sobre o mato-grossense.

O objetivo do Capítulo é caracterizar a elite do gado, analisando a formação do primeiro grupo a assumir o comando político do sul de Mato Grosso, incluindo Campo Grande.

1.1. Caracterizando o espaço: sertão e fronteira

A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável “força motriz da História” que Gumplowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.(...) Estamos condenados à civilização. (Euclides da Cunha)

Os *Sertões*, de Euclides da Cunha, registra não apenas o dramático relato do massacre que ocorrera em Canudos, mas, principalmente, a mentalidade do homem na transição do século XIX para o XX. A “utopia do progresso” foi elemento constitutivo das políticas e práticas que nortearam as ações dos Estados e das pessoas comuns. A crença na técnica, materializada especialmente nas “artes mecânicas” e na indústria, – ambas resultantes dos avanços dos conhecimentos científicos –, representava o domínio do homem sobre a natureza.⁵

⁵ HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

As nações ocidentais buscaram estimular as instituições dedicadas à ciência e ao seu ensino, norteadas pela convicção de que, nos saberes da ciência, residia o fundamento do progresso e, neste, a condição para a felicidade e o bem-estar da humanidade. Exemplo disso é a proliferação das escolas politécnicas e das associações para o progresso da ciência.⁶ A partir desses investimentos, ampliaram-se as pesquisas e, por consequência, o conhecimento e o maior domínio sobre os campos da termodinâmica, do eletromagnetismo e da eletricidade, fundamentais para o desenvolvimento de novas tecnologias, como a locomotiva.

Diante das descobertas e dos avanços científicos, – aliados ao crescente processo de industrialização e ao desejo das elites de transformar o mundo, a vida e o próprio homem –, surge, com aval do Estado, um projeto político-pedagógico centrado em ciência e tecnologia, cuja perspectiva era a “reinvenção” da sociedade por meio das máquinas.

As máquinas apareciam como a expressão máxima do grau de aperfeiçoamento das realizações humanas e como possibilidade ilimitada de transformações em todos os aspectos da vida. Elas estavam presentes nas fábricas, ampliando a capacidade de produzir e colocando à disposição de um número mais elevado de pessoas artigos que antes eram consumidos por poucos. Também em melhoramentos introduzidos nas cidades, como iluminação, serviço de esgotos e de escoamento de águas, aberturas de novas vias públicas e reordenamento do espaço urbano, telefones, telégrafos, cinematógrafos, sistemas de transporte modernos.⁷

Frente à capacidade técnica de recriar o mundo de acordo com as ambições e necessidades da burguesia, grupo social detentor de capitais e recursos tecnológicos, a passagem do século XIX para o XX foi marcada pela

⁶ Vale informar que, no Brasil, desde o período imperial, se pensava numa política científica. Surgiram diversas instituições voltadas às ciências aplicadas, como o *Imperial Observatório do Rio de Janeiro*, em 1847, rebatizado no período republicano como *Observatório Nacional*, e a *Escola Politécnica do Rio de Janeiro*, em 1874, para substituir as antigas escolas de engenharia. Para mais detalhes, ver: BRAGA, Marco; GUERRA, Andréia; REIS, José Claudio. **O papel dos livros didáticos franceses do século XIX na construção de uma concepção dogmático-instrumental do ensino de Física.** Cad. Bras. Ens. Fís., v. 25, n. 3, pp. 507-522, dez. 2008.

⁷ CASTRO, Maria Inês Malta. **O preço do progresso: a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914).** Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1993. pp.15-16.

remodelação do espaço e do tempo. Caberia à ciência, por meio da técnica e do progresso, transpor os obstáculos impostos pela natureza.

Obras como túneis gigantescos, pontes e viadutos monumentais, canais, represas, complexos industriais, linhas férreas e outras, foram projetadas pelos engenheiros e levadas a cabo graças ao enorme impulso e movimentação do capital internacional. Por todos os lugares, mesmo naqueles que antes pareciam inacessíveis, foram feitas construções faraônicas, muitas delas consideradas ciclópicas pelo homem comum. Elas atestavam a ilimitada capacidade do homem e demonstravam o anseio da burguesia por imprimir marcas duradouras na sociedade.⁸

Essas construções não são frutos de novas tecnologias, apenas; são também formas de manifestação da “modernidade” e desempenham papel preponderante no contexto das transformações sociais na passagem dos séculos. Para David Harvey, essas modificações alteraram as concepções de tempo e espaço do homem, assinaladas pela aceleração do ritmo da vida e do tempo, pelo dinamismo da acumulação e do giro de capital, bem como pelo encolhimento das distâncias devido às forças das comunicações e dos transportes que se modernizaram.⁹

Paulatinamente, as nações perceberam as potencialidades da ciência para o desenvolvimento de seus impérios, investindo em sua produção. Tais políticas criaram, além dos avanços tecnológicos, a percepção de que somente por meio do progresso era possível alcançar o *status* de “civilização”, distanciando-se da “barbárie”. Segundo Hobsbawm, diante dessa concepção, os impérios justificavam sua dominação tanto para os dominados quanto para os dominantes.

Era muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento se transformasse num mundo onde os “avançados” dominariam os “atrasados”; em suma, num mundo de império. Mas, paradoxalmente, o período entre 1875 e 1914 pode ser chamado de Era dos Impérios não apenas por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas também por um

⁸ CASTRO, Maria Inês Malta. op.cit., p.20

⁹ HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

motivo muito mais antiquado. Foi provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam “imperadores”, ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título.¹⁰

Edward W. Said chama a atenção para os elementos discursivos, um dos principais mecanismos imperialistas para legitimar a dominação. Ao utilizar o silogismo do dever “civilizacional”, o sistema ideológico ocidental estabelece

um enorme fosso entre o Ocidente civilizado, com seu tradicional compromisso com a dignidade humana, a liberdade e a autodeterminação, e a brutalidade bárbara daqueles que, por alguma razão – talvez genes defeituosos –, não conseguem apreciar a profundidade desse compromisso histórico.¹¹

Se pensarmos no discurso imperialista, apontado por Said e Hobsbawm, o conceito de civilização aparece como elemento que norteia a justificativa da expansão e da dominação dos impérios, cujos alicerces estão atrelados a um conjunto de elementos políticos, religiosos, técnicos, sociais e morais que determinariam, em última instância, os pressupostos teóricos que formariam o processo civilizador do Ocidente.

Neste sentido, a análise de Norbert Elias evidencia de que maneira as diferentes situações históricas, tradições e processos políticos de formação dos Estados – bem como da ascensão da burguesia francesa e alemã, durante o século XIX – criaram elementos para identificar a ideia de civilização e “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo: tudo aquilo em que a sociedade ocidental (...) se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas mais primitivas”.¹² Essa consciência justificou as pretensões imperialistas, empreendimentos expansionistas e de colonização de outros povos – processo amplamente denunciado nas obras de Said.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.89.

¹¹ SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p.351

¹² ELIAS, Norbert. v.1: **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.p.64

O “colonialismo”, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes (...) ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação.¹³

Logo, essa “consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começariam a se espalhar por todas as nações do Ocidente”.¹⁴ Na esteira da segunda Revolução Industrial e da hegemonia política e econômica dos países industrializados da Europa, o processo civilizatório e de dominação dos “incivilizados”, norteados pelo ideário liberal burguês de “progresso”, era legitimado pelo discurso político. Para Hobsbawm, esse processo, na América Latina, “tomou o caminho da ‘ocidentalização’ na sua forma burguesa liberal com grande zelo e ocasionalmente grande brutalidade, de uma forma mais virtual que qualquer outra região do mundo, com exceção do Japão”.¹⁵

A produção historiográfica contemporânea entende que a expansão imperialista, na passagem do século XIX para o XX, foi marcada pela afirmação das nacionalidades como ideologia justificadora e impulsionadora da conquista e da dominação de outros espaços e povos. Hobsbawm, como exemplo da ideia anterior, considera França, Inglaterra, Bélgica e Alemanha como nações mobilizadas para a missão “progressista” de “civilizar” o “outro geográfico”¹⁶, em territórios para além das fronteiras do Estado Nacional.¹⁷

Todavia, para nossa Tese, o caso da conquista do oeste nos Estados Unidos é mais emblemático. O processo de invenção do “outro geográfico” cumpriu dupla função na formação de uma identidade nacional. A primeira é **ideológica**, materializada no **Destino Manifesto** e baseada na crença

¹³ SAID, E. W. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005. p. 40

¹⁴ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. vol. I, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994, p. 64

¹⁵ HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. op. cit. p. 144

¹⁶ A ideia de “outro geográfico” é compreendida como uma relação de alteridade que nos define por ser aquilo que não somos - ou não queremos ser. No caso em questão, esse “outro geográfico” representa o mundo não europeu, que cumpriu importante função na cristalização da consciência nacional, uma vez que, através do contraste cultural, político e principalmente econômico, afirmava a noção de superioridade das potências européias, bem como de seus cidadãos frente ao novo mundo. Para mais informações sobre o conceito de “outro geográfico”, ver: MORAES, Antonio Carlos Robert. **O Sertão: um “outro” geográfico**. Rio de Janeiro: Terra Brasilis, n.4-5, 2003.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. op. cit.

messiânica de que os protestantes anglo-saxões eram o povo eleito por Deus para levar ao mundo o ideal de civilização cristã. A segunda é **expansionista**, concretizada pela política da **Marcha para o Oeste**, no início do século XIX, que se alicerçava ideologicamente na missão divina de desbravar novos territórios e civilizar os povos que ali estavam. Em suma, os discursos da conquista do oeste, que formaram os marcos identitários da recém criada nação dos Estados Unidos da América, aproximavam-se da noção imperialista de colonizar espaços “incultos”, atendendo à missão divina de ocidentalizar o “outro geográfico”.

A mitificação que envolveu a expansão do núcleo inicial da sociedade americana para o oeste não se restringiu aos EUA. A conquista do oeste era entendida, já no século XIX, como uma ação civilizatória, obra de uma grande nação, democrática, igualitária e progressista, capaz de romper com a barbárie e ocupar espaços vazios. Nesse sentido, Frederick Jackson Turner analisou, em 1893, a expansão para o oeste a partir da noção de fronteira como ponto de encontro entre civilização e barbárie.

O social desenvolvimento americano tem renascido constantemente na fronteira. Este renascimento perene, esta fluidez da vida americana, esta expansão com suas novas oportunidades, este contínuo contato com a simplicidade da vida primitiva, molda as forças dominantes do caráter americano. O verdadeiro ponto de vista da história desta nação não é a costa atlântica, é o Grande Oeste.¹⁸

Para Turner, o avanço contínuo sobre a fronteira corresponderia ao processo de “americanização” sobre as massas imigrantes. Ou seja: a partir do momento em que o colono, especialmente o europeu, se assentava nos territórios inóspitos do oeste, deixava para trás parte de sua herança cultural e transformava-se num legítimo americano.

A fronteira é a linha da mais rápida e efetiva americanização. O deserto domina o colono. Resumindo, na fronteira o meio ambiente é muito forte para o homem. Ele aceita suas condições ou perece. (...). O avanço da fronteira significou um

¹⁸TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History**. New York: Dover, 1996, pp.2-3. Apud: ÁVILA, Arthur Lima de. **E da fronteira veio um pioneiro: a "Frontier Thesis" de Frederick Jackson Turner**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006. p.69

firme movimento de distanciamento da influência européia, um firme crescimento da independência em termos americanos.¹⁹

A produção de Turner pode ser compreendida como fruto de uma ação ideológica discursiva, que via na ocupação de “espaços vazios”, na expansão da fronteira e na conquista territorial o verdadeiro “Ethos”, a legítima identidade nacional, fruto do encontro entre a civilização representada pelo colono europeu, com a barbárie dos povos nativos.

Outras nações identificaram no processo da conquista do oeste estadunidense um modelo. Como exemplo, mencionamos as representações produzidas na “política” de conquista da Sibéria, espaço bárbaro, inóspito, hostil, mas dotado das verdadeiras características e tradições russas.²⁰ Segundo Mark Bassin, alguns intelectuais russos do século XIX, como o historiador Sergei Mikhailovich Solov'ev, da *St. Petersburg Academy of Sciences*, construíram o discurso identitário da nação russa a partir de uma “mitologia do leste”, uma leitura próxima ao **far-west** americano. Para esses intelectuais, tanto a Rússia quanto os Estados Unidos eram jovens nações que buscavam, em seu interior, características que as diferenciavam da cultura ocidental européia sem, contudo, distanciarem-se do discurso identitário da civilização moderna.

No caso dos países da América Latina, recém saídos da condição de colônia, a situação aproximava-se, em discurso, à dos Estados Unidos, ainda que com particularidades. A conquista e a dominação do “outro geográfico” não eram compreendidas como a culminância da ação civilizatória, mas como etapas desse processo, confundindo-se com o projeto da própria constituição da nação.²¹

Antes de tratar do caso brasileiro, é válido apontar o processo de conquista do Chaco²² e sua relação com a elaboração do discurso identitário e

¹⁹ ibidem, p. 4. Apud: ÁVILA, Arthur Lima de. **E da fronteira veio um pioneiro: a "Frontier Thesis" de Frederick Jackson Turner**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006. p.70

²⁰ FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.

²¹ PIZARRO, Ana. **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura: A emancipação do discurso**. Vol.2. Campinas: Ed.Unicamp, 1994

²² O Chaco é uma área de, aproximadamente, 1.066.000 km² de extensão, localizada nos limites territoriais da Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil. Informação em: RENSHAW, John. “**A eficácia simbólica**” revisitada: cantos de cura ayoreo. *Rev. Antropol.* [online]. 2006, vol.49, n.1, pp. 393-427.

nacionalista argentino. As expedições militares, denominadas **Campaña del Desierto (1879-1884)**, buscaram colonizar o Chaco argentino e civilizar seus habitantes, “los chaqueños”. A região era constituída majoritariamente por indígenas²³, era, portanto, “el otro cultural”. Para a jovem nação argentina, era necessário eliminar “la imagen de la barbarie, del Desierto, de las fronteras interiores, en síntesis (o Chaco e seus habitantes) representaban un problema serio para el Estado-nación en conformación”.²⁴

O que se sucedeu no Chaco argentino após a **Campaña del Desierto** foram empreendimentos de cunho civilizacional, como a construção de ferrovias, telégrafos e estradas e as políticas de incentivo à migração interna ou estrangeira, materializadas em campanhas de povoamento e colonização. Tais iniciativas representavam não apenas o progresso material, de expansão de fronteiras e ocupação dos espaços, mas a concretização de um projeto mais amplo: a construção da nação civilizada.

É possível afirmar que cenário similar se apresentava no Brasil. A partir de meados do século XIX, parcela significativa de intelectuais e dirigentes políticos identificou nos sertões uma fronteira entre civilização e barbárie dentro do próprio território nacional; julgou-se necessário superar as contradições para que fosse concretizado o projeto do Estado Nação progressista e civilizado.²⁵ Essas elites elaboraram uma retórica civilizacional, comprometida com a ocupação das áreas ditas “vazias”, ou seja, espaços ainda não submetidos completamente ao controle do Estado e à dinâmica econômica capitalista, e que, quase sempre, eram habitados por populações consideradas “selvagens” ou pouco civilizadas. “Dominar”, “colonizar”, “civilizar” esses “desertos” e seus “bárbaros” habitantes tornavam-se, portanto, ações nacionalistas.

²³ As maiores etnias do Chaco são os Ayoreos, Tobas, Pilagás, Guaraní e Matacos. Informações em: POLANCO, Héctor Díaz. **Etnia y nación en América Latina**. Cidade do México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1995.

²⁴ LAGOS, Marcelo. **Problemática del aborigen chaqueño. El discurso de la “integración” 1870-1920**. Travesía, Nº 3: Universidad Nacional de Jujuy, Argentina, 2000, p. 69. Para uma perspectiva geoantropológica da ocupação do Chaco, é possível consultar WRIGHT, Pablo G. **El desierto del Chaco: geografías de la alteridad y el estado**. In: TERUEL, Ana; JEREZ, Omar (Comp.). *Pasado y presente de un mundo postergado: estudios de antropología, historia y arqueología del Chaco y Pedemonte Surandino*. Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, 1997. pp. 35-56. Quanto aos conflitos gerados pela inserção dos empreendimentos capitalistas na região, podemos citar o trabalho de CARRERA, Nicolás Iñigo. “**La violencia como potencia económica: Chaco 1870-1940**”, In: *Conflictos y Procesos de la Historia Contemporánea Argentina* Nr 11, Buenos Aires, CEAL, 1988.

²⁵ SOUZA, Candice Vidal. **A Pátria Geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

Nesse contexto, já no período republicano, o Estado brasileiro adotou algumas medidas, como a expansão de unidades militares, a construção das Linhas Telegráficas e da Ferrovia Noroeste do Brasil – considerada pela elite política brasileira do início do século XX uma obra civilizacional capaz de integrar a nação e levar o progresso ao interior do país.²⁶

Tais iniciativas são expressões do ideário liberal burguês de “civilização”, que visavam acompanhar o desenvolvimento econômico das nações de capitalismo mais desenvolvidas. Parcela significativa dos dirigentes políticos e intelectuais brasileiros tendeu a se nortear pela perspectiva de que era imperativo sintonizar o Brasil com os avanços do mundo moderno, inserindo-o na marcha da história rumo ao “progresso”.²⁷ Estava, então, em curso, o que Eric Hobsbawm denominou de a “conquista do globo pelas imagens, ideias e aspirações (...) tanto pela força e pelas instituições como por meio do exemplo e da transformação social”.²⁸ Para a maior parte da elite política nacional, isto significava promover na sociedade a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, político e cultural que a aproximasse do perfil dos países industrializados do Ocidente.

Nesse contexto, impetrou-se como procedimento intelectual a constituição de um “outro geográfico” sobre os territórios e populações à margem da modernização capitalista. Nessa relação de alteridades, o Mato Grosso e o mato-grossense tiveram suas representações.

1.2. Mato Grosso interpretado à luz da “civilização”

Os relatos dos viajantes têm se caracterizado, nos últimos anos, como fontes privilegiadas para escrever a história dos habitantes das regiões mais “afastadas” do Brasil.

A aspiração pela descoberta do “exótico” ensejou a produção de registros, científicos ou de outros tipos, acerca de territórios até então

²⁶ Abordaremos a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil e seu impacto no sul de Mato Grosso no segundo Capítulo desta Tese.

²⁷ GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2000.

²⁸ Hobsbawm, E. **A Era dos Impérios**. op. cit, p. 114.

desconhecidos.²⁹ Diferentes interesses condicionavam o olhar dos viajantes, desde questões pessoais até pesquisas institucionais. Nas palavras de Alain Corbin, “não há outro meio de conhecer os homens do passado a não ser tomando emprestado os seus olhares, vivendo suas emoções”.³⁰

Interpretar o olhar desses viajantes pode orientar análises sobre o modo de ver e perceber o espaço que, para além dos diversos interesses, se projetava a partir do mesmo prisma: o do observador, estranho ao ambiente que está sendo investigado. Buscamos, neste ponto da pesquisa, compreender os parâmetros definidores de “progresso” e “civilização” que acabaram por atribuir uma identidade para Mato Grosso, configurando-o como uma “região” –

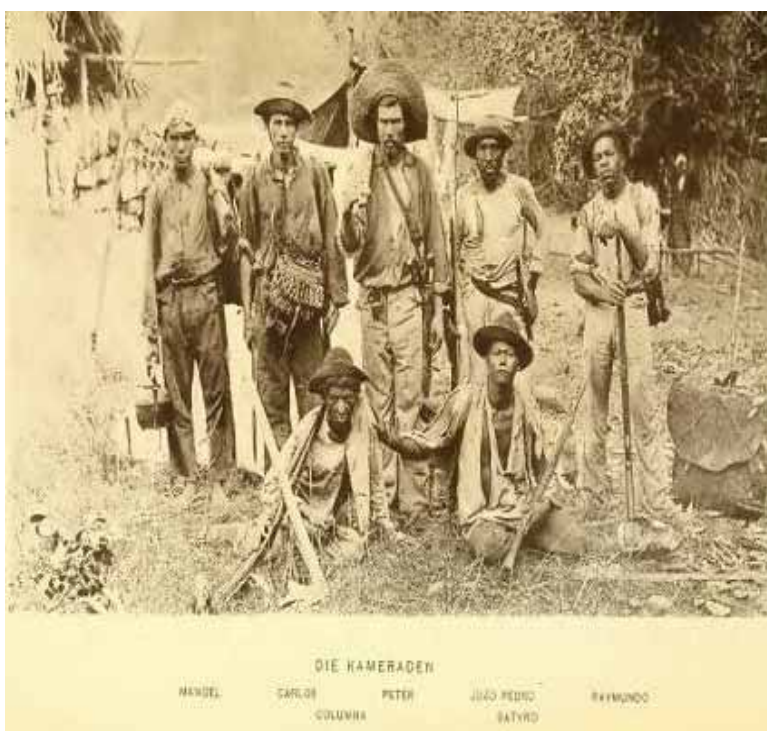


Imagem 2: Equipe que acompanhou Karl Von Den Steinen na expedição de 1884. Fonte: STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu.** SP: Comp. Ed. Nacional, 1942 pp.17; 30

ou seja, um espaço geográfico e social, cujas características naturais e culturais definiriam o seu lugar específico na geografia e na história do “mundo civilizado”. Dessa maneira, localizamos nosso leitor no tempo, no espaço e quanto ao homem mato-grossense.

Viajar para Mato Grosso, em meados do século XIX e início do XX, era aventurar-se rumo a uma parte do globo considerada incógnita. O viajante que partisse da capital do Brasil em direção a Cuiabá teria que dispor de, no mínimo, um mês, caso optasse pelo navio a vapor, ou de três a quatro meses se a rota fosse terrestre (mapa 1).

²⁹ Como informa Eric Hobsbawm, em meados do século XIX, até mesmo nos melhores mapas europeus, imensas áreas de territórios da África, Ásia Central, do interior da América do Sul e partes da América do Norte e Austrália estavam marcadas em branco. Para mais informações, ver HOBBSAWM, E. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979, p. 68.

³⁰ CORBIN, Alain. **O território do vazio, a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.7

Mapa 1: Rota da viagem Rio de Janeiro a Cuiabá



Nas palavras de Karl von den Steinen, Mato Grosso situava-se no “coração da América do Sul”, sendo ali o próprio “confim do mundo”.³¹ Por meio da escrita do etnólogo alemão, temos dimensão do isolamento da região. Steinen fez minuciosa descrição das léguas percorridas ao longo de “cansativos” dias, marcados por “percalços de viagem”. A narrativa foi

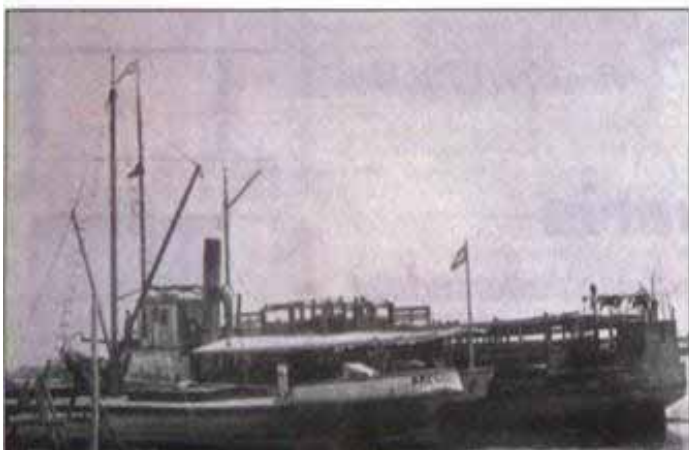


Imagem 3: Vapores da Cia. *Vieri Hnos* no Rio Paraguai.
Fonte: Álbum Gráfico de MT. op.cit. p. 5

construída de modo a levar o leitor a se deparar com um lugar perdido no tempo e no espaço, separado de qualquer vestígio civilizacional, isolado, intocado pelo homem, em meio à imensidão da mata virgem. A viagem transformava-se numa

verdadeira odisséia, e o viajante era elevado à condição de herói de uma épica batalha contra os desconfortos causados por intempéries climáticas, doenças provocadas pelo ambiente hostil e os perigos (animais ferozes ou índios selvagens) que se escondiam nas matas.

A construção da noção de distância pelos viajantes é algo que chama a atenção – não apenas pelo tempo transcorrido na viagem, mas também pela ausência de estruturas urbanas e de poucas aglomerações rurais durante o trajeto. Para o passageiro, chegar a Cuiabá era percorrer um longo caminho através da paisagem inerte, sem sinal da presença do homem “civilizado” e apenas na companhia dos diversos povos indígenas que ocupavam a região.

Entre esta estação (fronteira do Brasil com o Paraguai) e Corumbá, cerca de 550 quilômetros pelo rio, ha duas pequenas aldeias de Índios, quatro ou cinco fazendas de gado e um forte e estação militar, tudo á margem do rio; para o interior não ha absolutamente brancos, e muito poucos Índios selvagens, que raro ou nunca chegam ao rio Paraguay. Passámos por quasi todas as fazendas de noite; vinham dias, iam dias, sem vermos

³¹ STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942. p. 23

sequer uma cabana, ou uma canoa, ou qualquer signal de vida humana.³²

A perspectiva de distância, considerada a origem dos viajantes, incorpora signos civilizacionais: na passagem do século XIX para o XX, a emergência dos vapores, telégrafos e trens (re)significou as distâncias, na medida em que permitiu o fluxo ininterrupto de pessoas, informações e, em especial, de mercadorias. A representação espacial, portanto, ligava-se à possibilidade de contato com o comércio, indivíduos e ideias. Desta maneira, ficar “longe” significava privar-se de todas as experiências e benefícios que somente a civilização propicia: “Que dulce es sentir el eco humano armonizado por la civilización”.³³

Mato Grosso, visto como um território a ser colonizado, marcado por limitadas vias de comunicação e poucas relações produtivas, conduz o imaginário do viajante para um lugar distante não apenas no espaço, mas, sobretudo, na dinâmica do tempo.

Logo, no tempo da velocidade, da tecnologia e do aglomerado populacional, os elementos inerentes às cidades entram em choque com a natureza inerte. O tempo do “progresso” e da “civilização” distanciava-se à medida que o viajante se aproximava de Mato Grosso.³⁴



Imagem 4: Expedição no Pantanal. Comissão Rondon 1905-1921. Localização: Álbum 22_b1 _675. Museu do Índio/FUNAI

³² SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá – Notas de um Naturalista**. São Paulo, 1922. p. 249

³³ BOSSI, Bartolomé. **Viage pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo y Cuiabá y el Arino tributario del grande Amazonas con la descripción de la provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineralojico y sus producciones naturales**. Paris, Liv. Dupray Mahérie, 1865. p.124

³⁴ GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Op. Cit

No final do século XIX, o geólogo estadunidense Herbert Smith, em viagem pelo Rio Paraguai, registrou uma estranha sensação de deslocamento em relação ao seu próprio tempo, diante do desconhecido:

Experiência estranha era esta de viajar por uma soledade aparentemente infinda, como se o nosso vapor moderno imergira súbito em algum país pré-histórico, onde o homem nunca plantara o pé e a natureza sonhava ainda da castidade primitiva!³⁵

Mato Grosso notabilizava-se por sua imensidão, sendo o segundo maior Estado da República em extensão territorial. Atrás apenas do Amazonas, englobava, até meados do século XX, as áreas que correspondem aos atuais Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia – totalizando uma superfície de 1.378.783,50 km², com uma população estimada em 191.145 habitantes, o que lhe conferia a menor densidade demográfica da federação, com apenas 0,139 habitantes por km² em 1912.³⁶ Sobre a desproporção entre território e habitantes, Karl von den Steinen afirmou que, em Mato Grosso, caberiam Alemanha, França e Itália, e que sua população atual não seria suficiente para ultrapassar o “vigésimo sexto lugar na série de cidades alemãs!”³⁷

A baixa densidade populacional de Mato Grosso também foi relatada pelo expedicionário belga Ferdinand Nijs³⁸: “sua população civilizada é de 50.000 habitantes, e pode-se avaliar em 10.000 o número de índios que aí vivem”.³⁹ Embora os dados sejam conflitantes, o fato é que os dois números apresentados revelam a ocupação esparsa do território, e, por extensão, seu precário desenvolvimento, uma vez que, no início do século XX, a densidade populacional servia de parâmetro usualmente aceito para mensurar o progresso de uma dada localidade.

³⁵ SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**. op. cit. pp. 249-250

³⁶ Fonte para o cruzamento de dados: **População, superfície e densidade territorial do Brasil (1912) com o crescimento médio anual (1872-1912)** In: *Anuario estatístico do Brasil 1908 – 1912*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927. Exemplar disponível na Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Unidade estadual de Mato Grosso do Sul.

³⁷ STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central**. op. cit. p. 37

³⁸ Ferdinand Nijs foi um engenheiro e militar belga, enviado ao Brasil, em 1899, para supervisionar uma comissão responsável por avaliar as potencialidades econômicas e de investimentos em Mato Grosso, a pedido de empresas belgas.

³⁹ NIJS, Ferdinand. **Voyage au Matto Grosso**. *Bulletin de la Société d'études coloniales*, n. 8, aout 1901.p. 525

A percepção de “domesticar” a natureza conforme os propósitos da civilização – transformando territórios incultos em áreas de cultivo ou cidades, como medida de progresso – está presente, por exemplo, na obra de Augusto Comte. Em sua análise sobre a “dinâmica social”, o autor atribui à condensação populacional num dado espaço um dos fatores primordiais para o estabelecimento do progresso e da civilização.⁴⁰

O contraste entre a vastidão territorial do Mato Grosso e sua pequena população, bem como a constatação de que a maior parte deste espaço era desabitada ou habitada por povos indígenas foram determinantes para o estabelecimento da representação de Mato Grosso como um deserto selvagem e inóspito.⁴¹

O imaginário sobre o espaço daqueles que se aventuravam a adentrar o sertão mato-grossense, a exemplo de Steinen, oscilava da visão paradisíaca – “Ah! Se o leitor pudesse chegar aqui para entusiasmar-se e regalar a alma nestas paragens!”⁴² – ao inferno na terra, devido às nuvens de mosquitos, aos animais ferozes, aos índios selvagens, ao clima insalubre, às febres malignas e às privações de toda espécie, situações que levaram o mesmo etnólogo alemão a constatar: “o que nos fascina é o que vemos, uma ou mais vezes, como turistas, porquanto só à ideia de viver aqui já sentimos horror”.⁴³

No que diz respeito às representações sobre os habitantes de Mato Grosso, nos escritos dos viajantes, homem e natureza não se apresentavam separadamente. A percepção da imagem desses sertanejos e de seus hábitos baseava-se na simbiose entre o ambiente hostil e a circunstância de viver na imensidão “vazia”. Na elaboração da imagem do mato-grossense, a presença indígena ocupou lugar central nos relatos dos viajantes – como objeto de estudo de etnólogos e naturalistas ou elemento que compôs o ambiente a ser explorado –, percebida mais como dado da paisagem natural do que contingente populacional. Nesse sentido, alguns estudos trazem não apenas a descrição geológica, climática, hidrográfica, da fauna e da flora da região, mas

⁴⁰ COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva**. In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

⁴¹ GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Op. Cit

⁴² STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central**. op. cit. p. 57

⁴³ idem, p.57

também observações etnológicas com informações sobre os índios, inclusive sugestões de como “aproveitá-los (...) como um recurso natural”.⁴⁴

No final do século XIX, o comerciante português Joaquim Ferreira Moutinho, em *Notícia sobre a Província de Matto Grosso*⁴⁵, estimava a população indígena na região: “Quanto á população aborigene faltão os precisos dados para avaliá-la; mas alguma rasão ha de suppôr que não excede de 24,000 almas”.⁴⁶ Confrontando esses dados com a dimensão territorial de Mato Grosso, a ideia de espaço vazio e improdutivo é reforçada. Deste modo, a argumentação de Moutinho integrava um discurso mais amplo: o de que era dever do Estado colonizar o espaço e civilizar o gentio em nome do progresso.

Tem a provincia de Matto-Grosso uma população constante, segundo o calculo do sr barão de Melgaço de 24,000 almas, que não presta serviço algum. Referimo-nos aos indios bravios dispersos pelo seu vasto território, errantes, sem conhecimento ou idéa alguma da civilisação. (...) A catechese d’esses indios é medida de summa importancia para a província, mas infelizmente o governo ainda não comprehendeu esta necessidade.⁴⁷

Devemos alertar que a visão generalizante do índio enquanto obstáculo a ser superado pelo progresso não inviabilizou que diversas etnias fossem avaliadas em suas especificidades. Entretanto, nos relatos, é possível observar alguns pontos em comum nas apreciações. A princípio, diferenciavam-se os silvícolas “bravios” ou “selvagens”, considerados “violentos” e “traíçoeiros”, arredios à civilização ou sem qualquer contato com ela; e os “mansos”, avaliados como “pacíficos” e propensos à integração da vida civilizada. Em ambos os casos, o observador geralmente ressaltava a maior ou menor aptidão para o trabalho, bem como a capacidade de adesão aos valores ocidentais.

Diante desses critérios, as sociedades indígenas eram identificadas como “laboriosas”, possuidoras da aptidão para o desenvolvimento de

⁴⁴ CASTRO, M. Inês M. & GALETTI, Lylia S. G. **Histórico dos usos da biodiversidade em Mato Grosso**. In: Castro, Carlos F. A. (org.). *Diagnóstico do setor florestal em Mato Grosso*, Brasília, 1994. p.75

⁴⁵ A obra encontra-se disponível para consulta no formato digital na ferramenta do Google Livros.

⁴⁶ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Mato Grosso**. São Paulo, Henrique Schroeder, 1869. p. 115

⁴⁷ *ibidem*, pp. 133-134

atividades agrícolas, ou “indolentes” e “preguiçosas”. Contudo, indiferentes às características étnicas, os prognósticos dos viajantes, marcados por uma forte perspectiva evolucionista, apontavam que o civilizar dos índios era apenas uma questão de tempo.

Outra questão quanto à presença indígena no vasto território mato-grossense foi a sua identificação como elemento perigoso à vida dos civilizados. A constituição da noção de Mato Grosso como um território violento é revelada também nos relatos de ataques de indígenas, o que contribuiu para elaborar a representação de um espaço inseguro, habitado por selvagens.

Em 1851, quando pela primeira vez viajamos para Cuyabá, em companhia do nosso amigo o sr. tenente coronel João Gualberto de Mattos, fomos cercados á noute pelos indios Coroados que nos forçarão a passar em vigília. A tropa deixou o encosto, e veio agglomerar-se em torno de nossa barraca, como costumão fazer quando sentem a catinga das onças ou dos índios.⁴⁸

Além de um comportamento de segurança, possivelmente padrão mediante a um hipotético ataque ao acampamento, Mourinho cita outro elemento interessante que merece destaque: em sua narrativa, índio e onça são equivalentes – quanto ao perigo que representam, ao modo de agir e às características físicas. Ambos são identificados pelo odor, ou, nas palavras do autor, sua “catinga”, e se utilizam “traioeiramente” da noite. Logo, homem e natureza se confundem.

De modo geral, nas narrativas dos viajantes, a presença indígena molda a percepção estigmatizada de que o território mato-grossense era dominado pela barbárie⁴⁹. Essa imagem em nada perde força quando se refere às representações sobre o segmento não-indígena da população local.⁵⁰

⁴⁸ *ibidem*, p.29

⁴⁹ Joaquim Moutinho não traz em sua obra referências imagéticas de seus acampamentos. Todavia, a utilização da foto do acampamento de Karl Von Den Steinen nos permite fazer uma ideia dos acampamentos expedicionários no final do século XIX e início do XX. Imagem In: STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central**. op. cit. p. 137

⁵⁰ A respeito, ver: ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. op. cit; GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 2000.; BATISTA CORRÊA, Valmir. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

No final do século XIX, teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o darwinismo social exerciam forte influência nos homens da ciência e do Estado.⁵¹ O que se observa nas descrições étnicas da população mato-grossense feitas pelos viajantes, presentes na imprensa e em documentos oficiais da época, é uma tentativa de “classificar” a população local.

A população da provincia é a mais mesclada que temos visto: ali se vê o bugre, o caboclo, o caburé, o cabra, o mulato, o negro e o branco; mas as raças principaes, são o branco, que é - o europeu ou descendentes d'este, o negro- que é o africano e o indio que é puramente o brasileiro. Do cruzamento d'estas raças, nasce o mulato que é filho de um branco e de uma negra, ou vice versa; o caboclo que é filho do branco com a índia, ou vice versa; o caburé que ó filho do indio com a negra e vice versa; o cabra que é filho do mulato com a negra, etc...⁵²

Para Lília M. Schwarcz, a “sciencia” que chega ao Brasil no final do século XIX não era de caráter experimental, mas sim um modelo evolucionista e social-darwinista, originalmente popularizado enquanto justificativa para a ação imperialista de dominação. A compreensão sobre a miscigenação da população mato-grossense foi interpretada como uma deformidade, a exemplo das palavras do expedicionário belga Ferdinand Nijs:

Talvez vocês já tenham tido oportunidade de escutar pessoas se lastimarem da degeneração de nossas raças européias. (...) Deixem menosprezar estes descontentes, pois, é certo que após uma visita a Mato Grosso eles se regozijariam de pertencer à nossa raça (...). Imaginem vocês, pessoas de tez uniformemente pálida e doentia, preguiçosas, atingidas por uma espécie de languidez indolente que formarão uma imagem do aspecto físico dos habitantes de Mato Grosso. (...) Não. Esta raça é muito feia. Apesar do pó de arroz e dos fortes perfumes utilizados com frenesi pelas mulheres (...) elas em nada são comparáveis às nossas companheiras.⁵³

A miscigenação era avaliada como entrave ao progresso de Mato Grosso, uma vez que o índio e o africano, considerados “raças inferiores”,

⁵¹ SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **O Espetáculo das Raças**. op. cit.

⁵² MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Mato Grosso**. op. cit. p.117

⁵³ NIJS, Ferdinand. **Voyage au Matto Grosso**. op. cit. p. 526

representavam a maioria na população local.⁵⁴ Diante dessa “perniciosa” influência, o mato-grossense era qualificado, nos relatos dos viajantes, como “indolente”, “preguiçoso”, pouco afeito a “habitus” e propensões psicológicas peculiares ao homem civilizado.⁵⁵



Imagem 5: Corumbá - Vendedor de buchos. In: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. op. cit. p. 106



Imagem 6: Índios Guató. In: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. op. cit. p. 185

Os comportamentos dos mato-grossenses foram notados pelos viajantes. O pintor francês Hércules Florence, que acompanhou a expedição Langsdorff, se impressionou com as relações afetivo-sexuais, e atribuiu ao isolamento e ao “pernicioso influxo do contato dos escravos, negros e negras,

⁵⁴ O pesquisador Valmir Batista Corrêa, em seu Mestrado, analisou os dados populacionais de Mato Grosso de 1815. Entre a “população livre”, a predominância seria de mestiços, com 7.908 indivíduos; em relação aos brancos, somavam 5.813 indivíduos, e negros, 2.656 indivíduos. Quanto à “população de escravos”, foram registrados 9.319 negros e 1.569 mestiços. Logo, em termos globais, no início do século XIX, Mato Grosso possuía uma população de 10.888 negros, 9.477 mestiços e 5.813 brancos. In: BATISTA CORRÊA, Valmir. **Mato Grosso: 1817-1840. E o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província**. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1976.

⁵⁵ GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização** op. cit. Entre os séculos XIX e XX, podem ser lidas apreciações sobre os malefícios da miscigenação dos brasileiros em relatos de viajantes europeus que estiveram em outras regiões do país, a exemplo dos relatos de Johann. B. Spix e Karl. Ph. Martius, **Viagem pelo Brasil**; Auguste de Saint-Hilaire, **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco (1816-1822)**; Emmanuel Pohl, **Viagem ao interior do Brasil**; Louis Agassiz e Elisabeth Cary Agassiz, **Viagem ao Brasil**.

cujas paixões violentas não vêm peia à sua expansão,⁵⁶ o estabelecimento de certa libertinagem entre os habitantes.

Tão pouca população provém de que não há 125 anos que Cuiabá foi descoberta e todos quantos procuraram estas terras atraídos só pela posse do ouro, uma vez conseguido esse fim, trataram de se ir embora para gozarem das riquezas ganhas em país civilizado. Os que se deixaram ficar, ricos em pouco tempo e no meio de solidões, só cuidaram em satisfazer seus sentidos. **Entregaram-se a grosseiros prazeres e viveram com amásias, não se lhes dando de formar famílias e educar os filhos**, quando os tinham, nos são princípios da religião e da moral (**Grifo nosso**).⁵⁷

O isolamento também é compreendido como uma das explicações para o fato de os habitantes locais falarem mal uns dos outros. Joaquim Moutinho aconselha aos viajantes recém chegados a Mato Grosso a não procurar amizades para evitar “futuros desgostos”, uma vez que há “falta de franqueza ou lealdade inerente ao caracter dos cuyabanos, como ao de todo o povo creado em lugarejos pouco ilustrados”⁵⁸.

O naturalista inglês Francis Castelnau, de passagem por Mato Grosso, delineou alguns aspectos sobre os costumes “perniciosos” dos habitantes locais, atribuindo a eles a “imoralidade” de serem bêbados, jogadores inveterados, violentos e brigões, dados a divertimentos lascivos, como o batuque e “às mais vergonhosas orgias” a que “freneticamente” se entregavam.⁵⁹

Os viajantes julgavam que a falta de espírito empreendedor dos matogrossenses se assentava na ausência de exploração dos recursos naturais da região. Diante desse cenário, a explicação para “a fome e a miséria são só devidas à preguiça do povo, que ali devia viver na abundância.” Nesse sentido, João Moutinho considerava inaceitável que

(...) homens robustos que **passão a vida em continua bebedeira**, deitados debaixo de miserias palhoças, acordando

⁵⁶FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1977. p.146

⁵⁷ idem, p.146

⁵⁸ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Mato Grosso**. op. cit. p.117

⁵⁹ CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000. p.165

sómente para comerem um pouco de mandioca, porque recusão 30\$000 por mez para servirem como creados ou camaradas.

Não será tudo isto negação completa ao trabalho, amor excessivo á preguiça? ⁶⁰ (**Grifo nosso**)

Mesmo os mato-grossenses que buscavam adotar hábitos e costumes de origem europeia não escapavam das críticas dos viajantes, quase sempre preconceituosas. Para Nijs, embora alguns tenham herdado “costumes europeus, portugueses na maior parte de seus hábitos”, os mato-grossenses eram ociosos e fúteis por natureza⁶¹:

As mulheres não fazem nenhum trabalho manual, contentam-se em tocar bastante mal o piano e a espiar os passantes através das fendas das janelas. Os homens, diária e calmamente se regozijam com seus passeiozinhos pela cidade, parando nas diversas lojas ou se mantendo em permanentes reuniões políticas. (...) Entretanto, muitos deles possuem vastos terrenos dos quais negligenciam seus valores, nos quais não plantam árvores por não estarem certos de poder colher seus frutos ou por preguiça, ou por desconfiança, por vaidade acabam arrendando-os a terceiros para que estes o façam, de modo a garantir proveitos para a sua progenitura. Numa só palavra, eles só trabalham se obrigados pela necessidade de sobrevivência. Enfim, eles são exigentes, mas, a noção que têm de bem estar é bem simples (...): dormir convenientemente, almoçar nas horas desejadas, ser livre para a política, não se ocupar de afazeres das mulheres e das crianças e, sobretudo (oh! sobretudo) poder frequentemente, em tempo se possível bem dilatado, se balançar em suas redes.⁶²

Nessas apreciações, as críticas mais constantes dirigiam-se, sobretudo, ao comportamento político das autoridades e dos fazendeiros locais, por fazerem uso do bem público em prol de interesses privados. Para os estrangeiros, era incompreensível que proprietários de extensas áreas priorizassem disputas por cargos ao invés de explorarem as potencialidades da terra: “os habitantes fazem política e vivem das somas que o tesouro lhes fornece. Um cargo ou mesmo um cargozinho qualquer é objeto de toda a ambição e toda especulação”.⁶³

⁶⁰ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Mato Grosso**. op. cit. p. 32-33

⁶¹ NIJS, Ferdinand. **Voyage au Matto Grosso**. op. cit. p. 527

⁶² idem, *ibidem*.

⁶³ STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central**. op. cit. p. 68

A ambição e as disputas por cargos de poder contrastavam com a ausência de empenho no que diz respeito ao trato com os negócios, o que afetava as atividades produtivas, uma vez que “a instabilidade dos poderes e a falta de confiança, sua corolária, impedem toda a expansão comercial sufocando todas as suas iniciativas”.⁶⁴ Para os viajantes, a “política sempre infausta”⁶⁵ de Mato Grosso era fruto de uma sociedade incivilizada, caracterizada pela irracionalidade até mesmo da administração pública, que gerava instabilidade no governo e, por consequência, um estado de “barbárie”. Vale informar que o período dos relatos dos viajantes, entre os séculos XIX e XX, foi marcado por várias revoltas em todo o país.⁶⁶

Os viajantes – em muitos casos funcionários de potências imperiais, industriais e financistas que se empenhavam em conhecer e “desbravar” espaços “remotos” (“vazios” e/ou “pouco povoados”, deslocados de um tempo cuja essência era o “progresso”) – partilhavam um olhar civilizador e buscavam, nas teorias evolucionistas de Herbert Spencer, nas leis de desenvolvimento da sociedade de Comte e no racismo científico de Arthur de Gobineau, as justificativas para intervir em vastas regiões do globo, incorporando-as à dinâmica de expansão do capitalismo. Tal operação foi conceituada por Fernando Coronil de “ocidentalismo”.⁶⁷

Neste sentido, eles consideravam que as populações negras ou mestiças, habitantes de regiões como Mato Grosso, estariam ainda num estágio inferior de “civilização”, próximo à “barbárie”. Quanto às etnias indígenas, insistimos: os viajantes acreditavam que elas viviam em estado de completa “selvageria”. Essa percepção era compartilhada por habitantes de outras regiões do Brasil, reforçando a ideia geral de que Mato Grosso estava distante, nos confins da “nação”, carente de “progresso”.⁶⁸

⁶⁴ NIJS, Ferdinand. **Voyage au Matto Grosso**. op. cit. p. 527

⁶⁵ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Mato Grosso**. op. cit. p.269

⁶⁶ Retomaremos as discussões sobre identidade e cultura política em Mato Grosso no quarto Capítulo desta Tese.

⁶⁷ CORONIL, Fernando. **Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo**. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. 2005. pp.105-132.

⁶⁸ GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Op. Cit

Diante dessa perspectiva, na era republicana, surgiram políticas para ocupar e integrar “sertões incultos” às “áreas civilizadas”, com o objetivo de difundir a “cultura nacional”. Mato Grosso, enquanto uma fronteira “dyade”⁶⁹, desempenhava um papel de “guarda-costas” das possessões territoriais do Brasil desde o período imperial. Especialmente após a guerra contra o Paraguai, a compreensão de defesa e unidade “ergueu-se sobre a delimitação precisa do território e a imposição de uma ordem jurídica e política homogênea”.⁷⁰ Ou seja, incorporar Mato Grosso à nação tornava-se fundamental para garantir a unidade nacional.

1.3. Ocupação e formação de elite no sul de Mato Grosso

Podemos assim enquadrar os grupos econômicos que se assentaram no sul de Mato Grosso, na passagem do século XIX para o XX: 1) elite pecuarista de capital internacional, representada pelos donos das charqueadas; 2) criadores de gado que migraram do norte de Mato Grosso, Triângulo Mineiro, Paraguai e Rio Grande do Sul; 3) comerciantes do porto ou “turcos”, que se estabeleceram no porto de Corumbá e migraram posteriormente para Campo Grande após a construção da ferrovia; e 4) os exploradores da erva mate. Estabeleceu-se na política do sul de Mato Grosso um campo de disputa entre esses grupos, que, por vezes, se confundiam, dadas as alternativas de expansão econômica e das eventuais articulações políticas.

Dos grupos anteriormente identificados, o primeiro e o segundo compuseram a elite do gado que, posteriormente, absorverão os novos agentes sociais oriundos da expansão econômica advinda dos trilhos e da urbanização de Campo Grande.

⁶⁹ Michel Foucher utilizou-se do termo para compreender a fronteira como espaço que se completa e se antagoniza reciprocamente. FOUCHER, Michel. **Front set frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991

⁷⁰ MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria**. op.cit. p. 15.

1.3.1. A elite do açúcar

Destacamos a importância política das elites ligadas à produção agroindustrial canavieira nas disputas pelo poder, uma vez que as principais usinas localizavam-se no norte de Mato Grosso. Mesmo que a importância econômica do açúcar no Estado – comparada à produção do gado e da erva mate – tenha sido “bastante pequena, servindo apenas ao mercado local”⁷¹, os primeiros governadores republicanos eram usineiros ou mantinham ligações com o negócio do açúcar.⁷²

Essas elites, que nas palavras de Edgar Carone formavam “um misto de latifundiários e burgueses”⁷³, foram representadas por líderes políticos como Generoso Ponce, os irmãos Murtinho, Antônio Maria Coelho, Antonio Azeredo, João Nepomuceno, Pedro Celestino, José Maria Metello, entre outros que, ao longo das primeiras décadas do século XX, protagonizaram vários embates pela disputa do poder, que ora se resolviam em arranjos de bastidores, ora por meio de violentos confrontos armados. O fato é que essas oligarquias se revezaram na administração pública, atrelando seus interesses econômicos aos políticos.

1.3.2. A elite portuária

Durante todo o século XIX e início do XX, as principais vias de transporte no sul de Mato Grosso passavam pelas águas dos rios, especialmente os que compõem a Bacia Platina. O Rio da Prata e seus afluentes (Paraná, Paraguai e Uruguai) formam uma Bacia de 1,4 mil km² de extensão, área equivalente a, aproximadamente, 16% do território brasileiro. Esse amplo corredor fluvial, de águas profundas em direção ao Atlântico Sul, possibilitou o estabelecimento de

⁷¹ BORGES, Fernando T. M. **Do extrativismo à pecuária**. op.cit.93

⁷² A família Paes de Barros era proprietária das usinas Conceição, Itaicy e Maravilha; a família Corrêa da Costa, da usina Flexas (sic); a família Costa Marques, da usina Ressaca.

⁷³ CARONE, Edgar. **A República Velha. (Instituições e Classes Sociais)**. Vol I. São Paulo: Difel, 1970, p. 149

portos nas cidades de Corumbá e Porto Murtinho. Em virtude da importância estratégica e comercial da região, Brasil e Paraguai assinaram, em 1856, o Tratado de Comércio, Navegação e Amizade, que permitiu a livre navegação das embarcações brasileiras. A regulamentação e a melhoria das condições de comunicação possibilitaram à província de Mato Grosso dinamizar seu comércio.⁷⁴

Pelos portos do sul de Mato Grosso, comercializavam-se artigos “dos mais longínquos empórios: Havre, Liverpool, Manchester, Hamburgo, Paris, Londres, Southampton, Amsterdan, Lisboa, Porto e Gênova”.⁷⁵ A grande diversificação permitia o acesso a “mercadorias, desde rendas e tecidos franceses, maquinarias da Inglaterra e Alemanha, até gêneros alimentícios da Holanda, vinhos portugueses e italianos”.⁷⁶ Corumbá funcionava como entreposto comercial: de lá, eram distribuídos os produtos via “transbordo para as embarcações menores, destinadas a Cuiabá, Cáceres, Miranda, Coxim”⁷⁷; a produção “das demais regiões mato-grossenses, como a ipeca⁷⁸, fumo, café e açúcar das usinas do norte, borracha e erva mate”⁷⁹, também era escoada às praças platinas e do Rio de Janeiro.

Desde 1884, a *Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro* mantinha linhas regulares, tanto de cargas como de passageiros, ligando Corumbá aos portos de Santos, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Assunção e Montevideu. O grande afluxo comercial possibilitou, ainda, a emergência de pequenas e médias empresas de navegação organizadas por comerciantes e empresários dos portos regionais, ampliando a rede comercial por todo o alto e médio

⁷⁴ CORRÊA, Lúcia Salsa. **A Fronteira na História Regional: O Sul de Mato Grosso (1870-1920)**. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.p.29

⁷⁵ SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá**. [S.l.]: [s.n.], 1983, p.74

⁷⁶ idem, p.74

⁷⁷ idem, p.74

⁷⁸ Encontrada nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, especialmente nos estados de Mato Grosso e Acre, a *ipeca* ou *ipacacuanha* (*Cephaelis ipacacuanha*) é um arbusto reto de, aproximadamente, 45 cm de altura. De sua raiz são extraídos vários alcalóides, como a emetina, utilizado pela indústria farmacêutica para fabricação de medicamentos expectorantes, indicados para o tratamento de doenças do aparelho respiratório. Para mais informações, ver: LIMA, Patrícia Schober Gonçalves. **Divergência genética e efeito do nitrogênio total no crescimento *in vitro* de ipeca [*Psychotria ipacacuanha* (Brot.) Stokes]**. Dissertação (Mestrado em Genética e Melhoramento de Plantas). Lavras: Universidade Federal de Lavras (UFLA), 2001

⁷⁹ CORRÊA, L. S. **Corumbá: um núcleo na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)**. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. p.80

Paraguai, permitindo às pequenas cidades e aos fazendeiros recém-estabelecidos comprar e vender mercadorias.⁸⁰



Imagem 7: Vista da cidade e Cais do Porto de Corumbá.

Fonte: Acervo imagético do Muhan



Imagem 8: Corumbá - Vista parcial do Porto. In: **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. op. cit. p. 326.

A vultosa movimentação financeira levou a Assembléia Legislativa Provincial a criar, em 1858, a *Mesa de Rendas da Alfândega*, cujo objetivo era fiscalizar e arrecadar impostos nos portos do sul de Mato Grosso. Em pouco tempo, devido ao impulso do movimento fluvial e mercantil, aumentou “significativamente o número de casas comerciais e de estrangeiros atraídos pela florescente praça comercial mato-grossense”.⁸¹ Nascia em Mato Grosso uma nova elite, formada, majoritariamente, por migrantes sírios, libaneses e palestinos, tratados, genericamente, como “turcos” – famílias como Abraão, Buainain, Gazal, Gebara, Ibrahim, Gehá, Kalil, Kuri, Maluf, Radif, Nasser, Neder, Nemir, Orro, Saab, Sáfadi, Salomão, Siufi e Surugi. As casas comerciais funcionavam também como “secções bancárias” de grandes corporações, a exemplo do *Citibank*. Segundo Gilberto Luiz Alves,

⁸⁰ Destacavam-se como as principais empresas de navegação que operavam no Porto de Corumbá: Vapor Vierci Hermanos; Empresa de Navegação Teutonia; Companhia Argentina de Navegação Nicolas Minhanovich; Empresa Corumbaense M. Cavassa Filho & Cia.; Wanderley Baís & Cia.; Stofen, Schnack, Muller e Cia.; Empresa Armadora Cacerense Jose Dulce & Cia. CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: o comércio e o Casario do Porto (1870-1920)**. Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

⁸¹ *ibidem*, p. 85

(...) as casas comerciais dos portos exerceram um domínio econômico incontestado em Mato Grosso (...) funcionando como banco foi o único estabelecimento de crédito ao alcance do produtor, independente das elevadas taxas de juros que impunha. Daí ter o grande comerciante dos Portos carregado em seu favor o grosso da riqueza da região.⁸²⁾

Corumbá, favorecida por sua posição geográfica, acessava bens de consumo e informações diretamente da Foz do Prata e do Atlântico, transformando-se em centro comercial, financista e um dos marcos fronteiriços mais avançados ao oeste do território brasileiro em meados do século XIX.

Por meio da navegação, o sul de Mato Grosso passou a ser incorporado ao mercado mundial. No entanto, mesmo diante do desenvolvimento do transporte, escoar os produtos ainda era uma dificuldade do comércio local. Em geral, das sedes das fazendas até o porto, as mercadorias seguiam em carros de bois. As perdas durante o trajeto – ocasionadas pelas condições precárias das vias, os frequentes “atoleiros”, os ataques de insetos, animais selvagens e os saques contra as comitivas – encareciam o valor final das mercadorias.⁸³



Imagem 9: Carros de boi em frente a uma Casa Comercial na cidade de Aquidauana, por volta dos anos 1920. Fonte: Arquivo Imagético do IHGMS

⁸² ALVES, G. L.; **A Trajetória histórica do grande comerciante dos portos de Corumbá (1857- 1929)**. In: CORRÊA, V. B. *Casario do Porto de Corumbá*. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília. 1985. p. 69

⁸³ FIGUEIREDO, Aline. **A propósito do boi**. Cuiabá: Ed. UFMT. 1994.

A fragilidade das vias de comunicação ficou mais exposta com a eclosão da guerra contra o Paraguai (1864-1870). O conflito bloqueou a navegação na Bacia do Prata, o que prejudicou não apenas a cidade de Corumbá, mas isolou praticamente toda a província de Mato Grosso do restante do Brasil. As incipientes atividades produtivas da região foram desarticuladas.

No decorrer do pós-guerra, o Governo Imperial envia, em 1871, uma expedição para demarcar as fronteiras entre Brasil e Paraguai, na região que compreende o território entre o Rio Apa, atual Mato Grosso do Sul, e o Salto de Sete Quedas, no Paraná. A *Comissão de Limites*, como foi nomeada, sob o comando do Coronel de Engenharia Rufino Enéas Galvão, (Barão e Visconde de Maracajú), encerrou seus trabalhos em 1874, anexando, ao Estado de Mato Grosso, 156 mil km² pertencentes até então ao país vizinho. O parecer da Comissão inferiu que eram necessárias ações que fixassem ali homens “brancos” e o estabelecimento de postos militares nessa área, vista como “espaço vazio” e dotada de potenciais riquezas a serem exploradas, em especial a erva mate.⁸⁴

1.3.3- A elite do mate

Em 1882, o então marechal Enéas Galvão é nomeado presidente da Província de Mato Grosso. No mesmo ano, o comerciante e amigo de Galvão, Thomaz Larangeira⁸⁵, consegue, pelo Decreto Imperial n° 8.799, de 9 de dezembro de 1882, concessão legal, por um período inicial de dez anos, para explorar a erva mate nativa.

É concedida a Thomaz Larangeira permissão por 10 anos para colher mate nos ervais existentes nos limites da Província

⁸⁴ BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

⁸⁵ Thomaz Larangeira fez parte da *Comissão de Limites*, fornecendo alimentos à expedição. Em 1874, torna-se criador de gado na região de fronteira entre Brasil e Paraguai; três anos mais tarde (1877), dá início ao trabalho de exploração da erva mate no território paraguaio, expandindo seus empreendimentos no solo brasileiro após a concessão da exploração dos ervais em 1882. Informações em: CORREA FILHO, Virgílio. **A sombra dos Hervaes Mato-grossenses**. Ed. São Paulo, São Paulo, 1925.

de Matto Grosso com a Republica do Paraguay, no perímetro compreendido pelos morros do Rincão e as cabeceiras do Igatemy, ou entre os rios Amambay e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 kilometros.⁸⁶

De acordo com as pesquisas de Eva Maria Luiz Ferreira⁸⁷, José Roberto Rodrigues de Oliveira⁸⁸ e Laércio Cardoso de Jesus⁸⁹, as terras concedidas pelo Decreto Imperial a Thomaz Larangeira situavam-se em pleno território tradicional das etnias Kaiowá e Guaraní. A política de arrendamento “como forma de acesso às terras devolutas foi largamente utilizada pelo estado durante a Primeira Republica, objetivando a exploração da indústria extrativa vegetal, sobretudo da borracha e da erva mate”.⁹⁰

Em 1891, aproximando-se o fim da concessão de exploração dos ervais nativos, Thomaz Larangeira associa-se ao Banco Rio e Matto-Grosso, de propriedade dos irmãos Joaquim Murtinho⁹¹ e Francisco Murtinho, criando, conforme o Decreto nº 436⁹², a Companhia Matte Larangeira. Em 1892, a empresa foi beneficiada com prorrogação contratual e, em 1894, obtém o “arrendamento, por 16 anos, de terrenos devolutos situados na zona fronteira

⁸⁶ Decreto Imperial nº 8.799, de 9/12/1882. **Coleção Leis do Império do Brasil de 1882**. Parte II. Tomo XLV, Vol. II. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1883. p. 530. Arquivo digitalizado e disponível na Biblioteca da Câmara dos Deputados através do Link:

<http://www2.camara.gov.br/atividade-egislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao8.html>

⁸⁷ FERREIRA, Eva Maria Luiz **A participação dos índios Kaiowá e Guaraní como trabalhadores na Companhia Matte Larangeira**. Dissertação (Mestrado em História), Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2007.

⁸⁸ OLIVEIRA, José Roberto Rodrigues de. **Terras devolutas de áreas ervateiras do sul de Mato Grosso: a difícil constituição da pequena propriedade (1916-1948)**. Dissertação (Mestrado em História), Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2004.

⁸⁹ JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva mate: O outro lado – A Presença dos Produtores Independentes no Antigo Sul de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em História), Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2004.

⁹⁰ MORENO, Gislaene. **Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1993.p.146.

⁹¹ Senador pelo Estado de Mato Grosso entre 1890 – 1911, ocupou os cargos de Ministro da Viação, Indústria e Comércio (1896) e Ministro da Fazenda (1898 – 1902). Informações em: CORRÊA FILHO, Virgílio. **Joaquim Murtinho**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

⁹² Decreto nº 436, de 4/06/1891. **Colleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1891**. Parte II. Vol. II. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1892. p. 82. Arquivo digitalizado e disponível na Biblioteca da Câmara dos Deputados através do Link: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/Leis1891part2vIIp787/indice.pdf>

com a Republica do Paraguay, para exploração e colheita de herva-matte e outros productos vegetaes”.⁹³

A Companhia deteve o direito de exploração de uma área de, aproximadamente, cinco milhões de hectares e, no início da década de 1920, chegou a gerenciar recursos até seis vezes maiores que a receita estadual.⁹⁴ As sucessivas renovações das concessões de arrendamentos se estenderam até 1943, momento em que a política estadonovista desestrutura o “para-estado” que havia se instalado na fronteira oeste sob o domínio da Matte Larangeira. Por meio da criação do território federal de Ponta Porã, (de acordo com o Decreto-Lei nº 5.812), tornou-se inviável um novo arrendamento, o que obrigou a empresa a entregar os terrenos à União.⁹⁵

No século XX, algumas medidas estatais, como a construção das linhas telegráficas e da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), estimularam a migração, dinamizaram as atividades produtivas e alteraram a espacialidade econômica da região.

Para o governo central, a ligação telegráfica de Cuiabá ao Rio de Janeiro apresentava-se como instrumento capaz de garantir a defesa e a soberania sobre as “vastas e desguarnecidas” fronteiras de Mato Grosso, bem como auxiliava a tentativa de manter a ordem pública, ameaçada pelos inúmeros conflitos travados entre os grupos oligárquicos mato-grossenses que disputavam o controle do poder político local.⁹⁶

Com os trilhos, o transporte fluvial foi, gradativamente, perdendo a primazia. O eixo econômico moveu-se de Corumbá para Campo Grande, que se transformou no principal entreposto de exportação e importação de Mato Grosso no final da década de 1910. Essa alteração levou à rearticulação das relações capitalistas na região, cujo foco foi deslocado da Bacia do Prata para São Paulo. Segundo Pierre Monbeig, durante as primeiras décadas do século

⁹³Lei Estadual de nº 26, de 26 de novembro de 1894. **Indicador das Leis e decretos do Estado de Mato Grosso. (1890-1935)**. APMT.

⁹⁴CARONE, Edgar. **A República Velha**. op.cit. p.71.

⁹⁵Decreto-Lei nº 5.812, de 13/09/1943. **Coleção de Leis do Brasil**. op. cit. De acordo com o Decreto, em seu 2º Artigo: Passam para o Domínio da União os bens que, pertencendo aos Estados ou Municípios na forma da Constituição e das leis em vigor, se acham situados nos Territórios delimitados no artigo precedente.

⁹⁶MARTINS JÚNIOR, Carlos. **Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2001.

XX, a produção de gado no sul de Mato Grosso abasteceu os incipientes núcleos populacionais do sudoeste paulista, que floresciam com a expansão da lavoura cafeeira.⁹⁷

Na passagem do século XIX para o XX, o aprofundamento das relações capitalistas na região definiu o jogo político e o processo de apropriação da terra. Em Mato Grosso, o regime latifundiário permitiu a formação de uma elite de proprietários rurais que passou a ter atuação decisiva na política regional.⁹⁸ A partir desse ponto, iremos dar ênfase à formação da elite do gado, uma vez que Campo Grande nasceu como pouso de boiadeiros, tendo na pecuária a sua principal atividade econômica.

1.4 A elite do gado

“O regime pastoril foi o grande fator de civilização, de desbravamento e de expansão geográfica dessas terras a oeste do Brasil”.⁹⁹

Desde o século XVI, o território que compreende o atual Mato Grosso do Sul era conhecido pelo governo lusitano. Porém, as expedições de Aleixo Garcia, em 1524 e 1525, de Juan Ayolas, em 1537, e de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, em 1543, não resultaram em políticas de ocupação. Durante o século XVII, os bandeirantes mantiveram suas incursões para prear índios. No entanto, em 1719, a descoberta de ouro às margens do Rio Coxipó (no norte), próximo a Cuiabá, fomentou a primeira colonização permanente de Mato Grosso.

O ouro cuiabano impulsionou o fluxo de pessoas na parte meridional da capitania de Mato Grosso (hoje, Mato Grosso do Sul), a caminho das minas, fazendo surgir os primeiros núcleos populacionais como o Varadouro de

⁹⁷ MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.

⁹⁸ CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e fronteira – o sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1999. p. 146.

⁹⁹ SODRÉ, Nelson. Werneck. **Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. p. 68

Camapuã (1719), que funcionava como um entreposto de abastecimento. Temendo as pretensões castelhanas e buscando consolidar o domínio territorial, a Coroa lusitana construiu “fortificações militares, que serviam para marcar a presença luso-brasileira naquele espaço”¹⁰⁰; deste modo, fundaram-se o Forte Coimbra (1775), o Forte de Miranda (1797) e a povoação de Albuquerque (1778). Mas é possível afirmar que, somente a partir de 1830, teve início, de fato, o povoamento “não-índio” das terras ao sul da província de Mato Grosso.

Destacamos três pontos para compreender o processo de ocupação na região. O primeiro, de natureza migracional, anterior ao conflito com o Paraguai, deu-se por duas vertentes: uma, de natureza política, com o apaziguamento das elites cuiabanas após os conflitos que culminaram na Rusga (1834); e outra, pela frente pioneira de migrantes paulistas e mineiros. O segundo ponto relaciona-se às vias de comunicação, com a abertura da navegação na Bacia platina, no século XIX, e a construção de estradas e caminhos que ligavam a região à província de São Paulo. E o terceiro é ligado ao desenvolvimento econômico, pautado na produção agropastoril, em especial na criação de gado.

A Rusga é considerada, pela historiografia brasileira, como uma das rebeliões regenciais que eclodiram no país após a abdicação de D. Pedro I.¹⁰¹ O conflito resultou das disputas políticas no seio das elites cuiabanas, envolvendo, de um lado, a ascendente elite ligada à criação de gado e, do outro, os mineiros em decadência devido ao esgotamento das minas. O término das disputas consolidou a liderança política dos fazendeiros da região de Poconé, especialmente a de Manuel Alves Ribeiro, nomeado Vice-Presidente de Província e Comandante da Guarda Nacional.¹⁰²

¹⁰⁰ FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940)**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2007. p.25

¹⁰¹ As outras rebeliões regenciais são: Cabanada (1832), Farroupilha (1835), Cabanagem (1835), Sabinada (1837) e Balaiada (1838).

¹⁰² Em Cuiabá, como em outras localidades do Brasil, as casas comerciais e a maioria das cadeiras na Assembléia Provincial eram pertencentes aos portugueses. Com a saída de Dom Pedro I do trono e a instalação dos governos regenciais, o grupo dos “Zelosos da Independência”, constituído por fazendeiros, e o dos “Filantrópicos”, formado majoritariamente por comerciantes portugueses, entram em disputa pelo poder. O conflito marcou a ascensão de uma nova elite formada por fazendeiros da região de Poconé. Mais informações, ver:

Os fazendeiros de Poconé – migrantes no sentido norte-sul – expandiram seus domínios para o sul de Mato Grosso, instalando-se, especialmente, na região do Pantanal. Comitivas lideradas por ilustres “cuiabanos, poconeanos, livramentanos e cacerences”¹⁰³ fundaram grandes propriedades.

Outro fluxo migracional ocorreu no sentido de leste-oeste. Em meados do século XIX, brasileiros oriundos de Minas Gerais e São Paulo, sobretudo, são atraídos pela possibilidade de ocupação de terras devolutas no sul de Mato Grosso. Esta leva de migrantes encontrou-se com os mato-grossenses procedentes do norte (cuiabanos) “no vale do rio Miranda. Daí, espalhou-se até as margens dos rios Ivinhema, Iguatemi e Apa, atingindo o extremo sul de Mato Grosso e a fronteira com os paraguaios”.¹⁰⁴

A formação dessas primeiras fazendas consistia “em fazer posse e demarcar gleba a olho e assinalamento respectivo por meio de estacas”.¹⁰⁵ Sobre o regime de posse e legalização das terras, Virgílio Corrêa informa que:

(...) De mais a mais, os limites mencionados vagamente abrangiam, não raro, área muitas vezes maior que a devida, quando não se processasse a medição de acordo com as exigências legais. A facilidade na aquisição, por título gratuito, de glebas imensas, (*sic*) cujas divisas os vizinhos longínquos respeitavam, por não lhes minguar terreno bruto, (...) O transbordamento periódico dos rios explicam, mais do que a ambição de domínio ilimitado, a formação dos latifundiários, afeiçoada às peculiaridades regionais. Equivaliam, sem dúvida, a prova de força e poderio dos seus mantenedores.¹⁰⁶

Dois pontos nos chamam atenção na escrita Virgílio Corrêa sobre a formação das fazendas de gado no sul de Mato Grosso. Primeiro, a incorporação das extensas áreas no Pantanal, que se fundamentava na necessidade de outro terreno, de igual dimensão, para abrigar o gado durante

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A Rusga em Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1990.

¹⁰³ RIBEIRO, R. A. **Taboco 150 anos: balaios de recordações**. Campo Grande, 1984. p.54

¹⁰⁴ CORRÊA, Lucia Salsa. **Historia e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande:UCDB,1999. p.94

¹⁰⁵ ALMEIDA, Mario Monteiro de. **Episódios históricos da formação geográfica do Brasil; fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951. p. 269

¹⁰⁶ CORRÊA, Virgílio Filho. **Fazendas de gado no Pantanal Mato-Grossense**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura-Serviço de Informação Agrícola, 1955. pp.20-21

o regime das cheias, uma vez que parte das terras ficava alagada; segundo, as relações de violência pela posse da terra, presente nos conflitos entre posseiros e tribos indígenas, bem como entre os próprios posseiros, que não raro lutavam entre si e contra a entrada de novos migrantes ávidos pelas “terras sem dono”.

No final do século XIX, mesmo com a formação das primeiras grandes fazendas no sul de Mato Grosso, o processo de criação bovina era rudimentar, o gado era criado à solta. Para os pecuaristas, os criatórios era um negócio de baixo custo, com poucos investimentos no manejo da terra.

(...) a indústria pastoril da província é ainda a dos tempos primitivos. O gado é criado a lei da natureza, solto nos campos, sujeito a intempérie, confiado a fé pública, não há estabulação; o alimento adquire-o nos campos, qualquer que seja a estação¹⁰⁷

Mesmo com manejo primitivo do gado, os rebanhos crescem; contudo, até as primeiras décadas do século XX, a forma de criar gado pouco havia se alterado, como atesta Virgílio Corrêa Filho:

Criação fazia-se ao leu, por efeito quase exclusivo dos agentes naturais. A intervenção do fazendeiro reduzia-se ao mínimo compatível com a sua vida afanosa, em que devia ao mesmo tempo cuidar de outros afazeres, e até da defesa de seu estabelecimento contra as periódicas tropelias indígenas. (...) o restante dos cuidados confiavam à natureza.¹⁰⁸

À medida que os rebanhos avançavam, em busca de novas pastagens, seus proprietários iam incorporando os novos terrenos ao patrimônio privado. Não era necessário dispor de muitos recursos, bastavam alguns animais de tração e carretas para percorrer os extensos campos, além de ferramentas para formar o pasto, que ocorria pelo desmatamento e queimada dos campos e

¹⁰⁷ FERREIRA, José Joaquim Ramos. **Relatório do Exmo. Sr. Vice-Presidente do Estado de Mato Grosso à Assembléa Legislativa da Provincial de Mato Grosso**, 2ª Sessão da 26ª Legislatura. Cuyaba. Setembro de 1887. s/p

¹⁰⁸ CORRÊA FILHO, Virgílio. **A propósito do boi pantaneiro**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. p. 21

matas virgens. O resultado desse processo foi o surgimento de latifúndios no sul de Mato Grosso (Tabela 1). Algumas propriedades chegavam a 500 mil hectares, ou seja, sua extensão territorial era maior que a de países como Alemanha, Bélgica, Portugal e Suíça.

Tabela 1: Extensão de propriedades rurais no sul de Mato Grosso (1894-1901)

Fazenda	Área (hectares)	Situação	Fundação
Propriedade Rural Palmeiras	106.025	Legalizada	03/12/1894
Propriedade Rural Rio Negro	118.905	Legalizada	03/09/1893
Propriedade Rural Firme	176.853	Legalizada	27/08/1899
Propriedade Rural Taboco	344.923	Legalizada	24/04/1899
Propriedade Rural Barranco Branco ¹⁰⁹	500.000	Legalizada	– ¹¹⁰
Propriedade Rural Rodrigo ¹¹¹	384.950	Legalizada	–
Propriedade Rural Rio Branco	384.292	Legalizada	22/06/1901

Fonte¹¹²

À frente desses latifúndios, emergiu uma elite que enriqueceu com a criação de bovinos, explorando o capital natural (terra abundante e gado “selvagem”) por meio do sistema extensivo de produção. Até o início do século XX, o gado criado no sul de Mato Grosso destinava-se a poucas alternativas de comércio: em geral, servia para o abastecimento interno de carne verde¹¹³, salgada e seca, a exportação de gado em pé para o Leste brasileiro, e – em escala menor – para a Bacia platina via rio Paraguai.

É possível dividirmos a ocupação econômica do sul de Mato Grosso em duas fases. A primeira deu-se com a formação da elite agrária de caráter regional, entre 1870 -1920. Esse período foi nomeado, por Virgílio Corrêa Filho,

¹⁰⁹ Não foi possível identificar a data de criação da propriedade. Segundo Virgílio Corrêa Filho (1955), em 1909, a fazenda Barranco Branco é adquirida pela empresa *Societé Industrielle et Agricole au Brésil*, com sede em Bruxelas, autorizada pelo Decreto n°. 5.983, de 18/04/1906, a funcionar em território brasileiro.

¹¹⁰ Dados não localizados.

¹¹¹ Não foi possível identificar a data de criação da propriedade. De acordo com o Decreto n°. 7.780, publicado no Diário Oficial da União em 30/12/1909, a Fazenda Rodrigo é declarada como parte dos bens da sociedade *Anonyma Trust del Alto Paraguay*, Companhia dirigida por Benito Villanueva, agroindustrial e destacado político argentino, eleito por duas vezes senador entre 1911-1921. Informações em: RAMOS, Jorge Abelardo. **Del patriciado a la oligarquia – 1862-1904**. Buenos Aires: Ed. Plus Ultra, 1971.

¹¹² CORREA FILHO, V. **Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Serviço de Informação Agrícola, 1955, p.23

¹¹³ “Carne verde” significa carne fresca, não salgada e manteada, nem defumada.

como a “fase heróica da História mato-grossense”; em linhas gerais, correspondeu à consolidação dos latifúndios pecuaristas, à formação e ao crescimento dos rebanhos, criados em regime extensivo. Nesse momento, registra-se, de forma paralela, a valorização gradativa das terras no sul de Mato Grosso. Na segunda fase, entre 1920-1940, dá-se o aprofundamento das relações capitalistas na região, marcadas pela ampliação dos investimentos de capitais transnacionais e os impactos sociais, econômicos e culturais que surgiram com a instalação da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Os rebanhos estimularam “o desenvolvimento do comércio de gado em pé, entre os criadores pantaneiros e os invernistas mineiros e de São Paulo”.¹¹⁴ A base econômica mato-grossense passava, paulatinamente, de mineradora a agropastoril, tendo na pecuária sua principal atividade. No decorrer do século XIX, o Pantanal concentrava os maiores rebanhos de Mato Grosso; lá, se desenvolveu uma raça específica: o gado pantaneiro.¹¹⁵

No entanto, o isolamento do sul de Mato Grosso era o principal entrave ao desenvolvimento da região e à sua integração. Os primeiros caminhos terrestres foram estabelecidos pelos próprios fazendeiros, como no caso da Estrada Boiadeira, que ligava o povoado de Santana do Paranaíba ao Triângulo Mineiro e, posteriormente, ao oeste paulista.¹¹⁶

Em 1850 os boiadeiros do Triângulo Mineiro, conhecedores já do sertão sul-mato-grossense para onde passavam atravessando o Paranaíba, abaixo da barra do Rio Grande, iniciaram suas viagens periódicas a estas paragens, fazendo negócios de gado com criadores estabelecidos nas margens do Miranda, Apa e Planos de Vacaria.¹¹⁷

¹¹⁴ ARAÚJO, Ana Paula Correia de. **Pantanal, um espaço em transformação**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2006. p. 83

¹¹⁵ O gado pantaneiro caracteriza-se como “animal precoce, rústico, fértil e com baixa taxa de mortalidade. Ao mesmo tempo em que suporta fortes e prolongadas inundações, permanecendo por muitas horas na água para conseguir alimentar-se, em outras épocas do ano é também capaz de suportar longos períodos de seca.” In: MAZZA, M.C.M.; MAZZA, C.A.S.; SERENO, J.R.B.; SANTOS, S.A.; e PELLEGRIN, A.O. **Etnobiologia e conservação do bovino Pantaneiro**. EMBRAPA/CPAP/SPI; Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994, p. 61.

¹¹⁶ FLEURY, Justiniano Augusto de Salles. **O descobrimento do sertão e fundação da povoação de Sant’Anna do Parahyba**. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, 1925.p. 30

¹¹⁷ ALMEIDA, Mário Monteiro de. **Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai**. op.cit. p.22

O término da guerra contra o Paraguai impulsionou a fixação de novos fazendeiros nas porções centrais e meridionais do sul de Mato Grosso. Pecuáristas gaúchos migraram do Rio Grande do Sul, estabelecendo-se nos campos de Vacaria (Ponta Porã, Bela Vista, Rio Brillhante); os mineiros adensavam as áreas já desbravadas de Paranaíba e Maracaju. Nas primeiras décadas do século XX, núcleos populacionais surgiram atrelados à economia do gado, a exemplo de Campo Grande, fundada como pouso de boiadeiros em 1872.¹¹⁸

O desenvolvimento da pecuária levou Nelson Werneck Sodré a classificar o sul de Mato Grosso como a “Civilização do Couro”, sintetizando a organização social e econômica do território por meio de três grandes levas migratórias advindas do Triângulo Mineiro, Rio Grande do Sul e Paraguai. Essas correntes somaram-se aos migrantes oriundos do norte do Estado. Na região do *pantanal*, fixaram-se os criadores cuiabanos, portugueses e paraguaios; no *planalto*, estabeleceram-se, majoritariamente, os mineiros; e no *extremo sul*, os produtores gaúchos.¹¹⁹

A estimativa era de que o sul concentrava dois terços do rebanho bovino de Mato Grosso, à época: em 1910, calculava-se em torno de 2,5 milhões de reses.¹²⁰ As características da criação de gado – como os baixos custos de produção, a reduzida utilização de mão-de-obra, a reprodução natural, o baixo valor das terras, as reservas naturais de salinas no Pantanal e a relativa independência do produtor no mercado, uma vez que não era forçado a vender toda sua “produção anual” – delinearam um cenário favorável à expansão econômica da pecuária no sul de Mato Grosso.¹²¹

Diante dessa favorável conjuntura, as primeiras charqueadas foram instaladas na região no final do século XIX. A navegação platina permitiu aos produtores alçar novos mercados para além das fronteiras brasileiras, atendendo aos países do Cone-sul. Soma-se a essa constatação o fato de que Argentina e Uruguai passaram por profundas transformações em sua economia

¹¹⁸ CORRÊA FILHO, V. **História de Mato Grosso**. MEC/Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1969, pp. 536-556

¹¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. José Olympio. Rio de Janeiro, 1941.

¹²⁰ Dados obtidos no: **Album Graphico do Estado de Matto Grosso (EEUU do Brazil)** Corumbá, Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p. 292.

¹²¹ MAMIGONIAN, Armen. **Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá**. Geosul nº1, ano 1, 1986.

pastoril, com a substituição da criação do gado pela criação de ovinos, com vistas a exportar lã aos mercados europeus. Além disso, a decadência dos saladeiros platinos, em virtude da instalação dos primeiros frigoríficos naqueles dois países, passou a absorver uma fatia cada vez maior do mercado de carnes. Essa transformação fez com que parte do capital da indústria do charque portenho migrasse para outras regiões, como o sul de Mato Grosso.¹²²

Ali, o valor de compra do gado era outro ponto favorável às charqueadas. Em 1908, a vaca era comercializada a 15\$000 (15 mil réis), e o novilho a 30\$000. Em 1910, registra-se a elevação dos preços motivada pela crescente produção da carne salgada; o valor de comercialização saltou, respectivamente, para 26\$000 e 45\$000. Entre 1911 e 1918, com a conflagração mundial, o preço do novilho praticamente dobra de valor chegando a 80\$000 em 1918. Mesmo assim, comparados aos valores praticados em outras praças do país, como São Paulo, onde o novilho, em 1908, já era vendido a 100\$000¹²³, os preços do gado mato-grossense eram atrativos. Outro dado comparativo sobre o valor do gado, como informa Paulo Coelho Machado, em 1918: “um terno, feito em bom alfaiate do Rio ou São Paulo, custava 80\$, ou seja, o valor de um boi”.¹²⁴

Tabela 2: Evolução do preço da cabeça do novilho em Mato Grosso¹²⁵

Anos	Valor de mercado por cabeça
1880	9\$000
1890	20\$000
1900	30\$000
1908	30\$000
1911	45\$000
1918	80\$000

¹²² *ibidem*

¹²³ **Anuario estatístico de São Paulo: 1908**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial. v. 1. Disponível em versão digitalizada no site: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/pdfs/ANE19080000.pdf>

¹²⁴ MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1, p. 67

¹²⁵ Mapeamos a evolução dos preços do gado através do cruzamento de dados nas seguintes fontes: **Album Graphico do Estado de Matto Grosso (EEUU do Brazil)**. op. cit. pp.284-295; CORRÊA FILHO, V. **Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense** op. cit. pp. 58-59; CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. op. cit. pp. 165-167.

Se a consolidação da pecuária extensiva, em meados do século XIX, foi consequência do baixo custo da produção, – em virtude da disponibilidade de pastagens, saladeiros, da adaptação do gado pantaneiro e da privilegiada logística para o escoamento da produção via Rio Paraguai –, a conflagração da Primeira Guerra impulsionou a formação da indústria pastoril no sul de Mato Grosso.

O cenário favorável estimulado pelos investimentos de capitais estrangeiros, especialmente platinos, foi marcado pela estruturação de companhias especializadas na produção de charque na região. Deste modo, a empresa *Deambrosio, Legrand & Cia.* instalou no Pantanal o Saladeiro Miranda, nas proximidades de Porto Murtinho; a *Moali & Grosso Ledesma* estabeleceu o Saladeiro Tereré; e a *Empresa Extrativa e Pastoril do Brasil S.A.*, a Charqueada do Barranco Branco.¹²⁶ As três instalações, cuja sede social era Montevideú, capital do Uruguai, chegaram a abater, aproximadamente, 60 mil reses por safra.¹²⁷

De acordo com Virgílio Corrêa Filho, em 1925, funcionavam em Mato Grosso 19 empresas do ramo.¹²⁸ A crescente demanda e a necessidade de garantir matéria-prima levaram os estancieiros platinos a adquirir fazendas de gado, como no caso da *Cia. Fomento Argentina*, proprietária de 277 léguas no Pantanal do Nabileque¹²⁹, e do *Trust del Alto Paraguai*, que comprou a antiga Fazenda Rodrigo “com uma área de 384.950 hectares de campo, pela somma de 500.000 pesos de ouro sellado”.¹³⁰ Outros empreendimentos foram:

(...) a *Brazil Land, Cattle and Packing Co.* detinha propriedades em Cáceres, Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, que somavam juntas 2.553.205 hectares. *The Brazilian Meat Company* possuía duas propriedades, uma em Três Lagoas e outra em Aquidauana, que correspondiam a 316.010 hectares. A *Fomento Argentino Sud-Americano* dispunha de 726.077 hectares no município de Corumbá. A *Territorial Franco Brasileira* detinha 414.803 hectares em Miranda e Corumbá. Ainda em Miranda, uma área de 219.506 hectares era

¹²⁶ DEFFONTAINES, Pierre. **História do gado nos países do Prata**. Rio de Janeiro: BG n°9, 1953

¹²⁷ **Álbum Gráfico de Matto Grosso (EEUU do Brasil)**. op. cit. p.293

¹²⁸ CORRÊA FILHO, V. **Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense**. op. cit.

¹²⁹ *ibidem*, p. 599

¹³⁰ **Diário Oficial da União (DOU)** de 08/01/1910. Seção 1 p. 8. Disponível para consulta no Arquivo público de Mato Grosso do Sul, pasta “Diários Oficiais”.

explorada por *The Miranda Estância Company*. A *Sud-Américaine Belge S. A.* dispunha de 117.060 hectares em Corumbá, onde a Sociedade *Anonyma Rio Branco* possuía também 549.156 hectares. Em Três Lagoas, *The Água Limpa Syndicate* apropriou-se de uma área de 180 mil hectares.¹³¹

Nas primeiras décadas do século XX, ampliaram-se os empreendimentos gerenciados por capital transnacional no sul de Mato Grosso. A presença de investidores estrangeiros registrava-se em diversos setores da economia, especialmente na produção da erva mate, nos saladeiros, nas charqueadas e nas fazendas de criação de gado.

Tabela 3: Empresas com capital transnacional instaladas no sul de Mato Grosso (1895 - 1920)¹³²

Razão Social	Ano de Fundação	Sede Social	Capital declarado	Empreendimento
Cie. Des Pordutis Cibils	1895	Bruxelas	5.000:000 Francos	Charqueada
Société Industrielle et Agricole au Brésil	1906	Bruxelas	3.000:000 Francos	Charqueada
Laranjeira, Mendes & Cia	1902	Buenos Aires	— ¹³³	Erva mate/ Pecuária
Territorial Franco-Brasileira S/A (Fazenda Francesa)	—	—	—	Pecuária
Brazil Land, Cattle an Packing Co. (Percival Farquhar)	1911	São Paulo	1.000.000 Dólares	Agropecuária
Sociedade Anonyma Fomento Argentino Sud-Americano	1905	—	174.000 Libras	Pecuária

¹³¹ ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso e a História: 1870-1929 (Ensaio sobre a transição da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro)**. São Paulo: Ed. da AGB, (Boletim Paulista de Geografia), n. 61, 1984.p.43

¹³²A Tabela 3 é resultado do cruzamento de dados coletados nas obras de: PROENÇA, Augusto César. **Pantanal: gente, tradição, história**. Campo Grande: 1992; BORGES, F. T. de M. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 – 1930)**. São Paulo: Scortecci, 2001; BENEVIDES, C.; LEONZO, N. **Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999; ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso e a História: 1870-1929 op.cit.**; SAKAMOTO, Arnaldo Yoso. **Contribuição ao estudo do espaço de produção capitalista de Mato Grosso: Meados do século XIX até a década de 1930**. Dissertação (Mestrado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 1989.; OLIVEIRA, José Roberto Rodrigues de. **Terras devolutas de áreas ervateiras do sul de Mato Grosso: a difícil constituição da pequena propriedade (1916-1948)**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2004.

¹³³ Dados não localizados.

Sociedade Anonyma Rio Branco	1913	Montevideu	423.000 Libras	Agropecuária
Truste del Alto Paraguay	1909	–	175.000 Libras	Pecuária
Deambrósio, Legrand & Cia	1909	Montevideu	–	Saladeiro
Moali & Grosso Ledesma	1909	Montevideu	–	Saladeiro
G. C. Dickinson & Cia	–	Montevideu		Saladeiro
Pinsdorf & Cia	1911	–	60:000\$000 Réis	Saladeiro
The Brazilian Meat Company	–	–	–	Pecuária
The Miranda Estância Company Limited	1912	–	–	Pecuária
Sud-Américaine Belge S.A	–	–	–	Pecuária
The Água Limpa Syndicate	–	–	–	Pecuária

Esse cenário de expansão do capital estrangeiro e de evolução nos preços do gado, especialmente entre 1914-1918, impactou o imaginário dos fazendeiros. Segundo as memórias de Emílio Garcia Barbosa, pecuarista na região de Vacaria, em Campo Grande, “nunca foi visto tanto dinheiro reunido naquela zona pastoril! O assombro, a admiração e a cobiça invadiram os corações dos pobres fazendeiros.” Os lucros obtidos, com a alta do gado, suscitavam nesses homens de hábitos simples o desejo pelas benesses da modernidade: “o fazendeiro, até então modesto, usando no máximo um apero de prata no seu pangaré, olhava com cobiça o fordo bigode”, que – ainda segundo o pecuarista – podiam ser adquiridos “pela soma de cem vacas”. Os desejos também eram de descoberta e de desfrute dos maiores símbolos da modernidade do século XX: os agora “afortunados” sertanejos “queriam conhecer São Paulo e Rio, ver outras terras, viajar em trem de ferro e vapor”.¹³⁴

Tamanha euforia transforma-se em “depressão” com fim da Primeira Guerra, levando o fazendeiro Emílio Barbosa a sentenciar: “a riqueza acabou (...) no ano de 1919 não apareceu um só boiadeiro, ninguém comprava de

¹³⁴BARBOSA, Emílio Garcia. **Panoramas do Sul de Mato Grosso**. Campo Grande: IHGMS/Editora GIBIM, 2011. pp. 100-104

ninguém”.¹³⁵ Afora as calamitosas palavras do pecuarista, o que se observou foi uma retração mercadológica, entre 1919-1921, dos produtos da carne no sul de Mato Grosso, especialmente do charque. Esse fenômeno foi decorrência do redirecionamento do fluxo comercial de significativa parte do mercado consumidor europeu, que passou a comprar dos produtores estadunidenses no pós-guerra.¹³⁶

Contudo, é possível afirmar que uma das consequências da Primeira Guerra sobre os fluxos internacionais de mercadorias e capitais foi o alargamento do mercado mundial da carne bovina. De acordo com Robert Wilcox, a guerra praticamente criou a indústria brasileira da carne congelada, impactando as regiões criadoras de gado bovino, a exemplo do sul de Mato Grosso:

Mato Grosso, already established as an important producer of beef for the São Paulo market, was quickly drawn into the wartime national economy, exporting increasing amounts of live cattle to the slaughter and much-needed infrastructure. The war and its aftermath guaranteed Mato Grosso's definitive participation in national and international capitalism, a condition the region had felt only peripherally (though not for want of trying) in decades before. [...] Mato Grosso was already along the road toward full integration into global capitalism.¹³⁷

O papel do capital estrangeiro na fronteira oeste foi tema de inúmeras reflexões.¹³⁸ O caso dos investimentos na cadeia produtiva da carne, no sul de Mato Grosso, atende a um contexto de expansão do capital monopolista.

¹³⁵ idem, p. 104

¹³⁶ MAMIGONIAN, Armen. **Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá...** op. cit

¹³⁷ Mato Grosso foi se estabelecendo como um importante produtor de carne bovina para o mercado de São Paulo, sendo rapidamente absorvido na economia nacional durante a (primeira grande) guerra, exportando crescentes quantidades de gado vivo para a infraestrutura dos abatedouros paulista. O período imediatamente subsequente à guerra garantiu a definitiva participação de Mato Grosso no capitalismo nacional e internacional, uma situação pela qual essa região havia passado apenas de modo periférico (embora não por falta de tentativas) nas décadas anteriores [...] Mato Grosso percorria o caminho em direção a plena integração no capitalismo global. In: WILCOX, Robert Wilton. **Cattle ranching on the Brazilian frontier: tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940**. Graduate School of Arts and Sciences (Tese em História), New York: New York University. 1992. p. 180

¹³⁸ Destacamos os estudos de HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O extremo oeste**. São Paulo: Basiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986; VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza; formação da fronteira oeste do Brasil – 1719-1819**. São Paulo: HUCITEC, 1987; SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990; LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. UFMT – Imprensa Universitária, Cuiabá, 1982.

Países industrializados, como França, Inglaterra, Bélgica e Estados Unidos, consolidavam empreendimentos que garantissem a exportação de capitais e o controle das fontes de matérias-primas por meio de seus trustes e cartéis, na periferia do mercado mundial.

As aquisições de grandes glebas para instalar essas companhias provocaram uma substancial valorização nos preços dos terrenos. O preço do hectare das terras devolutas comercializadas pelo Estado, em 1911, variava de 1\$000 a 2\$000 para terrenos destinados à lavoura, e de \$800 a 1\$500 para formação de pasto.¹³⁹ Em 1918:

O valor oficial das terras devolutas, pertencentes ao Estado, ainda existentes no município (Campo Grande), em grandes extensões, principalmente na região do Ivinhema e Paraná, é na atualidade, de 3\$000 por hectare.

Na vasta e riquíssima zona da Vacaria, constituída dos mais belos campos, a mais propícia à indústria pastoril, **já sem área alguma devoluta**, tem sido negociados, ultimamente, grandes trechos à razão de *quarenta contos de réis* e mais (...) por hectare. (grifo nosso)¹⁴⁰

Outro elemento a ser destacado diz respeito à legalização das terras. Com aprofundamento das relações capitalistas, a posse não se dava mais com o caminhar da boiada que adensava as matas virgens, ampliando o patrimônio do fazendeiro, como nos tempos da “fase heróica” da ocupação (1870-1920) do sul de Mato Grosso.

A ocupação da terra é um processo econômico antes de ser um processo político: e são os motivos econômicos que trazem os diferentes capitais e grupos econômicos para a fronteira. A partir daí, entretanto, o problema de ganhar o controle sobre a terra torna-se político, e esses capitais e grupos procuram os títulos à terra que possam legitimar sua atividade econômica.¹⁴¹

A formação dos *Parkings industries* da carne deu-se por meio da aquisição de terras junto aos grandes proprietários, seduzidos pela alta dos

¹³⁹ **Álbum Graphico de Matto Grosso (EEUU do Brasil)**. op. cit. p.167

¹⁴⁰ CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande – 1919**. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919.p. 62

¹⁴¹ FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 145

preços, bem como por políticas de incentivo adotadas pelo Estado de Mato Grosso, que disponibilizou a venda de grandes glebas de terras devolutas na região sul para a instalação dessas companhias. Segundo Cezar Benevides, “com a benevolência das autoridades locais e a aquiescência do governo federal, proliferaram no Estado de Mato Grosso diversos empreendimentos pecuários estrangeiros”.¹⁴² Entre 1910 e 1930, foram adquiridas, somente por companhias estrangeiras ligadas à indústria da pecuária, cerca de “5.463.673 hectares” de terras no sul de Mato Grosso.¹⁴³

Contudo, a instalação dessas empresas enfrentou a resistência dos pequenos posseiros. O registro de propriedade da terra nos órgãos oficiais não era prática entre os pequenos produtores no sul de Mato Grosso; para estes, os encargos com a medição, cercamento e registro eram inviáveis economicamente. Soma-se a isso, ainda, uma questão de mentalidade: na cosmovisão desses roceiros, a sua permanência naquela terra, até então “sem dono”, era legítima, uma vez que, por anos, às vezes gerações, residiram nesse espaço.

(...) era essa então a realidade das terras em Mato Grosso: terras devolutas disponíveis, à espera de compra; grande número de posseiros ocupando terras, sem condições objetivas de regularizar as posses. No futuro serão estes posseiros os mais vulneráveis à expropriação.¹⁴⁴

A resistência dos pequenos posseiros gerou um clima de beligerância na região. Exemplo disso foi o litígio envolvendo posseiros e a Companhia britânica *Brasil Land and Cattle Packing Company*, no início da década de 1920. A Companhia era uma empresa subsidiária do grupo controlado por Percival Farquhar, o mesmo grupo que, entre 1912 e 1916, se envolveu em conflitos com posseiros na região fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina, no episódio que entrou para a historiografia brasileira como *Guerra do Contestado*.

¹⁴² BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro; LEONZO, Nanci. **Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1999. p.25

¹⁴³ ibidem

¹⁴⁴ BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Relatório Antropológico de Furnas do Dionísio**. Brasília: Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares – Projeto de Mapeamento e sistematização das áreas de comunidades remanescentes de quilombo. 1998. p. 02

No sul de Mato Grosso, a *Brasil Land* adquiriu 200.000 hectares na região de Vacaria, zona rural de Campo Grande. O início do processo de demarcação das terras resultou no aumento das tensões sociais na região. Os posseiros que ali estavam se negaram a deixar a propriedade. Por seu turno, a companhia, através da embaixada da Grã-Bretanha, fez pressão junto ao governo federal, que interveio e desapropriou os posseiros, garantindo a integração de posse à Companhia.¹⁴⁵

Sob a ótica da administração pública, a defesa das grandes companhias justificava-se, politicamente, devido às receitas geradas. Entre 1916 e 1925, com a ampliação do número de empresas ligadas à cadeia produtiva da carne, a exportação do gado em pé triplicou. Em 1916, Mato Grosso registrou a venda de 51.035 cabeças de gado, o que gerou uma receita de 4.082:720\$000 (contos de réis); em 1925, esse número saltou para 152.561 cabeças, resultando em 12.204:880\$000. Contudo, devemos salientar que, por se tratar de empresas de natureza transnacional, fora os impostos debitados, parte significativa desse capital não permaneceu em Mato Grosso.

Outro efeito negativo da desapropriação dos posseiros, em geral pequenos agricultores, foi a crise de abastecimento que Campo Grande sofreu em 1924.¹⁴⁶ Em suas memórias, o Intendente Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, (1924-1926), relatou o momento crítico que a cidade passou: “numa ocasião houve falta de feijão e arroz. Mandamos comprar em Araçatuba para abastecer a cidade”.¹⁴⁷

A adoção, pelo Estado, de políticas de incentivo às empresas ligadas ao negócio da carne era um reflexo das mudanças no cenário econômico de Mato Grosso. Desde o início do século XX, registrava-se o crescimento das receitas do eixo-produtor da região sul, que, capitaneado pelo setor pecuário, superou, em 1924, as receitas da região Norte. Em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, o então Presidente de Estado, Coronel Pedro Celestino, atribui “a

¹⁴⁵ Sobre a contenda envolvendo a *Brasil Land* e os posseiros ver: CORRÊA, Lucia Salsa. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920**. Op. cit.; BENEVIDES, Cezar; LEONZO, Nanci. **Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no Pantanal matogrossense**. op. cit.; e Lata 1920 A. Documentos Avulsos do APMT.

¹⁴⁶ Abordaremos sobre a crise de abastecimento e as medidas tomadas pela Intendência de Campo Grande, com a criação das colônias agrícolas e a feira central, no terceiro Capítulo desta Tese.

¹⁴⁷ RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. **O Homem e a Terra**. Campo Grande: IHGMS, 1993.p.305

criação do gado bovino a melhor garantia do desenvolvimento econômico de Matto Grosso, dada a excellencia das pastagens nativas que se extendem (sic) dos pantanaes naturalmente adubados, aos campos do planalto”.¹⁴⁸

Diante das transformações econômicas, fazia-se necessário criar e aprimorar as vias de comunicação e de escoamento de mercadorias. Atendendo aos interesses do capital financeiro, nacional e internacional, a infraestrutura do sul de Mato Grosso se modernizava com a conclusão, em 1904, do ramal telegráfico do Pantanal; o início da construção da Ferrovia, em 1905; a inauguração da iluminação pública na cidade de Corumbá, em 1912; e a reforma e ampliação do Porto de Corumbá, promovidas pelo governo federal, em 1913.¹⁴⁹

Os primeiros produtores de charque instalaram-se no sul de Mato Grosso, às margens do Rio Paraguai ou de seus afluentes. A escolha desses locais se explica pela oferta regular de matéria-prima e a utilização da via fluvial como o principal escoadouro da produção. Contudo, com a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, registrou-se a ampliação, entre 1914 e 1920, do número de empresas que se fixaram no entorno dos trilhos (Tabela 4).

Tabela 4 – Produtores de Charque em Mato Grosso (1920)¹⁵⁰

Localização	Municípios	Estabelecimento
Margens do Rio Paraguai	São Luiz de Cáceres	Saladero Descalvado
	Corumbá	Saladero Bagoary
	Corumbá	Saladero Corumbá
	Corumbá	Saladero Rebojo
	Porto Murtinho	Saladero Barranco Branco
	Porto Murtinho	Saladero Matto Grosso

¹⁴⁸ COSTA, Pedro Celestino Corrêa. **Mensagem dirigida á Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1924**. Cuiabá: Typografia Official, 1924.p.73

¹⁴⁹ MAMIGONIAN, Armen. **Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá**. *Revista do departamento de Geociências de UFSC*. Florianópolis, 1986.

¹⁵⁰ A Tabela 4 é resultado do cruzamento de dados coletados nas obras de: CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e fronteira – o sul de Mato Grosso 1870-1920**. op.cit.; ESSELIN, Marcos Paulo. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)**. op.cit. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. op.cit.

Margens dos afluentes do Rio Paraguai: Rio São Lourenço e Rio Cuiabá	Coxim	Saladero Alegre
	Poconé	Saladero São João
	Cuiabá	Saladero Cuiabá
À margem da Ferrovia Noroeste do Brasil	Miranda	Saladero Pedra Branca
	Aquidauana	Saladero Aquidauana
	Saladero Campo Grande	Campo Grande
	Xarqueada Eliseu Cavalcanti	Campo Grande
	Xarqueada Salustiano de Lima	Campo Grande
	Xarqueada Antônio Ignácio da Silva	Campo Grande
	Saladero Rio Pardo	Campo Grande
	Saladero Esperança	Campo Grande
	Saladero Serrinhá	Três Lagoas
	Xarqueada Matto Grosso	Três Lagoas
	Xarqueada Santa Luzia	Três Lagoas
	Xarqueada Villa Velha	Três Lagoas
	Xarqueada Tombo	Três Lagoas

A combinação da expansão da indústria pastoril com os trilhos da Ferrovia representou um novo dinamismo econômico para pequenos vilarejos, como Miranda, Aquidauana, Ponta Porã e Campo Grande.

De acordo com o *Recenseamento do Brasil* de 1920, dos 3.484 estabelecimentos rurais regularizados em Mato Grosso, 583 estavam no município de Campo Grande, número quase três vezes maior que os da capital, Cuiabá, que contava com 205. Outros municípios também do sul, como Três Lagoas (321), Santana do Parnaíba (297) e Ponta Porã (338) possuíam quantidade maior de propriedades.¹⁵¹ Esses dados revelam a expansão das relações capitalistas na ocupação do território, cuja força motriz estava na ampliação do número de empresas e nas levas de imigrantes que rumaram à região sul.

¹⁵¹ **Estabelecimentos rurais recenseados em Mato Grosso.** In: *Recenseamento do Brasil*. Rio de Janeiro: TYP. da Estatística. 1923. p. 04

Acrescenta-se uma nova postura dos proprietários sulistas em relação à posse da terra: era cada vez mais habitual a regularização dos terrenos. A preocupação em legalizar as terras é um dado da modernização nas relações comerciais e dos costumes que se operava na região. Com a chegada de novos agentes sociais, como engenheiros agrimensores, cartógrafos e advogados, tornou-se mais acessível o processo de regulamentação dos lotes. Todavia, mesmo com a frequência cada vez maior da normatização jurídica da posse, no cotidiano do homem do campo ainda havia a permanência – muitas vezes necessária – do uso das armas para assegurar seu patrimônio. Destacamos que muitos dos profissionais liberais que migraram para o sul de Mato Grosso iriam, com o passar dos anos, associando-se aos fazendeiros para formar uma nova elite política sulista.

Campo Grande, nas primeiras décadas do século XX, catalisou essas transformações de modernização e de aprofundamento das relações capitalistas que se operavam no sul de Mato Grosso. A junção gado + ferrovia + migrantes transformaria o pequeno vilarejo, nas palavras do cronista Paulo Coelho Machado, em *empório do gado*. Além da produção de charque, a cidade se destacava na comercialização de novilho magro para comitivas que vinham do pantanal sul, em direção às zonas de engorda e abate no oeste paulista. Esse fluxo comercial acelerou o desenvolvimento da urbs campograndense.

(...) Novos bares e estalagens foram abertos, casa de tavolagem, cabarés nasciam a todo instante, ao lado do comércio de gêneros alimentícios, armazéns, bazares, e outros que se foram aperfeiçoando. Mulheres de todas as partes procuravam a cidade, onde corria dinheiro a rodo. Logo começaram a chegar também as jovens paraguaias, internacionalizando e valorizando a zona campograndense.¹⁵²

Mesmo com os negócios do gado prosperando, – especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial e com a inauguração da ferrovia, em 1914 –, o transporte dos novilhos continuou, até a década de 1960, a ser feito à base de comitivas que conduziam as boiadas rumo às zonas de abate em Minas Gerais e São Paulo.

¹⁵² MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha**. op. cit. 59

(...) é preciso assinalar que o fluxo de gado bovino do SMT para São Paulo não foi propriamente capturado pela Noroeste, nem a presença da ferrovia estimulou de imediato a produção, em larga escala, de gado gordo, que pudesse ser encaminhado diretamente ao abate nos frigoríficos paulistas. Ao contrário, até praticamente o pleno advento da era rodoviária, já na década de 1960, grande parte da exportação bovina sul-mato-grossense continuou nos moldes rotineiros, a saber, gado magro, encaminhado a pé, nas tradicionais boiadas, para a engorda nas internadas paulistas¹⁵³

Durante a década de 1920, a comercialização do gado em pé¹⁵⁴ foi a principal pauta de exportação do Mato Grosso, e chegou, em alguns momentos, a representar 80% dos valores aferidos.¹⁵⁵ O que causou estranheza é a constatação de que a NOB não foi o principal meio de transporte dessa mercadoria. Mas, antes de avançarmos sobre a relação entre o transporte de gado em pé e a ferrovia, é necessário discorrer sobre o declínio da produção de charque do sul de Mato Grosso após a década de 1920.

O charque do sul de Mato Grosso foi o produto da cadeia produtiva da carne que mais utilizou o transporte ferroviário como via de escoamento. Foi, também, artigo importante na pauta comercial de Mato Grosso, principalmente durante o ápice produtivo nos anos da Primeira Guerra Mundial.

O declínio da produção de charque do sul de Mato Grosso deu-se por dois motivos. Primeiramente, devido à instalação de grandes frigoríficos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, no período entre as duas guerras mundiais (1918-1929), o que levou a uma progressiva redução do consumo do produto, substituído por outros como

¹⁵³ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). *Transporte e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p. 56

¹⁵⁴ “Gado em pé” é o nome atribuído ao gado vivo. Transportado por meio de comitivas, necessitando do trabalho do boiadeiro, desgastando a mercadoria (gado) e levando razoável tempo. Essa era a forma tradicional de transporte do gado que, aos poucos foi sendo substituída pelas vias da ferrovia e, principalmente, da rodovia.

¹⁵⁵ ESSELIN, Paulo Marcos. **A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)**. Dourados: Ed.UFGD. 2011. p. 310

a carne congelada ou em conserva¹⁵⁶. Em segundo lugar, conforme Wilson Cano, “na década de 1930 São Paulo produzia charque em quantidade equivalente à metade da produção gaúcha e concorriam ambos no mercado nacional”.¹⁵⁷ Ou seja, frente à retração de mercado, tornou-se mais rentável ao produtor sulista fornecer gado magro a ser utilizado como matéria-prima para os frigoríficos e a indústria do charque paulista.¹⁵⁸

Uma das principais vias de escoamento utilizadas pelos fazendeiros sulistas era Estrada Boiadeira, trecho de 325 km que ligava Campo Grande ao Porto XV, às margens do rio Paraná, na fronteira com Estado de São Paulo. A viagem durava semanas, e as perdas durante o trajeto eram muitas, devido aos assaltos, aos ataques de animais, por causa dos bois que se desprendiam da boiada ou que morriam, durante a espera das balsas que faziam a travessia do Rio Paraná.

(...) ficavam as boiadas dias e dias esperando praça, ensejando o congestionamento de milhares de reses no local de embarque, ocasionado-lhes perda de peso pelo emagrecimento e até mortes, pela carência de pastagens nas mediações, além de despesas com a permanência ali dos seus condutores¹⁵⁹

Em contrapartida, o trajeto ferroviário entre Campo Grande e Andradina (SP) era feito em, no máximo, dois dias de viagem. Então por que a permanência das comitivas, uma vez que, pelos trilhos, o transporte do gado era mais eficiente e seguro? Em consonância com a Tese de Paulo Roberto Cimó Queiroz, a resposta está em dois fatores interdependentes. O primeiro deles é que a companhia não dispunha de material rodante e de tração que pudesse atender a demanda dos fazendeiros sulistas e, segundo consta nos relatórios da companhia e na Tese do professor Paulo Cimó, não era prioridade sanar essa deficiência. Em 1925, por exemplo, dos 60 vagões tipo “gaiola”, –

¹⁵⁶ Os principais frigoríficos do Brasil entre 1918-1929: Cia. Frigorífica de Santos; Cia. Frigorífica e Pastoril de Barretos; Cia. Frigorífica de Pelotas; Frigorífico Matarazzo; Frigorífico Bianco; Cia. Pecuária e Frigorífica do Brasil; Frigorífico Wilson Co.; Armour do Brasil (SP); Armour do Brasil (RS); Swift do Brasil; Frigorífico Anglo; Frigorífico Mendes.

¹⁵⁷ CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 – 1970**. Campinas: Ed. Unicamp. 1985. p. 57

¹⁵⁸ ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias da carne no Sul do Brasil**. Tese. (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 2002

¹⁵⁹ MARTINS, Demosthenes. **A poeira da jornada: memórias**. São Paulo: Resenha Universitária, 1980. p. 205

adequados ao transporte de gado –, 30 foram transformados em vagões tipo “gôndolas T”, muito utilizados no transporte de grãos.¹⁶⁰ O segundo fator relacionava-se ao maior lucro e, conseqüentemente, à menor despesa para a Companhia fazer o frete do café produzido na zona pioneira do oeste paulista até Bauru e, de lá, para o porto de Santos. Transportar o gado do sul de Mato Grosso para os campos paulistas de engorda, financeiramente, não compensava.

A construção do braço da Noroeste no sul de Mato Grosso foi determinada pelas preocupações brasileiras com questões estratégicas de fronteira, claramente com caráter de defesa para manter a unidade territorial, e de fins comerciais. Ao mesmo tempo em que havia excessiva dependência do sul de Mato Grosso em relação aos círculos platinos, havia a pretensão do governo brasileiro de ampliar a participação dos produtos nacionais no mercado vizinho.

Temas como a construção da ferrovia e a consolidação da rede de cidades na fronteira oeste, local em que Campo Grande se insere, serão tratados no próximo Capítulo. Para o momento, importa destacar que estava formada, antes da ferrovia e da urbanização de Campo Grande, a elite do gado.

¹⁶⁰Relatório da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil referente ao exercício do ano de 1925. p. 42 Cópia disponível no Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD). *Código de referência*: BR CDR NOB/ Relatórios.

CAPÍTULO 2

Os trilhos do sertão



Imagem 10: Chegada da locomotiva e dos vagões de passageiros da CEFNOB nas imediações de Campo Grande, na década de 1920. Fonte: ARCA

Pouco tenho a dizer dessa viagem cansativa; a estrada de ferro nos levava primeiro a Bauru, em plena zona pioneira; aí se tomava o “noturno” de Mato Grosso, que atravessava o sul do estado. No total, 3 dias de viagem num trem de lenha, correndo a fraca velocidade, parando a todo instante e longamente, para tomar lenha. Os vagões eram também de madeira e bastante desconjuntados; pela manhã, tinha-se o rosto recoberto duma película de argila endurecida, formada pela fina poeira vermelha do *sertão*, insinuando-se em cada ruga e em cada poro. (Relato do passageiro da Noroeste do Brasil, *Claude Lévi-Strauss*, em 1935. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957.p.167)

O sul de Mato Grosso caracteriza-se por ser um território de fronteira.

O recém instaurado regime republicano e a expansão da economia cafeeira, em direção ao oeste paulista e ao sul de Mato Grosso, provocaram profundas transformações na região. A principal delas foi a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB). A NOB surgiu sob o signo da defesa do Estado Nacional e da expansão das relações capitalistas, ressignificou a dinâmica política local e transformou o espaço, provocando o aparecimento de cidades e impulsionando o crescimento de outras, como Campo Grande. Pelos trilhos chegavam ideias, mercadorias, informações, mas principalmente pessoas. Os “forasteiros” causavam estranhamentos, conflitos e o surgimento e a afirmação de identidades.

O objetivo do Capítulo é caracterizar os grupos que chegam com o desenvolvimento econômico, no sentido de analisar como uma nova elite vinculada ao novo e ao urbano passou a compor o poder político da cidade de Campo Grande.

2.1. Os trilhos do sertão: a origem da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB)

As discussões acerca do processo civilizacional de Mato Grosso, especialmente de sua porção sul, situada no interior do território nacional na fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia e habitada majoritariamente por grupos indígenas, são marcadas por visões e imagens ambíguas. Se, por um lado, criam-se representações negativas das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam do mundo e do Brasil civilizado, por outro, Mato Grosso era o “sertão” e a “fronteira” da pátria, noções fundamentais para a constituição da própria ideia de nacionalidade brasileira ou “reserva de brasilidade”.¹⁶¹

É nesse contexto de discussões sobre ocupação dos “espaços vazios”, constituição da identidade nacional e fronteiras do Brasil, que a Estrada de

¹⁶¹ Essa expressão se constituiu a partir do título de um livro, em que Rezende Rubim narrou a viagem por ele realizada à Amazônia e ao Mato Grosso. RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.

Ferro Noroeste do Brasil (NOB) surge como instrumento civilizacional, de integração e de modernização. Nilson Ghirardello comparou a NOB com outras ferrovias construídas em solo paulista:

(...) teremos como diferenciais o desconhecimento da zona a ser percorrida, a produção agrícola inexistente e, particularmente, a aportagem em lugares sem nenhuma ocupação urbana. As demais ferrovias paulistas, até então, buscavam áreas de plantio e produção cafeeira, a CEFNOB não.¹⁶²

As congêneres da NOB, – Paulista, Mogiana e Ituana –, foram estradas de ferro construídas para atender a dinâmica capitalista cafeeira, organizadas e financiadas pelos próprios cafeicultores e governos locais. Muitos pesquisadores têm tratado da associação entre ferrovia e café, entre eles Wilson Cano:

No estado de São Paulo, a produção cafeeira teve início pelo vale do Paraíba, onde ainda contou com a mão-de-obra escrava, a qual se adequava à necessidade de produzir muito e barato. Com a exaustão dessas terras o café seguiu rumo ao oeste paulista, chegando à região de Campinas por volta de 1880; no entanto, com a expansão geográfica, aumentavam os custos da produção no momento em que a mão-de-obra usada entrava em decadência; para manter a taxa crescente de acumulação, os cafeicultores buscaram duas soluções: na primeira, substituíram a mão-de-obra cativa, que se tornou escassa, e portanto cara, pela estrangeira; na segunda, associaram-se a criação de estradas de ferro.¹⁶³

A criação das Companhias e a expansão dos trilhos obedeciam aos interesses dos “senhores do café”. No complexo cafeeiro, não foi a ferrovia que ditou o desenvolvimento da elite e determinou quais municípios se desenvolveriam: eram as oligarquias já estabelecidas que decidam os trajetos das ferrovias, influenciando fortemente, quando não investindo, na formação das companhias.

¹⁶² GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.p.47

¹⁶³ CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977, p.42

O caso da Noroeste do Brasil parece-nos diferente. A NOB foi pensada em termos de ocupação de “espaços vazios”, de delimitação das fronteiras do Brasil e de instrumento de integração e civilização, pelo menos no braço que rumava para a porção sul do estado de Mato Grosso. A ferrovia dividia-se em duas frentes, ou braços: um partindo da cidade de Bauru, rumo a Itapura (ambas no Estado de São Paulo), e outro que saía de Corumbá (Mato Grosso), também com destino a Itapura.

A frente da Noroeste do Brasil que se ocupou do sul de Mato Grosso caracterizou-se por ser uma ferrovia de penetração, em busca de ocupação de novas áreas, expansão agrícola e povoamento. Na sua versão sul-mato-grossense, a ferrovia respondeu às vulnerabilidades da fronteira oeste, no sentido de defender o território ameaçado pelo temor de um possível conflito contra as nações platinas.

Desde o governo imperial, sobretudo após o término da guerra contra o Paraguai, a região de Mato Grosso era motivo de preocupação. Durante o conflito foram reveladas as fragilidades daquela fronteira do Brasil, uma vez que, de acordo com o historiador Francisco Doratioto, o governo local viu-se impossibilitado de receber reforços para sua defesa após a invasão da região, tal era seu isolamento.

Envolvido por uma guerra inesperada, o Império do Brasil foi surpreendido com um exército despreparado a ponto de, seis meses depois de iniciada a luta, não ter conseguido tomar a ofensiva. Mato Grosso era a província mais isolada e indefesa do Brasil e tornou-se alvo fácil para invasão paraguaia.¹⁶⁴

Embora Mato Grosso pertencesse politicamente ao Brasil, o estado não estava integrado social e economicamente à nação. A construção de uma ferrovia buscava diversos objetivos: além da expansão e de oportunidades comerciais, seria um fator de defesa contra as possíveis pretensões

¹⁶⁴ DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 97

expansionistas de países vizinhos, garantiria acesso ao Rio da Prata (principal via de comunicação da região) e inibiria eventuais movimentos separatistas.¹⁶⁵

Como relata Euclides da Cunha¹⁶⁶, na obra intitulada *À margem da História*, havia dezesseis projetos e mais de trinta pareceres a respeito de construções de ferrovias em Mato Grosso em meados do século XIX, antes da guerra contra o Paraguai. O deputado Paulo Cândido, por exemplo, já defendia, por volta dos anos de 1800, uma ligação ferroviária entre São Paulo e a fronteira mato-grossense, com o objetivo de ocupar e defender o território.

Para Euclides da Cunha, a NOB apresentava-se como a ferrovia “mais dilatada das transcontinentais sul-americanas”¹⁶⁷, pois poderia estabelecer ramais de ligação com o Oceano Pacífico. O entusiasmo do autor em relação à estrada de ferro explica-se pela possibilidade de o país efetivar contato entre o Atlântico e o Pacífico, a exemplo da expansão para o oeste nos Estados Unidos, o que ampliaria as possibilidades comerciais e estabeleceria a hegemonia do país na América do Sul, além de sanar o problema do isolamento de Mato Grosso.

Diante da necessidade de ampliar a rede de comunicação entre Mato Grosso e o restante do país, têm início as discussões sobre o traçado da linha férrea. A partir de 1890, o governo federal cria a Comissão de Viação Geral, cujo objetivo, conforme Maria Inês Malta Castro, era elaborar “um sistema de viação capaz de satisfazer simultaneamente aos interesses políticos, sociais, estratégicos e econômicos da Nação”.¹⁶⁸

Segundo Ghirardello, o plano elaborado pela comissão era pautado por três aspectos: estabelecer a ligação de zonas com potencial econômico aos principais portos do país; priorizar a continuidade dos traçados ferroviários existentes, uma vez que a década de 1880 foi marcada pela construção e ampliação de linhas, possibilitando assim o aproveitamento delas; colonizar e ocupar economicamente as regiões de fronteira da Bacia do Prata, os limites

¹⁶⁵QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1997.

¹⁶⁶CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. 1ed. São Paulo: Martins Fontes, Temas Brasileiros, 1999.

¹⁶⁷ibidem, p. 93

¹⁶⁸CASTRO, Maria Inês Malta. **O preço do progresso**. op. cit., pp. 91-92

entre Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia, prevendo, assim como escreveu Euclides da Cunha, a continuidade desses troncos em direção ao Pacífico.¹⁶⁹

Seguindo o plano da comissão, o governo federal estabeleceu, em 16 de outubro de 1890, por meio do Decreto nº 862, a criação *de* “um systema de viação geral ligando diversos Estados da União á Capital Federal” (ver Mapa 2) assim justificado:

Considerando que é de alta conveniencia estreitar os laços de relações politicas e commerciaes dos differentes Estados do Brazil entre si e com a Capital Federal;

Considerando que dest'arte para a communhão brasileira accentua-se a homogeneidade de interesses, penhor da integridade nacional;

Considerando que, além de justo, é conveniente abrir as riquissimas zonas de Goyaz e Matto Grosso ao commercio e á industria, trazendo-as ao convivio do progresso e alargando o campo de fecunda immigração que traz rapido e efficaz concurso á grandeza nacional;

Considerando que a viação aperfeiçoada, valorizando essas opulentas regiões, trará prodigioso augmento á renda e á riqueza publica;

Considerando que as grandes linhas de communicação nortesul e éste-oeste aproveitam ás vias fluviaes interiores, ás quaes póde ligar-se a viação de todos os Estados Unidos do Brazil;

Considerando que essas linhas evidentemente offerecem á Nação poderosos elementos de segurança e paz, e,

Attendendo, finalmente, ao parecer da comissão de viação geral e aos estudos que desde longos annos teem sido feitos sobre este objecto, e tendo, outrosim, ouvido o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.¹⁷⁰

No artigo primeiro, o Decreto regulamentava a concessão, ao Banco União do Estado de São Paulo, de duas ferrovias que ligariam a estrada de ferro Mogyana à fronteira com a Bolívia, passando por Uberaba (MG), Catalão (GO), cidade de Goiás (GO), Cuiabá (MT), até São Luiz de Cáceres (MT).

¹⁶⁹ GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha*. op. cit., p. 21

¹⁷⁰ Decreto nº 862, de 16/10/1890. In: **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil**, Vol. III. Brasília: Imprensa Nacional. 1995, p. 2855.

acima da estrada de ferro, e de igual importancia para a do Araguaya e rio das Mortes;

3º Cessão gratuita de terrenos devolutos em uma zona maxima de 20 kilometros para cada lado das vias ferreas e fluviaes;

4º Isenção de direitos de importação sobre os materiaes necessarios ao estabelecimento das mesmas linhas, bem como sobre o carvão de pedra indispensavel para o respectivo custeio (grifo nosso).¹⁷²

Todavia, o concessionário Banco União de São Paulo não realizou a obra. Não foi possível avaliar com precisão quais foram os motivos que impediram a construção, mas segundo o ex-escriturário da ferrovia e jornalista Correia das Neves, o banco não conseguiu investimentos suficientes para o início da empreitada.¹⁷³

Em 21 de junho de 1904, foi fundada na capital federal a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, composta por nove acionistas.¹⁷⁴ O objetivo dessa sociedade anônima era obter a concessão do prolongamento da estrada de ferro de Uberaba a Coxim.¹⁷⁵

Por intermédio do engenheiro Sylvio Saint-Martin, o investidor e representante de capitais estrangeiros Joaquim Machado de Mello conseguiu entrar em acordo com o Banco União de São Paulo quanto à intermediação das obras. Assim, a

concessão para construir a ferrovia, que era do banco, foi transferida à Noroeste do Brasil. A companhia levantou capitais para iniciar a construção da ferrovia.¹⁷⁶ O acordo foi oficializado em 30 de julho de 1904, pelo Decreto nº 5.266.

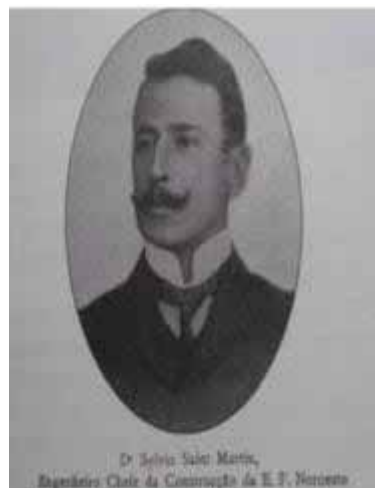


Imagem 11: engenheiro Sylvio Saint-Martin. Fonte: Álbum Gráfico de MT, 1914: p.93

¹⁷² Decreto nº 862, de 16/10/1890. op.cit. p. 2856.

¹⁷³ NEVES, Correia das. **História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**. Bauru: Tipografias e Livrarias Brasil, 1958.

¹⁷⁴ Nomes dos nove acionistas: Joaquim Machado de Mello, João Teixeira Soares, Victor Folletête, Arthur Alvim, Álvaro Mendes de Oliveira Castro, Alberto de Sampaio, Francisco Glycério e João Feliciano Pedroso da Costa Ferreira.

¹⁷⁵ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder**. op.cit.

¹⁷⁶ SAINT MARTIN, Sylvio. **Breve histórico sobre a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**. In: *Álbum Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914.

O Presidente dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco União de S. Paulo, concessionario da estrada de ferro de Uberaba a Coxin,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida, nos termos do n. 2 do art. 1º do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, á Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brazil, a concessão da estrada de ferro de Uberaba a Coxin, de que trata o mesmo decreto.

Art. 2º As clausulas referentes a essa estrada vigorarão com as modificações indicadas nas que com esse baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Muller¹⁷⁷.

Entre os acionistas da companhia, devemos destacar a influência política no governo federal dos engenheiros Joaquim Machado de Mello, experiente construtor de ferrovias formado na Universidade de Gand, na Bélgica; e João Teixeira Soares¹⁷⁸, responsável, juntamente com o também engenheiro Francisco Pereira Passos (futuro prefeito do Distrito Federal), pela construção da estrada de ferro do Corcovado, em 1884. O primeiro foi empreiteiro geral da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil; Teixeira Soares gozava de grande prestígio nos círculos da engenharia nacional e era ligado a investidores europeus.¹⁷⁹

Ao que tudo indica, o empreendimento encontrou um cenário favorável devido, entre outros fatores, à administração de Rodrigues Alves (1902-1906). Seu governo foi distinto dos demais no início da era republicana porque o país

¹⁷⁷ Diário Oficial da União. Seção 1. 03/08/1904. In: **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil**, Vol. IV. Brasília: Imprensa Nacional. 1996, p. 3555

¹⁷⁸ João Teixeira Soares tem seu nome ligado à construção de várias ferrovias brasileiras, dentre as quais é possível destacar, além da já citada estrada de ferro do Corcovado, no Rio de Janeiro, a Curitiba-Paranaguá, no Paraná, a estrada de ferro Vitória-Minas (EFVM) e a famosa estrada de Ferro Itararé (SP) - Santa Maria (RS), um dos pivôs da Guerra do Contestado (1912-1916). Em 26 de março de 1917, por meio da Lei Estadual n.º 1.696, o povoado de Boa Vista, no interior do Paraná, é elevado à categoria de cidade com o nome de Teixeira Soares, em homenagem ao engenheiro.

¹⁷⁹ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder**. op. cit. e GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha**. op. cit.

vivenciava um período de estabilidade econômica, decorrência da política austera do *funding loan* de seu antecessor, Campos Salles (1898-1902). Durante a presidência de Rodrigues Alves, registra-se o aquecimento dos setores ligados à construção civil, motivado pela suspensão da “garantia de juros” sobre o capital empregado na construção de obras, a exemplo das estradas de ferro. A medida, para Caio Prado Jr., tornou o Brasil “um largo e seguro campo para a inversão de capitais, estes encontrarão melhor acolhida, e abrir-se-ão para eles as mais vantajosas aplicações”.¹⁸⁰ As consequências dessa política marcariam, efetivamente, a entrada do capital estrangeiro.

E isto permitirá não somente restabelecer o equilíbrio das contas externas do país, tão gravemente atingidas na crise dos anos anteriores, mas restabelecê-lo em nível muito alto, tomando possível um largo aparelhamento material e uma sensível ascensão dos padrões da vida nacional. Instalar-se-ão grandes e modernos portos, a rede ferroviária crescerá rapidamente, inauguram-se as primeiras usinas de produção de energia elétrica (de tão grande importância num país pobre de carvão mineral), remodelam-se com grandes obras as principais cidades (em particular o Rio de Janeiro, que muda inteiramente de aspecto). E tudo mais acompanhará este ritmo de crescimento.¹⁸¹

Diante das condições econômicas favoráveis e da concessão do Estado, a Companhia Noroeste do Brasil enfrentaria um problema político para o início das obras: a definição do traçado da ferrovia. Em 1890, a *Comissão de Viação Geral*, arregimentada pelo Decreto nº 862, determinava que a ferrovia tivesse como destino a região norte de Mato Grosso, partindo de Uberaba (MG) e passando por Coxim (MT) e Cuiabá (MT). No entanto, essa rota não atendia aos interesses econômicos da elite cafeeira paulista, de acordo com Maria Inês Castro:

a oposição maior à estrada de ferro de Uberaba a Coxim partiu, portanto, das companhias ferroviárias de São Paulo, especialmente a Paulista, a Sorocabana e a Mogiana, interessadas em garantir uma parte dos benefícios decorrentes

¹⁸⁰PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 223

¹⁸¹idem, p. 223

da linha férrea para o Mato Grosso. Os agricultores paulistas iniciavam neste momento sua caminhada em direção ao oeste e, neste sentido, as terras matogrossenses se apresentavam como um espaço privilegiado para se poder dar continuidade a cafeicultura. (...) Capturar o movimento comercial desta ampla área, ainda com uma economia incipiente, mas encerrando tantas potencialidades e torná-la área de influência dos paulistas era algo atraente para as companhias que pretendiam se lançar nas empresas de construção de vias férreas.¹⁸²

A antiga rota que ligava a Mogyana ao norte do Mato Grosso não interessava aos cafeicultores, pois passava por terras já ocupadas e em franco desenvolvimento. Para as pretensões da elite cafeeira paulista, uma ferrovia que partisse do oeste de São Paulo em direção ao sul do Mato Grosso atenderia a duas demandas: auxiliaria o desbravamento e a posterior ocupação de regiões consideradas “incógnitas” e “vazias” e possibilitaria a ampliação do comércio com as nações da Bacia Platina.

Para Paulo Queiroz, a definição do traçado ferroviário rumo a Cuiabá seria resultante das questões políticas que envolveram a aquisição do Acre por meio do *Tratado de Petrópolis* (1903). À época, Rodrigues Alves sofreu duras críticas por parte da opinião pública e do legislativo. O então governador de Mato Grosso, Totó Paes, participou decisivamente da viabilização do Tratado, ao concordar em doar áreas da fronteira do Estado (a fronteira estendia-se ao longo de 3.164 km) para o governo boliviano. Ao prestar esse importante apoio ao governo federal, a escolha de Cuiabá como rota de passagem da ferrovia seria uma forma de retribuir os esforços do governador.¹⁸³ Todavia, conforme Vera Lúcia Pallamin, o possível acordo entre Totó Paes e o então Presidente Rodrigues Alves quanto à chegada dos trilhos a Cuiabá foi desconsiderado, uma vez que, em 1906, o governador fora assassinado e o mandato do Presidente havia acabado.¹⁸⁴

Deste modo, as alterações do traçado começaram em 1904. O Decreto Federal nº 5.349, de 18 de outubro, definia a cidade de Bauru (oeste paulista) como ponto de partida da ferrovia em direção a Cuiabá. Após os

¹⁸² CASTRO, Maria I. M. **O preço do progresso**. op. cit. p. 161

¹⁸³ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. **As curvas do trem e os meandros do poder**. op.cit.

¹⁸⁴ PALLAMIN, Vera Lúcia Pinheiro de Freitas. **Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil: uma empresa na frente pioneira (1904-1918)**. Dissertação (Mestrado em Economia). Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. 2001.

acontecimentos de 1906, e atendendo à pressão da elite cafeicultora paulista, a federação, por meio do Decreto nº 6.463, publicado em 25 de abril de 1907, determinou a cidade de Corumbá (sul de Mato Grosso) como destino da Ferrovia Noroeste do Brasil.

A Estrada de Ferro Bahurú-Cuyabá, objecto do contracto vigente da Companhia de Estradas do Ferro Noroeste do Brazil, celebrado nos termos do decreto n. 5349, de 18 de outubro de 1904, terá, o seu traçado alterado, a partir do kilometro 309, de modo a terminar em Corumbá, procurando a travessia preferível do rio Paraná nas imediações da corredeira do Jupiá, o passando por Aquidauana ou por outro ponto mais conveniente no curso francamente navegável do rio Aquidauana, ou do affuente seu.¹⁸⁵

Com essas mudanças, a cidade de Bauru tornou-se o eixo de entroncamento entre as estradas de ferro Sorocabana, Paulista e NOB, ligando São Paulo a Mato Grosso, Bolívia e Paraguai. Todas essas alterações atenderiam a um projeto político-econômico de criação de uma ferrovia continental, que ligasse o Atlântico ao Pacífico e integrasse Mato Grosso à nação, bem como estabeleceria o “mais extenso dreno comercial, soldando-se o porto de Santos ao norte do Paraguai e ao oriente boliviano”.¹⁸⁶

A escolha do novo traçado foi baseada no elogiado projeto intitulado *Memória do projecto da Estrada de Ferro a Matto-Grosso e fronteira da Bolívia: por São Paulo dos Agudos, Itapura, Miranda e Rio Paraguai*, de Emílio Schnoor¹⁸⁷, publicado em 1903. A Tese do conceituado engenheiro alicerçava-se na necessidade de proteger a fronteira oeste de possíveis casos de guerra e

¹⁸⁵ Diário Oficial da União. Seção 1. 19/06/1907 In: **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil**, Vol. V. Brasília: Imprensa Nacional. 1996, p. 4739.

¹⁸⁶ AZEVEDO, Fernando. **Um trem corre para o oeste**. 2°. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

¹⁸⁷ Euclides da Cunha em **A margem da História**, op. cit. p. 127 classificou o projeto de Schnoor como admirável “onde os confrontos mal esboçados nestas linhas se estendem a todos os projetos dignos de nota, contrastando-lhes o valor e os direitos decotando-lhes os exageros até firmar-se a preferência daquele traçado em argumentos firmes, estendendo-se das condições técnicas mais vulgares às econômicas ou políticas imanentes ao progresso das zonas percorridas, ou estratégicas relativas à garantia vindoura do extenso tratado de fronteira”.

por “corresponder ao vasto plano da futura comunicação transcontinental, do Rio de Janeiro ao Pacífico”¹⁸⁸ (ver Mapa 3). Em resumo:

(...) a Estrada de Ferro Noroeste já havia sido posta em marcha. O Tratado de Petrópolis tinha reativado os projetos de alcançar os territórios boliviano e paraguaio, sem utilizar-se da via fluvial pela Argentina. O sul de Mato Grosso tornava-se alvo de estudos de geologia, vegetação, clima e atividades econômicas e, em 1903, decreto federal autorizava o início da ferrovia Bauru-Cuiabá. As críticas a esse traçado, porem, desencadeiam uma revisão do empreendimento e a adoção do projeto do engenheiro Emílio Schnoor, que deslocava o ponto de chegada de Cuiabá para Corumbá, a fim de viabilizar o enlace da transcontinental.¹⁸⁹

Mapa 3: Traçado final da Ferrovia Noroeste do Brasil¹⁹⁰



¹⁸⁸ SCHNOOR, Emílio. **Memória do projecto da Estrada de Ferro a Matto-Grosso e fronteira da Bolívia: por São Paulo dos Agudos, Itapura, Miranda e Rio Paraguai**. Rio de Janeiro. Typ. Jornal do Commercio & C. 1903.

¹⁸⁹ MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna: 1997. p.281.

¹⁹⁰ Traçado da Ferrovia Noroeste do Brasil de acordo com o plano de Emílio Schnoor. Disponível: ARCA. Localização: Mapas e Plantas

A participação de Emílio Schnoor na construção da Noroeste do Brasil vai além da elaboração do novo traçado. O engenheiro foi designado pela Companhia para fazer o reconhecimento do trecho mato-grossense e liderou uma equipe técnica, que ficou conhecida como *Comissão Schnoor*, responsável por realizar estudos sobre os impactos da ferrovia e as potencialidades econômicas na região. Entre os estudos, destaca-se o trabalho geológico de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa sobre as jazidas de ferro e manganês em Corumbá.¹⁹¹ Reforçando essas expectativas, podemos citar as palavras do engenheiro Olavo Augusto Hummel¹⁹²:

(...) muitos desses campos são de qualidade excelente, assim no Triângulo Mineiro, Dorés e Jataí em Goiás, Campo Grande e arredores de Santana e outros lugares no Mato Grosso achando-se intercalados com terras férteis em mato, pode-se entretanto nutrir esperanças fundadas de um futuro mais próspero para aqueles sertões com a chegada da estrada de ferro.¹⁹³

Definido o projeto de construção, o Decreto nº 6.899, de 24 de março de 1908, determinava que as obras fossem executadas em duas frentes independentes e interligadas: no Estado de São Paulo, a Estrada de Ferro Bauru – Itapura, e em Mato Grosso, a Itapura – Corumbá. Embora todas as obras ficassem a cargo da CEFNOB, havia uma sensível diferenciação contratual e de exploração. O trecho paulista foi concedido à Companhia sob o regime de garantia de juros; já o mato-grossense foi declarado propriedade da União. As diferenciações contratuais tipificavam e demonstravam os objetivos da ferrovia: o braço paulista atendia a demanda dos cafeicultores, configurando-se como parte da frente pioneira; o mato-grossense teve, sobretudo, um caráter estratégico de defesa da fronteira.

¹⁹¹ LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. **Oeste de São Paulo-Sul de Mato Grosso. Estrada e Ferro Noroeste do Brasil. Geologia, Indústria Mineral, Clima, Vegetação, Solo Agrícola, Indústria Pastoril.** Comissão Emilio Schnoor. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1909.

¹⁹² O engenheiro Olavo Augusto Hummel foi um dos principais interlocutores de Emílio Schnoor em relação ao debate sobre o traçado mais conveniente da ferrovia, que ligasse o porto de Santos a Mato Grosso. Para mais informações, ver: CAMPOS, Cristina de. **Ferrovias e saneamento em São Paulo. O engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção de rede de infra-estrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893.** FAU USP. São Paulo, 2007.

¹⁹³ HUMMEL, Olavo Augusto. **“Ensaio sobre viação férrea para o estado do Mato Grosso”** In: *Anuário da Escola Politécnica de São Paulo para o ano de 1903.* São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1903.p. 189

2.2. A construção da Noroeste do Brasil

Assim como a maioria das ferrovias do Brasil e dos países europeus, durante o século XIX, a construção da NOB baseou-se no sistema da empreitada (*contract system*).

O estudo de Terry Coleman sobre as construções das ferrovias inglesas no século XIX permite a compreensão organizacional desse sistema. Primeiramente, a Companhia escolhia um engenheiro para projetar a rota, supervisionar a construção e responsabilizar-se pelo empreendimento; em seguida, buscava um empreiteiro principal (*principal contractor*), geralmente um grande empresário, para executar os trabalhos. O empreiteiro, por sua vez, formava um grupo de encarregados ou gerentes para cada seção da linha, sendo estes autorizados a oferecer partes das obras a subempreiteiros (*sub-contractors*); os subempreiteiros indicavam turmeiros ou feitores de turma (*gangers*), responsáveis pela contratação dos trabalhadores braçais (*navvies*).¹⁹⁴

Almir Chaiban El-kareh exemplifica o sistema de empreitada no Brasil em seu estudo *Filha Branca de Mãe Preta*, que aborda a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1855, o governo imperial contratou como empreiteiro o engenheiro inglês Edward Price para construir a primeira seção da estrada, ligando o Rio de Janeiro a Belém (Japeri), no pé da serra. Para executar a obra, Price nomeou como engenheiro-chefe Charles E. Austin, e como gerente, Samuel Bayliss.¹⁹⁵

O contrato firmado estabelecia o pagamento da construção, os deveres e direitos das partes e concedia ao empreiteiro ampla liberdade para reelaborar o traçado do projeto original, desde que as alterações não acarretassem em novas despesas e aumento no prazo de entrega da obra. Diante dos 61 km de extensão da obra, a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II dividiu a linha em seções com cerca de uma milha e meia cada, (aproximadamente 2,4 km), entregues a subempreiteiros contratados a preço fixo.¹⁹⁶

¹⁹⁴ COLEMAN, Terry. **The railway navvies. A History of the men who made the railways.** Londres: Hutchinson & Co Ltd, 1965.

¹⁹⁵ EL-KAREH, A. C. **Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855-1865.** Petrópolis: Vozes, 1982. p. 39

¹⁹⁶ *ibidem*

Em geral, o contrato da empreitada era bem rentável, tanto para os empreiteiros quanto para a companhia ferroviária. Após a concessão do Estado, o estabelecimento do tempo de execução da obra e dos valores, as companhias acertavam, com empresas menores, a produção de materiais e serviços necessários à construção da estrada. Com a autonomia dos contratos, os empreiteiros buscavam maximizar os lucros, por meio da aquisição de materiais de qualidade inferior e da superexploração da mão de obra dos trabalhadores.¹⁹⁷

No caso da construção da NOB, não foi diferente. A forma adotada para realizar as obras deu-se por meio de várias empreitadas. A Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil confiou a construção e o aparelhamento da linha à empresa belga *Compagnie Générale de Chemins de Fer et de Travaux Publics*¹⁹⁸; esta, por sua vez, subempreitou as obras no Brasil à *Construtora Machado de Mello*, de propriedade do engenheiro e acionista da CEFNOB, Joaquim Machado de Mello – que subempreitou partes específicas das obras, como derrubada das matas, abertura de dormentes, cortes, aterros e implantação dos trilhos a vários grupos de pequenos empreiteiros, também conhecidos como tarefeiros.

Diante dos inúmeros intermediários, na prática, a construção ficou marcada pela ação das empresas cujo objetivo era ampliar sua margem de lucro. Para isso, expedientes como a simplificação de alguns trabalhos buscando economizar no material e na mão-de-obra foram utilizados. Em síntese, “o governo pagava bem por um trabalho que na realidade não se concretizava da forma prometida”.¹⁹⁹

Deste modo, as obras de construção da ferrovia foram perigosamente simplificadas. Foi utilizada a bitola métrica (de um metro de distância entre os trilhos), tecnicamente pouco recomendável em ferrovias com a extensão da NOB. Houve falta de pedregulho e brita para fixar os dormentes – foram utilizadas madeira e areia para construir a linha, as oficinas e as estações. A

¹⁹⁷ LAMOUNIER, M. L. **Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890.** *Estudos Econômicos*, 37(2): 353–372. 2007.

¹⁹⁸ Segundo o Decreto nº 5.004, de 20 de Outubro de 1903, a Companhia recebe autorização para funcionar na República. Diário Oficial da União - Seção 1 - 01/11/1903. In: **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil**, Vol. VII. Brasília: Imprensa Nacional. 1996, p. 4925

¹⁹⁹ GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha.** op. cit. p. 49

linha única foi adotada, o que impedia o deslocamento dos trens em sentidos contrários ao mesmo tempo. Os pontilhões foram substituídos por “bueiros abertos”, houve escassez de pontes (ou então o uso inapropriado de vãos pequenos) e carência de cercas que impedissem a passagem de animais e pessoas pelos trilhos, evitando atropelamentos.²⁰⁰ As irregularidades foram observadas pelo chefe da fiscalização do Ministério da Viação e Obras, o engenheiro Clodomiro Pereira da Silva:

(...) procedimento altamente condenável dos prepostos da Cia., até aqui, fazem rezear que ela trabalhe lentamente, como tem feito, além da obra mal executada como vem fazendo, alterando todos os planos aprovados, à discrição, sem ciência nem aprovação do governo, e, o que é mais, com manifesto capricho, ficando a fiscalização sem nenhuma base para fiscalizar, pois não lhe são fornecidos os documentos previstos.²⁰¹

As irregularidades na construção foram reforçadas pelos estudos da Comissão de Reconhecimento da NOB, chefiada pelo engenheiro Luiz Gonzaga de Campos que, em 1906, entregou à Construtora Machado de Mello o relatório da *zona compreendida entre Bahurú e Itapura*²⁰², detalhando as necessidades técnicas da construção. Todavia, as orientações da Comissão não foram atendidas, porque Joaquim Machado de Mello (proprietário da construtora) considerou os custos da obra elevados e optou por adequações mais baratas.²⁰³ Em 1914, o inspetor federal de estradas de ferro, engenheiro Firmino Ribeiro Dutra, informou, também em relatório, que a “via permanente (da NOB) não oferecia segurança ao tráfego (...) havendo a necessidade de substituição de grande parte dos dormentes (...) quase tudo era insuficiente

²⁰⁰ GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha*. op. cit.; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. *As curvas do trem e os meandros do poder*. op.cit.

²⁰¹ Relatório do chefe da fiscalização, engenheiro Clodomiro Pereira da Silva, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, em 25 de janeiro de 1907.

²⁰² GONZAGA DE CAMPOS, L.F. *Reconhecimento da zona compreendida entre Bahurú e Itapura*. Relatório da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil apresentado à assembléa geral ordinária realizada em 11 de junho de 1906. Rio de Janeiro: Typ. de Heitor Ribeiro & C., 1906.

²⁰³ Segundo o integrante da Comissão, o engenheiro José Gomes Morais Filho, o empreiteiro Joaquim Machado de Mello pretendia “ganhar dinheiro até nos estudos”, não considerando, portanto, os apontamentos técnicos necessários para a durabilidade e bom funcionamento da ferrovia. Para mais informações, ver: MORAIS FILHO, José Gomes. *Pioneiros da Noroeste. Mensageiros da civilização*. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, nº 138. 1951.

para um tráfego normal e intenso”.²⁰⁴ As Imagens 12,13, 14 e 15 demonstram a simplificação dos trabalhos.²⁰⁵



Imagem 12: Ausência de britas e pedregulhos como lastro sobre os trilhos; acampamento dos trabalhadores e casa de máquinas feitos em pau a pique.



Imagem 13: Dormentes de madeira assentados diretamente na superfície, diminuindo a vida útil da linha e do material rodantes. Adoção da bitola métrica.



Imagens 14 e 15 (à direita): Pontes de vão pequeno

²⁰⁴ Relatório do engenheiro Firmino Ribeiro Dutra. Apud NEVES, Correia das, 1958. Op. cit. pp. 85-86.

²⁰⁵ As Imagens 12,13 14 e 15 fazem parte do acervo pessoal do Sr. Carlos Iracy Coelho Neto

As iniciativas da empreiteira para ganhar dinheiro foram além das economias com material e equipe técnica: a exploração do trabalhador era uma prática lucrativa à empresa, uma vez que ele se endividava no momento em que começava a trabalhar. Segundo o engenheiro José Morais Filho, o empreiteiro geral

se valia dos sistemas de sub-empreitadas e do encosto a um armazém central fornecedor, mantido de sociedade com o senhor Joaquim Mendes, chefe de uma importante firma de São Paulo. (...) o operário que, não obstante os convidativos salários pagos, deixava todo o ganho em mãos do empregador, por intermédio dos armazéns onde era obrigado a se abastecer de tudo quanto precisava.²⁰⁶

A utilização dos armazéns ou das “vendas” que forneciam gêneros alimentícios e equipamentos de trabalho foi prática comum nas construções e fazendas em regiões isoladas. Ao monopolizar o potencial de compra dos empregados, por meio do fornecimento de crédito e manipulação dos valores, “os empregadores condicionavam os trabalhadores a uma dívida impagável, lançando em suas cadernetas saldos negativo, forçando-os a permanecerem no trabalho até a possível e improvável quitação do débito”.²⁰⁷ No caso da NOB, a construtora Machado de Mello estabelecia na caderneta o regulamento que cada trabalhador deveria obedecer.

O Snr. aceitando a ocupação de nesta construção, obriga-se com aquisição da presente caderneta, as condições seguintes:

1. Obedecer e executar todas as ordens de serviço que lhe forem dadas;
2. Reconhecer de 10 (dez) horas no mínimo, o dia de trabalho;
3. Trabalhar não só nos dias da semana, como nos domingos, dias santos e feriados, e também de noite, quando o Empreiteiro o exigir;
4. Aceitar, sem direito a qualquer reclamação, o salário diário que lhe for estipulado pelo Empreiteiro;
5. Fornecer-se do armazém do Empreiteiro de todos os gêneros de alimentação e de quaisquer outros artigos de que precisar;

²⁰⁶ MORAES FILHO, J. G. **Pioneiros da Noroeste**. op. cit. p. 135

²⁰⁷ MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.p. 98

6. Não causar dano algum, nem embaraços aos trabalhos executados por conta do Empreiteiro ou de particulares, comportando-se com todo o respeito e moralidade quer no serviço, quer particularmente;
7. Aguardar o pagamento dos seus ordenados do mez vencido, até o dia 30 (trinta) do mez seguinte;
8. Aguardar, se sair espontaneamente do trabalho durante o mez, a liquidação de sua caderneta no dia respectivo do mez seguinte;
9. Ser dispensado do serviço se o entender o Empreiteiro, recebendo imediatamente o saldo dos seus salários;
10. Apresentar no último dia do mez, ao armazém competente, a presente caderneta para conferência dos respectivos débitos, lançamentos dos salários e apuração do saldo, procurando a sua restituição do dia 5 do mez seguinte em diante, entregando-a posteriormente no acto do recebimento do saldo, sem direito à sua restituição;
11. Não transferir a presente caderneta a outros; e, no caso de saída espontânea (não podendo estar presente no acto de pagamento), deverá deixar pessoa devidamente autorizada a receber o saldo, sob aviso prévio ao Empreiteiro;
12. O trabalhador que não fizer, no mínimo, 20 dias de trabalho por mez, salvo moléstia, será dispensado da construção.²⁰⁸

Expostos os doze pontos do contrato, não é difícil constatar que a situação dos trabalhadores da ferrovia era de exploração. A jornada mínima de dez horas, executada durante sete dias da semana, os baixos e incontestáveis salários e a obrigatoriedade de comprar no armazém do empreiteiro levaram o médico sanitaria Arthur Neiva²⁰⁹, que trabalhou na NOB em 1908, a escrever:

(...) Abandonar o serviço, impossível; “quem entra no inferno não sai”, ouvi muitas vezes repetido pelos míseros operários. A estrada cuidadosamente cortava a retirada. Voltasse a pé

²⁰⁸ Segundo Thiago Moratelli, em junho de 1909, o jornal carioca *Diário do Comércio* publica matéria enaltecendo os trabalhos da construtora Machado de Mello na ferrovia NOB. Em resposta, o periódico anarquista *A Voz do Trabalhador* torna público o modelo de contrato firmado entre a construtora e os trabalhadores, enfatizando a exploração sofrida pelos trabalhadores da construção. Jornal **A Voz do Trabalhador**, RJ, edição do dia 01/06/1909. p.1. Exemplar disponível no CEDAP-UNESP/Assis.

²⁰⁹ O médico, etnógrafo e político Arthur Neiva chefiou a campanha de saúde na abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, realizando observações científicas e políticas. Durante a década de 1920 escreveu crônicas publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* e na *Revista do Brasil*, sendo reunidas em 1927 no livro *Daqui e de longe... crônicas nacionais e de viagem*. Para mais informações, ver: AZEVEDO, Fernando. **As ciências no Brasil**. In: Azevedo, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p.5-12. 1994; LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

quem quisesse. Eram algumas centenas de quilômetros a percorrer em região deserta e infestada pelos bugres inclementes e muitos afrontaram estes perigos, demonstrando coragem sem par. O terror que os selvagens infundiam obrigava a maioria dos desgraçados a tocar para a frente.²¹⁰



Imagem 16: Acampamento da NOB no sul de Mato Grosso²¹¹

Diante de tal sorte, o jornal *A voz do Trabalhador*, periódico de pequena circulação à época, dispôs-se a alertar os trabalhadores dos centros urbanos sobre os perigos e a exploração na construção da ferrovia.

OPERÁRIOS!

Na Estrada de Ferro Noroeste espera-vos a miséria, a febre, a fome e o calote

O escravocrata MACHADO DE MELLO deve ser boicotado.²¹²

Evitai a Noroeste!

Ninguém deve ir trabalhar na Noroeste. Ali morre-se vitimado pelas febres, pela miséria e pelo chumbo dos capangas.²¹³

²¹⁰ NEIVA, Arthur. **Daqui e de longe...: crônicas nacionais de viagem**. São Paulo: Impressora Melhoramentos de São Paulo, 1927.p. 127

²¹¹ **Impressões do Brasil no Século Vinte. Sua História, seu povo, comércio, indústrias e recursos**. Londres, Loyd Greater Britain Publishing Company, LTD., 1913.p. 243.

²¹² Jornal **A Voz do Trabalhador**, RJ, edição do dia 01/05/1909. p.6. Exemplar disponível no CEDAP-UNESP/Assis.

²¹³ Jornal **A Voz do Trabalhador**, RJ, edição do dia 01/06/1909. p.6. (apud CASTRO, Maria Inês Malta. **O preço do progresso**. op.cit. p.208)

A campanha do jornal *A voz do Trabalhador* e o relato do Dr. Neiva retratavam um dado assustador: a alta mortalidade dos trabalhadores. O relatório da diretoria da CEFNOB, de 16/10/1911²¹⁴, informa que o total de empregados na construção era de dois mil operários, 800 no trecho paulista e 1,2 mil no trecho mato-grossense. Inês de Castro, em pesquisa de Mestrado, revelou que até 1909 foram vitimados, aproximadamente, 1,6 mil trabalhadores na obra; ou seja, se subtrairmos o número de vítimas do total de trabalhadores, chegamos à taxa de óbito de, aproximadamente, 80%.²¹⁵

As causas das mortes eram muitas. As péssimas condições de trabalho levavam a constantes acidentes; a alimentação precária, somada às doenças endêmicas e à falta de tratamento médico adequado agravava a predisposição dos operários a enfermidades como verminose, alastrim (varíola benigna), disenteria, febre amarela, malária, beribéri e uma patologia ainda desconhecida na época, identificada apenas como “úlceras brava” ou “úlceras de Bauru”, a qual vitimou considerável número de operários.²¹⁶

A espantosa quantidade de trabalhadores doentes pela “úlceras de Bauru” levou, em 1909, pesquisadores do *Instituto Pasteur* e do *Instituto Bacteriológico de São Paulo* a diagnosticarem na região, pela primeira vez no Brasil, a “leishmaniose tegumentar”, conhecida na literatura médica européia como “botão do Oriente” ou “botão de Biskra”. Até mesmo uma das paradas do trem chamava-se “Birigui”, em tupi-guarani “mosca que sempre vem”, um dos nomes populares do mosquito do gênero *Phlebotomus*, vetor da doença.²¹⁷

A construtora procurou atribuir o elevado número de doentes ao ambiente, buscando isentar-se do problema. No entanto, para a imprensa operária, estava clara a relação entre as péssimas condições de trabalho e a

²¹⁴ CEFNOB. Relatório da diretoria da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Assembléia Geral Ordinária realizada em 16 de outubro de 1911. Disponível no **Centro de Documentação Regional** (CDR/UFMG). Código de referência: BR CDR NOB/ Relatórios.

²¹⁵ CASTRO, Maria I. M. **O preço do progresso**. op. cit. p. 197. A taxa de mortalidade não pode ser calculada com precisão, uma vez que os dados com o número de trabalhadores têm como margem temporal dois anos. Outro ponto que se deve levar em conta é a variação do número de empregados. De acordo com o Relatório da CEFNOB de 1907, havia 1.184 empregados.

²¹⁶ BENCHIMOL, Jaime Larry; SILVA, André Felipe Cândido da. **Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, Sept. 2008.

²¹⁷ *ibidem*.

alta incidência de enfermos.²¹⁸ Deste modo, para atenuar a situação precária dos trabalhadores, o movimento operário reivindicava a redução da jornada de trabalho e a melhoria na alimentação, como forma de prevenir doenças.²¹⁹

2.2.1. Os trilhos adentram a mata: a questão indígena

Além das moléstias, a questão indígena foi outro aspecto conflitante que marcou a construção da ferrovia. Conforme Darcy Ribeiro, os atritos entre os índios Kaingang e os funcionários da NOB eram frequentes, desde o início das obras.

Em 1905 ocorre o primeiro ataque dos índios nas proximidades de Estrada, contra a turma de um agrimensor que, realizando uma medição, afastara-se muito dos trilhos. A esse ataque sucederam-se outros, nos anos seguintes, contra as turmas da estrada e contra agrimensores que operavam entre as estações que hoje correspondem às cidades de Lins e Araçatuba. Uma comissão de sindicância criada para estudar os conflitos verificou que todos esses ataques resultaram em menos de quinze mortes de civilizados. Em contraposição, nessa época foram realizadas diversas chacinas que levaram à morte as aldeias inteiras dos Kaingang, reavivando o ódio e dando lugar a novas represálias.²²⁰

Eram comuns os ataques aos acampamentos dos trabalhadores no trecho paulista da ferrovia; os episódios ganharam grande destaque na imprensa local e nacional. Correia das Neves transcreveu, em sua obra, a notícia de um dramático conflito envolvendo os operários e os Kaingang, também conhecidos como “Coroados”, na madrugada de 26 de julho de 1907.

Os ferozes índios “Coroados”, à proporção que os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil avançavam, eram

²¹⁸ CASTRO, Maria I. M. **O preço do progresso**. op. cit.

²¹⁹ Jornal **A Voz do Trabalhador**, RJ, edição do dia 17/05/1909. p.2. Exemplar disponível no CEDAP-UNESP/Assis.

²²⁰ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1970.p. 102-103

empurrados para longe. Em represália, os silvícolas atacavam, constantemente, os acampamentos dos trabalhadores. Em 26 de julho de 1907, às 2 horas da madrugada, os índios assaltaram o acampamento do quilometro 184, composto de 20 homens. Os trabalhadores foram surpreendidos quando dormiam. Os silvícolas invadiram os ranchos, tendo se utilizado de machados e foices dos próprios operários para o massacre. Embora colhidos de surpresa, os trabalhadores reagiram. Estabeleceu-se violenta luta corpo a corpo dentro das barracas. Foram mortos quatro empregados e vários outros ficaram gravemente feridos²²¹.

As notícias dos ataques revelavam a falta de segurança dos trabalhadores, que paralisavam as obras em virtude da violência dos constantes conflitos, bem como justificavam a ação genocida dos “bugreiros” (aqueles que caçam “bugres”/índios), milícia armada contratada para proteger os funcionários e o patrimônio da Companhia.



Imagem 17: Aldeia Kaingang na região de Araçatuba (SP). Fonte: Acervo imagético da Câmara Municipal de Araçatuba



Imagem 18: Indigenista estabelecendo contato com os Kaingang na região de Araçatuba (SP). Fonte: Acervo imagético da Câmara Municipal de Araçatuba

²²¹ Jornal *O Bauru*, Bauru, 28 de julho de 1907. *apud.* NEVES, Correia das. **História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**. op. cit. p. 58

O diretor do Museu Paulista, Hermann Friedrich Albrecht von Ihering, defendeu, em 1911, no jornal *O Estado de S. Paulo*, o extermínio dos Kaingang em nome da construção da Noroeste do Brasil. Embasado no modelo evolucionista e determinista, o naturalista alemão condenou “grupos indígenas inferiores” para que a “civilização fizesse o que a natureza tardaria a conseguir”, já que os mesmos desapareceriam pela “mera ação da natureza”.²²²

A abertura da estrada de ferro, atravessando o território dos Kaingang (no oeste do Estado de São Paulo), apenas intensificou o conflito já existente entre indígenas e posseiros. São vários os relatos das incursões dos “bugreiros”, denominadas “dadas”, para exterminar tribos.²²³ Em estudo sobre a migração nordestina ao noroeste paulista, Célia Regina Reis da Silva descreveu a estratégia bélica desses grupos.

Muitas vezes os bugreiros se escondiam na mata durante semanas, aguardando a realização das festas guerreiras e religiosas dos caingangues, nas quais estes se embriagavam com uma bebida que produziam. Os ataques costumavam ocorrer ao amanhecer, quando a tribo dormia. Matavam-se índios a tiros. Os cadáveres, depois de empilhados, eram incendiados. Os invasores às vezes envenenavam os alimentos e a água estocada pelos índios (...) Outras vezes, ateavam fogo em todas as cabanas, arrasando a aldeia.²²⁴

Fato é que a violência empregada pelos “bugreiros” não aparecia na grande imprensa. Em meio à guerra de informações, fazia-se necessário, aos interesses da Companhia, que as notícias relatassem somente os ataques praticados pelos indígenas. Essa situação criou um campo fértil à imaginação do grande público: os “impetuosos” e “incivilizados” índios, habitantes do

²²²SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.pp. 130-131

²²³ Para mais informações sobre o conflito entre os Kaingang e posseiros no oeste paulista, ver: RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.; MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.; LIMA, J.F.T. **A ocupação de terras e a destruição dos índios na região de Bauru**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1978.; BORELLI, S.H. **Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes histórias e violência deliberada**. São Paulo: Yankatu Editora, 1984.

²²⁴ SILVA, Célia Regina Reis da. **Noroeste paulista: Andradina, uma esperança de vida para nordestinos nas décadas de 30 a 50**. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em História). Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2000.p. 19

“sertão bravo”, deveriam ser exterminados. As palavras de João Francisco Tidei Lima sintetizam esse contexto: “a construção da ferrovia representou literalmente o fim dos índios caingangas”.²²⁵

A possibilidade do conflito com os índios permitiu aos empreiteiros ampliarem o controle sobre o espaço e os trabalhadores: o emprego de feitores, na prática, representava uma ameaça maior aos operários do que uma segurança contra os ataques dos temidos Kaingang. A combinação de capangas armados, dívida acumulada na caderneta e atraso nos salários fazia com que os trabalhadores dependessem dos empreiteiros.²²⁶

Os ataques indígenas e as moléstias também serviram como resposta da CEFNOB às cobranças do governo federal quanto ao atraso nas construções da seção Mato Grosso e da ligação Bauru – Itapura. No relatório de 1910, a Companhia admite que as obras estavam fora do prazo, e solicita a prorrogação do contrato. No mesmo ano, a Federação concede mais 18 meses de prazo à Companhia.²²⁷

Ainda em relação aos índios, a repercussão nacional e internacional dos conflitos entre trabalhadores da NOB e os Kaingang fez com que o governo federal criasse, por meio do Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN, posteriormente somente SPI), sob a direção do então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon (ver Imagens 19 e 20). O objetivo do órgão era proteger os povos indígenas, como parte da estratégia de ocupação do território nacional.²²⁸

²²⁵ LIMA, J. F. T. de. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. op. cit. p.58. Atualmente, os índios Kaingang de São Paulo estão aldeados em pequenas reservas no oeste do estado, localizados nos postos de Vanuíre e Icatu, respectivamente nos municípios de Arco-Íris e Braúna. De acordo com o estudo de Silvia Borelli, os conflitos do início do século XX representaram, para os Kaingang paulistas, uma redução populacional de mais de 80%, restando apenas 200 indivíduos em 1916. Para mais informações, ver: BORELLI, Silvia Helena Simões. **Os Kaingang no Estado de São Paulo: Constantes históricas e violência deliberada**. In: MONTEIRO, John M. et al. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankan/Pró-índio, 1984.

²²⁶ MORATELLI, Thiago. **Os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: experiências operárias em um sistema de trabalho de grande empreitada (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914)**. Dissertação (Mestrado em História) Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2009.

²²⁷ CEFNOB. Relatório da Diretoria da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil. Assembléia Geral Ordinária realizada em 20 de outubro de 1910. Disponível no **Centro de Documentação Regional** (CDR/UFGD) Código de referência: BR CDR NOB/ Relatórios.

²²⁸ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. op. cit.



Imagem 19: Chefe Kaingang Rerim, enrolado na bandeira do Brasil, 1912. Fonte: **Rondon livro fotobiográfico**. Brasília: Abravideo, Museu do Índio/FUNAI. 2009. p.76



Imagem 20: Grupo de índios Kaingang no *Posto Indígena de Nacionalização Vanuire* na década de 1940. Localização BR MI SPI IC RR 001-342. RR341. Fonte: Museu do Índio/FUNAI.

Em relação aos indígenas do sul de Mato Grosso, a expansão da ferrovia agravou o já acelerado processo de desestabilização social, política e religiosa das etnias da região, em especial dos Terena.²²⁹ O traçado da linha férrea adentrou as aldeias Água Branca, Bananal, Colônia Nova, Lagoinha, Imbirussu, Ipegue e Morrinho, o que resultou na presença de “migrantes estranhos à realidade local”.²³⁰ Ao mesmo tempo em que os nativos foram obrigados a conviver com estranhos na terra que já ocupavam, eles também foram cooptados para os trabalhos nos trilho.

²²⁹ MARTINS, G. R. **Breve painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: EdUFMS/FNDE, 1992. e VARGAS, V. L. F. **A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e opção**. 2003. Dissertação (Mestrado em História), Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2003.

²³⁰ LEITE, Eudes F. **Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no pantanal**. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 41

Muitos morreram pelos vários acidentes que aconteceram no período da construção da estrada de ferro. Da aldeia Cachoeirinha participaram José Benedito, Elias Antônio, Félix Candeia e muitos outros. Segundo eles foi um trabalho difícil, arriscando a própria vida na região do Pantanal, onde existem muitos animais selvagens. Félix Antônio, Úli Terena, lembra que participou da construção da ponte do rio Paraguai e quando chegou na cidade de Corumbá, foi realizada uma festa, comemorando a realização do trabalho.²³¹

Devemos destacar que o emprego do trabalho dos Terena (ver Imagem 21) ocorreu na seção que se iniciou em Porto Esperança, no ano de 1908, trecho no qual a Companhia encontrava grandes dificuldades para contratar operários devido às condições inóspitas da região (ver Imagens 22 e 23).²³² A exploração do trabalho indígena era estimulada pela Inspeção Regional do SPI em Mato Grosso. Em 1919, o relatório das atividades do órgão recomendava o emprego das etnias do sul de Mato Grosso nas mais diversas atividades, e argumentava: “são de bôa indole, obedientes e optimos trabalhadores quando guiados, bastando apenas “alguma roupa e a alimentação” para que se tornassem “eternos devedores de seus patrões”.²³³

Chama atenção o fato de que o discurso sobre o índio – ora perigoso e violento, ora afeito ao trabalho – alternava-se de acordo com a necessidade do avanço dos trilhos.

As ações conduzidas pelo SPI resultaram no processo de pacificação dos Kaingang da Noroeste em 1912, confinando-os em reservas que representavam uma pequena parcela do território tradicional. Já no caso dos Terena, a partir de 1918, foram criados postos indígenas para proteger sua cultura e território, mas “logo essa ‘proteção’ foi sendo transformada em perda de direitos e de autonomia política.”²³⁴

²³¹ BITENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC-SEF-USP, 2000. p. 84

²³² QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru: Edusc, Campo Grande: Editora da UFMS, 2004.

²³³ **Relatório de Atividades do SPI**, 1919. Microfilme 040, Neppi/UCDB/Centro de Documentação *Teko Arandu*. É possível encontrar no centro de Centro de Documentação *TEKO ARANDU* uma vasta documentação que denuncia o emprego da mão de obra indígena na construção da ferrovia, da linha telegráfica, da Cia. Mate Laranjeira e nas fazendas da região sul de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

²³⁴ BITENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. **A história do povo Terena**. op. cit. p. 97

Imagens 21, 22 e 23: Construção da Ferrovia Noroeste do Brasil no Pantanal do sul de Mato Grosso.



Imagem 21: Trabalhadores da NOB na região pantanosa do sul de Mato Grosso ²³⁵



Imagem 22: Acampamento dos trabalhadores em Salobra, região do Pantanal do sul de Mato Grosso. Fonte: Acervo pessoal do Sr. Carlos Iracy Coelho



Imagem 23: Operários da NOB. Índios Terena e não indígenas nas proximidades da aldeia Bananal, no município de Aquidauana (MS). Fonte: BPRAM /UFMS

²³⁵ **Impressões do Brasil no Século Vinte.** Sua História, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Londres: Loyd Greater Britain Publishing Company, LTD., 1913.p. 243.

Ainda em relação à pacificação dos Kaingang no território paulista, o SPI, no final da década de 1920, iniciou um processo de “fusão étnica”, introduzindo famílias Terena vindas do sul de Mato Grosso nos aldeamentos Kaingang de Icatu e Vanuire. Os indigenistas do SPI acreditavam que os Terena, considerados excelentes agricultores e com um histórico de serviços prestados ao exército brasileiro durante a guerra contra o Paraguai e na construção das linhas telegráficas, poderiam influenciar os Kaingang, tidos como indisciplinados e avessos ao trabalho.

A Inspetoria mandou vir de Matto Grosso alguns índios Terenas, excellentes vaqueiros e os alojou em Icatu e Vanuire para servirem de mestres aos Caingangs, medida essa que será ampliada si a experiência der, como se é de esperar, bom resultado. Os Terenas também são bons artificies dos officios comuns, o que certamente será de muito proveito para os seus irmãos Caingangs, cujo atraso ainda é grande.²³⁶



Imagem 24: Índios Kaingang e Terena em um campo de futebol na colônia agrícola-pastoril de Araribá, próxima à cidade de Bauru (SP), em 1928. Localização: BR MI SPI DA IR5 AR 1-114 / AR071. Museu do Índio/FUNAI.

Em 1937, o Coronel Luiz Bueno Horta Barbosa, então diretor da Inspetoria do SPI no Estado de São Paulo, em entrevista ao jornal Folha da

²³⁶ ESTIGARRIBIA, Antônio Martins Vianna. **Relatório do Inspetor Interino da 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios**, reportado ao Sr. José Bezerra Cavalcante, diretor do Serviço de Proteção aos Índios, em 7 de fevereiro de 1928. pp. 30-31 Fonte: Cópia no Centro de Documentação *Teko Arandu/Neppi/UCDB*. Microfilme 04, Campo Grande, MS

Noite, atestou que as estratégias adotadas na pacificação das etnias paulistas obtiveram êxito, transformando índios bravios em esforçados agricultores:

– Hoje, os terrenos dos índios produzem já bastante. Para Mato Grosso, ha dias, mandamos 100 sacos de milho produzido pelos índios de Araribá. E para Cuiabá, recentemente, seguiram 419 saccas de café, colhidas no aldeamento de Icatú, habitado pelos Caingangs, os famosos selvagens que eram o terror da Noroeste e que, actualmente, são pacíficos e esforçados agricultores!²³⁷

Para o Coronel Horta Barbosa, a principal função do SPI era civilizar os índios. Muitos desses indígenas, agora adaptados à civilização, passaram a ser identificados como “caboclos”, “roceiros”, “caipiras”, ou ainda, conforme já informamos e segundo Luiz Momesso, como “operários da ferrovia”²³⁸ e, no caso dos Kaingang, como relata Horta Barbosa, em “trabalhadores do café”.



Imagem 25: Família Kaingang aldeada, década de 1940. Fonte: Arquivo Imagético do Instituto Sócio Ambiental (ISA)



Imagem 26: Índia Caingang. Posto Indígena de Nacionalização Icatu. Localização: BR MI SPI IC RR 001-342. RR127. Museu do Índio/FUNAI

²³⁷ Jornal Folha da Noite, edição de 30/01/1937. apud: BORGES, Paulo Humberto Porto. **Fotografia, História e Indigenismo: a representação do real no SPI.** Tese (Doutorado em Educação), Campinas: UNICAMP, 2003. p. 89.

²³⁸ MOMESSO, Luiz. **José Duarte, um maquinista da história.** São Paulo: Editora Oito de Março, 1988. p. 16

Todavia, a ação do SPI não proporcionou mudanças na mentalidade social em relação ao papel do índio, ainda visto, por muitos, como entrave para o progresso da nação. O fato é que a pacificação e o aldeamento facilitaram o desenvolvimento do rentável mercado de terras no oeste paulista e no sul de Mato Grosso.²³⁹

2.2.2. Os trilhos adentram a mata: a questão da terra

No território paulista, o loteamento e a venda de terras ficaram a cargo da Companhia colonizadora *The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company*, ligada à Companhia Noroeste do Brasil.²⁴⁰

A empresa *The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company*²⁴¹ (Companhia de Terras, Madeiras e Colonização São Paulo) teve início quando o advogado Manoel Bento da Cruz comercializou, com capitais nacionais e ingleses, os loteamentos de terras urbanas e rurais ao longo dos trilhos da Noroeste em território paulista.²⁴²

O certo é que as terras devolutas, pertencentes ao Estado ou ao gentil, haviam se transformado em mercadoria. Grileiros e posseiros serviam para legitimar a apropriação das terras,

²³⁹ LIMA, J. F. T. de. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. op. cit.

²⁴⁰ Destacamos que a criação de companhias de colonização foi também o caso da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso, empresa atrelada à construção da estrada de rodagem conhecida com Estrada Boiadeira, que obteve a concessão dos governos dos estados de MT e SP para a colonização da região da Alta Sorocabana e noroeste do sul de Mato Grosso (cerca de 184 mil hectares). Sobre a atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso, ver: BONFIM, Juliana Sanches Silva. **Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940 – 1960)**. Dissertação (Mestrado em História), Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2009. ; ZILIANI, José Carlos. **Colonização: Táticas e estratégias da companhia de viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960)**. Tese (Doutorado em Historia). Assis: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2010.

²⁴¹ O capital inicial do empreendimento foi de 800:000\$000. As ações da empresa estavam distribuídas entre os sócios Presciliano Pinto de Oliveira, Manoel Bento da Cruz, James Mellor e Robert Clark. (GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha...** op. cit. p. 104)

²⁴² A colonização do oeste paulista foi amparada pela *Lei de Terras Paulista*, nº 323, de 1895. Em seus termos, ficava estipulada a aquisição de terras devolutas, pertencentes ao governo do estado, através de leilão público. Em relação à revenda, o comprador deveria limitar os lotes a, no máximo, quatro mil hectares em “campos de criar”, 500 ha em terras de cultura e 40 ha nos lotes suburbanos (lotes a menos de 12 km do centro da povoação). Mais informações, ver: HOLSTON, James. **“Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, fevereiro de 1993. SILVA, Lígia Maria Osório. **Terras Devolutas e Latifúndios. Efeitos da lei de 1850**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

inserindo-as no circuito de bens de troca. (...) essa aparente modernidade empresarial encobria um violento processo de apropriação de terras públicas que acabou sendo a forma básica de conquista nessa região do Estado.²⁴³

Ao longo da linha férrea, desenvolveu-se o “sistema de loteamento”, na época uma prática comercial pouco conhecida. A origem do sistema no oeste paulista está intimamente ligada à figura do Coronel Bento da Cruz, segundo Ghirardello:

A iniciativa mais bem sucedida no parcelamento de terras ocorrera na área compreendida entre as estações Hector Legru, futura vila de Promissão, e Araçatuba, num total de 103 quilômetros pela linha. Nela imperará a posse, ou a reunião de posses, de praticamente um único proprietário, coronel Manoel Bento da Cruz.²⁴⁴

Imagens 27 e 28: Tabela de preços e propaganda da venda de lotes da *The San Paulo Land Company*.²⁴⁵

THE SAN PAULO LAND & LUMBER CO.
CORPORATION DE TERRAS E MADEIRAS DE S. PAULO
BIRIGUI - E. F. NORONHA

TABELLA PARA A VENDA DE TERRAS

POR CADA ALQUEIRE	
Distrito de Vila	
	100000
Praça de seis meses	
	100000
Signal no acto de compra	30000
No prazo de seis meses	70000
	100000
POR CADA ALQUEIRE	
Praça de doze meses - do anno	
	110000
Signal no acto de compra	30000
No prazo de doze meses	80000
	110000
POR CADA ALQUEIRE	
Praça de 24 meses - doze annos	
	120000
Signal no acto de compra	30000
No prazo de 12 meses	45000
No prazo de 24 meses	45000
	120000
POR CADA ALQUEIRE	
Praça de 36 meses - tres annos	
	130000
Signal no acto de compra	30000
No prazo de 12 meses	34000
No prazo de 24 meses	33000
No prazo de 36 meses	33000
	130000

Desconta-se 10% ao mont. das pagamenções que fuzem feitas antes das prazas suscriptas.

JAMES HULLER
Director Geral.



²⁴³ GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha* op. cit. p. 92-110

²⁴⁴ *ibidem*, p.96

²⁴⁵ Fonte: SOARES, Fernando José Clark Xavier. **Roberto Clark: meu avô**. São Paulo: [s.n], 2003. pp. 127 e 147

Desde 1905, o fluminense Manoel Bento da Cruz, filho de comerciantes portugueses, estabeleceu-se em Penápolis, noroeste de São Paulo. Na região, ficou conhecido e fez fortuna advogando questões relativas à recuperação e regularização de posse de terras; como parte do pagamento pelos serviços prestados, recebia porções das terras auferidas de seus clientes. Em poucos anos, tornou-se proprietário de vários alqueires ao longo da linha da Noroeste.²⁴⁶ Como atesta a memorialista Glaucia Brandão Muçouçah:

Bento da Cruz recebia seus honorários advocatícios das viúvas (os maridos morriam primeiro, vitimados pelo impaludismo e leishmaniose) em terras o que o fez proprietário de grande gleba que, depois de valorizar com algumas benfeitorias, (Construiu em seus 30 mil alqueires a primeira estação para a estrada de ferro NOB; como vereador e prefeito de Bauru elevou a cidade a categoria de Distrito; providenciou uma balsa para o transporte público no Porto Guanabara; construiu o primeira chuveiro publico, foi sócio da companhia que loteava terras na região, etc) passou a vendê-las a imigrantes que tinham conseguido juntar algum dinheiro.²⁴⁷

Com os anos de advocacia e a influência política na região, não foi difícil Bento da Cruz adquirir para a companhia 60 mil alqueires de terras virgens entre os rios Tietê, Aguapeí e Feio. Em 1922, esse território já estaria dividido em 38.434 lotes, distribuídos entre 2.032 sitiantes brasileiros e imigrantes – portugueses, espanhóis, japoneses e, majoritariamente, italianos.²⁴⁸

²⁴⁶ Vale informar que algumas das terras de Manuel Bento da Cruz eram devolutas, adquiridas em leilão e registradas no cartório de notas de São José do Rio Preto. CAMPOS, Cristina de. *Ferrovia e urbanização. O processo de urbanização da zona pioneira da “Alta Paulista” (1905-1962)*. In: Maria Lucia Caira Gitahy; Eduardo Romero de Oliveira; Cristina de Campos. (Org.). *Território e cidades. Projetos e representações, 1870-1970*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

²⁴⁷ BRANDÃO, Glaucia Maria de Castilho Muçouçah. *O passado, passado a limpo (antes que o tempo passe tudo a raso)*. Penápolis: Intergraf. 1990. p. 15

²⁴⁸ Para informações sobre a dinâmica e influência política de Bento da Silva, ver: SILVA, Henry Marcelo Martins da. *Conflitos nas elites: o processo de transformação dos grupos de poder em São José do Rio Preto na República Velha (1894-1930)*. Tese (Doutorado em História), Franca: Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2009. Quanto ao processo de loteamento de terras, pode ser consultada a pesquisa de BINI, Danton Leonel de Camargo. *Mudanças Históricas e Implicações Sócio-Espaciais na Composição das Atividades Agropecuárias Hegemônicas na Região de Araçatuba (SP)*. Dissertação (Mestrado em Geografia), São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 2009. Sobre a colonização e a influência da *The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company* na origem das cidades na região noroeste de São Paulo, ver: SUGUIMOTO, Edson Issamu. *A expansão da cana em Birigui e a dinâmica agrária regional*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). 2011.

A companhia foi a executora de todo o loteamento das terras de Birigui, Coroados, e parte de Araçatuba; divididas em lotes de 10, 20, 50, 100 e 200 alqueires, sendo que cada lote, independente do seu tamanho, tinha sempre uma divisa em um rio, garantindo o suprimento de água e outro no espigão da gleba, terminando em uma estrada, livre acesso à propriedade.²⁴⁹

O processo de ocupação territorial conduzido pela Companhia de Terras foi responsável pela abertura de 700 km de estradas de penetração, entre a linha da NOB e o Rio Feio. Nesse espaço impulsionado pela economia do café e pela ferrovia, foram construídos vilas, centros comerciais e de abastecimento, que posteriormente deram origem às cidades.²⁵⁰

Como exemplo, mencionamos a fundação do povoado que deu origem à cidade de Birigui pelo imigrante português Nicolau da Silva Nunes. Segundo Edson Suguimoto²⁵¹, Nicolau teve conhecimento da venda de terras pacificadas por meio de anúncios publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1911. No mesmo ano, adquiriu da companhia colonizadora 400 alqueires, revendendo a terra dividida em pequenos lotes, posteriormente, para outros colonos que se fixaram na região.²⁵²

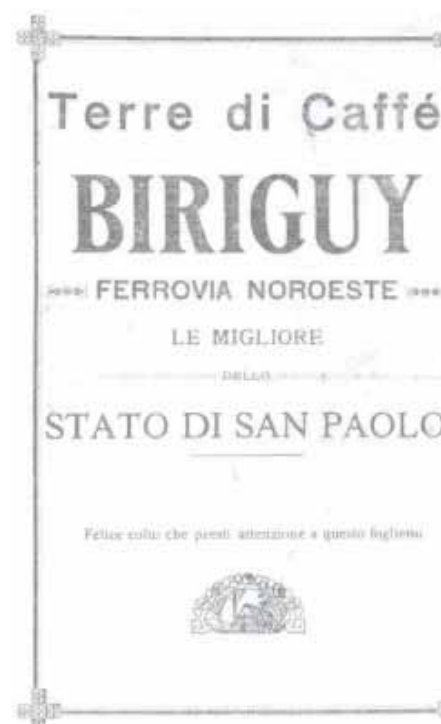


Imagem 29: propaganda da *The San Paulo Land Company* em italiano. Fonte: SOARES, 2003 op. cit. p.141

²⁴⁹ SOARES, Fernando José Clark Xavier. **Roberto Clark: meu avô**. São Paulo: [s.n], 2003. p. 137.

²⁵⁰ BINI, Danton Leonel de Camargo. **Mudanças Históricas e Implicações Sócio-Espaciais na Composição das Atividades Agropecuárias Hegemônicas na Região de Araçatuba**. Dissertação (Mestrado em Geografia) São Paulo:FFLCH, Universidade de São Paulo (USP). 2008

²⁵¹ SUGUIMOTO, Edson Issamu. **A expansão da cana em Birigui e a dinâmica agrária regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). 2011.

²⁵² A pacificação dos índios realizada pelo SPI representou significativo aumento no preço do alqueire de terra, exemplo disso foi a especulação registrada entre 1910 -1914, na região de Penápolis; nesse período 1alq. que era comercializado por 13\$000 réis passa a valer 100\$000 réis. Ver: GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha**. op. cit.

Em resumo, o que queremos destacar é que o surgimento de muitas das cidades do oeste paulista resultaram de negócios – ora de particulares, ora de companhias (das quais, muitas vezes, faziam parte os ditos particulares) – e que, no fundo, atendiam à lógica da especulação imobiliária.

Quanto ao sul de Mato Grosso, a questão da posse de terras é marcada por frentes de expansão. Lembramos que esse processo foi conflituoso, competindo ao SPI a mediação entre o avanço capitalista, acelerado pelos trilhos da NOB, e a tentativa de resistência indígena para manter parte dos seus territórios tradicionais. Logo, coube à “proteção” oficial “amenizar o impacto do processo ‘civilizatório’, considerado um fato inevitável”.²⁵³ Pelos trilhos da NOB vinham migrantes em busca de trabalho e do sonhado “pedaço de chão”, o que resultou na especulação da terra.

Não me enganei quando ha um anno, previ a influencia que exerceria a estrada de ferro Noroeste no povoamento e na valorização dessas terras no Sul. Sobem a algumas centenas os pedidos em andamento de aquisição, de terras publicas naquella zona, não só das que já eram abusivamente occupadas, como das propriamente devolutas.²⁵⁴

Desde a legislação de terras de 1891, competia aos governos estaduais a emissão de títulos das terras caracterizadas como “devolutas”. Geralmente, a venda por preços abaixo do valor de mercado ou a concessão dos títulos de posse beneficiavam algumas famílias e grupos pertencentes às elites políticas e econômicas dos estados da federação.²⁵⁵ Deste modo, também fez parte da política fundiária de Mato Grosso conceder, gratuitamente, lotes de terras “devolutas” que estavam situadas à margem da ferrovia NOB.

A construção da estrada de ferro serviu também aos propósitos da política de colonização do Estado, cuja legislação de terras permitia aos interessados obter gratuitamente lotes que

²⁵³ MONTEIRO, John M. **O desafio da história indígena no Brasil**. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luis D. B (Org). *A temática indígena na escola*. 4. ed. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2004. p. 222

²⁵⁴ Mensagem de Pedro Celestino à Assembléia Legislativa, 1910 apud: CORRÊA, Lúcia S. **História e fronteira**. Campo Grande: Ed.UCDB, 1999 p. 184.

²⁵⁵ SILVA, Ligia Osório. **“As leis agrárias e o latifúndio improdutivo”**. In: *São Paulo em Perspectiva*. Revista da Fundação Seade, v.11, nº2, abr/jun 1997

variavam de 50 a 200 hectares de terras devolutas, previamente estabelecidas para este fim.²⁵⁶

Diante dessa prerrogativa jurídica, alguns latifundiários passaram a requerer, junto ao governo de Mato Grosso, títulos de lotes às margens da via férrea. José Alves Ribeiro, proprietário da Fazenda Taboco – cuja extensão era de 376.475 hectares no município de Aquidauana – solicitou, em 1918, dois lotes de terras devolutas, de 50 hectares cada, situados no município de Campo Grande. No mesmo ano, o Presidente de Estado de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Correia, atendeu em despacho a requisição:

(...) passando às mãos de V. Ex^a. Rvm^a o requerimento do Sr. José Alves Ribeiro, a concessão gratuita de dois lotes de terras devolutas, de 50 hectares, situados no município de Campo Grande, na zona da Estrada de Ferro Itápura-Corumbá, cabe-me informar que, os artigos 36 e 43 da Consolidação das Leis – de Terras, auctorisam o Governo conceder a nacionaes ou estrangeiros que desejaram estabelecer-se no Estado como agricultores lotes de 50 hectares, a titulo gratuito. Assim, diante dos documentos apresentados e estando – preenchidas todas as formalidades sem ter havido protesto algum, julgo que o requerente deve ser atendido.²⁵⁷

O beneficiado foi o patriarca dos Alves Ribeiro, família de notório prestígio e influência política em Mato Grosso, no início do século XX. É válido levantar alguns pontos da história da família para compreender a relação entre o processo de colonização do sul de Mato Grosso, a ferrovia e o conflito com indígenas, sobretudo com as etnias Kadiwéu e Terena.

Os Alves Ribeiro ostentam alcunha de pioneiros, desbravadores do sertão do sul de Mato Grosso. Segundo Hildebrando Campestrini e Acyr Guimarães, essa família, a partir da fundação da fazenda Taboco, iniciou o povoamento das terras que hoje formam o Estado do Mato Grosso do Sul²⁵⁸, estabelecendo-se numa região “ainda semi-barbaro, e quasi desconhecido,

²⁵⁶ BATISTA CORRÊA, Valmir. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. p. 152

²⁵⁷ Lata 1918 B, ofício avulso s/n. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

²⁵⁸ CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato Grosso do Sul**. 4. ed. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1995.

cujos domínios se estendiam, desde Camapuam, de que eram condôminos, até Miranda”.²⁵⁹

Na época, os fazendeiros que ocupavam a porção sul de Mato Grosso precisavam de trabalhadores, tanto para lavoura como para a criação de gado; uma das alternativas para solucionar o problema da falta de mão-de-obra foi o emprego dos índios. Com este objetivo, os proprietários solicitavam permissão e apoio do governo do Estado para “pacificá-los”, com o intuito de “civilizá-los” para as tarefas da fazenda, como nos informa Renato Alves Ribeiro (neto do coronel José Alves Ribeiro), em seu livro de memórias:

Nas fazendas, **oitenta por cento da peonada era de índios**, sendo os serviços de casa sempre exercido por **moças índias que eram criadas pelos brancos**.

Os índios são **bons empregados, de temperamento dócil, e leais amigos** quando adquirem estima por uma pessoa. Eram ótimos cavaleiros e aprendiam com facilidade a trabalhar no campo. No Taboco tivemos alguns camaradas índios de toda confiança. Grandes rastejadores, eles seguiam a batida de um animal extraviado até encontrar. Eram perspicazes e observadores, como todo homem do campo.²⁶⁰ (Grifo nosso)

Embora as memórias de Renato Alves Ribeiro descrevam uma interação tranquila e harmoniosa entre índios e fazendeiros, o emprego do trabalho indígena nas atividades econômicas do sul de Mato Grosso foi marcado por uma relação de violência física e simbólica. Ao caracterizá-los como “bons empregados, de temperamento dócil e leais amigos”, o memorialista ocultou os massacres étnicos ocorridos nas cercanias da região do Taboco, no início do século XX.

Segundo Paulo M. Esselin e Tito de Oliveira²⁶¹, a expansão da fronteira pastoril fez com que as etnias Uachi ou Guachi ficassem confinadas entre o Rio Negro e os limites da Fazenda Taboco; como efeito desse processo, os índios, tradicionais caçadores, passaram a abater o gado da propriedade. Eles foram

²⁵⁹ MESQUITA, José Barnabé de. **Manoel Alves Ribeiro - Ensaio Biográfico**. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Outubro de 1938, Sexto Volume, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942.p. 35

²⁶⁰ RIBEIRO, Renato A. **Taboco – 150 anos: balaio de recordações**. op.cit. pp. 73-74

²⁶¹ ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Índio, gado e blindagens na construção da fronteira no sul de Mato Grosso**. Boletim Gaúcho de Geografia N.º 32 — Porto Alegre, páginas 37: 56. Dezembro, 2007.

tratados como ladrões, tendo como resposta a dizimação e a usurpação de suas terras.²⁶²

De acordo com as pesquisas de Olívio Mangolim²⁶³, Vera Vargas²⁶⁴, Jorge Vieira²⁶⁵, Jorge Eremites e Levi Pereira²⁶⁶, parcela significativa das propriedades rurais do sul e sudoeste do atual Estado de Mato Grosso do Sul fazia parte de territórios tradicionais indígenas que, após décadas de conflitos, foram apropriados por latifundiários e legitimados pelo Estado Nacional por meio das leis que regulamentavam a posse das terras.

Todavia, deve-se ressaltar que a ferrovia não iniciou o processo de espoliação das terras indígenas em Mato Grosso do Sul, mas alterou significativamente o contato entre a sociedade ocidental capitalista e as nações indígenas durante o século XX, uma vez que ampliou a circulação de migrantes nas terras antes indígenas.²⁶⁷ Ainda quanto à ferrovia, ela irá redefinir os territórios de várias etnias – especialmente dos Terena, na região de Miranda e Aquidauana, já que os trilhos passam por dentro das aldeias.

Especificamente em Campo Grande, são escassos os registros oficiais dos órgãos governamentais, bem como as referências sobre a presença indígena na cidade no início do século XX. Discutir a questão indígena no Mato Grosso do Sul trata-se, antes de qualquer coisa- e parafraseando Michel Vovelle, “de uma pesquisa difícil, pois aborda o mundo do silêncio, das fontes indiretas, dos documentos subtraídos ou oblíquos”.²⁶⁸

²⁶² A relativa ausência do Estado permitiu que os fazendeiros formassem milícias armadas responsáveis pela segurança das propriedades e garantia dos (des)mandos dos coronéis na região. No caso do Coronel Alves Ribeiro, Nelson Werneck Sodré, então Capitão do Exército Brasileiro, relata uma diligência policial à Fazenda Taboco em 1930: “Ali mesmo foi organizado o destacamento para ocupar e revistar a Fazenda do Taboco. (...) As batidas revelaram armas que estavam escondidas em sacos de mantimentos no depósito da estância; o armamento era muito e variado, compreendendo até fuzis-metralhadoras.” In: SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.p. 153.

²⁶³MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos**. Campo Grande: CIMI/MS, 1993.

²⁶⁴VARGAS, Vera L. F. **A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção**. op. cit.

²⁶⁵VIEIRA, Jorge. **Os Terena de Cachoeirinha lutam para retomar seu território**. CIMI/MS, *Revista Porantim*, Brasília-DF: ano XXVI – n. 264, pp. 6-7, abril/2004.

²⁶⁶EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, L. M. **Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena Terena de Buriti**. Justiça Federal, Campo Grande-MS: 2003.

²⁶⁷LEITE, Eudes F. **Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal**. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 41

²⁶⁸Michel Vovelle, ao discutir a mentalidade na Idade Média, aponta ao historiador a necessidade de ler nas entrelinhas das fontes, de perceber o não dito, de recorrer a outros

Se considerarmos a extensão territorial do município de Campo Grande durante o recorte temporal da nossa pesquisa – para isso, utilizamos as dimensões espaciais descritas no Código de Posturas de 1921, em seu primeiro título (*Do município e sua divisão*²⁶⁹) – e cruzarmos com o mapa etnográfico da Funai/MS, é presumível a existência de índios Terena em Campo Grande, na região que hoje compreende os municípios de Terenos, Sidrolândia e Jaraguari, bem como indígenas da etnia Guarani-Kaiowá no distrito de Entre-Rios, atualmente município de Rio Brilhante.

Mapa 4: Contraposição dos limites de Campo Grande em 1921 com o mapa da presença dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul em 2013.



testemunhos, às fontes indiretas, para compreender e situar os homens do passado. Ver: VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história. Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XIX**. São Paulo: Ática, 1989, p.114. Em relação à escassez de fontes sobre uma etnohistória sul-mato-grossense, esta não deve ser entendida fora da esfera política. Nas últimas décadas, o Estado, produtores rurais, ONGs e até mesmo a ONU vêm travando debates sobre a demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

²⁶⁹ Os limites do município de Campo Grande foram definidos por acidentes geográficos. O território foi demarcado pelos rios Pardo, Capim Branco, Aquidauana (na junção do Rio Cachoeirão, foz do Rio Brilhante). Foram criados quatro Distritos: **Campo Grande**, localizado no entroncamento entre o Rio Aquidauana até a barra do Cachoeirão, descendo até o Rio Brilhante; **Jaraguari**, partindo do entroncamento do ribeirão Ceroula com a cabeceira da Serra, seguindo pelo Rio Pardo até a cabeceira do Rio Falla-Verdade; **Rio Pardo**, na foz do Rio Pardo até a ponte do Bálsamo seguindo pelo Rio Botas, até a linha da Estrada Noroeste; **Entre-Rios**, no Rio Paraná (desde o posto 15 de Novembro) à foz do Rio Ivinhema, subindo este até a foz do Rio Brilhante na junção com o ribeirão Carrapato. Fonte: **Código de Posturas de Campo Grande**, 1921. Título 1º Capítulo Único – Do município e sua divisão.

Chamamos atenção nesse mapa para o “encurralamento” étnico promovido pela expansão rumo ao oeste – processo que se intensificou no século XX, devido à construção da ferrovia e das estradas de rodagem, às políticas de colonização da Marcha para o Oeste estadonovista, à expansão da bovinocultura, aos programas estatais de incentivo à instalação de usinas sucroalcooleiras no Pantanal e às plantações de soja no Cone sul de Mato Grosso do Sul.

A “contingência histórica” levou as etnias sul-mato-grossenses, que antes se encontravam “por todas as partes, desde o extremo sul, onde estavam os caiuás, até as divisas com as terras de Goiás, onde estavam os caiapós”²⁷⁰, ao confinamento nas reservas indígenas – resultantes de um projeto “claro de colonização e civilização que desconsiderou as especificidades (étnicas, culturais e históricas) dos indígenas e negou-lhes o direito a posse das terras que tradicionalmente ocupavam”.²⁷¹

Quanto à origem colonizatória de Campo Grande, existe significativa produção de intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. A exemplo dos já citados Acyr Vaz Guimarães e Hildebrando Campestrini, Eurípedes Barsanulfo Pereira, tataraneto de José Antonio Pereira (fundador oficial da cidade), afirma no livro *História da fundação de Campo Grande*:

(...) fica evidente, a par dos escritos destes eminentes historiadores, que estes sítios da então Província de Mato Grosso, ao tempo da chegada de José Antônio Pereira, **era solo de ninguém, área devoluta e sem habitantes.** Constituída de excelentes terras para o cultivo e vastas campinas para a criação, guardou as suas potencialidades para serem feridas, à hora aprazada, pelas mãos daquele mineiro idealista, e transformadas em leiras fecundas, que acabaram brindando seus primeiros cultivadores, com produções de ótima qualidade.²⁷² (Grifo nosso)

²⁷⁰ GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica.** Campo Grande: Ed.UCDB. 1999 p.35

²⁷¹ TROQUEZ, M. C. C. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005).** Dissertação (Mestrado História). Dourados, MS: UFGD. 2006. p. 32.

²⁷² BARSANULFO, Pereira Eurípedes. **História da fundação de Campo Grande,** MS: Edição do autor, 2001. p. 21

Ao descrever o território como “terra de ninguém”, Eurípedes B. Pereira busca localizar e ressaltar o papel dos “pioneiros”, ao reforçar a ideia de que Campo Grande era um imenso “espaço vazio”, inabitado. Essa construção discursiva tem como objetivo legitimar a posse da terra por meio da ideia de uma ocupação do espaço ordeira e sem conflitos. O “pioneirismo” servirá como elemento definidor para identificar os “estabelecidos”, ou seja, os fundadores, os “primeiros cultivadores”, aqueles que transformaram as potencialidades da terra em “produções de ótima qualidade” e os “outsiders”, termo empregado para identificar desde os indígenas subjugados até os que chegaram pelos trilhos da NOB.

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. (...) Afixar o rótulo de "valor humano inferior" a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social.²⁷³

Embora os estabelecidos estivessem em Campo Grande há menos de 50 anos, o discurso adotado para depreciar a imagem do outro buscava a estratificação calcada na hierarquização social. Isso lhes conferia *status* e facilitava o exercício de certo centralismo na propagação de regras, valores, normas e verdades; ou seja, a relação entre grupos “estabelecidos” e “outsiders” buscava definir quem eram os dominantes e os dominados.

O fato é que a Noroeste do Brasil (re)organizou o território, abriu “espaços vazios”, desmatou e dizimou tribos indígenas, o que possibilitou o aparecimento de novos núcleos urbanos e promoveu o aprimoramento dos já existentes, possibilitando o estabelecimentos de uma rede de cidades na fronteira Oeste. No braço paulista, a Companhia de Terras, Madeiras e Colonização São Paulo exerceu papel importante na expansão agrícola do oeste do Estado, dando origem a cidades como Birigui, Bilac e Coroados. No

²⁷³ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. pp. 23-24.

sul de Mato Grosso, à beira dos trilhos, surgiram municípios como Três Lagoas, Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Terenos; a ferrovia também permitiu o desenvolvimento de cidades, como é o caso de Campo Grande.

No que tange à questão econômica, na medida em que os trilhos eram assentados, o sul de Mato Grosso, em especial Campo Grande, tornava-se o centro econômico do Estado:

Although the positive impact of the railroad was slower in coming than expected, by 1920 it had opened up the state to development possibilities that had been unimaginable (...) Economic activity expanded proportionately. Exports of live cattle and cattle products increased and, although there was a slowdown immediately after the war, by the mid-1920s the south unquestionably drove the state economy.²⁷⁴

Como havíamos tratado no primeiro Capítulo, a ferrovia não captou o principal produto do sul de Mato Grosso: o gado em pé. Contudo, no tocante à produção de charque, a NOB representou, diretamente, o crescimento da produção e comercialização desse produto. Entre 1920 e 1931, a ferrovia chegou a transportar 96% da produção do charque mato-grossense.

Tabela 5- Produção de charque transportado pelos trilhos (1920-1931)²⁷⁵

Ano	Total de Charque Exportado por MT (Kg)	Quantidade de charque transportado pela NOB	Porcentagem (%)
1920	2.535.662	862.720	34%
1921	2.175.126	1.657.102	76%
1922	4.775.320	2.813.322	59%
1927	3.752.549	1.696.137	45%

²⁷⁴ Embora o impacto positivo da ferrovia fosse mais lento do que se esperava, por volta de 1920 abriram-se no estado as possibilidades de desenvolvimento que se imaginava (...) A atividade econômica expandiu proporcionalmente. As exportações de boi vivo e produtos aumentaram e, embora tenha havido uma desaceleração imediatamente após a guerra, em meados da década de 1920, o sul, sem dúvida, conduziu a economia do estado. WILCOX, Robert W. **Ranching and Market Access in the Backlands: Mato Grosso, Brazil, ca. 1900-1940s**. Historia Critica No. 51, Bogotá, setembro-dezembro de 2013, pp.81-82

²⁷⁵ Não foi possível encontrar os dados ora de exportação, ora de transporte dos anos 1923, 1924, 1925, 1926 e 1928 para compilação da Tabela. Optamos pelo recorte até 1931, porque a partir da década de 1930, o oeste de São Paulo passou a produzir charque, sendo parte dessa produção transportada pela NOB e computada no balanço anual da Companhia. Ou seja, não teríamos com clareza a relação produção e transporte do charque mato-grossense pós 1931.

1929	3.704.582	3.103.966	84%
1930	4.329.000	3.577.311	83%
1931	3.795.000	3.628.423	96%

Fonte²⁷⁶

Os efeitos positivos na relação entre produção de charque e ferrovia foram registrados também pelo ex-Prefeito de Campo Grande, Demósthene Martins (1942-1945):

Antes da Noroeste do Brasil, pela ausência de transportes para os centros de consumo, o gado era escassamente aproveitado na produção de charque (...). A distância, impondo frete alto, impedia que concorrêssemos nos mercados importadores, com os fornecedores do Rio Grande do Sul e dos países platinos. Muitas vezes, antes da Noroeste e da primeira guerra mundial, os criadores da região do pantanal jogavam a carne aos peixes.²⁷⁷

O panorama da produção de charque no sul de Mato Grosso, até a década de 1920, era geograficamente concentrado na região do Pantanal; a maioria das indústrias era de capital portenho; utilizava-se a via fluvial para escoar a produção, com vistas a atender o mercado consumidor platino. Após a construção da NOB, ocorre um alargamento de mercado: com as zonas pioneiras do oeste paulista, o frete torna-se mais acessível, estimulando o “desenvolvimento, junto aos trilhos, de pequenas indústrias de capitais locais”.²⁷⁸ Deste modo, somente em Campo Grande são construídos cinco estabelecimentos charqueadores às margens da ferrovia.

Simultaneamente ao estímulo à cadeia produtiva da carne, registrou-se, também no sul de Mato Grosso, uma notável valorização das terras com a construção da ferrovia. Existem registros desse efeito antes mesmo da

²⁷⁶ Dados obtidos pelo cruzamento das fontes: Relatórios da Diretoria da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil (anual), disponível no **Centro de Documentação Regional** (CDR/UFGD) – Código de referência: BR CDR NOB Relatórios; e Mensagens dos presidentes de província do Mato Grosso. Fontes disponíveis e digitalizadas na plataforma <http://www.crl.edu/>. Os relatórios também podem ser consultados no CDR/UFGD; Dados publicados na obra QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** op. cit

²⁷⁷ MARTINS, Demósthene. **História de Mato Grosso: os fatos, os governos, a economia.** São Paulo: V. Bicego, 1977.p. 171

²⁷⁸ NASCIMENTO, Luiz Miguel. **As charqueadas em Mato Grosso: subsídio para um estudo de história econômica.** Dissertação (Mestrado História). Assis, SP: Unesp. 1992. p. 08.

conclusão do ramal Porto Esperança-Campo Grande, como observou, em 1910, o então Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa:

Não me enganei quando há um anno, previ a influencia que exercia a estrada de ferro Noroeste no povoamento e na valorização dessas terras no Sul. Sobem a algumas centenas os pedidos em andamento de aquisição de terras publicas naquella zona, não só das que já eram abusivamente occupadas, como das propriamente devolutas.²⁷⁹

A busca por terras devolutas ou não regularizadas também foi registrada por Virgílio Corrêa Filho, assinalando que, com a vinda dos trilhos, “capitalistas recém-chegados ou seus prepostos” adquiriram terras e avolumaram as especulações imobiliárias.²⁸⁰ Exemplo disso pode-se observar em Campo Grande: “logo que os trilhos da Noroeste transpuzeram o soberbo rio Paraná”, houve a elevao dos preços dos lotes, que antes “não passavam de 8-10 contos de reis por légua quadrada”²⁸¹, e em 1914, foram comercializados, por “30  40 contos de reis”; dentro do perímetro urbano, a venda de pequenos terrenos destinados à “construo de casa eram vendidos por até 5, 6 7:000\$000”²⁸².

Um efeito notável, ocasionado pelas correntes migratórias que vinham pelos trilhos, foi o incremento da produo agrícola na região. Nas palavras do Presidente D. Aquino Corrêa, em 1919, “bastou o prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brazil, que hoje atravessa todo o Sul do Estado (...) para que se iniciasse, como é sabido, um movimento de vida e progresso (...) a lavoura que não produzia o bastante para o consumo, toma agora notável incremento”. Ainda segundo o presidente, a região passou a produzir “canna de assucar, feijão, arroz, milho, fumo, algodão, mandioca, café cao, castanhas, trigo, legumes e fructas”.²⁸³ Esse desenvolvimento estava frequentemente associado à chegada dos imigrantes, em especial dos japoneses, cuja vinda

²⁷⁹ COSTA, Pedro Celestino Corrêa. **Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa em 13 de maio de 1910**. Cuiabá: Typografia Official, 1910.p.11

²⁸⁰ CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. op. cit. p. 601

²⁸¹ Em média, o lote na zona rural de Campo Grande, em 1914, possui dimensão de 3.600 ha ou 36.000 m².

²⁸² **lbum Graphico do Estado de Matto-Grosso**. op. cit. p.411.

²⁸³ CORRÊA, D. Francisco de Aquino. **Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa em 07 de setembro de 1919**. Cuiabá: Typografia Official, 1919.p.109

também fora estimulada pela ferrovia. O presidente de Estado, Caetano Manoel de Faria Albuquerque relatava, em 1916, que

No município de Campo Grande, especialmente, o desenvolvimento de plantações de milho e feijão se tem accentuado de maneira apreciável. (...) sabe-se que aquella Villa já é abastecida em gêneros alimentícios (ceraes) pelos núcleos de colonos nacionais e japonezes, que se têm formado ao longo da via férrea.²⁸⁴

O estabelecimento dos núcleos de japoneses em Campo Grande ocorreu logo após o término da construção dos trilhos, em 1914. Os primeiros migrantes foram 75 okinawanos²⁸⁵, que chegaram à cidade como operários da NOB. Segundo a bibliografia arrolada, todos eles eram provenientes do Kasato Maru (navio que transportou, em 1908, o primeiro grupo de japoneses para o Brasil) e, ao desembarcarem no porto de Santos, foram recrutados como mão-de-obra para o término da ferrovia no braço mato-grossense.²⁸⁶ Em pouco tempo, o sul de Mato Grosso tornou-se um dos principais pontos de atração da migração japonesa. Segundo Célia Sakurai, entre 1908 e 1920, dos 27.976 migrantes japoneses que aportaram no Brasil, aproximadamente 10.000 se fixaram no sul de Mato Grosso, especialmente em Campo Grande.²⁸⁷

No intervalo entre 1914 e 1940, 14 núcleos coloniais japoneses foram fundados na zona rural de Campo Grande, com destaque para a produção hortifrutigranjeira. Os locais escolhidos eram lotes próximos à linha férrea e nas mediações dos córregos Prosa, Segredo e Bandeira (Tabela 6)²⁸⁸.

²⁸⁴ALBUQUERQUE, Caetano Manoel de Faria. **Mensagem dirigida á Assembléia Legislativa em 15 de maio de 1916**. Cuiabá: Typografia Official, 1916.p.18

²⁸⁵ Okinawano corresponde a quem nasceu na ilha de Okinawa, a província mais ao sul do Japão.

²⁸⁶ Sobre migração japonesa em Campo Grande, ver os estudos de SAKURAI, Célia. **Resistência e integração. 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008; NISHIMOTO, Miriam Mity. **Herança cultural e trajetórias sociais nas memórias de professoras aposentadas de origem japonesa**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande, MS: UFMS. 2011.

²⁸⁷ SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2008

²⁸⁸As quatro primeiras colônias, Chacrinha, Mata do Segredo, Bandeira e Imbirussu, foram fundadas por japoneses ex-funcionários da NOB.

**Tabela 6 - Colônias Japonesas em Campo Grande
(1914-1940)**

Ano de Fundação	Nome da Colônia	Principal atividade e/ ou produção
1914	Chacrinha	Hortaliças
1917	Mata do	Café
1918	Bandeira	Hortaliças e criação de
1920	Imbirussu	Hortaliças, banana, criação
1924	Mata do Prosa	Hortaliças, criação de
1925	Cascudo	Hortaliças, criação de
1926	Mata do Ceroula	Café, verduras
1927	Rincão	Café
1929	Buracão	Arroz
1939	Laçoinha	Arroz
1939	Salobra	Arroz, grãos
1940	Córrego da Anta	Café, grãos
1940	Patelinho	Café, grãos
1940	Rochedinho	Café, grãos

Fonte²⁸⁹

Segundo Cláudia Regina de Brito, essas colônias tornaram-se, na década de 1920, as principais fornecedoras de verduras e legumes para Campo Grande. A produção desses núcleos possibilitou a popularização do consumo de hortaliças na dieta dos campo-grandenses à época.

(...) o consumo de produtos hortifrutigranjeiros foi praticamente introduzido em Campo Grande pelos japoneses. Anteriormente, esses produtos eram trazidos de outras localidades, chegando com preços altos e já bastante danificados por tratar-se de mercadoria perecível. As verduras produzidas pelos japoneses eram vendidas pelas mulheres que percorriam as ruas em carroças anunciando sua mercadoria. Comercializavam-nas também nas feiras livres aos domingos e quintas-feiras, (...) Além das verduras, foi muito comum também, entre os japoneses, a plantação de cana-de-açúcar para a produção de aguardente.²⁹⁰

Além dos japoneses, chegaram pelos trilhos da Noroeste levas de migrantes de outras nacionalidades. No sul de Mato Grosso, a associação entre ferrovia e migração, com vistas à ocupação e ao povoamento de brancos,

²⁸⁹ Os dados da tabela 6 foram obtidos na pesquisa de: NISHIMOTO, Miriam Mity. **Herança cultural e trajetórias sociais nas memórias de professoras aposentadas de origem japonesa**. op.cit.

²⁹⁰ BRITO, Cláudia Regina de. **Escola de japoneses: a construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2000. pp. 64-65

foi estimulada pelo Estado através da adoção de políticas de incentivo à fixação de colonos, por meio da concessão de terras e da formação de núcleos coloniais no entorno de estações ferroviárias – como ocorreu no caso da Colônia Agrícola de Terenos, fundada nas imediações da estação Terenos, distante, aproximadamente, 30 km de Campo Grande.

Terenos foi a primeira colônia de povoamento conduzida pelo Estado de Mato Grosso. Para tanto, o governo contratou, pelo Decreto nº 532, de 28 de outubro de 1920, a “Sociedade Territorial Sul-Brasileira H. Hacker & Cia”, que seria responsável por organizar o assentamento de colonos numa área de 500 mil hectares de terras devolutas, ao norte da linha férrea (no km 918), no então Distrito de Campo Grande. Nas cláusulas contratuais, ficaria a cargo da empresa colonizadora organizar, demarcar e vender os lotes, que foram dimensionados em 75 hectares cada um. Ainda como parte dos incentivos, o governo isentava de impostos a empresa e os futuros colonos.²⁹¹

Não foi possível aferir quais articulações levaram o governo do Estado de Mato Grosso a escolher a empresa Sociedade Territorial Sul-Brasileira H. Hacker & Cia para conduzir o empreendimento. Contudo, destacamos que a companhia havia organizado núcleos coloniais no sudoeste paranaense e oeste catarinense, às margens da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, na conflituosa região do Contestado.²⁹²

Em 1920, a companhia anunciava em jornais do Mato Grosso e no sul do Brasil, bem como por meio de folhetos distribuídos nos consulados de países de língua germânica, a venda dos lotes em Terenos, pelo preço de 25\$000 cada – valor abaixo do praticado no mercado. Como dado comparativo, o relatório do Intendente Rosário Congro traz a informação de que, em 1918, os terrenos da zona rural de Campo Grande já eram avaliados em 3\$000 o hectare, ou seja, a área do lote vendido pela H. Hacker & Cia, de 75 ha, teria seu valor estipulado em 225\$000.²⁹³

²⁹¹ MIRANDA, Mariza Santos. **Texto e Contexto: Educação e Presença Alemã no Sul de Mato Grosso- 1920 /1934**. Dissertação (Mestrado em Educação), Campo Grande, MS: UFMS, 2001.

²⁹² Para mais informações da empresa Sociedade Territorial Sul-Brasileira H. Hacker & Cia na região do Contestado, ver: RADIN, José Carlos **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão**. Florianópolis, SC: UFSC, 2006.

²⁹³ CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande – 1919**. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919.p. 86

Mesmo diante do cenário aparentemente favorável, o empreendimento da H. Hacker & Cia em Terenos fracassou. Em 1924, a companhia havia assentado apenas duas famílias. Em fevereiro do mesmo ano, o governo estadual suspendeu o contrato, transferindo ao município de Campo Grande a responsabilidade pela administração da Colônia de Terenos. A municipalidade redimensionou os lotes, que diminuíram dos 75 ha para áreas entre 20 e 35 ha; estes passaram a ser doados. À fixação dos colonos na terra, somavam-se incentivos como o fornecimento de madeira e telhas para a construção das casas, ferramentas agrícolas e sementes por um período de dois anos.²⁹⁴

As medidas tomadas pela intendência surtiram o efeito esperado: em 1926, Terenos já havia se transformado em uma colônia multiétnica. Naquele ano, estavam assentadas 44 famílias de origem alemã, 21 brasileiras, sete búlgaras, cinco húngaras, cinco polonesas, três portuguesas, três espanholas, duas austríacas, duas russas, duas paraguaias, uma síria, uma japonesa e uma lituana (Imagem 30 e 31).²⁹⁵



Imagem 30 Família germânica assentada em Terenos. Década de 1930. Fonte²⁹⁶



Imagem 31. Escola de imigrantes japoneses na colônia agrícola Mata do Ceroula; Década de 1930; Fonte: Arca

²⁹⁴ COSTA, Edgar Aparecido. **Terenos - estado do Mato Grosso do Sul: um produto de múltiplas territorialidades no coração do Cerrado brasileiro**. Uberlândia, MG: *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, v. 2, n.1, pp. 146-170, jan./jun. 2011

²⁹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios**. Vol. XXXV. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, p.301

²⁹⁶ MIRANDA, Mariza Santos. **Texto e Contexto: Educação e Presença Alemã no Sul de Mato Grosso - 1920 /1934**. op. cit. p. 196

De fato, a política de doação de terrenos ocorreu em todo o sul de Mato Grosso, mesmo após a chegada da ferrovia e a conseqüente valorização das terras. Para o pesquisador Gilberto Luiz Alves, no “âmbito da política de terras, a concessão gratuita foi proposta como mecanismo que viabilizaria a atração de trabalhadores sem terra de outras regiões e estrangeiros”.²⁹⁷

Ao que tudo indica, a ferrovia impulsionou políticas de colonização no sul de Mato Grosso, acarretando um processo de dinamização na produção, em especial, pelo incremento das atividades agrícolas e o crescimento populacional. Segundo Robert Wilcox, a população da região saltou de 74 mil habitantes, em 1912, para 130 mil em 1920; vinte anos mais tarde, em 1940, praticamente dobrou, chegando a 239 mil habitantes.²⁹⁸

Por outro lado, existem fontes que relativizam os impactos positivos apresentados. Em 1926, em mensagem à Assembléia Legislativa, o Presidente de Mato Grosso, Mário Corrêa da Costa, questionava: “nem o suficiente produzimos para nosso consumo, recebendo de fora gêneros de primeira necessidade”.²⁹⁹

Em 1934, o ex-Intendente de Campo Grande, Arlindo de Andrade Gomes, avaliava que, mesmo com as mudanças advindas com a estrada de ferro, o Estado de Mato Grosso não conseguiu organizar sua agricultura, a ponto de não atender as necessidades da população, em virtude da “carência absoluta de braços para a lavoura”. O autor ainda nos informa que o “arroz, feijão e café” eram comprados de São Paulo a “mais de 6.00 contos de réis”.³⁰⁰

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, de passagem por Corumbá, em 1935, relatou que a comida disponível era “execrável”, de tal modo que o campo “pobre ou inexplorado não produzia o suficiente para atender às necessidades básicas dos habitantes, atestando: “tudo custa caríssimo”.³⁰¹

Em relatório administrativo para a NOB, publicado em 1941, o funcionário Júlio Cesar Covello expôs que mesmo Campo Grande, que já

²⁹⁷ ALVES, Gilberto L. **Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro.** *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, pp. 5-81, 2º. sem.1984. p. 46

²⁹⁸ WILCOX, Robert W. **Ranching and Market Access in the Backlands: Mato Grosso, Brazil, ca. 1900-1940s.** op. cit.

²⁹⁹ COSTA, Mário Corrêa da. **Mensagem dirigida á Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1926.** Cuiabá: Typografia Oficial, 1926, pp.79-80

³⁰⁰ GOMES, Arlindo de Andrade. **Erros da federação.** São Paulo: [s.n.], 1934, pp. 123-125

³⁰¹ LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos.** Lisboa/São Paulo: Ed. 70/Martins Fontes. 1981 p.209

possuía um expressivo número de habitantes e colônias, não foi capaz de organizar a “exploração agrícola”, sendo necessário, para o abastecimento da cidade, “comprar fora os mais primários gêneros para sua manutenção”.³⁰²

Essas relativizações sobre os efeitos positivos da ferrovia nos ajudam a vislumbrar a precariedade em que se encontrava o sul de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX. Existem dois fatores que podem esclarecer a crise de abastecimento. O primeiro, possivelmente, é que o crescimento da produção de gêneros alimentícios não tenha acompanhado a evolução demográfica. O segundo fator pode ser o redirecionamento da mão-de-obra para outras atividades, conforme nos explica Arlindo de Andrade Gomes: “serviços mais rendosos, melhor compensados, atraem os trabalhadores vindos da Bahia, S. Paulo, Minas, Rio Grande e Paraguai”, que foram se empregando na “construção das cidades, obras públicas federais, cercas e divisões de terras”.³⁰³ Soma-se ainda, a esse fator, o ciclo da extração diamantífera durante as décadas de 1920-30, em que muitos trabalhadores se empregaram na “tarefa esperançosa das minas de diamantes”³⁰⁴, no vale do Alto Rio Aquidauana, “entre Campo Grande e Aquidauana, [onde] uma fratura mais profunda mostra os penhascos reluzentes da Serra do Maracaju, cujas gargantas já abrigam um garimpo”³⁰⁵.

É fato que a NOB impactou a região, especialmente no que diz respeito ao incremento agrícola e populacional e à alteração no modelo de propriedade territorial. Sustentamos essa afirmativa embasados, entre outras fontes, na contraposição dos censos de 1920 e 1940.

No período citado, o sul de Mato Grosso registrou crescimento demográfico de, aproximadamente, 47%, enquanto a média nacional não ultrapassou os 10%. Dois pontos marcam as transformações no campo: a evolução da produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade – o volume de arroz quase triplicou, saltando de 2.845 toneladas, em 1920, para 7.230 em 1940; a produção de feijão cresceu de 1.353 toneladas, em 1920 para, 2.965 em 1940; já a de milho praticamente dobrou, passando de 15.160

³⁰² COVELLO, Júlio César. **Relatório de inspeção e estudo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e das condições econômicas matogrossenses**. Rio de Janeiro, 1941. pp. 44-45. Fotocópia disponível no Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD).

³⁰³ GOMES, Arlindo de Andrade. **Erros da federação**. op. cit. p. 127

³⁰⁴ *ibidem*, p. 139

³⁰⁵ LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. op. cit. p.168

toneladas, em 1920, para 28.562 em 1940 – e o crescimento do número de pequenas propriedades rurais (com menos de 100 hectares), ao mesmo tempo em que se registrou a redução do número de latifúndios (patrimônios acima de 10 mil hectares). Entretanto, isso não significou o fim do modelo latifundiário. A pecuária extensiva, praticada em grandes fazendas, permaneceu como a principal atividade econômica durante o recorte desta pesquisa.³⁰⁶

Diante desses dados, é possível afirmar que Campo Grande catalisou essas transformações na região. Ao avaliarmos a evolução populacional, a cidade saltou de 21 mil habitantes, em 1920, para 49.629 em 1940, o que correspondeu, à época, a 1/5 da população do sul de Mato Grosso.

Como vimos, pelos trilhos chegaram migrantes de toda sorte para os postos de trabalho, formando, em Campo Grande, a enorme variedade de grupos de desprivilegiados, para os quais a elite política desenvolveu mecanismos de ordenamento social através de legislações como os Códigos de Posturas de 1905 e 1921, que serão discutidos no próximo Capítulo.

Mas, com os trilhos não vieram apenas as populações mais pobres. A ferrovia atraiu muitos investidores, intelectuais e famílias que participaram da administração local. Assim, ao mesmo tempo em que o ordenamento social se fez urgente com a expansão do transporte, também é verdadeira a afirmação de que a elite do gado, com a ferrovia, não é mais o único ator no comando do sul do Estado de Mato Grosso e, portanto, do município de Campo Grande.

³⁰⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico – 1920**. Rio de Janeiro: IBGE, 1928 (vol. IV, tomos 1 e 2). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); **Censo Demográfico – 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950 (vol. II).

CAPÍTULO 3

No bojo do (re)arranjo das elites: esboços de uma cidade moderna



Imagem 32: Foto que sintetiza a formação étnica de Campo Grande. Trabalhadores, a maioria migrantes, em torno do “Jacaré”, caminhão de carga do “turco” Naim Dibo, década de 1940. Fonte: Arquivo Imagético do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA)

Campo Grande, já no início do século XX, registra suas primeiras políticas de organização urbana. Ordenar os espaços públicos e privados foi importante, diante dos impactos e transformações sociais que vinham com os trilhos da Noroeste do Brasil, para construir a cidade e acomodar os grupos sociais menos favorecidos na visão de uma elite que começa a se compor da interseção entre os pecuaristas e os doutores

No bojo do (re)arranjo das elites adotaram-se medidas para apaziguar a população. Através dos Códigos de Posturas, publicados em 1905 e 1921, a cidade passou a contar com planejamento para disciplinar e racionalizar a ocupação do território, buscando orientar as relações sociais entre os moradores e as relações deles com o espaço em que habitavam.

3.1. A construção do homem público e a Intendência em Campo Grande

As consolidações do liberalismo, do capitalismo, bem como a renovação da experiência de cultura urbana, forjaram, entre os séculos XVIII e XX, a concepção política e social de ordem pública que se daria através do equilíbrio e complementaridade entre *vida privada* e *vida pública*.

Como desdobramentos da Revolução Francesa, a burguesia fundou o conceito de cidadão moderno, definindo todo homem como público. A constituição desse novo indivíduo se dava à sua adequação à vontade governamental. Logo, tornava-se parte do contrato social entre cidadão e Estado “a submissão voluntária às leis e o ensino dos meios de corrigir os seus defeitos e de retificar os seus erros, sem que a liberdade de opiniões prejudique a ordem pública”.³⁰⁷ Destarte, se tomarmos as convulsões sociais dos séculos XIX e XX, a adequação pública ao foro governamental foi marcada pela violência física e simbólica.

³⁰⁷ CONDORCET. **Instrução pública e organização do ensino**. Porto: Educação Nacional, 1943. p. 36

O ideal iluminista da transmutação do súdito no cidadão se depara, no Brasil, no personalismo e privatismo, na crença e tendência do homem público de associar, (e por vezes confundir), os espaços do privado aos do público.

Para pensarmos a experiência brasileira da constituição do homem público, recorreremos aos clássicos *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna. Para ambos, o privatismo nas relações sociais, em especial, no trato da coisa pública, pode ser encontrado nas velhas oligarquias dos primeiros tempos republicanos.

O que os quatro séculos da nossa evolução lhe ensinam é que os direitos individuais, a liberdade, a pessoa, o lar, os bens dos homens pobres só estão garantidos, seguros, defendidos, quando têm para ampará-los o braço possante de um caudilho local. Essa íntima convicção de fraqueza, de desamparo, de incapacidade se radica na sua consciência com a profundidade e a tenacidade de um instinto.³⁰⁸

A burguesia ilustrada buscou fundar o homem público na noção de cidadania, concebida não como algo acabado, mas sim como um processo, construída progressivamente através de aquisições de direitos. No Brasil, a cidadania é concedida por uma “sociedade liberal escravista”, segundo Wanderley G. dos Santos³⁰⁹. Essa acepção justificou-se na ausência de cidadania nas relações entre os indivíduos e o Estado, em um país cuja democracia

(...) foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.³¹⁰

Para Sérgio Buarque, o equívoco da democracia brasileira era reflexo do personalismo luso-colonial, projetado no espaço público. A República, embora

³⁰⁸ VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 1987. p.146

³⁰⁹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Ed. Duas Cidades. 1978

³¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.160

rogasse um discurso de ruptura com sua herança colonial, na prática, o que viu foi um reformismo mais comprometido com os interesses privados do que propriamente público. Deste modo, a elite política governava, pelo “arbítrio pessoal”, um povo atônito diante das transformações. A comunidade política compreendia o Estado como “ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas”.³¹¹

No Brasil, as tensões entre o público e o privado se estabeleciam na medida em que a esfera pública era invadido pela privada, negando os valores da modernidade: o triunfo das leis, o igualitarismo político e a impessoalidade no trato das coisas públicas.

Mesmo nas cidades brasileiras, nos primórdios dos tempos republicanos que se anunciavam como o espaço de uma nova sociabilidade, marcada pelo imperativo do progresso, da integração da nação ao mundo Ocidental e do deslumbramento do viver cosmopolitamente nas urbes, impunha-se uma incômoda acomodação entre o novo e o velho, o passado escravista e futuro democrático. Ocorre a sobreposição de temporalidades e a consolidação de uma modernização autoritária, que se manifestou em formas de exclusão e faxinas sociais. As inúmeras revoltas e manifestações populares denunciavam as falácias do processo civilizacional.³¹²

A ideia de modernização no Brasil se misturava com a tradição. Se, de um lado, juristas, sanitaristas e engenheiros tornavam-se símbolos da modernidade, do outro, os inconvenientes caipiras, indígenas, negros e operários representavam o antiquado, o sujo e o perigoso, que insistiam em dividir o recém-inaugurado espaço da urbanidade. Com efeito, as transformações das cidades apresentavam um movimento de acomodação e reformas físicas e morais, pautadas por uma cultura política autoritária e personalista.

Na capital federal, o Decreto Federal nº 50, de 07 de dezembro de 1889³¹³, decide pôr fim à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, criando em seu lugar o Conselho de Intendência Municipal. A alteração alicerçava-se no

³¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. op. cit. p.141

³¹² CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro vezes cidades**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

³¹³ Decreto Federal nº 50, de 07 de dezembro de 1889. **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil**, Vol. II. Brasília: Imprensa Nacional. 1996. s/p.

simples argumento de que as Câmaras eram arcaicas e estavam excessivamente subordinadas ao poder Executivo. O governo de Mato Grosso, seguindo o exemplo federal, passou a delegar às municipalidades uma relativa autonomia para legislar, sem a obrigatoriedade de se submeterem à aprovação da Assembléia Legislativa. Ficava a cargo das Intendências criarem os Códigos de Posturas, instituírem as polícias administrativas, julgar e condenar as contravenções. Contudo, era reservado ao Presidente do Estado nomear membros e dissolver o Conselho de Intendência a bem público do município.³¹⁴

Um aspecto interessante do sistema político da Primeira República é o status dado à política municipal. Como a Constituição de 1891 concedeu autonomia aos estados para deliberar sobre a matéria, houve uma enorme variação quanto ao processo eleitoral dos municípios. Em alguns estados havia eleição para o chefe do Executivo (o nome variava de acordo com o estado: prefeito, intendente, superintendente, agente do executivo) de todos os municípios. Em Minas Gerais (entre 1903-30) e no Rio de Janeiro (até 1920), o presidente da Câmara era responsável pela função executiva. Em alguns estados (Ceará e Paraíba) todos os prefeitos eram indicados pelo governador. Em outros, havia indicação para os prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e cidades com obras e serviços de responsabilidade do estado.³¹⁵

A aparente autonomia municipal, devido à descentralização administrativa, refletia a *política dos governadores*. Para garantir o domínio político, utilizava-se como expediente a troca de favores entre a Presidência e os governadores estaduais, bem como entre estes e os Intendentes municipais. Ao deter o poder de nomear e dissolver o Conselho de Intendência, o Presidente do Estado enfraquecia os opositoristas, aumentando, e por vezes assegurando, suas chances de vitória nos pleitos eleitorais.

(...) Campos Sales não tardaria a inaugurar a chamada política dos governadores, que era mais o reconhecimento de um fato consumado que invenção de seu talento político. A concentração de poder continua a processar-se na órbita

³¹⁴ SALGADO, Edgar Monteiro. **Mato Grosso do Sul e a Mesopotâmia do Prosa e Segredo**. Campo Grande: S/Ed. 2001

³¹⁵ NICOLAU, Jairo. **A história do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar: 2004. pp. 27-28

estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o império: mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro como outrora a nomeação do presidente de província, o chefe do governo federal só tinha duas alternativas: ou declarar guerra às situações estaduais, ou compor-se com elas num sistema de compromissos que, simultaneamente, consolidasse o governo federal e os governos estaduais.³¹⁶

A lógica da articulação política, nos primórdios do período republicano, processava-se de acordo com os seguintes atores: os coronéis, o governo estadual e o governo federal. Deste modo, o município passava a ser o cerne dessas relações de poder, uma vez que o chefe político local – muitas vezes legitimado pelo poder público com o título de “coronel” – interferia diretamente na administração municipal, no poder judiciário e na atuação da polícia.³¹⁷

Para Vitor Nunes Leal, o coronelismo é um retrato do compromisso estabelecido entre a esfera pública que se fortalece no regime republicano e a esfera privada decadente – principalmente os donos de terras – em decorrência das crises econômicas. A configuração histórica entre essas duas esferas teve como principal característica a falta de nítidos contornos entre o poder público e o poder privado.

Os próprios instrumentos do poder constituído é que são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residual dos 'coronéis', que assenta basicamente numa estrutura agrária em fase de notória decadência. Essa decadência é imprescindível para a compreensão do 'coronelismo' porque, na medida em que se fragmenta e dilui a influência 'natural' dos donos de terras, mais necessário se torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável de uma corrente política local³¹⁸

Essa protocooperação tornou-se a tônica do poder no Brasil Republicano. A permanência dos coronéis no espaço público representava, sintomaticamente, o reforço do oficialismo. A tentativa de legitimação desse pacto pelo poder estava fundada no voto.

³¹⁶ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. op. cit. p.122

³¹⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. 1 ed., São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

³¹⁸ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. op. cit. p.255

Num município como Campo Grande, que no ano de 1890 contava com apenas 181 eleitores registrados³¹⁹, é possível imaginar a pressão que os mandatários locais exerciam sobre os votantes. Para compreender essa dinâmica de relações de poder, utilizaremos, como exemplo, as eleições convocadas para três de janeiro de 1891 para eleger representantes da Constituinte Estadual. Em Mato Grosso, a disputa deu-se entre os candidatos do Presidente provisório de Estado, Antônio Maria Coelho (líder do Partido Nacional) e Coronel Generoso Paes Leme de Sousa Ponce (chefe do Partido Republicano).

O Presidente Antônio Maria Coelho tinha como base eleitoral e apoio, os usineiros e pecuaristas da região norte do Estado. Generoso Ponce, comerciante em Corumbá, exercia sua zona de influência na região sul e contava, naquele momento, com os Murtinho e a Cia. Mate Larangeira como principais aliados.

Antônio Maria Coelho, visando ampliar sua presença no sul do Estado, transfere para Nioaque³²⁰ (de “caso pensado e com maus propósitos”³²¹) o Coronel João da Silva Barbosa, cuja incumbência era comandar o 7º Regimento da Cavalaria Ligeira. Caberia também ao Coronel Barbosa fundar o Partido Nacional na cidade e assegurar a vitória dos candidatos da situação, nem que fosse necessário lançar “mão de todas as formas de pressão ao seu alcance, para intimidar os que não rezassem pela sua cartilha política”.³²² As eleições para a constituinte era um reflexo da deturpação do processo eleitoral de um regime democrático.

(...) o processo eleitoral era absolutamente viciado pelas fraudes em larga escala e, salvo poucas exceções, as eleições não eram competitivas. As eleições, mais do que expressar as preferências dos eleitores, serviram para legitimar o controle do governo pelas elites políticas estaduais.³²³

³¹⁹ Dados obtidos em: ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira. **Camilo Boni**. In: *Campo Grande: Personalidades históricas*. Campo Grande: IGHMS/ Editora Gráfica Universal. 2012.p.99

³²⁰ Nioaque, à época, era o segundo maior colégio eleitoral do sul de Mato Grosso, menor apenas que Corumbá.

³²¹ SEREJO, Hélio. **O homem mau da Nioaque. (crônica histórica)** Curitiba: Requião Indústrias Gráficas Ltda.1976. p. 269

³²² RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Campo Grande**. op. cit. p. 68

³²³ NICOLAU, Jairo. **A história do voto no Brasil**. op. cit. p.34

No entanto, a articulação política de Generoso Ponce, com o apoio do Coronel Sebastião Lima, garantiu a vitória dos candidatos da oposição (Partido Republicano) nos distritos de Vacaria (atual Rio Brilhante) e Campo Grande.

A sede do distrito de Campo Grande possuía um pequeno destacamento militar, composto por treze praças e comandado pelo sargento Ludgero Magalhães. Segundo as crônicas de Hélio Serejo, o sargento era acusado de cometer vários crimes, como defloração, e dar refúgio a bandoleiros.³²⁴ A população levou os fatos ao conhecimento do Coronel João da Silva Barbosa e do Presidente de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho, pedindo a remoção de Magalhães da vila. Em resposta:

O audacioso Distrito de Campo Grande andava reclamando contra o comandante do destacamento? Pois bem! Tomarei as providências sim! E quais foram essas providências? Deu mão forte ao indigno sargento Ludgero, e aconselhando-o de maneira mais vil possível, que ‘baixasse relho na canalhada.’³²⁵

Ante o recrudescimento do sargento Magalhães, a população formou um “batalhão de homens decididos, e a toque de caixa, expulsaram o desbriado militar e os praças a seu comando”. Dois dias depois desse evento, o Coronel Barbosa incendiou o quartel, imputando a culpa aos revoltosos, criando um cenário para que Antônio Maria Coelho tivesse justificativa para intervir e punir seus opositores em Campo Grande, os correligionários de Generoso Ponce.³²⁶

Esse episódio retrata as deturpações nas relações entre a esfera pública e a privada em Mato Grosso.

É possível situarmos as elites políticas em Mato Grosso, nas primeiras décadas do regime republicano, através de grupos, capitaneados por Generoso Ponce, os Corrêa da Costa, os Murtinho e os Paes de Barros. Entretanto, houve a preponderância dos Murtinho e de Generoso Ponce no mando estadual, restando aos Corrêa da Costa e aos Paes de Barros a função de valiosos aliados. Em resumo, na política mato-grossense:

³²⁴ SEREJO, Hélio. **O homem mau da Nioaque. (crônica histórica)** op. cit.

³²⁵ RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Campo Grande.** op. cit. p. 69

³²⁶ *ibidem*, p.70

Os irmãos Murtinho comandavam a sua facção, ora contra, ora a favor de um outro líder, Generoso Ponce. Indicavam os Presidentes do Estado, os Senadores, compunham totalmente as bancadas dos deputados federais e estaduais. Em suma, Ponce e os Murtinho eram os titulares do mandonismo em Mato Grosso.³²⁷

No cenário campo-grandense, é possível pensarmos até 1917, em dois grupos políticos antagônicos: de um lado, os correligionários do Coronel Amando de Oliveira, e do outro lado, os do Coronel Sebastião Lima. Esse recorte temporal se dá por uma conjuntura, que começa em 1914, com a chegada dos trilhos da NOB em Campo Grande e o assassinato de Amando de Oliveira, e culmina em 1917, com a Intendência de Sebastião Lima (1915-1917) e a conflagração da *Caetanada*, movimento que abalou as estruturas políticas de Mato Grosso. Consideramos, assim, o pós 1917 como um momento de modernização das relações políticas no Estado, uma nova fase política em Campo Grande, que passou a ser administrada pelos Intendentes Doutores.

Antes de aprofundarmos as relações entre a modernização urbana e as Intendências em Campo Grande, faz-se necessário frisar uma das características da cultura política republicana brasileira, no início do século XX, que foram os rearranjos das elites, peculiaridade aferível não apenas à política campo-grandense, mas como à de todo Mato Grosso. Em geral, observa-se que, apesar dos conflitos, o presente adversário era tratado como um potencial aliado no futuro, não sendo rara a formação de alianças entre grupos antagônicos. Deste modo, estabelecia-se, em certa medida, um equilíbrio onde as forças adversas criavam uma margem que possibilitasse novos acordos e alternância de lados. Disputavam-se as eleições e, em último caso, travavam-se as “revoluções”, tudo como parte do jogo político.³²⁸ Apropriando-se das palavras de Gustave Le Bon, na disputa política faz-se “necessário conceder muito antes de se ser obrigado a isso”.³²⁹

³²⁷ SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Usina do Itaicy – fator de desestabilização (1897-1906)**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. N° 68 e 69. Cuiabá, 2011. p.129

³²⁸ SILVA, Marcos Antônio da. (Org.) **A República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.

³²⁹ LE BON, Gustave. **A Revolução Francesa e a Psicologia das Multidões**. Paris/Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1922. p. 162

Reflexo da instabilidade política nacional e mato-grossense, nas primeiras décadas do século XX, os Intendentes em Campo Grande – e após 1930, os Prefeitos – exerceram seus mandatos por menos de dois anos, com exceção das Intendências de Francisco Mestre (28/08/1899 a 1/11/1904), Manoel Inácio de Souza (01/11/1904 a 1/1/1909), Sebastião da Costa Lima (19 de fevereiro de 1915 a 21 de junho de 1917), Arlindo de Andrade Gomes (11 de janeiro de 1921 a 31 de dezembro de 1923) e Arnaldo Estevão de Figueiredo (2 de janeiro de 1924 a 31 de dezembro de 1926) e as gestões do nomeado Antônio Luís Almeida Boaventura (17 de setembro de 1935 a 13 de janeiro de 1937) e o eleito Eduardo Olímpio Machado (27 de março de 1937 a 12 de agosto de 1941). Em meio às conturbações políticas, houve um período maior, de relativa estabilidade, nas Intendências dos doutores (1917-1941). Foram várias as intervenções e nomeações realizadas pelo executivo estadual e federal. Também houve períodos de vacância no executivo municipal entre 21 de junho de 1917 a 6 de julho de 1917; entre 1º de novembro de 1917 a 5 de janeiro de 1918; de 25 a 29 de dezembro de 1933; e de 13 a 15 de março de 1937.

3.1.1. A Intendência dos coronéis: primeiras políticas de assentamento social

Em Campo Grande, o primeiro Intendente foi Francisco Mestre, nomeado em 28 de agosto de 1899 pelo então Presidente do Estado, Antônio Pedro Alves de Barros. Somente em novembro de 1902 é que ocorreu a primeira eleição na vila; foram eleitos o italiano Bernardo Franco Baís como Intendente e Francisco Mestre como Vice. Baís estava radicado na cidade desde 1877, sendo um dos primeiros moradores da Vila. No sul de Mato Grosso, destacou-se como comerciante e fazendeiro, tornando-se sócio, em Corumbá, da *Wanderley e Baís*³³⁰, empresa de importação, exportação e

³³⁰ O prédio da Wanderley, Baís & Cia, hoje serve como sede para o Museu de História do Pantanal (Muhpan) em Corumbá, Mato Grosso do Sul.

operações bancárias. Entretanto, após o pleito eleitoral, decide não tomar posse, alegando como motivo o fato de ser italiano, não se sentindo autorizado “por ser o imigrante que é”.³³¹ Em seu lugar assumiu o Vice-Intendente, Chico Mestre. As informações sobre a primeira Intendência e os motivos que levaram Baís a abdicar da investidura do cargo ainda são parcos e obscuros. Sobre o assunto, Demóstenes Martins – (Prefeito de Campo Grande entre 1942-1945) – escreveu que Baís renunciou ao cargo para ficar “acima das questiúnculas, dos mexericos e das disputas pequenas”³³², contudo não revelou o teor das conjurações.

Ainda como nos relata Demóstenes Martins, a legislatura de Francisco Mestre foi marcada pela “ausência de realismo às suas decisões”.³³³ De acordo com os dados coletados, a administração municipal funcionava de maneira precária, sem servidores; a sede da Intendência era a própria casa de Francisco Mestre.³³⁴ O pouco que se sabe sobre a biografia do primeiro Intendente é que foi casado com Maria Idalina Vieira do Carmo, exercia a função de Juiz de Paz e teve uma morte trágica. Segundo Reginaldo Alves de Araújo, em meados de dezembro de 1910, Francisco Mestre foi ao Distrito de Entre Rios, (hoje município de Rio Brilhante), para celebrar um casamento. Nas festividades perdeu, em jogo de carteadado, a soma de quatro contos de réis; mais tarde – não se sabe se por desespero ou cobrança da dívida – foi encontrado enforcado, no quarto da pensão em que estava hospedado.³³⁵

É possível afirmar que a estruturação da Intendência de Campo Grande ocorre a partir da gestão de Manoel Ignácio de Souza, eleito em 1904, cujo mandato exerceu até janeiro de 1909 (Imagem 33).

³³¹ MARTINS, Nelly Baís. **Bernardo Franco Baís** In: *Campo Grande: Personalidades históricas*. Campo Grande: IGHMS/ Editora Gráfica Universal. 2012.p.88

³³² MARTINS, Demóstenes. **Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município**. Campo Grande: Gráfica Alvorada/ Academia de Letras e História de Campo Grande. 1972 p. 17

³³³ *ibidem*, p. 18

³³⁴ **Campo Grande – 100 Anos de Construção**. Campo Grande: Editora Matriz Ltda. 1999

³³⁵ ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Amando de Oliveira**. In: *Campo Grande: Personalidades históricas*. Campo Grande: IGHMS/ Editora Gráfica Universal. 2012

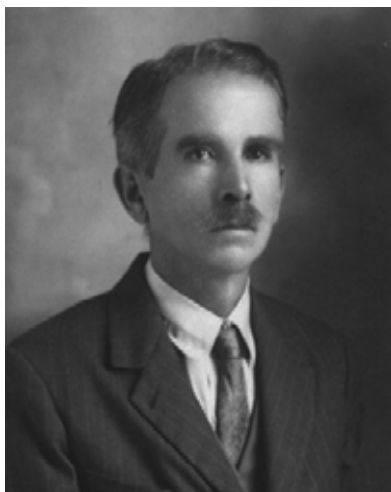


Imagem 33: “Manoel Taveira”. Revista Folha da Serra. Campo Grande: s/ed. p.08

Filho de portugueses, Manoel Ignácio de Souza, popularmente conhecido como “Manoel Taveira”³³⁶, chegou de Uberaba (MG) a Campo Grande por volta de 1890. Em 1905, monta um armazém, na Rua 26 de Agosto, (onde atualmente fica o edifício “26 de Agosto”). Em seu estabelecimento, era possível comprar desde uma simples caixa de fósforos até finos tecidos e vinhos importados. Com a prosperidade do negócio, adquire, em 1915, uma área de 10 mil alqueires onde funda a Fazenda “Cerradinho”, (área em que atualmente está instalado o Aeroporto Internacional

de Campo Grande).³³⁷ A trajetória de Manoel Taveira é um típico exemplo da elite campo-grandense, comerciante que expande seus negócios para a pecuária.

Durante a administração de Manoel Ignácio, surgem as primeiras tentativas de racionalização da gestão municipal, com a criação de leis fiscais, de controle do comércio, de estabelecimento dos Códigos de Posturas e dos planos de organização urbana.

A crescente produção de gado do sul de Mato Grosso, motivada pelos campos de engorda e abatedores paulistas, fez com que Campo Grande, – importante entreposto de compra e venda de gado na região –, ampliasse sua rede de comércio varejista. Ao mesmo tempo em que aumentava o número de casas comerciais, também crescia o de vendedores não regulamentados. Em sua segunda sessão, realizada em 24 de janeiro de 1905, a Câmara dos Vereadores passa a debater o problema. O Presidente da Câmara, João Correia Leite, faz as seguintes considerações:

³³⁶ A mãe de Manoel Ignácio de Souza, dona Maria Angélica de Freitas, após o falecimento de seu marido (José Ignácio de Souza), casou-se novamente, com o também viúvo José Alves Taveira. Em Campo Grande, os filhos de D. Maria passaram a ser confundidos com os “Taveiras”, como se fossem filhos do padrasto (José Taveira). Diante desse “desentendimento”, Manoel Ignácio de Souza adota como nome público “Manoel Taveira”. Informações em: MESQUITA, Maria Emília Souza Paes de Barros. **Manoel Ignácio de Souza** In: *Série Campo Grande – Personalidades*. Campo Grande: Arquivo Histórico de Campo Grande. 2000.

³³⁷ MENEZOZI, Arnaldo Rodrigues. **Campo Grande – Personalidades Históricas**. Campo Grande: Gráfica Mundial. 2012

A Câmara Municipal da vila de Campo Grande atendendo ao grande atraso e prejuízo ao comércio desta vila causado pelas mascateações de mercadorias introduzidas de fora, que são vendidas por preços exorbitantes a câmbio de gado que são transportados para fora do Estado, cortando assim os meios circulantes por completo no Município, e o único recurso com que os habitantes do mesmo poderiam solverem os seus compromissos.³³⁸

A Intendência era o espaço privilegiado para determinar as normas para a municipalidade, regulamentando as mais diversas atividades econômicas desenvolvidas na cidade, especialmente as comerciais. Devemos destacar que a Câmara da Vila de Campo Grande era formada, majoritariamente, por comerciantes que se utilizavam do processo de racionalização administrativa para definir os rumos e as diretrizes das atividades econômicas de seu ramo, tornando-o mais rentável. Deste modo, os mascates, por representarem um grupo concorrente, transformavam-se em “uma gente” indesejável na cidade.

Como iniciativa de regulamentação do comércio no município e exemplo para ilustrar a política protecionista dos comerciantes locais, a Intendência instituiu, pelo Decreto nº 4, de 30 de janeiro de 1905, o imposto anual de quatro contos de réis a “todos aqueles que mascatearem dentro do município”. Esse valor para época era altíssimo, haja vista que uma vaca era comercializada na Praça de Campo Grande por 25\$000 (vinte cinco conto de reis), ou seja, o pagamento do imposto anual representava o valor de 160 vacas, o que tornava a mascateação inviável.³³⁹

Entre as ações desenvolvidas pela Intendência para fundar uma ordem urbana, destacam-se o Decreto nº 3, de 30 de janeiro de 1905, em que se estabelece o 1º Código de Posturas de Campo Grande, que abobadaremos mais adiante, e a aprovação, em 30 de maio de 1905, da licitação do “plano para o alinhamento das ruas desta vila” – atos que revelam o desejo e a

³³⁸ CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande – 1919**. op. cit p. 32

³³⁹ No início do século XX, cenário similar – conflito de interesses entre comerciantes e ambulantes – aconteceu em outras municipalidades do país. Ver o caso de Fortaleza em QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. **Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de alimentos em Fortaleza, no final do século XIX e início do XX**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC). 2011; e de Natal no trabalho de SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Natal, outra cidade!: o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929)**. Dissertação (Mestrado em História) Natal: Universidade Federal do Rio Grande Do Norte (UFRN). 2012

necessidade da elite local de transformar Campo Grande em um espaço moderno, civilizado e progressista.

Em novembro de 1905, a Intendência contrata o agrimensor francês Emílio Rivasseau³⁴⁰ para elaborar o plano de alinhamento das ruas e demarcar os terrenos da cidade. Desde 1894, Rivasseau prestava serviços à Companhia Mate Larangeira; foi o responsável pelo desenho das plantas que serviram como demarcação de muitas propriedades rurais em Campo Grande. Contudo, o projeto de alinhamento não foi concluído.³⁴¹

Em fins de 1909, já no mandato do Intendente José Santiago, o engenheiro militar Themístocles Paes de Souza Brazil, – que estava em Campo Grande designado para chefiar as construções das obras para instalação da 5ª Brigada Estratégica na cidade –, foi contratado pela Intendência para realizar a medição e demarcação das terras reservadas para o rocio (Mapa 5).³⁴² O desenho da planta seguiu o formato de polígono, atendendo aos seguintes critérios:

Na escolha deste polígono de ensaio obedeci aos critérios seguintes:

1º Ter como lados obrigados os limites das fazendas do Estribo e do Bandeira, que por distarem pouco da vila deviam constituir limites do Rocio a fim de evitar que ficasse uma faixa estreita de terras devolutas e inproveitadas, entre eles;

2º Circunscrever o mais estritamente possível as cabeceiras que afluem para os dois pequenos córregos que regam o povoado, o Prosa e o Segredo, a fim de que ele não fique privado da água necessária à sua manutenção e higiene.

3º Dar a forma a mais regular possível.
Atentando a estas três condições foi o polígono traçado.³⁴³

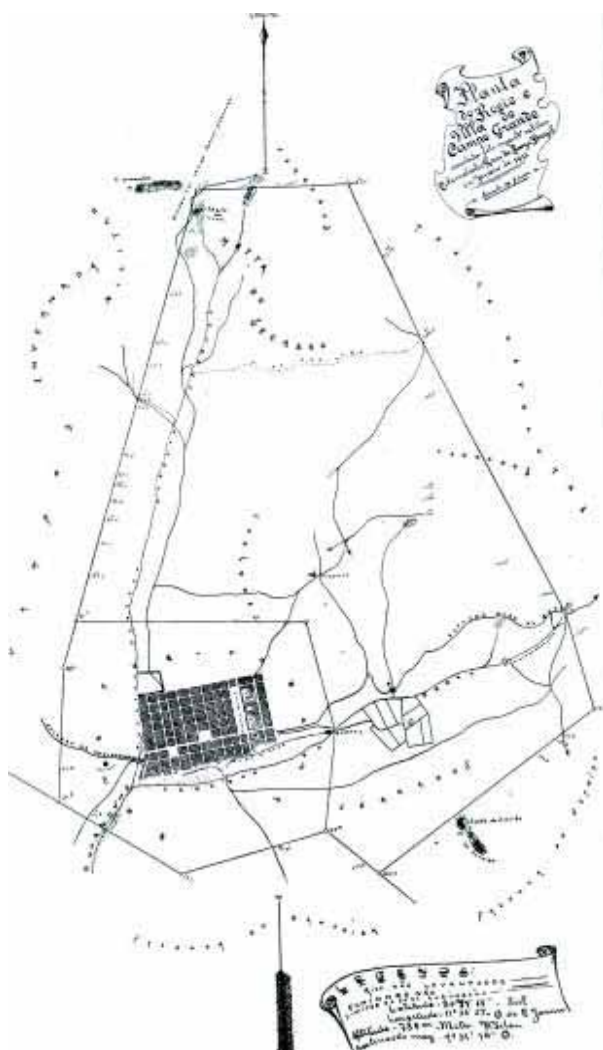
³⁴⁰ Emílio Rivasseau foi funcionário da Repartição de Terras, Minas e Colonização do Estado de Mato Grosso até 1920; atribui-se a ele um dos primeiros mapas que detalham o sul Mato Grosso. Em anos de demarcações de terras na fronteira entre Brasil e Paraguai, teve contato com tribos indígenas, publicando, em 1936: *A vida dos índios guaycurús: quinze dias nas suas aldeias (sul de Matto-Grosso)*. RIVASSEAU, Emílio **A vida dos índios guaycurús: quinze dias nas suas aldeias (sul de Matto-Grosso)**. In: *Coleção Brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1936.

³⁴¹ RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Campo Grande**. op. cit p.85

³⁴² O termo rocio significa área usufruída em comum pela população, se assemelhando muito ao conceito contemporâneo de “perímetro urbano”. Ver: CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos A.C. **Dicionário de arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

³⁴³ BRAZIL, Themístocles Paes de Souza. **Memorial descritivo dos trabalhos da medição e demarcação das terras destinadas ao Rocio da Vila de Campo Grande (30 de março de 1910)**. Campo Grande: S/ed. s/p

No mesmo ano (1909), a Intendência contrata o engenheiro agrimensor Nilo Javary Barém para elaborar a planta do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de Campo Grande. A municipalidade passava a contar com um novo traçado urbanístico ortogonal, com ruas e avenidas largas. O traçado urbano assentava-se no espigão divisor entre os principais córregos da cidade: o Prosa e o Segredo. Por influência iluminista, o desenho da planta continha



Mapa 5: Planta do Rocio e Vila da Campo Grande

traçado geométrico, com ruas retilíneas, que convergiam em ângulos retos, dirigindo-se para órgãos da funcionalidade da vida pública como praças, igreja, paço municipal.³⁴⁴

Por questões de defesa, o engenheiro militar Themístocles Brazil propôs algumas adequações ao Plano da cidade, que passava a adotar como eixo central a Avenida Marechal Hermes (atual Avenida Afonso Pena)³⁴⁵, que serviria como “espinha dorsal”, saindo dos quartéis em direção às vias de circulação terrestre ao longo dos córregos, facilitando uma possível manobra de retirada da cidade. Ao longo da Avenida central, com 54 metros de extensão, foram projetadas a Praça da República – (atual Praça do Rádio Clube) –

³⁴⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1968.

³⁴⁵ Em 18 de janeiro de 1916, o projeto de lei do vereador Francisco Vidal alterava o nome da Avenida Marechal Hermes para Afonso Pena, como forma de homenagear o Presidente Afonso Pena, que aprovou o traçado definitivo da Ferrovia Noroeste do Brasil. Informações em: GARDIN, C. **Campo Grande entre o sagrado e o profano**. op. cit

e o Passeio Público (atual Praça Ari Coelho); no entorno da Avenida deveria se constituir o centro administrativo e comercial da cidade. As demais ruas teriam entre 20 e 25m de largura, com quarteirões de 100 a 150m.³⁴⁶ Ao todo, foram demarcados 385 lotes de 40 x 50 metros. Para Cleonice Gardin:

O traçado em xadrez adotado, criando quadras regulares, determinou uma ligação linear de ruas largas, uma praça central ostentando um jardim público e uma ampla avenida central. São espaços públicos que contêm uma nova dimensão – a da amplitude, reveladora de um pensamento urbanístico que traz em si uma outra maneira de gestar o espaço urbano.³⁴⁷

No entanto, para realizar o Plano, a Intendência teria que lidar com múltiplos problemas. A cidade não dispunha de pontes para a travessia dos córregos; havia carência de infraestrutura básica (escolas, hospitais e cadeia pública); e a saúde da população estava ameaçada pela proximidade do cemitério e pela poluição dos córregos urbanos, utilizados para o abastecimento de água. Soma-se, ainda, o fato de o Plano de alinhamento ser pensado na confluência dos córregos Prosa e Segredo, onde residia parte dos moradores da cidade. Ou seja, o traçado implicava a demolição de várias casas que estavam desalinhadas às margens dos córregos; até mesmo a Igreja Santo Antônio deveria “vir abaixo” (Imagens 34 e 35). A consolidação do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de Campo Grande ocorreu entre 1909 e 1939, sofrendo algumas alterações – especialmente após a chegada da ferrovia.

³⁴⁶ As ruas ficaram assim demarcadas: partindo-se do norte – Rua Afonso Pena, (atual 26 de Agosto); Rua 7 de Setembro; Rua 15 de Novembro; Av. Marechal Hermes; Rua Barão do Rio Branco; na transversal do nascente para o poente – Rua José Antônio; Rua 15 de Agosto (atual Padre João Crippa); Rua Pedro Celestino; Rua 24 de Fevereiro (Atual Rui Barbosa); Rua 13 de Maio; Rua 14 de Julho; Rua Santo Antônio (atual Av. Calógeras); Rua Anhanduí (onde se assentaram os trilhos) e Rua Aquidauana.

³⁴⁷ GARDIN, C. **Campo Grande entre o sagrado e o profano**. op. cit. p. 26-27



Imagem 34: Capelinha de Santo Antônio, década de 1910. Demolida em 1921.
Fonte: Arquivo Imagético do ARCA



Imagem 35: Nova edificação da Igreja de Santo Antônio, construída em 1922, na Rua XV de Novembro
Fonte: Arquivo Imagético do ARCA

Antes de nos aprofundarmos na formação da infraestrutura urbana de Campo Grande, faz-se necessário situar o leitor a respeito das articulações políticas locais. No início do século XX, dois coronéis polarizavam as disputas políticas na cidade: Amando de Oliveira e Sebastião da Costa Lima.

Amando de Oliveira, com aproximadamente 27 anos, migra com sua família de Lençóis Paulista (SP) para Campo Grande em 1899. No mesmo ano, monta uma pequena olaria às margens do córrego Segredo. Com a expansão urbana da cidade e a prosperidade dos negócios, passa, a partir de 1905, a comprar terrenos no perímetro urbano da Vila, transformando-se, paulatinamente, em poderoso proprietário de terras. Na década de 1910, adquiriu de Joaquim Antônio Pereira, (filho do fundador), a fazenda Bandeira (1.250 alqueires) e a fazenda Ribeirão da Lagoa, de, aproximadamente, 3.700 alqueires; a soma das duas propriedades corresponde, hoje, a praticamente toda zona sul da cidade. Em suas memórias, Paulo Coelho Machado descreve Amando de Oliveira como “político de atitudes inflexíveis, intransigente nas suas convicções e na preservação de seus direitos. Em tempo algum recusou uma boa luta”.³⁴⁸

Sebastião da Costa Lima, mais popularmente conhecido como Coronel Sebastião Lima, nasceu em 1870 no município de Santana do Paranaíba.

³⁴⁸MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas ruas da cidade**. op. cit. p. 121

Oriundo de uma família de fazendeiros e políticos mato-grossenses, foi proprietário das fazendas Estrela (no atual município de Ribas do Rio Pardo), Estrelinha (hoje Rancharia), Perdizes, Brilhante e Chacrona, além de muitos terrenos e uma casa comercial na Rua Barão do Melgaço, em Campo Grande. Empossado com a patente de Coronel da Guarda Nacional, na Presidência de Venceslau Brás, (1914-1918), Sebastião Lima foi correligionário do Senador Antônio Azeredo e filiou-se ao Partido Republicano Constitucional. Em sua trajetória política, elegeu-se como vereador na Câmara de Campo Grande em três mandatos: 1909 a 1911- (legislatura em que foi Presidente da Câmara); 1912 a 1914; e 1918 a 1920, (quando ocupou o cargo de Vice-Presidente) – além da já citada Intendência no biênio de 1915-1917.³⁴⁹

Os embates eleitorais entre os coronéis ocorrem a partir da eleição de 1912. O Intendente eleito é o Coronel José Alves Quito, aliado de Amando de Oliveira e rival do Coronel Sebastião Lima. Como toda eleição, o processo foi cercado de irregularidades, comuns à época: coação dos candidatos aos eleitores, votos “fantasmas”, entre outras –, e a parte derrotada (Sebastião Lima) não reconheceu o resultado do pleito. O Presidente do Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques, intervém e, para evitar um conflito armado entre as elites campo-grandenses, decide nomear dois Intendentes para a administração municipal: José Santiago, (ex-Intendente em Campo Grande, entre 8 de fevereiro de 1909 a 1º de fevereiro de 1910), e Enoc Vieira de Almeida- (ex-Vereador entre 1909-1911). No entanto, Enoc renuncia meses depois ao cargo e José Santiago cumpre integralmente o mandato, até as eleições de 1914.³⁵⁰

Em Campo Grande, o antagonismo entre Sebastião Lima e Amando de Oliveira refletia mais que uma disputa pelo poder local. Em uma conjectura ampliada, esses atores políticos eram associados aos interesses de dois grupos político-econômicos. Do lado do Coronel Sebastião Lima, a Cia. Mate Laranjeira, que contava como aliados os irmãos Murtinho e o Senador Azeredo; Já os Coronéis José Alves Quito e Amando de Oliveira tinham como base de sustentação os Corrêa da Costa, pecuaristas proprietários de terras.

³⁴⁹ ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Amando de Oliveira**. In: *Campo Grande – Personalidades Históricas*. op. cit. pp. 75-85

³⁵⁰ idem

Os correligionários de Sebastião Lima e Amando de Oliveira agiam para além do engajamento político eleitoral, protagonizando violentas disputas. Os envolvidos não eram apenas capangas ou jagunços que executavam as ordens dos seus senhores, mas personalidades, investidas de funções públicas e detentoras de prestígio social, como foram nos casos do conflito envolvendo o delegado Espíndola com o comerciante José Alves de Mendonça e o Vereador Germano Pereira da Silva.

O uberabense José Alves de Mendonça, comerciante de gado, se consolidou em Campo Grande com o empório comercial “Casa Caldeira”, que atendia fazendeiros da região de Vacaria, Anhanduí e Rio Pardo. Como alternativa de mão de obra para seus empreendimentos, incentiva a vinda, da região do triângulo mineiro, de “muitos imigrantes, empregados, camaradas, peões e auxiliares”.³⁵¹ Na década de 1910, tornou-se um proeminente líder político local e correligionário do Coronel Amando de Oliveira.

No início de 1913, o funcionário de José Mendonça, cognominado de “Patureba”, provavelmente natural da cidade de Patos (MG), é preso sob acusação de curandeirismo³⁵² pelo delegado da força pública, Tenente Espíndola, partidário do Coronel Sebastião Lima. Mendonça interveio em defesa de seu agregado, acentuando uma rixa entre o delegado e o comerciante.³⁵³

Meses se passaram e chegou à cidade o circo do espanhol João Gomes, se instalando no largo da Igreja Santo Antônio, onde se realizava festejos religiosos. Na estreia, 12 de agosto de 1913, alguns funcionários do estabelecimento de Mendonça promoveram uma confusão, vaiando os artistas circenses. No entanto, no outro dia, os empregados de Mendonça retornaram ao circo, mas dessa vez defrontaram com a força policial. Durante o conflito, o delegado Espíndola

³⁵¹ ALMEIDA, Valério de. **Campo Grande de outrora**. Campo Grande: Letra Livre, 2003.p.97

³⁵² O Crime de Curandeirismo era previsto no Código Penal Brasileiro de 1890 no Art. 284 com a seguinte definição: Curandeirismo é a prática de prescrever, ministrar ou aplicar, habitualmente, qualquer substância, bem como usar gestos, palavras ou qualquer outro meio (não inserido na prática médica) para cura ou fazer diagnósticos sem ter habilitação médica. Como pena – detenção, de seis meses a dois anos. **Código Penal Brasileiro** São Paulo: Rideel, 1991.

³⁵³idem.

mandara as pressas e às escondidas, buscar um reforço de 15 praças bem armados ao quartel que ficava próximo, mandando que se postassem em linha de atiradores em frente do povo, aguardando a ordem de *fogo!* Assim que fosse aglomerando o maior grupo possível dos seus desafetos em torno de Mendonça e seus amigos³⁵⁴

Durante o conflito foram assassinados o comerciante José Alves de Mendonça e o vereador Germano Pereira da Silva. Existem duas versões para o desfecho desse episódio. A primeira, fornecida pelo jornalista José Barbosa Rodrigues, é de que o Tenente Espíndola foi condenado e preso, cumprindo sua pena em Cuiabá³⁵⁵; a segunda, do cronista Valério de Almeida, é que, diante da possível represália do Coronel Amando de Oliveira, o delegado Espíndola, com auxílio do Coronel Sebastião Lima, foge para Bela Vista e se encerra no Paraguai.³⁵⁶ Mesmo diante das duas versões, o conflito envolvendo os correligionários dos coronéis é parte integrante da disputa política pelo poder na cidade. Destacamos, ainda, que esse episódio, – cuja violência é o elemento central, – pode ser tomado como exemplo para ilustrar a normatização social que regia aquela comunidade, bem como a maioria das municipalidades brasileiras no início do século XX. A lei não era garantia de justiça. O sistema legal era ineficiente e imparcial e permitia que, nos casos de querelas pessoais, se utilizasse, inclusive, de condutas extremas, como a eliminação de desafetos.³⁵⁷

(...) a violência era, em todos os níveis da sociedade, uma forma normal de resposta a determinadas situações ou ações (...) o ajuste violento constituía realmente uma das modalidades tradicionais de agir, caracterizando de alto a baixo a sociedade brasileira, anterior ao período plenamente coronelista (1889-1930), durante este, e se prolongando em seguida até os nossos dias. A naturalidade com que sempre se recorreu ao ajuste violento para com o inimigo, mostra como ele foi realmente habitual na sociedade brasileira.³⁵⁸

³⁵⁴ *ibidem*, p. 98

³⁵⁵ RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Campo Grande**. op. cit. p.117

³⁵⁶ ALMEIDA, Valério de. **Campo Grande de outrora**. op. cit. p.99

³⁵⁷ SOARES, Luiz Eduardo. **Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência**. In: PEREIRA, C.A. Messeder (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

³⁵⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. op. cit p.189

Outro exemplo de ajuste violento, envolvendo os partidários de Sebastião Lima e Amando de Oliveira, foi o assassinato do padre Miranda pelo tenente Jacques da Luz durante os conflitos da “Caetanada”.

Em 1912, o cônego José Joaquim de Miranda, padre Miranda, foi designado por D. Cirilo, Bispo de Corumbá, para ser o padre da recém criada paróquia eclesiástica de Campo Grande. De acordo com os ex-Intendentes Rosário Congro e Demóstenes Martins, o sacerdote era partidário do Coronel Sebastião Lima e levava uma vida “discordante dos sãos princípios da Igreja”³⁵⁹, possuía um temperamento violento e aguerrido, portando constantemente à cinta um volumoso revolver calibre 44”³⁶⁰, sendo visto comumente em “traje civil, só envergando a batina quando celebrava”³⁶¹. A Diocese de Corumbá afastou, em junho de 1913, o padre Miranda e nomeou para seu posto o clérigo Mariano João Alves.

Mesmo afastado, o padre Miranda continuava a praticar o ministério paroquial e a participar das contendas políticas na cidade. Na manhã de 16 de julho de 1916, o tenente Jacques da Luz, “comandando um grupo de cavalarianos, abate a tiros” o clérigo em sua residência, na Rua “treze de maio esquina da avenida Mato Grosso”.³⁶² Segundo Rosário Congro, os motivos que levaram ao assassinato do padre Miranda foi a “grande efervescência política” da época.³⁶³

Por meio do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, em que a construção da história é possível através de “formas de saber tendencialmente mudas”³⁶⁴, acreditamos que a hipótese mais provável para o homicídio do Padre Miranda deve-se aos desdobramentos da revolta chamada “Caetanada”, que depôs o Presidente do Estado, Caetano de Albuquerque.

Em 1915, a Cia. Mate Laranjeira, com o apoio dos Murtinho, encaminhou à Assembleia Legislativa de Mato Grosso uma petição para renovar e ampliar o

³⁵⁹ CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande – 1919**. op. cit. p. 39

³⁶⁰ MARTINS, Demóstenes. **Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município**. op. cit. p.27

³⁶¹ *ibidem*, p. 39

³⁶² *ibidem*, p.27

³⁶³ CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande – 1919**. op. cit. p. 39

³⁶⁴ GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário** In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.179

arrendamento da área de exploração dos ervais para dois milhões de hectares no sul de Mato Grosso, até 1930. Opositor dos Murtinho, o Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, mostrou-se contrário ao pedido, solicitando revisão do processo, o que prorrogou a decisão para o próximo governo. No mandato seguinte de Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, a renovação foi negada. Como resposta, a Mate Larangeira e seus aliados organizaram uma revolta armada chamada “Caetanada”.

No sul de Mato Grosso, os aliados do governador formaram três colunas para combater revoltosos: uma em Ponta Porã, liderada pelo Coronel Antônio Machado Salgueiro, outra em Campo Grande, sob chefia de Augusto Ilgenfritz, e a terceira em Aquidauana, comandada pelo Coronel José Alves Ribeiro Filho (Zelito), da qual o tenente Jacques da Luz era integrante.³⁶⁵

Em Campo Grande, Sebastião Lima e o padre Miranda posicionaram-se a favor da Cia. Mate Laranjeira e dos revoltosos. Não foi possível identificar se o assassinato do vigário pelo tenente Jacques da Luz foi motivado por algum tipo de desentendimento, como também não se sabe se ao menos os dois se conhecessem antes da “Caetanada”. A hipótese mais provável é a de que, em meio ao contexto belicoso em que se encontrava o sul do Estado, a morte do clérigo fosse mais uma “baixa” do conflito.

O desfecho do movimento levou o Presidente do Estado à renúncia, em 1917. Diante desse cenário, o Presidente da República, Venceslau Brás, intervém e nomeia, em janeiro de 1918, o Bispo Dom Francisco de Aquino Correia como novo Presidente do Estado, com intento de fazer uma administração conciliadora.³⁶⁶

Segundo a Tese de Gilmara Y. Franco, a Caetanada tornou-se um marco da modernização política em Mato Grosso. O que se observou nessa região, desde a Proclamação da República, é um ambiente político marcado pela instabilidade, ou seja, por disputas entre partidos e/ou facções políticas que, não raro, davam lugar às chamadas “Revoluções” – movimentos armados que visavam ora garantir o mandato de Presidentes de Estado ora destituí-los

³⁶⁵ Alves, Lourembergue. **Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder**. São Paulo: Scortecci, 2002.

³⁶⁶ COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. **Governantes de Mato Grosso**. Cuiabá: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1993.

do governo. Os conflitos armados que se seguem pós-1917 têm caráter mais local, ou seja, são disputas pelo poder ou administração cidadina.³⁶⁷

Em Campo Grande, as disputas entre as elites locais culminaram no assassinato de Amando de Oliveira. Segundo o inquérito policial, na tarde do dia dez de junho de 1914, por volta das 18 horas,

(...) na estrada que vai ter á fazenda “Bandeira”, longe desta Villa, dous kilometros, mais ou menos; Amando d’ Oliveira montado á cavallo se retirava desta Villa para á sua fazenda denominada “Bandeira”, em caminho foi atirado e esfaqueado, resultando d’esse facto os ferimentos descriptos no auto de corpo de delicto, em consequência dos quaes veio a falecer immediatamente.³⁶⁸

Além de inimigos políticos, Amando de Oliveira estava envolvido em conflitos por posse de terra. Por meio do inquérito policial, é possível afirmar que a suspeita do assassinato recaiu sobre Joaquim Gomes Sandim.

O pecuarista Joaquim Sandim residia em Campo Grande há, aproximadamente, 30 anos, era vizinho de Amando de Oliveira e os dois se envolveram numa contenda judicial pela demarcação das terras denominadas “Mateira”- (hoje região central do município de Santa Rita do Pardo). O fato é que a autoria do crime jamais foi esclarecida.

Um dado curioso sobre a morte de Amando de Oliveira, meses antes do seu assassinato, foi de que ele havia doado à municipalidade o terreno para a construção do novo cemitério da cidade, o atual cemitério Santo Antônio. A inauguração do Campo Santo ocorreu no dia 11 de junho de 1914, tendo o próprio Amando de Oliveira ocupado a primeira cova aberta.³⁶⁹

Messes depois, em 2 de novembro de 1914, realizam-se novas eleições para a Intendência; polarizaram-se as forças de Sebastião Lima e ligadas a Amando de Oliveira, enfraquecidas pelo assassinato de seu líder. O pleito foi

³⁶⁷ FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A o(r)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas – 1889-1917**. Tese (Doutorado em História). Franca: Universidade Estadual Paulista (FHDSS, UNESP). 2014.

³⁶⁸ Autos do Processo: Sumário Crime – **Assassinato de Amando de Oliveira**. Cartório Santos Pereira. 2º Ofício de Notas e 1ª Circunscrição do Registro Civil. Campo Grande, MT, 1914.

³⁶⁹ ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Amando de Oliveira**. In: *Campo Grande – Personalidades Históricas* op. cit. p.40

cercado de denúncias, por ambas as partes, de irregularidades. Como de praxe, houve a intervenção do Presidente do Estado, que nomeou João Clímaco Vidal como Intendente, até que se organizassem novas eleições, que ocorreram em 19 de fevereiro de 1915, tendo sido eleito, como Intendente, Sebastião da Costa Lima.³⁷⁰

A Intendência de Sebastião Lima (1915-1917) é um marco inicial, – num período que segue até 1930 –, de sua relativa hegemonia na política local. Durante seu mandato, registram-se algumas iniciativas para modernizar o equipamento urbano da cidade, como a criação do Instituto Pestalozzi, que mais tarde passaria a se chamar Ginásio Municipal de Campo Grande; a doação, pela Intendência, dos terrenos para construir a cadeia pública e a Santa Casa de Misericórdia; e a aprovação da Resolução que tornava área pública todos os: “a) terrenos que continham matas; b) todas as fontes e aguadas que ainda estejam devolutas; c) todos os terrenos necessários às estradas, à abertura de ruas, desde que tragam vantagens para o desenvolvimento e embelezamento da cidade”.³⁷¹

3.1.2. A Intendência dos doutores

No final da década de 1910, novos atores entram em cena na cidade. Concomitante ao progresso que vinha com os trilhos, surgiu na política local os “Doutores”. Esses profissionais liberais migraram para Campo Grande com vistas a assumir cargos públicos ou oferecer seus serviços. O fato é que esses agentes, fortemente identificados com os comportamentos urbanos devido à formação acadêmica e a vivência nos maiores centros do país, estão diretamente ligados à consolidação do Plano de Alinhamento e Modernização e da infra-estrutura urbana campo-grandense. Nomes como Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, Dr. Vespasiano Barbosa Martins, Dr. Arlindo de Andrade Gomes e Dr. Eduardo Olímpio Machado ocuparam importantes cargos na gestão

³⁷⁰ **100 Anos do Legislativo de Campo Grande (1905 – 2005)** Campo Grande: Prefeitura Municipal Câmara Municipal. 2005

³⁷¹ LIMA, Lígia Carriço de Oliveira. **Sebastião da Costa Lima**. In: *Campo Grande – Personalidades Históricas* op. cit. p.151

estatal e na administração pública, entre 1918 e 1941. Esses profissionais foram frutos da ampliação da oferta de cursos superiores no Brasil nas primeiras décadas do século XX, fazendo com que estivessem

(...) por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida às qualidades de comando e dedicação, os habilitam à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes ou afins, ou aliados políticos dos coronéis.³⁷²

O Brasil dos anos 1920–30 foi marcado pela expansão urbana, acarretando profundas transformações sócio-espaciais, onde nem todos os chefes políticos municipais portavam a principal característica dos “coronéis”: a de serem grandes proprietários de terras. Profissionais liberais, possuidores de relativa ilustração, somada ao carisma e à capacidade de liderança, tornaram-se chefes da política local. Para além da carreira profissional, ser um doutor era “sinônimo de prestígio social, marca de poder político, se transformado em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política”.³⁷³

O avanço do bacharelismo não significou uma força antagônica que sepultasse o coronelismo; pelo contrário, os jovens doutores constituíam uma nova geração capaz de revitalizar esse modelo político. Dotados de uma capacidade maior de persuasão, em virtude do melhor domínio das palavras e de uma maior simpatia popular, – fruto das interações sociais estabelecidas com as práticas profissionais – ,os doutores, tornaram-se

(...) os porta-vozes, os elementos intermediários entre as elites políticas locais e o executivo, na conquista de empregos e favores de cunho pessoal, bem como na defesa dos municípios que representavam no legislativo. De formação tipicamente urbana, ainda que vinculados à velha ordem, por relações de parentesco e amizade, não contavam os jovens doutores com uma força eleitoral própria. (...) Dos chefes políticos locais dependiam os votos que os reconduziam ou não ao Legislativo.³⁷⁴

³⁷² LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. op. cit. pp.21-22

³⁷³ SCWHARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. op. cit. p. 142

³⁷⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação**. Salvador: Centro Editorial e Didático Universidade Federal da Bahia, 1975. pp. 163 –164

Em Campo Grande, entre o segundo mandato do Coronel Sebastião Lima, (20/3/1918 a 5/9/1918), e a nomeação dos interventores – pelo governo revolucionário de 1930 – a cidade foi governada por nove Intendentes. Com destaque para os doutores intendentes: Vespasiano Barbosa Martins, Rosário Congro, Arnaldo Estevão de Figueiredo, Arlindo de Andrade Gomes e Manoel Joaquim de Moraes. Respaldados no conhecimento técnico-científico, esses gestores municipais empreenderam projetos e planos de intervenção socioespacial na cidade.

A gestão dos problemas urbanos, empreendida pelos Intendentes doutores em Campo Grande, cumpriu com a orientação republicana de que era imperativo as municipalidades pautarem suas políticas de urbanização nos parâmetros do higienismo, promovendo uma profilaxia social do espaço.³⁷⁵ O progresso, via ordem, justificaria as medidas – comumente autoritárias – tomadas pelos novos administradores: jurista, médico e engenheiro.

A política republicana de estabelecer a ordem em nome do progresso difundiu a necessidade científica, social e moral da implantação de projetos de urbanização que colocassem o país, predominantemente agrícola e rural, em sintonia com as capitais européias. Em nome da modernidade, mesmo “as cidades portuárias mais movimentadas, mais modernas, mais europeizadas e os núcleos urbanos do interior que, na sua quase totalidade, viviam à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais”³⁷⁶, deveriam passar pelo processo de higienização e modernização do espaço.

Cientistas, médicos, sanitaristas e engenheiros foram convocados para iniciarem campanhas higienistas, a princípio nas maiores cidades do país, a fim de solucionar o “caos urbano”, fruto da crise habitacional que se agravava, das epidemias e problemas de saúde pública. A orientação era combater, se preciso pela violência, a desagradável presença de pobres e miseráveis nas ruas, erradicar as moradias coletivas, abrir avenidas e praças, melhorar a circulação do tráfego e expandir a área urbana, transformando as cidades brasileiras em “cartões-postais da jovem e mal definida nação”.³⁷⁷

³⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

³⁷⁶ VIOTTI da COSTA, Emilia. **Da Monarquia à República** op. cit, p. 185

³⁷⁷ DOIN, José Evaldo de Mello; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; CUELLO, Josué Peroni. **A saga de Ribeirão Preto na Belle Époque caipira**. op. cit, p. 137.

O parecer técnico dos sanitaristas abalizava a necessidade de intervenção do poder público no espaço e comportamento urbanos. A Paris haussmaniana ou a Londres vitoriana apresentavam-se como modelos de estabelecimento da violência física, fosse de forma real, pela demolição e expropriação de moradias populares e irregulares, ou de forma simbólica, por meio da “sutil violência repressiva, a penalidade incorporal e a sobriedade punitiva”.³⁷⁸

Campo Grande, durante os governos dos Intendentes doutores, passou por diversos estímulos modernizadores: o aperfeiçoamento do aparato jurídico com a reformulação do Código de Posturas, em 1921; a regulamentação de inspeção e abate do gado através da criação do serviço veterinário e do matadouro municipal; os melhoramentos nos serviços públicos, como a ampliação da iluminação pública, das redes de abastecimento de água encanada e do fornecimento de energia elétrica; o estabelecimento dos limites da zona urbana e rural; a normatização das construções e reformas prediais; o calçamento do centro comercial; e o nivelamento dos terrenos. Medidas que visavam dar uma identidade progressista para a cidade.

3.2. Os Códigos de Posturas e o ordenamento social

As diretrizes definidas no Seminário de Engenharia e Indústria, promovido pelo Club de Engenharia em janeiro de 1901, na cidade do Rio de Janeiro, influenciaram as ações de limpeza e embelezamento promovidas pelos agentes sociais de modernização nas cidades brasileiras.³⁷⁹ Nos Anais do Seminário, ficaram estabelecidos alguns preceitos para as construções nas cidades, como a adoção de recuos laterais e frontais entre os edifícios- fixados conforme altura e largura das edificações – e a instalação de janelas nas laterais dos prédios, medidas que priorizavam a ventilação e insolação nos ambientes internos. Também foram estabelecidas as normas para a ocupação

³⁷⁸FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. São Paulo, Vozes, 1987.

³⁷⁹ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP / Studio Nobel, 1997

do solo, ressaltando-se a necessidade de se analisar alguns critérios, como o relevo e as características climáticas, a fim de evitar áreas propícias à propagação de doenças.³⁸⁰

O casamento entre medicina e engenharia promovia uma concepção de “ação regeneradora” sobre as cidades com vistas ao controle das epidemias e melhorias na salubridade. As normatizações do Club de Engenharia influenciaram as remodelações de urbes portuárias como Rio de Janeiro e Santos, a construção de Belo Horizonte e das cidades que surgiram às margens das ferrovias como Campo Grande e outras cidades do sul de Mato Grosso e do oeste de São Paulo.

Para os Intendentes doutores, fazia-se necessário sofisticar a legislação urbana, em especial os Códigos de Posturas, e implantar efetivamente as diretrizes do traçado do Plano de Alinhamento de Ruas e de Praças de Campo Grande.

Os casos dos Códigos de Posturas de Campo Grande, publicados em 1905 e 1921, não fogem aos ideais – republicanos e utópicos – de espaço higiênico físico e moral, onde fosse garantido o “bem-estar” social da população, bem como sua adequação a *habitus* mais civilizados. A cidade, que nas primeiras décadas de século XX registrava crescimento econômico aliado ao populacional, buscou (re)configurar seu espaço urbano.

A importância crescente da cidade, como centro de comércio e de produção econômica e como sede do dispositivo central de poder político que intervém em todos os níveis da vida social, implica a construção de um funcionamento ordenado dos núcleos urbanos, condição de possibilidade da transformação dos próprios indivíduos e materialização da exigência normalizadora da nova ordem social.³⁸¹

O Código de Posturas, como parte do processo de urbanização e higienização de Campo Grande, no início do século XX, teve por premissa o enquadramento da cidade a um projeto “civilizador”. Norbert Elias chama a

³⁸⁰ “PROGRAMMA definitivo do Congresso de Engenharia e Indústria”. Revista do Club de Engenharia, Rio de Janeiro:Imprensa Nacional, 1901.

³⁸¹ MACHADO, Roberto. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 260

atenção para as mudanças nos comportamentos humanos em direção à “civilidade”, como resultado do aprendizado social dos indivíduos, da reorganização dos relacionamentos humanos, do controle dos impulsos, do autodomínio e auto-observação. Ainda segundo o autor, mesmo a “lavagem regular com sabão e água é outro desses ‘atos compulsivos’ cultivados em nossa sociedade pela natureza de nosso condicionamento e consolidados em nossa consciência por explicação de higiene, “racionais””.³⁸²

O primeiro Código de Posturas de Campo Grande, aprovado em 30 de janeiro de 1905, é uma cópia quase na íntegra do Código de Posturas vigente na cidade de Corumbá, publicado em 1883.³⁸³ Em seus 12 capítulos e 54 artigos, a lei regulamentou comportamentos e fazeres cotidianos, abarcando padrões de higiene, limpeza e conservação dos espaços públicos, uma vez que

(...) a organização da vida urbana, dentro de uma visão jurídica, pressupõe a formalização de padrões de comportamento que propiciem o convívio pacífico e ordenado dos homens. Para este sistema organizacional funcionar seria preciso estabelecer as formas, as regras e os limites das ações humanas.³⁸⁴

A conformação de um ambiente urbano bonito e saudável dependia da qualidade dos alimentos comercializados e consumidos, requisito indispensável para a garantia da boa saúde dos moradores. Apoiado em pressupostos médicos e científicos, o Código de Posturas, nos capítulos 1º e 2º, dispôs sobre a higiene dos açougues, a conservação da qualidade das carnes e o estabelecimento de locais para abater o gado, tratar o couro e produzir o charque.

³⁸² ELIAS, Norbert. v.1: **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 267

³⁸³ OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **Campo Grande e a rua 14 de Julho**. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP. Presidente Prudente. 2003, p.41.

³⁸⁴ SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 142

Logo no primeiro artigo, o Código pretendia estabelecer o espaço para o matadouro público: “ninguém poderá matar ou esquartejar rezes para o consumo, a não ser dentro do matadouro público. Enquanto não existir o dito Matadouro, a Câmara marcará o lugar que será cercado a custo da mesma, onde só e unicamente se poderá fazer o serviço”.³⁸⁵ A criação desse espaço responderia à necessidade de amenizar os odores exalados em decorrência da decomposição dos restos das reses e do sangue dos animais, além de viabilizar a fiscalização da qualidade da carne, uma vez que tornaria possível averiguar possíveis doenças dos gados abatidos; o artigo 2º determinava que “É expressamente proibido matar-se gado que apresente symptoms de moléstia, ou que esteja cançada ou muito magra, bem como vender-se para o consumo de carne de rez que foi encontrada morta”.³⁸⁶

Ainda na tentativa de estabelecer um ambiente salubre para armazenar e vender a carne, o 3º artigo do Código regulamentou as obrigações dos proprietários de açougues, que deveriam “trazer limpo em



Imagem 36: Carro do Matadouro Público de Campo Grande. Década de 1920. Fonte Acervo do IHGMS

perfeito estado de asseio as balanças, pesos e mais utensílios destinados a venda da carne; (...) fazer varrer, limpar e lavar todos os dias a tarde os respectivos açougues; (...) conduzir a carne para os açougues em carros ou carroças que estejam perfeitamente limpos e asseiadas”.³⁸⁷

A pecuária representava uma das maiores fontes de receita da Intendência de Campo Grande; isso explica a preocupação das autoridades públicas locais com a cadeia produtiva da carne, tecnicamente detalhada no

³⁸⁵ Código de Posturas de Campo Grande Capítulo 1º - **Da economia e aceio dos açougues.** 1905, art. 1º.

³⁸⁶ Código de Posturas de Campo Grande Capítulo 1º - **Da economia e aceio dos açougues.** 1905, art. 2º.

³⁸⁷ Código de Posturas de Campo Grande, Capítulo 1º - **Da economia e aceio dos açougues.** 1905, art. 3º.

código de 1905 – o que não se verifica em outras posturas à época, a exemplo de Belém (PA)³⁸⁸, Curitiba (PR)³⁸⁹, Ribeirão Preto (SP)³⁹⁰ e até mesmo Cuiabá (MT).³⁹¹

As Posturas regulamentaram “a venda de generos alimenticios e mercadorias”, estipularam a necessidade de licença para abrir estabelecimentos comerciais- (artigo 17º: “Nenhuma casa de negócio, loja officina, taverna em geral, qualquer estabelecimento de industria ou profissão se podera estabelecer nesta Villa e seu termo, sem previa licença da Câmara”) e a adoção do “novo systema métrico decimal na forma do padrão adaptado em toda a República” para comprar e vender mercadorias.

Podemos observar que as regras básicas de mercado possibilitavam ao poder público local ter maior controle sobre o comerciante e suas mercadorias; já a fixação de pesos e medidas, de acordo com as novas normas do governo federal, representava uma construção de “identidades-para-o-mercado” local em sintonia com o modelo de Estado-nação republicano que estava em formação no país.³⁹²

No que diz respeito ao formato das urbes, o Código de Campo Grande, do 7º ao 9º artigos, discorre sobre o “aforamento de terrenos Municipaes e edificação de prédios e reparos d’elles”, ou ainda sobre as “obras publicas, transito e conservação das estradas”, e procurou delinear a “largura de ruas e relações entre estas e altura dos edificios, ou relacionados à salubridade das construções”³⁹³, medidas que se assemelham muito às de Códigos de outros municípios. Importante notar que, nesses artigos, as Posturas impuseram

³⁸⁸ **Código de Posturas da Câmara Municipal de Belém** (aprovado pelo decreto Lei n. 276, 03 de julho de 1900). Belém: Typ d” A República. 1900.

³⁸⁹ **Código de Posturas da Câmara Municipal de Curitiba** (aprovado pela Câmara Municipal em sessão de 22 de novembro de 1895). Curitiba: Typ. Litth. Curitybana. 1897

³⁹⁰ **Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Typ. do Diário da Manhã de Ribeirão Preto, 1902.

³⁹¹ **Códigos de Posturas da Câmara Municipal de Cuiabá**. Resolução nº 29 de 11 de setembro de 1897.

³⁹² Para Igor José de Renó Machado, o capitalismo é um sistema simbólico que, como outro qualquer, é arbitrário, gerando construção de realidades e comportamentos nos quais os sujeitos são ao mesmo tempo vítimas e agentes de uma “subordinação ativa”. O Estado-nação, inserido nesse sistema, tem papel central na regulamentação das condutas de seus cidadãos, ou seja, as identidades-para-o-mercado são criadas pelo sistema e gerenciadas pelo Estado-nacional. Para mais informações, ver: MACHADO, Igor José de Renó. **Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação**. *Rev. Antropologia*, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004.

³⁹³ LEMOS, Carlos A. C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 29. O autor trata também da cidade de São Carlos.

normas para construir, demolir e reformar as habitações, definindo a altura mínima da testada, das portas e janelas e obrigando os proprietários dos imóveis a conservá-los ou repará-los, caso estivessem em ruínas.

As leis buscaram estabelecer procedimentos para venda, compra e transferências de lotes, assim como para a concessão de terrenos para construções. Embora num primeiro momento a aplicação da lei se mostrasse inviável, o Código já apontava que o saneamento urbano era um serviço necessário.

Os espaços em construção na urbe tornam difusa a fronteira entre o público e o privado. A exemplo do estudo de Ana Lúcia Duarte Lanna sobre as transformações urbanas na cidade de Santos, na passagem do século XIX para o XX, Campo Grande adotou, no mesmo período, “uma noção burguesa de família, moralidade e formação do indivíduo”³⁹⁴ para definir os limites do público e do privado. O comportamento, agora, era de interesse do Estado e passou a ser regulamentado.

O Código de Posturas dedicou-se a educar as pessoas sobre os aspectos sociais e morais do comportamento: proibiu-as de dizer obscenidades, escrever e desenhar nas paredes das casas ou muros palavras ou figuras indecentes que ofendessem a moral pública. Não era permitido fazer barulho, algazarra e/ou gritar durante a noite, além de “fazer-se sambas, Catiretes, ou outros quaesquer brinquedos que produzam estrondo ou vozeria dentro da Villa”³⁹⁵, sob pena de multa de dez mil réis ou cinco dias de prisão. Observamos que essas regulamentações apresentavam-se em outros Códigos de posturas de municipalidades brasileiras; por exemplo, o de Desterro (Florianópolis) que determinava, no 130º artigo, a proibição de: “§ 1.º Fazer bulhas ou vozeiras e § 2.º Fazer sambas ou batuques, quaisquer que sejam as denominações, dentro das ruas da cidade ou das povoações”.³⁹⁶ A punição atingia, principalmente, as camadas mais pobres da população, coibindo suas manifestações culturais, caracterizadas como “bárbaras” por uma elite que buscava se diferenciar dos “tipos populares”, em especial dos ex-escravos.

³⁹⁴LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos: 1870-1913**. São Paulo/Santos: HUCITEC, 1993.p.112

³⁹⁵ Código de Posturas de Campo Grande, capítulo 10º - **Reunião Prohibidae offensas a moral**. 1905, art. 45º.

³⁹⁶ **Código de Posturas da Câmara Municipal de Desterro** (aprovado pela Lei n. 1238, de 22 de outubro de 1888). Desterro: Tipografia da Regeneração, 1889. p. 25

O porte de qualquer tipo de armas ofensivas também era proibido, exceto por aqueles profissionais que delas necessitassem. A tentativa de evitar o porte de quaisquer armas fazia parte do esforço para manter a ordem pública. Em última análise, a ideia era desarmar os cidadãos e as milícias, formadas por bandos de jagunços e controladas pelos grupos oligárquicos que travavam inúmeros conflitos armados pelo controle político, tanto de Campo Grande como do Estado. As disputas contribuíram para reforçar a imagem negativa de Mato Grosso, que passou a ser conhecido como “terra sem lei”, ou terra em que a única lei existente era o “artigo 44” – ou seja, a lei executada com o “calibre 44”. Contradizendo a perspectiva republicana de ordem e progresso, a cidade de Campo Grande e o Estado de Mato Grosso emergiram no imaginário popular como o espaço da barbárie, em detrimento da civilização.³⁹⁷

O Código de 1905 resultou do aprimoramento urbano de Campo Grande, que foi imposto, sobretudo, pelas transformações que se anunciavam pela chegada dos trilhos da ferrovia. Com o progresso advindo da estrada de ferro, a vinda de pessoas e a dinamização do acesso às mercadorias, o poder público da cidade empenhou-se em fazer com que os moradores de um vilarejo, formado por uma porção de ranchos, assimilassem elementos da nova sociabilidade em formação, marcada agora por espaços como ruas, praças, prédios e água encanada. Todavia, o Código de Posturas de 1905, enquanto instrumento civilizacional, pareceu ineficiente na visão das elites locais, sendo necessário modernizá-lo, como informou o então Intendente, em 1921, o Dr. Arlindo de Andrade Gomes:

O município possuía, desde 1906, um código que não cumpriu. Deficiente, ele foi modificado *in limine* por um sem-número de resoluções que se revogavam constantemente.

Assuntos de importância – higiene, construções, etc., etc., não estavam regulados. Em abril do ano passado, organizou a Câmara o Código de Posturas, que será distribuído ainda este mês. A importância da cidade com serviços iniciados, como passeios, calçamento, arborização, jardim, etc., reclamava uma legislação completa, que chegue ao conhecimento de cada

³⁹⁷ GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização**. op. cit.

habitante, limitando a ação individual, em benefício da ordem, da segurança dos bens públicos.³⁹⁸

O novo Código de Posturas, dez vezes maior que o de 1905, continha 578 artigos divididos em 16 títulos. Lançado em 1921, sua principal preocupação era o arruamento, a delimitação dos terrenos e o tipo de construções do centro da cidade. As questões sobre o comportamento social, presentes no código de 1905, são reforçadas e a elas são incorporadas novas normativas. A diferença básica entre os dois códigos é a sofisticação e a ênfase na urbanização da cidade, visíveis no de 1921 – o antecessor buscou, basicamente, regulamentar a conduta dos habitantes.

Devemos reforçar que ambos os documentos são frutos das demandas de seu tempo. Se o Código de Posturas de 1905 foi pensado para normatizar uma cidade de dois mil habitantes, o de 1921, sete anos após a chegada dos trilhos da NOB, buscava organizar a *urbs* cuja população registrava 21 mil cidadãos.³⁹⁹ No caso de Campo Grande, sua reformulação espacial sofre a interferência direta dos engenheiros militares e da ferrovia.

A expansão urbana ocasionada pelos trilhos, marcada por grande fluxo migratório, levou a elite local a fortalecer, a princípio, sua estrutura de dominação, “acomodando” os “forasteiros” que vieram para trabalhar na ferrovia e nas construções, ou os agricultores familiares que estavam em busca de seu “pedaço de chão”, para posteriormente definir os espaços de disputa de poder político.

Em 1909, o engenheiro Nilo Javari Barém foi contratado pela Intendência Municipal para elaborar uma planta de Campo Grande seguindo os interesses da ferrovia (um dos símbolos maiores da modernidade à época): a cidade passou a contar com o plano de “Alinhamento de Ruas e Praças”.⁴⁰⁰ De

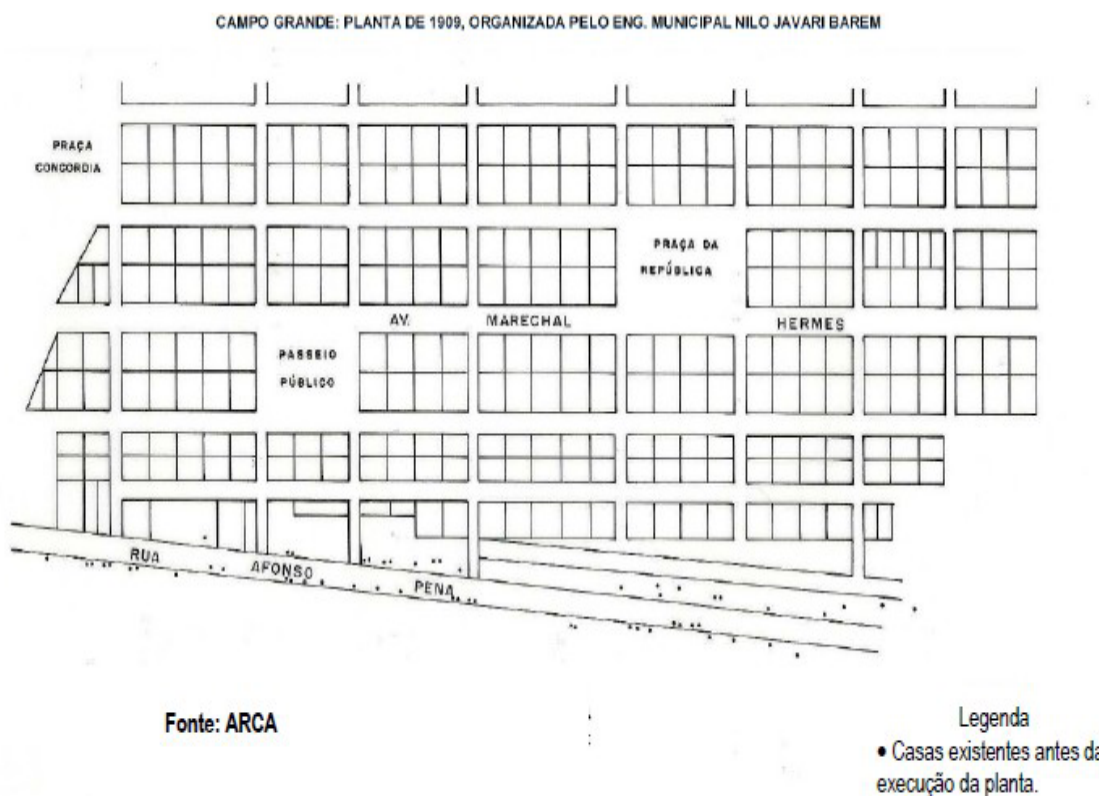
³⁹⁸ GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande – 1921**. op. cit, p. 48.

³⁹⁹ Dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Conselho Nacional de Estatística. **Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul segundo os Censos Demográficos Realizados e a Contagem**. Sem referência de editor, 1996. Disponível na Biblioteca do IBGE/MS; ARRUDA, Gilmar. “A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão”. **Cadernos de Estudos Urbanos**. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, nº 3, 1995, p. 32. O intenso crescimento populacional deve-se, sobretudo, ao advento da ferrovia, conforme discutido no primeiro capítulo desta Tese.

⁴⁰⁰ MACHADO, Paulo Coelho. **A Rua Barão**. Série Pelas Ruas de Campo Grande, vol. 111, Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1991.

acordo com o projeto, as ruas foram traçadas seguindo os pontos cardeais e ortogonais; as quadras formavam o desenho de xadrez (Mapa 6). O objetivo era inserir a cidade no universo da vida civilizada, que continha elementos da racionalidade urbanística: a construção de ruas largas e de uma ampla avenida central ajardinada antevia o fluxo intenso de pessoas e mercadorias, e a edificação de uma praça central previa o núcleo da vida em sociedade.⁴⁰¹

Mapa 6: Planta de 1909 desenhada pelo Eng. Nilo Javari Barem



O espaço organizado sob a égide da ciência e da técnica procurava incorporar Campo Grande ao mundo moderno, introduzindo, na tradicional paisagem de “povoado de uma rua só”, elementos urbanísticos convencionalmente chamados de operações de embelezamento e saneamento. Estas melhorias representavam outras relações entre os indivíduos e o espaço, marcadas por simbologias do urbano. A cidade passa a (re)afirmar, por meio de sua estrutura física e costumes em transformação, o

⁴⁰¹ GARDIN, Cleonice. **Campo Grande: entre o Sagrado e o Profano**. Campo Grande: Ed. UFMS. 1999.

modo de vida da urbs – que buscava refutar, conseqüentemente, sua herança rural.

O plano de “Alinhamento de Ruas e Praças” de Campo Grande foi instrumentalizado e aperfeiçoado pelo Código de Posturas de 1921, também conhecido por Resolução nº 43. O Código de 1921 resultou do convênio firmado entre a Intendência Municipal e a Companhia Construtora de Santos que, à época, estava na cidade coordenando as obras dos quartéis militares. Até a década de 1920, os edifícios urbanos de Campo Grande localizavam-se entre o polígono dos córregos Prosa e Segredo. Mas a cidade crescia para além desses limites e era necessário organizar a expansão, sob pena de ali se repetir a desorganização contra a qual havia se implantando o Código de Posturas de 1905.

O intenso crescimento rumo ao norte do município deve-se à chegada da ferrovia, em 1914; já em direção ao oeste, à instalação dos quartéis entre 1921 e 1923. De acordo com o plano de expansão, a região norte transformou-se em polo das atividades comerciais, concentrando na Rua 14 de Julho os principais estabelecimentos; a região oeste tornou-se o espaço dos trabalhadores urbanos, com a implantação do primeiro bairro operário da cidade, o Amambaí.

O Código de Posturas de 1921 inicia-se fixando os limites territoriais do município. A seguir, o conjunto de normas é proposto em dois grandes eixos temáticos: primeiro a organizado do espaço e segundo a normatização do cotidiano.

O Código de Posturas de 1921 preocupou-se, principalmente, em normatizar a construção e a expansão urbanas em Campo Grande. Dos 578 artigos das Posturas, 255 são dedicados a orientar a execução de obras privadas e/ou públicas, informando sobre registro de imóveis e terrenos, vistorias, embargos e multas, especificavam a incidência do sol, da ventilação, da iluminação, arquitetura de fachadas e tamanho dos prédios, bem como os materiais utilizados nas obras.

O espaço urbano foi normatizado no sentido de garantir fluxo ininterrupto e veloz de pessoas e mercadorias, característica dos tempos modernos. A lei estabelecia: “a largura mínima das ruas é de vinte metros e das avenidas

quarenta metros”⁴⁰², não sendo permitida a “colocação de postes, arvores, cercas e obras que prejudiquem ao trânsito, nas vias públicas, para qualquer fim, sem consentimento da Intendência”.⁴⁰³

A lei priorizava o movimento, a circulação de pessoas e, especialmente, de mercadorias. Essa

concepção estava em sintonia com as reformas urbanas em curso nas principais cidades do país, no final do século XIX e início do XX. O objetivo das reformas era criar uma paisagem que representasse o *status* republicano de um novo tempo, de “um novo espaço, higiênico e grandioso, o que significa

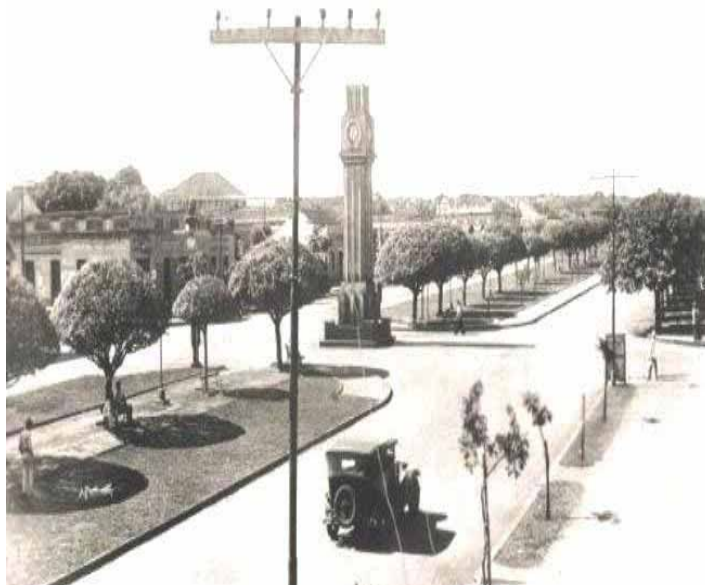


Imagem 37: Avenida Afonso Pena, década de 1930. Fonte: ARCA

não colonial, limpo, varrido pela luz, visível para o controle, em suma, moderno”.⁴⁰⁴

Maria Stella Brescianni afirma que, no início do século XX, a cidade moderna deveria ter “praças e jardins bem cuidados, ruas de traçado regular, amplas, arborizadas e iluminadas, cujo objetivo era evidenciar uma natureza domesticada e reelaborada para o prazer estético do homem”.⁴⁰⁵

Acerca do tema, Junia Marques Caldeira afirmou que, durante as primeiras décadas republicanas, a implantação das políticas sanitárias, com a instalação de infraestrutura e embelezamento urbano nas cidades brasileiras

⁴⁰² Código de Posturas de Campo Grande, 1921, Capítulo 1º - **Das ruas e logradouros públicos**. art. 7º.

⁴⁰³ Código de Posturas de Campo Grande, 1921, Capítulo 1º - **Das ruas e logradouros públicos**. art. 9º.

⁴⁰⁴ ANDRADE, Rodrigo F. & MAGALHÃES, Beatriz de A. **Belo Horizonte: um espaço para a República**. Belo Horizonte: UFMG, 1989. p.53

⁴⁰⁵ BRESCIANNI, Maria Stella M. **História e Historiografia das Cidades, um Percorso**. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 239

(...) atingiu diretamente a estrutura dos espaços urbanos, modificando usos e costumes e gerando uma nova paisagem: a rua transformou-se no espaço do deslocamento, da velocidade, da circulação de pessoas, de mercadoria e de notícias; mercados, quiosques, e ambulantes passaram a disputar com lojas e galerias, a concorrência comercial.⁴⁰⁶

O projeto de remodelação urbana em Campo Grande valorizou o verde da paisagem. Ainda segundo Caldeira, a política de ajardinamento empreendido nas cidades brasileiras durante a República Velha baseava-se em dois critérios fundamentais da urbanística moderna: o caráter funcional sanitaria e os aspectos estéticos que deixassem em evidência a beleza da flora brasileira.



Imagem 38: Jardim Municipal, atual Praça Ari Coelho, década de 1930. Fonte: ARCA

Logo, o 46º artigo das Posturas de 1921 previa que a arborização das avenidas e praças seria “feita de acordo com a planta aprovada pelo Intendente”.⁴⁰⁷ Além do clima e da salubridade, (Campo Grande é uma cidade muito quente e a sombra das árvores atenua a sensação térmica), cremos que outros fatores influenciaram na arborização da cidade.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira – trajetória de espaço urbano: origem e modernidade**. Tese (Doutorado em História) Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2007. p.128

⁴⁰⁷ Código de Posturas de Campo Grande, 1921. Capítulo 6º - **Da arborização**. art. 46º.

⁴⁰⁸ Segundo Lucas Pestana, Flávio Alves e Ângela Sartori, Campo Grande é uma das cidades mais arborizadas do Brasil, apresentando um índice de cobertura vegetal de 74 m² por habitante, enquanto o valor mínimo recomendado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) é de 15 m² por habitante. Mais informações, ver: PESTANA, Lucas Tjho Cesar & ALVES, Flávio Macedo & SARTORI, Ângela Lúcia Bagnatori. **Espécies arbóreas da arborização urbana do centro do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil**. REVSBAU, Piracicaba – SP, v.6, n.3, 2011, pp.01-21

Sabe-se que o Intendente Arlindo de Andrade Gomes era interessado por Botânica, disciplina que lecionou por dois anos no Liceu Cuiabano.⁴⁰⁹ Destacamos que o planejamento da cidade é subsidiado por orientações relacionadas ao contexto histórico, mas impactado fortemente pelas preferências dos agentes locais.

A cidade que se pretendia moderna, limpa, organizada e ordenada não toleraria construções rústicas. O Código de Posturas determinou que os donos das construções de taipa, na área urbana central de Campo Grande, demolissem seus imóveis em cumprimento às condições de salubridade e de higiene impostas pela lei.

A intenção era a de construir um novo tipo de moradia para um novo tipo de morador. As casas de taipa, por exemplo, não poderiam ser mais reformadas e as fachadas de zinco ou tábua deveriam ser trocadas por tijolos. Os mais atingidos conseqüentemente seriam os mais pobres, cujas casas não poderiam seguir as especificações dos Códigos de Posturas. Mais um resultado do “drama do progresso”.⁴¹⁰

No entanto, houve aqueles que não se adequaram imediatamente à nova lógica organizacional de Campo Grande. Para a elite local que ambicionava uma cidade com o *status* de espaço civilizado e higiênico, era impensável que houvesse no centro da cidade, “coração” da zona comercial, “na confluência da Av. Afonso Pena com a Rua 14, onde hoje se eleva o Edifício Santa Olinda, (...) uma casa, velha, de pau-a-pique, chão batido, abaixo do nível da rua”. Para Arlindo de Andrade, a permanência desse tipo de moradia era “uma agressão à fisionomia da cidade”. A solução foi determinar “aos Irmãos Suarez, seus proprietários, que a demolissem”.⁴¹¹

No entanto, os irmãos Suarez, “por turra ou estribados em direito, eles não a derribaram”. A Intendência resolveu a questão por outros caminhos: “certa noite, em meados de 1923, dez ou mais homens, de machados e

⁴⁰⁹ Entre 1908, quando chegou a Mato Grosso, e 1910, quando foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Nioaque, Arlindo de Andrade Gomes foi professor de Botânica no Liceu Cuiabano. Mais informações, ver: ANDRADE FILHO, Pérsio. **Série Campo Grande - Personalidades**. Campo Grande. Arquivo Histórico de Campo Grande, 2000.

⁴¹⁰ ARRUDA, Gilmar. **A Ferrovia Noroeste do Brasil: O último trem para o sertão**. *Caderno de Estudos Urbanos*. Campo Grande: 1995, n° 03.s/p.

⁴¹¹ SERRA, Ulisses. **Camalotes e Guavirais**. 2 ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989. p. 09

picaretas, puseram-na abaixo. De manhã, era apenas um monte de barro, taquaras e telhas velhas”.⁴¹²

A história não registra se a “derrubada” ocorreu na presença dos proprietários ou se foi precedida de vigilância, para aguardar a ausência dos mesmos. De qualquer modo, o fato é que o episódio é conhecido apenas pela destruição do imóvel, o que, por si só, exemplifica que o poder público não se importava com o destino dessas pessoas. Para o Intendente, aliás, se os mesmos desaparecessem do convívio social, seriam apenas dois indesejáveis a menos. A ação da Intendência é reveladora, porque representava, de “um lado, a ideia do progresso pela ciência” que prometia democracia e, por outro, atitudes arbitrárias tomadas em nome do desenvolvimento.⁴¹³

A tipificação de “forasteiros” em que se enquadram os irmãos Suarez é outro ponto que chama a atenção. Segundo Paulo Coelho Machado, os espanhóis Manoel e Izidro Suarez adquiriram, em 1915, o Hotel Globo, “a mais confortável hospedaria da vila de Campo Grande, procurada por boiadeiros, fazendeiros, políticos e homens de negócios”.⁴¹⁴ Ainda segundo o memorialista, na década de 1920, os Suarez tiveram outro atrito com a Intendência de Arlindo de Andrade Gomes quanto à venda dos terrenos para a construção dos quartéis em Campo Grande:

Arlindo tentou comprar terreno dos mesmos donos (irmãos Suarez) para a construção dos quartéis do Bairro Amambaí. Houve recusa e conseqüentemente desapropriação, numa demanda complicada em que a prefeitura saiu vencedora⁴¹⁵.

Os Suarez, “forasteiros” que “chegaram pelos trilhos” a Campo Grande, foram tipificados como “investidores”; portanto, sua presença também era considerada perigosa – uma vez que, possivelmente, filiaram-se a algum grupo político da cidade que fazia oposição ao Intendente. O resultado da pendenga foi a desapropriação dos terrenos dos espanhóis em prol do bem público.

⁴¹² SERRA, Ulisses. **Camalotes e Guavirais**. op. cit. p.09

⁴¹³ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.35

⁴¹⁴ MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas ruas de Campo Grande: a Grande Avenida**. Campo Grande: Gráfica Brasília, 2000.p. 368

⁴¹⁵ MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas Ruas de Campo Grande: a Rua Principal**. Campo Grande: Gráfica Brasília, 2000.p. 150

As medidas tomadas pela Intendência com o intuito de “limpar” ou embelezar a urbe relacionavam-se à infraestrutura, tinham caráter punitivo e, por isso mesmo, educativo. A visão da casa dos Suarez, destruída na manhã que se sucedeu aos fatos, certamente alarmou a população para o perigo de se desrespeitar o estabelecido pelas elites locais e, porque não dizer, compartilhado pelo campo-grandense. Contra os “paus-rodados”⁴¹⁶, de que os Suarez eram exemplo, a picareta seria usada, caso necessário. A demolição das casas de taipa era parte do processo de intervenção da Intendência e gerou a (re)significação social do território.

A dinâmica de interação entre os novos códigos e símbolos passou a comunicar aos cidadãos um novo contexto de comportamento e ocupação em relação ao espaço. O embelezamento da cidade afastou compulsoriamente os populares do centro, paisagem a qual “enfeavam”. Aos pobres, restou ocupar a periferia da cidade, seja o bairro popular ou a zona rural. É importante ressaltar que a periferia, com o crescimento da cidade ao longo dos anos, transforma-se em parte do centro. Coube, enfim, à Intendência, educar a população residente na zona rural para as novas formas de sociabilidade, mais condizentes com o espaço urbanizado.

Os pressupostos de civilidade que conformam o urbano também deveriam compor o universo rural. A “vida rústica da roça”, mesmo sem infraestrutura, equipamentos, serviços e bens de consumo da cidade, não poderia prescindir dos ideais de civilização.

O Código de 1921, em seu 8º Título (*Das roças, queimadas e cercas*), imputou deveres aos moradores da zona rural, (construção e manutenção de cercas), regulamentou a passagem de estradas públicas e caminhos pelas propriedades, proibiu queimadas nas roças, bem como exigiu cuidados para que “carneiros, cabras, porcos, galinhas e cães” não causassem prejuízos aos vizinhos; a pena, se houvesse acordo, era a entrega do animal como forma de pagamento pelos danos.⁴¹⁷

⁴¹⁶ Expressão popular utilizada no Mato Grosso para identificar o imigrante originário de outro estado ou país, geralmente visto com desconfiança pelas elites locais. Mais informações, ver, entre outros textos: GOMES, William. **Dicionário Cuiabanês**. Cuiabá, 2000.

⁴¹⁷ Código de Posturas de Campo Grande, 1921, 8º título – “**Das roças, queimadas e cercas**”. art. 291º.

O artigo 284 merece leitura mais atenta: “Nos limites do Município, é proibida a derrubada de matta virgem, para roças e lavouras. Multa de cinquenta mil reis (50\$000)”. Para Eduardo Taveira e Maria Inês Higuchi, a construção de políticas públicas ambientais voltadas à disciplina dos cidadãos e de seu entorno transforma lugares em espaços ambientalizados, permitindo “delimitações administrativas onde os espaços podem ser desorganizados, recombinaos e submetidos ao desenho disciplinar dos especialistas em gerenciamento”.⁴¹⁸

A (re)organização da zona rural em Campo Grande pretendia fazer com que “a roça ficasse na roça”, mas o cotidiano da cidade era marcado pela presença de animais e ambulantes, “carroceiros” que vendiam de “porta em porta” os produtos de suas plantações. Logo, para uma cidade que pretendia ascender ao *status* de espaço moderno, esse tipo de prática não seria conveniente. Deste modo, no 10º título, (*Da polícia administrativa*), o Código de Posturas buscava proibir a passagem de “tropas e boiadas pelas ruas”⁴¹⁹ do município fora do horário estipulado, (depois das cinco da manhã ou antes da meia-noite), e as vendas dos pequenos produtores fora do espaço da feira municipal.

O Código de 1921 buscou organizar a ocupação do espaço rural e urbano. Contudo, foi durante a Intendência do Dr. Eduardo Olimpio Machado, através da lei nº24 de 02 de dezembro de 1937, é que se definirão os marcos limítrofes dos distritos, das zonas urbana, suburbana e rural de Campo Grande, ficando assim estabelecido:

Zona Urbana

Partindo do limite da fazenda Bandeira, no bairro Amanbahy, com terrenos do 18 B.C.; dahi até a estrada de Ferro Noroeste por esta até o prolongamento da avenida Matto-Grosso (...)

Zona Suburbana

⁴¹⁸ TAVEIRA, Eduardo; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. **Políticas públicas de proteção ambiental no espaço urbano e o colorido das implicações socioeducativas na criação do parque municipal nascentes do Mindu**. Revista Estudos Universitários, Sorocaba, SP, v. 37, n. 1, pp. 51-74, jun. 2011, p. 54.

⁴¹⁹ Código de Posturas de Campo Grande, 1921, 10º título - “**Da polícia administrativa**”. art.303 § 10.

Partindo do cruzamento da linha do patrimônio com a nascente do córrego Neco Dias subindo por este até sua barra no Córrego Segredo(...)

Zona Rural

Área compreendida entre os limites das zonas suburbana e as raias do Patrimônio Municipal, conforme planta official.(...)⁴²⁰

Com a definição das zonas da cidade, a lei nº 24, em seu 25 Art., deliberou sobre a cobrança de imposto predial para as edificações no perímetro urbano, designou fiscais municipais, determinou multas e a data limite do primeiro dia útil de cada mês para o pagamento dos tributos. A legislação ainda definia as prerrogativas sobre os mercadores ambulantes, que deveriam portar licença em dia, com a penalidade de terem suas mercadorias apreendidas, sendo restituídas somente após a quitação do débito acrescida de multa que variava entre 20\$000 a 50\$000.

Nas primeiras décadas do século XX, as camadas mais populares atuavam como vendedores ambulantes, comercializando, pelas ruas, os mais variados produtos, majoritariamente, gêneros alimentícios. Eram quitadeiras, verdureiros, leiteiros, peixeiros e vendedores de carnes, aves e miúdos, que passavam a compor cada vez mais o cenário urbano campo-grandense, constituindo, ao lado dos empórios, mercados, vendas de secos e molhados e armazéns, um importante elo entre os produtores rurais e os consumidores na cidade.

A relação da Intendência com os vendedores ambulantes foi conflituosa. A institucionalização de normativas – previstas nos Códigos de Posturas (1905 e 1921) e leis “avulsas” –, sobre a forma de produção, armazenamento, higiene e a comercialização desses produtos, procurava oferecer melhores condições de consumo aos habitantes, ao mesmo tempo em que se instituiu um cerceamento a esses comerciantes, controlando e limitando seus movimentos.

O trabalho desses verdureiros, quitadeiras, leiteiros e tripeiros eram úteis para o abastecimento da cidade. Contudo, para o pensamento urbanista e sanitarista, esse tipo de comércio representava um entrave para a livre circulação, – já que não raro muitos desses comerciantes montavam suas

⁴²⁰ **Lei municipal nº24** de 02 de dezembro de 1937. São Paulo: Ed. Melhoramentos. 1937. pp.09-11

barracas nas calçadas –, e uma potencial ameaça à salubridade urbana, com a venda de carne, leite, ovos, peixes e frutas estragadas, em virtude das precárias condições de armazenamento e transporte ou vencimento de sua validade. Em síntese, o ambulante contrariava o ideal da cidade moderna: bela, higiênica e saudável.

Em decorrência do processo de estruturação urbana, da chegada, pelos trilhos, de um número cada vez maior de imigrantes e a necessidade de novos hábitos de consumo, tributário dos novos tempos, “tempos civilizados”, os Intendentes doutores tomaram medidas para organizar o espaço e assentar esses novos agentes. Nesse período, além de normatizações cada vez mais específicas para venda e produção de gêneros de primeira necessidade, são criadas colônias agrícolas e a feira livre, ambiente destinado para viabilizar o contato direto entre produtores e consumidores e concentrar o comércio de frutas, hortaliças, ovos, peixes e carnes, tornando possível uma vigilância sanitária mais eficiente.

Impulsionada pelo crescimento populacional, e como parte da política para assentar os imigrantes e ocupar os “espaços vazios”, a gestão do Dr. Arlindo de Andrade Gomes incentivou a criação de colônias agrícolas nos Distritos de Terenos, Jaraguari e Rio Pardo.⁴²¹ Para lá foram estimulados a fixarem-se, através da doação de terras, pequenos agricultores, em especial, colonos europeus e japoneses egressos das lavouras cafeeiras de São Paulo, que chegaram a Campo Grande empregados na construção da linha férrea da Noroeste do Brasil, e passaram a se dedicar “nas redondezas da cidade, à pequena agricultura, abastecendo diariamente o mercado consumidor”.⁴²²

A formação das colônias agrícolas não extinguiu a prática popular de cultivar, em suas propriedades, pomares e pequenas hortas. Contudo, como parte da urbanização e da criação de um “cinturão verde” nos arredores da cidade, cresce o comércio de gêneros alimentícios e a necessidade de se criar um espaço específico para comercializá-los. Deste modo, durante a Intendência do Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, (1924 a 1926), através do Ato n. 17, de 4 de abril de 1925, é que a feira livre foi instituída no pátio do

⁴²¹ Abordamos a criação da Colônia Agrícola de Terenos e a formação das Colônias Agrícolas japonesas no segundo Capítulo desta Tese.

⁴²² CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande – 1919**. op. cit p.38

atual Mercado Municipal. Seu funcionamento às quintas-feiras e aos domingos, das 05h00min às 09h30min, tornou-se “ponto obrigatório da presença de meio Campo Grande (sic)” (Imagem 39).⁴²³



Imagem 39: Feira Livre em Campo Grande- década de 1920.
Fonte: ARCA

Em suas memórias, Dr. Arnaldo de Figueiredo nos fornece pistas do esforço do poder público para estabilidade da feira e dos colonos:

Demos total assistência técnica para a produção, os colonos traziam, nos fins-de-semana, carroças e mais carroças para a cidade com os produtos plantados, a fim de serem comercializados na feira livre, que foi inaugurada em minha administração municipal. A princípio não havia, para ela, lugar certo. Funcionava em ruas, avenidas até que se fixou no lugar do atual Mercado Municipal e o prestimoso Antônio Valente a administrava gratuitamente.⁴²⁴

A formação das colônias agrícolas fez parte do esforço político de (re)organização do território, estando articulada com o processo de desapropriação de pequenos produtores em áreas próximas ao perímetro urbano da cidade, a exemplo, – como tratamos no primeiro Capítulo –, do litígio envolvendo posseiros e a Companhia Britânica *Brazi Land and Cattle Packing*

⁴²³ LEITÃO, Benedito. **Álbum de Campo Grande**. Campo Grande: Tipografia O Progressista, 1939, p.68

⁴²⁴ RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. **O Homem e a Terra**. Campo Grande: IHGMS, 1993. p.305

Company. Deste modo, as colônias acomodaram, no entorno da cidade, os desapropriados, assim como parte das levas de migrantes que chegavam pelos trilhos.

Além das demolições, desapropriações e construções promovidas pela Intendência e que “transformavam” o espaço em Campo Grande, destacamos que o Código de 1921, assim com seu antecessor, pretendia modificar os costumes e comportamentos dos moradores. Era necessário incutir nos cidadãos, especialmente nos populares, novos modos de viver e conviver, mais adequados à cidade que se modernizava. Para tanto, foram criadas, ou aprimoradas a partir das Posturas de 1905, ordens e proibições que atingiam diretamente os hábitos, o convívio, os modos de lazer e de sobrevivência dos habitantes.

Enquanto o primeiro Código objetivava instituir um ordenamento nas práticas espaciais da cidade, as Posturas de 1921 iam além e pretendiam consolidar na cidade os preceitos de urbanidade em voga nos principais centros do país no início do século XX: alinhamento reto, cuidados especiais com a salubridade, institucionalização e operacionalização do comportamento higiênico e do espaço produtivo. A política, em sintonia com o governo republicano, atendia aos anseios das elites brasileiras, para as quais

os rebeldes, os imigrantes, os trabalhadores que resistiam ou se opunham eram classificados como incapazes e ignorantes, pois não sabiam reconhecer “os benefícios da civilização”. Eram, conseqüentemente, bárbaros e, quando se manifestavam, perigosos. “A questão social é uma questão de polícia” (...). Em outras palavras, na medida em que havia resistência ao projeto e que as “classes perigosas” demonstravam muito bem saber que determinados “benefícios da civilização” não eram para todos, a política foi a repressão.⁴²⁵

Algumas das normatizações estavam reunidas no título *Da Polícia Administrativa*, dividido em dois capítulos. O primeiro tratava *Dos costumes públicos e medidas de segurança*; o segundo, *Dos divertimentos públicos*. Para

⁴²⁵ NETO, José Miguel Arias. **Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização**. In: DELGADO, Lucilla de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. p. 227

fiscalizar, foi criada a Polícia Administrativa, composta por funcionários da Intendência cuja atribuição era observar o cumprimento das Posturas, emitir multas e intimações. Para as detenções previstas pelo Código, a Polícia Civil era acionada.

Nos dois capítulos, várias normativas regulamentadas na lei de 1905 são reforçadas: aferição e regulação das balanças, padronização de pesos e medidas, proibição de falar e escrever obscenidades em espaço público e estabelecimento de regras de higiene para bares e restaurantes.

No entanto, a cidade crescia vertiginosamente, em virtude da construção da ferrovia. . Com os migrantes chegavam novos problemas. Questões como a prática esportiva, a mendicância, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas e os jogos de azar passaram a ser regulamentadas.

Os esforços para construir uma nova cidade, habitada por pessoas com novos comportamentos, passou pela regulamentação das atividades esportivas, especialmente do futebol. Pelo Código de 1921, especialmente no artigo 304º, estavam proibidos, sob pena de multa de cinquenta mil réis, os jogos de “futebol com bolas ou qualquer espécie nas ruas, praças, largos, logradouros e passeios, bem como quaisquer outros jogos ou divertimentos que pudessem embaraçar o trânsito, prejudicar os habitantes ou os prédios”.⁴²⁶

Informamos que, à época, a proibição da prática do futebol em vias públicas também ocorreu em outras cidades brasileiras, a exemplo de Salvador (BA). Henrique Sena dos Santos, em sua pesquisa de Mestrado, observou a classificação do esporte pelas elites soteropolitanas por meio da imprensa — “foot-ball de vadios”, — “foot-ball de vagabundos”, — “foot-ball nocivo” — e “foot-ball prejudicial” —, que tipificava os jogadores como — “moleques de rua”, — “desordeiros”, — “vadios” — e “peraltas”.⁴²⁷

A lei atingia, portanto, os setores populares da cidade que buscavam o futebol para o divertimento e o exercício do desporto, já que a elite campo-grandense reunia-se no clube social da cidade, o Rádio Clube (Imagens 40 e 41), ambiente privado para a prática de esportes, sugerido como mais

⁴²⁶ Código de Posturas de Campo Grande, 1921, 10º título - “**Da polícia administrativa**”. Art. 304º.

⁴²⁷ SANTOS, Henrique Sena dos. **"Pugnas Renhidas": futebol, cultura e sociedade em Salvador (1901 – 1924)**. Dissertação (Mestrado em História) Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). 2012

adequado pelas Posturas. Não por outra razão, com o tempo, Clubes populares, embora privados, foram aparecendo na cidade, evidenciando, mais uma vez, o caráter educativo da legislação municipal.



Imagem 40: Sede do Rádio Club em construção.
Década de 1920.
Fonte: ARCA



Imagem 41: Piscina do Rádio Club
Década de 1930
Fonte: MIS

O destaque para o futebol deve-se à difusão desse esporte entre os trabalhadores das cidades, já em fins do século XIX. Conforme Hobsbawm, o futebol tornou-se, à época, uma espécie de “religião leiga da classe operária”⁴²⁸ e, em curtíssimo espaço de tempo, de “toda a população trabalhadora do mundo”.⁴²⁹ Isso porque os trabalhadores encontraram no esporte as novas bases emocionais de coesão, identidade e solidariedade coletiva, substituindo as comunidades e os laços de parentesco que cada um deixou ao emigrar para as cidades. Mas a prática do futebol exigia espaço. Logo, o Código de Posturas de 1921, ao restringir ao clube o espaço do jogo – um ambiente fechado, vigiado e selecionado –, buscou controlar o cotidiano dos operários.

A mendicância, assim como o futebol, era prática nociva ao ambiente público. Sobre o tema, o artigo 319 estabeleceu: “É proibido mendigar pelas ruas e praças da cidade, povoações e estradas publicas do município, sem estar munido de atestado médico de invalidez e atestado de indigente passado pela autoridade policial e vistados pelo intendente (...). Os infratores

⁴²⁸ HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História operária.** São Paulo: Paz e Terra, 1987. p.262

⁴²⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Futebol, Metrôpoles e Desatinos.** *Revista USP* (Dossiê Futebol), São Paulo, n°22, jun/jul/ago de 1994. p.35

serão detidos e entregues a polícia”.⁴³⁰ Como no caso do futebol, a prática legal da mendicância não era proibida, mas tornava-se inviável diante da burocratização.

Por meio desse aparato legal, a Intendência buscava diferenciar os “mendigos” dos “andarilhos”, já que ambos passavam a compor a paisagem humana campo-grandense, especialmente após a chegada dos trilhos. Os mendigos eram considerados afeitos à violência: a ideia geral era a de que eles permaneciam na cidade até o ponto em que não conseguiam benefícios oriundos das esmolas, do roubo, da bebida e de pequenos favores. Os mendigos eram, normalmente, indivíduos conhecidos da população. Já os andarilhos eram classificados como seres anônimos que não permaneciam no lugar, embora, no imaginário social, eles representassem o medo, estimulado pela fantasia de figuras presentes em várias regiões do país, como a “cigana” ou o “homem do saco”⁴³¹, “aquele que vinha buscar crianças que eram desobedientes”.⁴³²

Deve-se registrar, entretanto, que as figuras do mendigo, do andarilho e inclusive a dos trabalhadores da urbe representavam, simultaneamente, o arcaico e o moderno. Os operários são necessários e bem vistos, desde que não ostentem comportamentos considerados incivilizados – como, aliás, tendiam a fazer na visão da elite que, por isso mesmo, tentava educá-los para viver na cidade, sem conscientizá-los das possibilidades políticas que de fato representavam em um regime republicano.⁴³³ Parece-nos que as reformas e as

⁴³⁰ Código de Posturas de Campo Grande, 1921, 10º título - “**Da polícia administrativa**”. art. 319º.

⁴³¹ Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, faz referência ao Homem do Saco que se alimentava de “fígado de menino”. FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1988. p. 368. Monteiro Lobato também faz referência ao Papa-Figo ou homem do saco: “Com seu saco cheio de brinquedos velhos e latas, lá vem o Papa-Figo, um sujeito sujo, barbudo e maltrapilho que está sempre rondando escolas, parques e jardins. Para atrair as crianças, oferece os brinquedos que traz no saco, mas depois devora o fígado dos pequeninos. Conhecido no sudeste do Brasil, também é chamado de homem do saco”. LOBATO, Monteiro. **Aventuras no Sítio do Pica-Pau Amarelo. Tia Anastácia e o Folclore**. São Paulo: Globo, 2003. p.18

⁴³² SANTOS, Eunice Ribeiro dos. **Fotojornalismo como fonte histórica: contribuições da comunicação para a produção historiográfica**. *Revista Tempo de Histórias*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 2011.p. 30

⁴³³ A ordenação do espaço é fruto dos antagonismos da sociedade capitalista. Logo, as construções de bairros operários surgiram como parte do processo de modernização urbana no Ocidente. Para o capitalismo, o operário é necessário, mas ao mesmo tempo “indesejável” pelo seu comportamento considerado “nocivo” à ordem social. Desde o século XIX, nas cidades que se industrializavam, buscou-se demarcar o espaço dos diversos agentes sociais que as

leis não impediram que os pedintes e os trabalhadores pobres, empurrados para zonas periféricas, circulassem pelo centro político-econômico do município e transformassem os espaços urbanos. Esses novos personagens urbanos, tidos aqui como os “efeitos colaterais” do progresso, reinventavam os sentidos da modernidade desejada, contrapondo-se aos belos edifícios, praças e jardins.⁴³⁴

Em relação ao combate promovido pela Intendência às práticas sociais “incômodas”, fazemos referência aos artigos 306 e 309 que regulamentavam, respectivamente, a venda de bebidas alcoólicas e a proibição dos jogos “maléficos” à sociedade. Os estabelecimentos comerciais ou clubes que vendessem “bebidas alcoólicas a pessoas embriagadas e/ou permitissem “os jogos de azar e parada”⁴³⁵ estavam sujeitos a pena de vinte mil réis e cassação das licenças. Ainda quanto à regulamentação da venda de bebidas, parece-nos que o Código buscava combater os consumidores que andavam de “bar em bar”, embriagados pelas ruas da cidade, “incomodando” os transeuntes; este comportamento era identificado nos populares, já que as senhoras e senhores respeitosaos “dos bons costumes” tinham a prática de tornar o bar um espaço privado no avançado das horas, exigindo do comerciante que fechasse o estabelecimento ao público e que os atendesse com exclusividade.

Em Campo Grande, o jogo contava com uma estrutura considerável na década de 1920. Segundo Ulisses Serra, na cidade

se podia jogar até a meia-noite, mas em verdade se jogava a noite toda e em grande parte do dia(...). O Líder e o Tênis eram excelentes clubes(...) com foros de cassino, dotado de

compunham, como nos informou Frederich Engels ao descrever as condições de vida do proletariado urbano nos bairros operários de Manchester, em 1845. ENGELS, Frederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985

⁴³⁴ Os indesejáveis, fruto dos “efeitos colaterais” do progresso serão tratados no quarto Capítulo desta Tese.

⁴³⁵ O termo “jogos de parada” é usado, em algumas regiões do país, para definir jogos que se utilizam do carteadado como o *Lansquenet* e o Bacará, ou de cartões numerados como a Víspera ou Bingo, como podemos constatar nos trabalhos de MAIA, Clarissa Nunes. **Policiaados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915**. Doutorado (Tese em História) Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2001; SANTOS, Roberto Carlos dos. **Urbanização, moral e bons costumes: Vertigens da Modernidade em Patos de Minas: 1900/1960**. Mestrado (Dissertação em História) Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia (UFU). 2002; SELBACH, Jeferson Francisco. **Mobilidade urbana nos códigos de posturas de São Luis/MA**. In: ALCÂNTARA JÚNIOR, José O.; SELBACH, Jeferson Francisco *Mobilidade Urbana em São Luis*, EdUFMA. 2009

salões, salas e alpendres e restaurantes, quase suntuoso, o Recreativo, dos irmãos Gazal, Miguel, Manuel e Nicola. Até durante o dia, da rua ouvia-se o tilintar das fichas de madrepérola, caras e vistosas, misturado à voz dos crupiês insaciáveis, que pediam jogo! Mais jogo!⁴³⁶

Ao que tudo indica, o combate ao jogo ocorreu em Campo Grande por campanha do governo estadual, uma vez que só “no primeiro período governamental do Dr. Mário Correia da Costa”, (governador de Mato Grosso de 1926 até 1930), “foi desencadeada uma forte campanha repressiva. Fecharam-se todas as casas de tavolagem”.⁴³⁷ Em relação ao governo federal, somente em 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril, assinado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, é que os jogos de azar passaram a ser proibidos em território nacional.

Dessa forma, combatiam-se os *habitus* “incivilizados” e “nocivos” à sociedade, comumente identificados nos grupos populares da cidade. Lembramos que tais características da perspectiva dos viajantes, como registrado no primeiro Capítulo desta Tese, foram detectadas nos mato-grossenses antes do processo de modernização em curso durante o século XX.

Entendemos que esse conjunto de leis e de reformas em Campo Grande, nas primeiras décadas do século XX, significou um processo dramático de transformação dos hábitos cotidianos dos indivíduos, atendendo a um projeto de reajustamento ou aburguesamento social, em sintonia com o regime republicano. A transformação do espaço público e do modo de vida e da mentalidade dos moradores, – não apenas em Campo Grande, mas também em outras cidades brasileiras –, atendeu, segundo Nicolau Sevcenko, ao analisar o caso da cidade do Rio de Janeiro, a

Quatro princípios fundamentais [que] regeram o transcurso dessa metamorfose, (...) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área

⁴³⁶ SERRA, Ulisses. **Camalotes e Guavirais**. op. cit. p.49

⁴³⁷ *Ibidem*, p.50

central da cidade, que será praticamente isolada para desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.⁴³⁸

Os Códigos de Posturas surgiram em Campo Grande como resultado de uma nova sociabilidade expressa em diversas ações das autoridades públicas, voltadas à remodelação do espaço urbano. Esse novo contexto político, marcado pelo fortalecimento do Estado republicano, seria o elemento principal a determinar a produção espacial e social do lugar. É bem verdade que as mudanças dos costumes e valores culturalmente enraizados foram lentas e parciais, obviamente definidas pelo tempo e pela História.⁴³⁹ Entretanto, devemos levar em conta que, através das leis, as elites buscam

(...) organiza(r), classifica(r) e coleciona(r) os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e a micropolítica familiar dos grupos que estiverem mais envolvidos em sua formulação. Funciona portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final.⁴⁴⁰

Em Campo Grande, a gestão da urbanização foi instrumentalizada pelo Código de 1921 e norteada por uma cultura política marcada pela demolição do “velho”, “feio” e “sujo” e a construção ou substituição pelo “novo”, “belo” e “higiênico”. Os Intendentes doutores objetivaram não apenas definir os espaços sociais, mas consolidar uma identidade progressista para a cidade, suficientemente capaz de diferenciar-se do norte de Mato Grosso, em especial de Cuiabá, considerado “inóspito”, “atrasado” e “violento”. Essas representações estão presentes no Álbum de Campo Grande de 1939, concebido como uma homenagem à cidade e à sua elite. Esse discurso celebrativo é tema do próximo Capítulo.

⁴³⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁴³⁹ THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁴⁰ ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. op. cit, p.13

CAPÍTULO 4

Imagens do progresso: o Álbum de Campo Grande de 1939



Imagem 42: Foto panorâmica da esplanada de Campo Grande (Cartão postal – 1940). Arquivado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo: Filinto Müller (FM)

Diante do processo de modernização de Campo Grande, nas primeiras décadas do século XX, a elite local empenhou-se em veicular imagens positivas da cidade como sendo um centro urbano moderno, economicamente dinâmico e culturalmente efervescente; em resumo, "civilizado". Neste contexto, foi produzido o *Álbum de Campo Grande de 1939*. Compreendido como instrumento publicitário, foi financiado pela elite ligada ao Dr. Vespasiano Martins; em suas páginas, foram exaltados o progresso citadino, os feitos de seus dirigentes e o protagonismo dos "homens de negócio". Essa celebração afirmou um imaginário tão positivo do sul de Mato Grosso, especialmente de Campo Grande, que se tornou a base do argumento discursivo do divisionismo do antigo Mato Grosso uno, em 1977.

4.1. Questões de memória e identidade: afirmação da elite política sulista

Para Edward Palmer Thompson, a memória é responsável pela "transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade".⁴⁴¹ Os símbolos, monumentos e patrimônios são "santuários da memória"; funcionam como depositários de histórias de instituições e vidas, fomentando um sentimento de unidade, elemento indispensável para toda e qualquer comunidade. Só é possível que os indivíduos se identifiquem com o ambiente e o com o outro através da memória.

Todavia, chamamos a atenção para o fato de que toda memória é seletiva. Conforme Michel Pollack, os enquadramentos, esquecimentos e silêncios fazem parte da produção da memória.⁴⁴² Tal interpretação está em sintonia com o pensamento de Maurice Halbwachs, para o qual a memória não é uma reprodução fiel do passado, mas uma reconstrução continuamente atualizada, assim como as identidades, que são frutos de construções sociais, não naturais.⁴⁴³

⁴⁴¹ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. p.18

⁴⁴² POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, a. 5, n. 10, 1992

⁴⁴³ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Nesse sentido, parece-nos que o *Álbum de Campo Grande de 1939* foi uma tentativa de forjar uma identidade para a cidade, por meio da memória calcada no discurso da predestinação ao progresso.

O *Álbum* foi assinado pelo jornalista Benedito Leitão, à época gerente do jornal “O Progressista”. Na primeira página, explicitava-se o objetivo da publicação, como “uma propaganda deste futuroso município”, e acrescentava-se:

Tudo que diz respeito à fundação e ao desenvolvimento espantoso de nossa futura cidade, jóia do sul deste portento do Brasil: Mato-Grosso. Vai ver e apreciar bem retratadas as múltiplas atividades urbanísticas, bem como as pessoas que têm concorrido para nossa riqueza e as que integram nosso meio social. Vai o leitor indagador verificar, através destas despreziosas páginas, que tanto trabalho deram, a nossa indústria em todos os aspectos, o nosso comércio que é dos melhores do Estado. Vai capacitar-se o estudioso de outras plagas o que temos feito e o de que somos capazes ainda. (...) Servirá contudo para mostrar lá fóra, o dinamismo dos campograndenses e dos que aqui se fixaram para engrandecer a cidade, o Estado e a Pátria.⁴⁴⁴

No *Álbum*, são constantes as referências ao futuro e ao progresso de Campo Grande, palavras tratadas como sinônimos. Entretanto, antes de avançarmos numa análise de conteúdo, é necessário apontarmos o contexto em que a obra surgiu.

O periódico “O Progressista”, responsável pela edição do *Álbum*, foi fundado em 1921 pelo Dr. Vespasiano Barbosa Martins, intendente de Campo Grande em 1918 e prefeito nomeado entre 1931-1932, 1934-1935 e 1941-1942. O jornal teve, ainda, como redator-chefe, o Dr. Demóstenes Martins, prefeito entre 1942 e 1945; e como diretor, o Dr. Nicolau Fragelli, deputado estadual e da Constituinte estadual em 1934. Vespasiano, Demóstenes e Fragelli foram políticos influentes no sul de Mato Grosso durante a Era Vargas. Seus nomes, especialmente o de Vespasiano Martins, seriam celebrados, por ocasião da divisão do Estado de Mato Grosso em 1977, nos discursos, livros didáticos, ruas, praças, escolas e até mesmo no Hino de Mato Grosso do Sul:

⁴⁴⁴ LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op. cit. p. 01

“Vespasiano (...) Glória e tradição!”⁴⁴⁵ Tal fato corrobora com a tese de que os editores do *Álbum* eram pessoas que ambicionavam a separação, mas que, diante da impossibilidade de fazê-lo, conformaram-se com a mudança da capital, de Cuiabá para Campo Grande.

Durante os anos de 1930, surgiram manifestações divisionistas por parte da elite sulista, majoritariamente campo-grandense, reivindicando a criação de um novo estado ou a transferência da capital para Campo Grande. Esses movimentos calcavam seus discursos em uma legitimação histórica, buscando os germes do separatismo nas disputas intra-elites mato-grossenses, que ocorreram do final do século XIX e início do XX.⁴⁴⁶ Ou seja, a divisão de Mato Grosso era apresentada como um desejo antigo dos moradores do sul. Lembra-nos Roger Chartier que os “discursos não são neutros”: são parte das estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, com vistas à legitimação de projetos ou à justificativa de condutas.⁴⁴⁷

Em 1930, a elite política sulista apoiou a campanha da Aliança Liberal, que apresentou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, ao passo que as lideranças do Norte permaneceram alinhadas à candidatura oficial de Júlio Prestes. De igual modo, registrou-se que, em Mato Grosso, a porção sul apoiou o movimento armado conhecido como “Revolução de 30” – o que, supostamente, resultaria em maior atenção por parte dos revolucionários vitoriosos em nível nacional aos sulistas mato-grossenses, o que de fato não aconteceu. O Governo Provisório de Getúlio Vargas nomeou o nortista Antônio Mena Gonçalves como interventor de Mato Grosso, desagradando a elite política do sul de Mato Grosso.

Segundo o advogado e político Demóstenes Martins, formou-se em Campo Grande uma comissão de “revolucionários” para expor ao presidente da República os “problemas e as necessidades sulistas, contudo foram ouvidos com indiferença os reclamos apresentados”.⁴⁴⁸ Os políticos do sul não tiveram

⁴⁴⁵ **Hino de Mato Grosso do Sul**. Autor da letra: Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes. Autor da música: Radamés Gnatalli. 1977

⁴⁴⁶ Esses discursos divisionistas afirmavam que, desde 1892 – com a proposta de criação da República Transatlântica de Mato Grosso –, havia por parte do sul de Mato Grosso o desejo separatista.

⁴⁴⁷ CHARTIER, Roger. **A História Cultural - Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990, p.17.

⁴⁴⁸ MARTINS, Demóstenes. **Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município**. op. cit. p.48

a receptividade esperada e viram a situação se agravar quando o interventor foi ao sul do Estado e mandou prender seus opositores, com a alegação de que eles eram oposição ao governo Vargas. Segundo Maria Neves, “houve um movimento popular para tirar os presos da cadeia (...) daí por diante, esse pessoal todo ficou contra o Getúlio”.⁴⁴⁹

Entre os detidos, estavam o ex-intendente de Campo Grande (1921-23), Dr. Arlindo de Andrade, e o Dr. Eduardo Olímpio Machado, prefeito da cidade no ano da publicação do *Álbum*. Desta feita, a elite sulista rompeu com Vargas e aderiu, dois anos mais tarde, ao movimento paulista de 1932.

A Revolução Constitucionalista de 1932 apareceu como oportunidade para as lideranças sulistas obterem maior afirmação no cenário político regional. Para Demóstenes Martins, “a Revolução de 32 teve aqui (sul de Mato Grosso), fora das raias de Piratininga, a sua única e real adesão”.⁴⁵⁰

De modo geral, a elite sulista apoiou São Paulo na Revolução Constitucionalista com a certeza de que os paulistas venceriam a contenda e, em troca, garantiriam a eles vantagens administrativas. Existem duas teses sobre o que seriam essas vantagens, que foram defendidas por dois grupos distintos: os que defendiam a separação do Estado de Mato Grosso em duas unidades administrativas distintas e os que acreditavam que bastava, apenas, a transferência da capital do norte para o sul do Estado.

A primeira tese foi defendida por memorialistas como Hildebrando Campestrini, Acyr Vaz Guimarães⁴⁵¹ e Nelly Martins⁴⁵², para os quais, durante o período revolucionário, ocorreu a “primeira divisão” do Estado, tendo existido formalmente, na porção sul de Mato Grosso, uma nova unidade federativa, o chamado “Estado de Maracaju”, tendo Campo Grande como capital e Vespasiano Martins como governador. Como informou Nelly Martins, filha de Vespasiano Martins:

⁴⁴⁹ NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Leões e raposas na política de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Ed. Mariela. 2001. p. 59

⁴⁵⁰ MARTINS, Demóstenes. **Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município**. op. cit. p. 50

⁴⁵¹ CAMPESTRINI, Hildebrando. GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, 5ª edição, 2002.

⁴⁵² MARTINS, Nelly. **Vespasiano, meu pai**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

Mato Grosso se divide em duas áreas: a do norte, aliada ao governo imposto pelas armas, 1930, e a do sul, único estado que se une a São Paulo nessa peleja. [...] Mato Grosso do Sul chamou-se, então, Estado de Maracaju, tendo como sede de governo Campo Grande. Vespasiano, que empunha a bandeira da Revolução do Estado que nasce, recebe, naturalmente, a incumbência de governá-lo. [...] No prédio da Loja Maçônica, na Avenida Calógeras, instala-se em solenidade entusiástica, mas simples, o novo governo em 10 de julho de 1932.⁴⁵³

A segunda tese, a da tentativa de transferência da capital para o sul do Estado, nos parece mais plausível. Segundo a historiadora Marisa Bittar, durante o episódio de 1932, a elite sulista não vislumbrava necessariamente a separação do sul; mas, sim, que Campo Grande se tornasse a nova capital de Mato Grosso, caso fosse vitorioso o movimento paulista de 1932. Ainda segundo a autora, não existem documentos que confirmem a hipótese da separação em 1932.⁴⁵⁴

Malograda a Revolução Constitucionalista, Vespasiano Martins e demais representantes sulistas buscaram exílio no Paraguai. À derrota militar, seguiu-se, para os sulistas, o insucesso de suas petições tanto ao Governo Provisório pós-30 como à Constituinte de 1934. Posteriormente, o advento do Estado Novo (1937-1945) arrefeceria quaisquer pretensões divisionistas, em nome da “unidade nacional”.

Em consonância com as pesquisas de Bittar, Neves e Queiroz, as referidas desigualdades entre as representações políticas do sul e do norte começaram a ser dirimidas ainda durante o período estadonovista.⁴⁵⁵ Mesmo diante das derrotas sofridas em 1932, as elites sulistas não deixaram de se integrar à estrutura de poder estatal. Exemplo disso foi o próprio Vespasiano Martins, que retornou de seu exílio no Paraguai – amparado pela anistia – em 1933, sendo nomeado prefeito de Campo Grande em 1934.

⁴⁵³ MARTINS, Nelly. **Vespasiano, meu pai**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989. p. 60

⁴⁵⁴ BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído** op. cit. p. 173

⁴⁵⁵ BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído** op. cit.; NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Leões e raposas na política de Mato Grosso**; op. cit. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: Um breve ensaio**. Maringá (PR) Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

Maria Neves assinala que o pós-30 operou transformações nas formas de comportamento das elites políticas em Mato Grosso, com a ascensão das elites urbanas de feição liberal e, principalmente, burocrática – resultado do fortalecimento da máquina estatal, que passou a incorporar também os estratos médios da sociedade. Como efeito dessas mudanças, houve a transposição do “conteúdo coronelista” para um “conteúdo clientelista” no campo político. Mesmo não ocorrendo de fato a contestação ao poder oligárquico, “o clientelismo reforçou velhos sistemas municipais sob controle dos ‘chefes políticos’”.⁴⁵⁶ Ou seja, em Mato Grosso, o poder político que até 1930 – e especialmente após o advento do Estado Novo – era exercido pelo típico coronel guerreiro-rural passou a ser desempenhado também por lideranças de estratos urbano-burocráticos-liberais.

Em Mato Grosso, essa nova configuração, de “dominação via política de clientela”, foi personificada por Filinto Müller, no norte, e por Vespasiano Martins, no sul. Ainda segundo Maria Neves, Vespasiano Martins manteve-se, durante o regime estadonovista, como o “vice-rei do sul (...) região, da qual detinha pacífica liderança política”.⁴⁵⁷ Ao que tudo indica, Filinto Müller e Vespasiano Martins, ao invés de se antagonizarem, promoveram entre si um arranjo de poderes no espaço político-regional, como esclarece o depoimento do líder sulista Demóstenes Martins: “houve um acordo sim: todas as nomeações no norte, fazia o Filinto e no sul, o Vespasiano. Era uma divisão de poder”.⁴⁵⁸

Parece-nos que o projeto da elite sulista, no decorrer da década de 1930, continuava sendo o de conquistar a hegemonia, mas com uma nova estratégia: pela via do processo partidário-eleitoral, sem rupturas traumáticas como as experienciadas nas “revoluções” de 1930 e 1932. Tudo leva a crer que essa elite não estava disposta a arriscar as posições já alcançadas. Os sulistas, favorecidos em boa medida pelo jogo político vigente, marcado pelos arranjos de poder, assumem, juntamente com os “nortistas”, a defesa da

⁴⁵⁶ NEVES, Maria Manuela R. de Novis. **Leões e raposas na política de Mato Grosso**. op. cit. p. 108

⁴⁵⁷ NEVES, Maria Manuela R. de Novis. **Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)**. Rio de Janeiro: Luperj, 1988.p.126

⁴⁵⁸ NEVES, Maria Manuela R. de Novis. **Relatos políticos. (entrevistas: memória divisionista – MT)**. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001 p. 110

estabilidade desse sistema político e, conseqüentemente, a recusa de posturas mais radicais.

Tratava-se, portanto, de uma estratégia que objetivava a mudança do eixo do comando político do Estado, do norte para o sul, sem confronto direto entre as facções regionais, uma vez que os resultados eram imprevisíveis. Deste modo, o enfrentamento eleitoral requeria uma racionalidade que levasse em consideração os aspectos regionalistas. Um dos pontos dessa racionalidade ficou evidente, por parte da elite política sulista: a produção de uma imagem positiva do sul de Mato Grosso. Essa representação buscava criar uma identidade para os sulistas, sem, contudo abandonar a identidade mato-grossense. Em outras palavras, os sulistas não recusavam que eram mato-grossenses, mas reforçavam a distinção de que eram do sul. Nesse contexto, o *Álbum de Campo Grande* surgiu como esforço da criação de uma identidade para o sul de Mato Grosso e, especificamente, para o campo-grandense.

O *Álbum* serviu como propaganda do sul, de Campo Grande, de propaganda política da elite progressista sulista e de promoção do próprio Vespasiano Martins.

Pode-se afirmar que, em linhas gerais, essa obra seguiu critérios e intenções semelhantes aos do *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, de 1914 – que, segundo a tese de Osvaldo Zorzato, objetivou a “construção de um imaginário buscando estabelecer laços identitários e afastar estereótipos elaborados externamente, que em geral enfatizam aspectos negativos sobre a gente e o meio mato-grossense”.⁴⁵⁹ Porém, ao contrário de seu congênere – uma alentada obra de 502 páginas em tamanho 30 x 40 cm, pesando 4,5 kg, e por isso mesmo considerada de difícil manuseio –, o *Álbum de Campo Grande* parecia pretender, para si, a praticidade de um guia geral da cidade, breve e sucinto, de modo a ser apreciado e lido no decorrer de uma viagem.

Mesmo mais sucinto, o documento era rico em imagens que estavam divididas, de maneira geral, segundo os seguintes eixos temáticos: paisagens naturais, remetendo às áreas do entorno da cidade; construções, com

⁴⁵⁹ ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese (Doutorado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 1998. p. 13.

destaque para a edificação de novos prédios, casas, pontes; atividades econômicas, ressaltando a pecuária, a agricultura, o comércio e a indústria local; vias de comunicação e meios de transportes, evidenciando a modernização das ruas, a presença do transporte individual e coletivo; vida social e cultural, com ênfase para cenas de famílias, bailes, clubes, cinemas, escolas, ambientes de trabalho, esportes, piqueniques etc; personalidades, enfocando indivíduos dos mais diversos segmentos sociais, mas com especial reverência às autoridades civis e militares, empresários e personagens ligados aos segmentos sociais emergentes – como funcionários públicos e profissionais liberais, advogados, médicos e engenheiros.

Com a publicação, as elites campo-grandenses procuraram formular um guia de apresentações produzindo mecanismos para “controlar, censurar, organizar, recortar, distribuir, ordenar e repartir em níveis as suas atividades e perspectivas de progresso”.⁴⁶⁰ De acordo com Michel Foucault, os discursos do saber/poder “introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis”.⁴⁶¹

O *Álbum de Campo Grande*, entendido enquanto prática discursiva, “modos de pensar”, ou ainda, “modos de representações”, foi utilizado pela elite local para idealizar o mundo e sua própria existência, como também para pensar o existir de outros indivíduos e grupos. Como observou Edward Said, a construção da identidade oficial tem como objetivo consolidar representações que “adquirem no decorrer do tempo, um estatuto quase teológico, com heróis fundadores, idéias e valores queridos e acalentados, (...) com um efeito inestimável na vida política e cultura”.⁴⁶²

As transformações sociais no sul de Mato Grosso provocadas pela Noroeste do Brasil – especialmente no que tange à ampliação da entrada de investimentos externos, bem como a vinda de imigrantes – trouxeram à elite sulista a necessidade de construir um imaginário capaz de estabelecer laços identitários e, ao mesmo tempo, que negasse as avaliações negativas

⁴⁶⁰FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 12ª edição. São Paulo: Forense Universitária, 1986. p.7

⁴⁶¹FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. pp.8-9

⁴⁶²SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. op. cit. p.385

(apresentadas no primeiro capítulo desta Tese), que pesavam não somente sobre o sul, mas sobre os mato-grossenses de um modo geral – tidos como “indolentes”, com pouco ou nenhum “espírito empreendedor”, afeitos a hábitos rudes e arcaicos, marcados por atributos raciais considerados indesejáveis.

Após o prefácio de Benedito Leitão, o *Álbum de Campo Grande de 1939* – referido daqui para frente apenas como *Álbum* – apresenta um texto de abertura escrito pelo médico Peri Alves de Campos, sob o título “Do 1º Rancho à Locomotiva 44”, remetendo à temporalidade da fundação de Campo Grande na tarde de 21 de junho de 1872, por José Antônio Pereira, até a chegada da primeira locomotiva à cidade, em 28 de julho de 1914.⁴⁶³ A principal tese de Peri Alves de Campos era de que a cidade estava caminhando para o progresso, mesmo diante do abandono do Governo Estadual.

Os elementos textuais eleitos por Peri Alves na construção de sua narrativa para caracterizar Campo Grande como produto do “progresso” foram a “predestinação” e o “pioneirismo”. A articulação entre esses dois elementos está presente desde o primeiro parágrafo, que explica a fundação da cidade, em razão do empreendedorismo de José Antônio Pereira, e a riqueza dos “campos sulinos de Mato Grosso”.

Diante dos atributos naturais, em 1886, o pequeno vilarejo transformou-se em “centro de boiadeiros e mascates”, atraindo “forasteiros (...) em busca de aventuras.” Naquela época, “cada posseiro demarcava, com seu prestígio e o de suas armas, os lindes de seus terreiros e os das fazendas”.⁴⁶⁴ O simbolismo do uso de armas, como demonstração de poder ou garantia da propriedade, caracterizava um lugar onde os conflitos eram comumente resolvidos pelo viés da violência, e não da mediação da justiça. Tal prática, resultado da parca presença do Estado, depunha contra a civilidade almejada. O estigma da violência, se não sanado, ao menos teria sido amenizado com a chegada do primeiro juiz à cidade, Dr. Arlindo de Andrade Gomes (intendente entre 1921-1923), em maio de 1911. O cronista Paulo Coelho Machado narrou a recepção organizada pela elite política campo-grandense ao novo juiz:

⁴⁶³ LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op. cit. p.3

⁴⁶⁴ *ibidem*, p.4

À noite, porém foi-lhe anunciada a visita de boas-vindas de uma comissão de habitantes da vila, (...) O intendente Antônio Norberto de Oliveira, o Coronel José Alves Quito, Francisco Pereira Lima, Enoque Vieira de Almeida, José Santiago, Bernardo Franco Bais, o suplente juiz José Paes de Faria, o professor Tobias Santana foram introduzidos e apresentados ao juiz pelo anfitrião e presidente da Câmara, Amando de Oliveira.

Para surpresa do novo magistrado, cada visitante trazia à cinta dois revólveres e a cartucheira apinhadas de balas. Desconcertado com cena, fez sentir o juiz que estranhava tal exibição de armas, ainda mais numa visita a uma autoridade judiciária.

Respondeu-lhe o presidente da Câmara, que chefiava a comissão: “Doutor Juiz, nós vimos trazer a V. Exa. a prova de que a Justiça será defendida”. Neste lugar, conhecem-se os homens pelas armas que conduzem. Ao magistrado restou agradecer a prova de solidariedade dos prestantes cidadãos e comentou depois com seu amigo: “Vou aprender muita coisa nesta terra, meu caro Machado⁴⁶⁵, ⁴⁶⁶”.

Esse acontecimento poderia ser compreendido como um episódio intrínseco ao coronelismo brasileiro durante a República Velha, concluindo, portanto, que se tratou de apenas uma ocorrência envolvendo os tradicionais “coronéis” nas práticas cotidianas de relações de poder. Soma-se, ainda, que o acontecido fora em Campo Grande, à época um vilarejo no interior do Brasil que, assim como outras localidades do “sertão”, era conhecido como “terra de coronéis”. Entretanto, nos parece que existem outras motivações que levaram um cronista, em 1939, e outro, em 1988, a rememorem a chegada do magistrado, em 1911. Antes de aprofundarmos a análise do episódio, chamamos a atenção para as proximidades discursivas, no que tange às ideias de “predestinação ao progresso” contidas nos escritos de Peri Alves, em 1939, e do cronista Paulo Coelho Machado na biografia *Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande*, publicada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 1988.

Para ambos os autores, ao construírem um histórico de Campo Grande desde sua fundação até o início da década de 1910, um dos obstáculos para o

⁴⁶⁵ O “meu caro Machado” trata-se do Dr. Eduardo Olimpio Machado, Intendente de Campo Grande no ano da publicação do Álbum (1939) e pai do cronista Paulo Coelho Machado.

⁴⁶⁶ MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988.p. 15

progresso da cidade foi a questão da legalidade – ou, especificamente, a presença ou ausência do poder público na localidade. O problema foi identificado desde os primórdios da fundação da vila, que permaneceu por “17 anos sem existência legal, completamente ignorado pelo poder público”; somente em 1889 foi criado o distrito de paz.⁴⁶⁷

Segundo Peri Alves, para o povoado que “tão velozmente progredira,”⁴⁶⁸ tornavam-se consensuais as preocupações com o aspecto legal da comunidade, especialmente as apreensões com as questões judiciais relacionadas à posse da terra, ao passo que os campo-grandenses, já em 1893, reivindicavam junto à administração estadual que fosse incorporada a freguesia de Campo Grande ao termo de Miranda ao invés do de Nioaque, por ser mais próximo.

Tanto Peri Alves, no *Álbum*, como Paulo C. Machado, no livro, fizeram uso da noção cronológica para narrar a “saga” campo-grandense, até sua elevação à categoria de Comarca, no ano de 1911, ficando explícito nas narrativas que a “comunidade estava fadada a um grande destino.”⁴⁶⁹ A presença do poder público, da autoridade judiciária, foi ostentada como parâmetro de progresso.

Nesse momento, indaga-se: por que a presença de um juiz seria tão importante? Inicialmente, pelo fato de se poder afirmar que, ao contar com o magistrado, Campo Grande não era mais uma “terra sem lei”, ou onde a única lei a ser seguida era a “Lei do 44”, ou seja, a do “calibre 44”. A cidade – que crescia com “boiadeiros e mascates movimentando as ruas e pousos”⁴⁷⁰ e com o comércio, que se tornava cada vez mais intenso – teve, “em contrapartida, o aumento da criminalidade e das disputas judiciais em uma terra inteiramente negligenciada pelos poderes públicos”.⁴⁷¹ Aparentemente, a ausência de um juiz de direito suscitava a criminalidade na cidade. As contendas pela posse da terra eram apresentadas como o catalisador da violência naquela região, mesmo em suas origens, ainda no século XIX, quando não existia mais do que

⁴⁶⁷ MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. op. cit. p. 11

⁴⁶⁸ LEITÃO, Benedito. **Álbum de Campo Grande**. op. cit. p.4

⁴⁶⁹ MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. op. cit. p. 13

⁴⁷⁰ LEITÃO, Benedito. **Álbum de Campo Grande**. op. cit. p.6

⁴⁷¹ MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. op. cit. p.14

algumas centenas de habitantes. Exemplo dessas disputas foi apresentado em cartas, como a escrita pelo antigo residente de Campo Grande, João Honório, ao seu irmão Joaquim, transcrita no *Álbum* e na obra de Paulo Coelho Machado:⁴⁷²

(...) Quando eles [os moradores] têm notícias que vem um mudanceiro [novo morador] é mais um rego que manda abrir a 4 ou 5 léguas de suas moradas, onde há probabilidade duma morada, afim de não entrar ali mais ninguém (...) deixam a água correr fora do canal primitivo numas dez braças e deixa lá banhando os campos, já é senhor e possuidor daquele lugar e suas imediações e se o mudanceiro disser que pretende aquele lugar **prometem chumbo e outras coisas redonda**. (Grifo Nosso)⁴⁷³

O relato indica que o costume era tomar posse de uma área alterando o curso das águas, sinalizando aos vizinhos os limites da propriedade, defendida – caso necessário – a “chumbo e outras coisas redonda”. Em outra carta, datada de junho de 1886, informava que as melhores terras na região de Campo Grande estavam ocupadas: “Hoje, desenganei-me que não podemos ser morador de Campo Grande, não achei fazenda que me satisfizesse, as melhores já estão tomadas (...)”⁴⁷⁴

Paulo C. Machado e Peri Alves, ao demonstrarem o progresso de Campo Grande com a vinda do magistrado, revelam-nos que a posse da terra era determinante na conduta dos habitantes. Tal questão envolvia não apenas os posseiros, mas todos os moradores da cidade, que estavam, de alguma forma, ligados à pecuária, principal atividade econômica da região.⁴⁷⁵ Uma vez ocupadas, as propriedades mantinham-se a partir do “poder social” de cada fazendeiro ou grupo familiar.⁴⁷⁶

⁴⁷² Peri Alves indica que as cartas estariam arquivadas na Biblioteca Pública de Campo Grande. No entanto, as mesmas não foram localizadas. Também não foi possível aferir se Paulo Coelho Machado transcreveu os documentos dos originais ou reproduziu do próprio *Álbum*.

⁴⁷³ Em LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op. cit. p.6; Em MACHADO, Paulo Coelho. *Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande*. op. cit. p.16

⁴⁷⁴ Em LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op. cit. p.3; Em MACHADO, Paulo Coelho. *Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande*. op. cit. p.16

⁴⁷⁵ É constante no texto de Peri a associação do desenvolvimento citadino com a evolução nos preços do gado.

⁴⁷⁶ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização*. op. cit.

Destaca-se que a memória oficial compreendia a posse primitiva da terra como fruto dos “sacrifícios dos ancestrais”, sendo, portanto, garantia de pioneirismo e, ao mesmo tempo, elemento de distinção social por parte de seus proprietários e herdeiros:

Em Mato Grosso aos pioneiros não se deparou nenhum paraíso terreal. Tiveram que formá-lo com a sua coragem perseverante, suplantando todos os obstáculos que lhes contrariasse a marcha⁴⁷⁷.

A deficitária presença do Estado, na forma de exercício do monopólio da força – por meio de seus representantes e instituições –, permitia ações individuais na conservação do “poder social”, fundamentado no monopólio da terra. A rigor, os que chegaram antes – os “pioneiros” – tinham primazia na partilha do poder, sendo, portanto, essa a vantagem que estava em questão com a presença do juiz em Campo Grande. Embora ambos os cronistas afirmem que sempre existiu uma ânsia dos cidadãos com os aspectos legais, ela se tornou efetivamente concreta com o crescimento da cidade, impulsionado pela construção da ferrovia. A presença do magistrado colocou a elite fundiária campo-grandense diante de um possível dilema: por um lado, é pressionada pela ampliação das contendas pela terra, o que a obrigava a recorrer ao Estado como forma de legitimar e garantir suas posses ou seu poder social, haja vista que os procedimentos anteriores adotados, aparentemente, tornavam-se insuficientes; por outro lado, o aumento da presença do Estado acarretava uma cessão do “poder social” até então desfrutado.

O episódio da recepção ao juiz pelas “pessoas de bem” da cidade revela-nos uma situação de ambiguidade: ao mesmo tempo em que existiu uma postura “legalista” no estranhamento do magistrado à exibição das armas, houve uma compreensão, pelo mesmo, de que portá-las era algo “normal” e, às vezes, “necessário” na localidade, como afirmou Paulo C. Machado em outra passagem: “(...) não lhe faltou [ao juiz] ocasião de verificar, ao longo de sua

⁴⁷⁷ CORRÊA FILHO, Virgílio. **A Obra Oeste do Capitão Nelson Werneck Sodré**. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 2 : 97-108. Abril-Junho, 1943. p. 105.

vida no velho Mato Grosso, que as armas eram de fato necessárias em muitas circunstâncias.”⁴⁷⁸

O que se quer enfatizar é que o conflito estabelecido com a chegada do juiz foi decorrente daquilo que Norbert Elias conceituou como “processo civilizador”, ou, mais especificamente, da função desempenhada pela centralização do uso da violência nas mãos do príncipe, nesse caso, nas mãos da autoridade do Estado:

A organização monopolista da violência física geralmente não controla o indivíduo por ameaça direta. (...) a concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade, torna mais ou menos calculável o seu emprego e força os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão. Em outras palavras, isso impõe às pessoas um maior ou menor grau de autocontrole.⁴⁷⁹

Fazem-se necessárias algumas considerações para a utilização de Norbert Elias nessa análise. Primeiramente, Elias constituiu um estudo que compreendemos como sendo de “longuíssima duração”, ao examinar as transformações do comportamento humano a partir da Idade Média até o mundo moderno. Suas observações nos fornecem arquétipos comportamentais do homem contemporâneo que, segundo o autor, surgiram ainda no século XV. Essa transmutação está no surgimento do autocontrole como forma de conduta social, reprimindo as pulsões exteriores da animalidade humana, como a sexualidade e a violência.

(...) grande número de estudos contemporâneos sugere convincentemente que a estrutura do comportamento civilizado está estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estados. A questão, em outras palavras, transforma-se na seguinte: de que forma a sociedade extremamente descentralizada de princípios da Idade Média, na qual numerosos guerreiros de maior ou menor

⁴⁷⁸ MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. op.cit. p.16

⁴⁷⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização**. op.cit. 200-201

importância eram os autênticos governantes do território ocidental, veio a transformar-se em uma das sociedades internamente mais ou menos pacificadas, mas externamente belicosas, que chamamos de Estados? Que dinâmica de interdependência humana pressiona para a integração de áreas cada vez mais extensas sob um aparelho governamental relativamente estável e centralizado?⁴⁸⁰

Parece-nos que o que estava ocorrendo em Campo Grande, no início do século XX, era o processo de expansão do aparelho governamental para promover a “pacificação interna da sociedade”, por meio da monopolização da violência. O que se estabeleceu com a chegada do magistrado foi um confronto entre as duas formas, até então, de exercício desse monopólio. Se, num primeiro momento, os coronéis e suas armas são atributos do poder social exercido com poucos limites, posteriormente, a presença do juiz, ou seja, do Estado, passaria, em nome da lei e da ordem, a exercer a violência. Em outras palavras, a autoridade do juiz representava, claramente, os limites para o exercício do poder dos coronéis.

Uma vez estivesse o monopólio da força física passado a autoridades centrais, nem todos os homens fortes podiam se dar ao prazer do ataque físico. Isto passava neste instante a ser reservado àqueles poucos legitimados pela autoridade central (como, por exemplo, a polícia contra criminosos) e a números maiores apenas em tempos excepcionais de guerra ou revolução, na luta socialmente legitimada contra inimigos internos ou externos.⁴⁸¹

A afirmação da autoridade central diante dos poderes locais é um dos elementos da consolidação do estado-nação moderno. A rigor, a expansão da autoridade do Estado por todo o território significava o fim do poder individual. No Brasil, as teses sobre o coronelismo consideram como marco a Revolução de 1930, o processo de centralização do poder e as restrições dos privilégios individuais.

Peri Alves e Paulo Coelho Machado compreenderam como sinal de progresso a instalação da Comarca em Campo Grande. Entendemos que foi

⁴⁸⁰ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. op. cit. p.16

⁴⁸¹ *ibidem*, p.199

algo além, sendo parte do processo de ampliação da autoridade central ou do estado-nação moderno.

Ao que tudo indica, a redução do poder dos coronéis geraria um possível confronto entre o representante do Estado e a elite agrária, mas o que se operou foi a conciliação entre os grupos dominantes. Após um ano de magistrado, o Dr. Arlindo de Andrade renuncia ao cargo, em 1912, passando a exercer a advocacia, tornando-se uma referência na regularização da posse de terras.

Arlindo de Andrade deixou o cargo de juiz, mas não saiu de Campo Grande, cidade que já o havia conquistado. Resolveu se dedicar ao jornalismo, advocacia e política. Seu escritório logo ficou lotado de clientes devido à sua vasta cultura. (...) Nessa época começava a surgir um novo caminho na advocacia, do qual seu amigo Eduardo Olímpio Machado foi pioneiro: as divisões de terras.⁴⁸²

Paulo C. Machado nos informa que a renúncia à magistratura deu-se em virtude dos atritos entre o juiz Arlindo de Andrade e o chefe da Polícia, o tenente Constantino de Souza; nas palavras do escritor: “notando a ausência completa de garantias ao exercício de sua nobre função, que desejava exercer com rigor e decência, decidiu o Dr. Arlindo de Andrade demitir-se do cargo”.⁴⁸³ Não encontramos outros argumentos que justifiquem a tomada dessa decisão de Arlindo de Andrade. Entretanto, devemos considerar algumas hipóteses. A primeira é que, num espaço onde – mesmo com a modernização em curso – ainda eram comuns as querelas serem resolvidas com o uso de armas, é de se supor que o exercício da magistratura era uma profissão perigosa, sendo este um possível motivo para a renúncia do cargo. A segunda baseia-se no fato de que o advogado Arlindo de Andrade fez fortuna e transformou-se numa prestigiosa personalidade política, campo-grandense e sulista, tornando-se intendente em 1921.

⁴⁸² FILHO, Pêrsio de Andrade. **Arlindo de Andrade Gomes**. In: *Campo Grande: Personalidades históricas*. Campo Grande: IGHMS/ Editora Gráfica Universal. 2012. pp.57-58

⁴⁸³ MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. op.cit. p.19

Peri Alves, ao destacar a figura do juiz, buscava reforçar o anseio campo-grandense pela “modernização”. Assim como em sua crônica, é recorrente, nas páginas do *Álbum*, a propaganda de que se operavam na cidade a “civilização dos costumes”, o “refinamento das atitudes”, a “higienização e a estética do espaço”. Contudo, esses melhoramentos não recebiam o apoio necessário da administração estadual: “Fortes eram os desejos dos campograndenses de se constituírem em núcleos civilizados e de se tornarem úteis à Federação, a despeito do descaso dos poderes estaduais.”⁴⁸⁴ Ainda segundo Peri Alves, diante do descaso de Cuiabá, os cidadãos foram levados, “desde sempre”, a exercer o protagonismo em medidas que promovessem o “progresso moral” de Campo Grande.

O Povoado de 95 e 96 almejava instruir-se, civilizar-se. Buscava educar as crianças iniciando-as nas primeiras letras. Dada a inexistência de professor público – sendo os vencimentos que o governo autoriza insuficientes – resolveram, uns por terem seus filhos, outros por terem parentes ou orfãos a quem lhes coube o dever sagrado de educá-los, por cotas mensais, a que 25 cidadãos anuíram, manter o professor riograndense José Rodrigues Benfica.⁴⁸⁵

É possível compreendermos o argumento de Peri Alves de Campos como uma narrativa que busca, no passado, elementos que demonstrem a identidade progressista dos sulistas, sobretudo a dos campo-grandenses. Eric Hobsbawm nos lembra que o sentido do passado é construído “como uma continuidade coletiva de experiências que visam fornecer a sensação de pertencer a uma tradição antiquíssima”, permitindo “satisfação emocional”.⁴⁸⁶ Ou seja, em 1939, em pleno Estado Novo, o *Álbum* buscava elaborar uma identidade local, destacando elementos como o “pioneirismo” de pessoas “de boa origem” que eram “amantes do progresso”.

Embora a tônica positiva do *Álbum* enalteça o município de Campo Grande, não foi possível deixar de registrar a presença da população mais

⁴⁸⁴ LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op. cit. p.6

⁴⁸⁵ ibidem. p.5

⁴⁸⁶ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 32-33

desfavorecida economicamente e a prática de mendicância na cidade, elementos apontados como efeitos colaterais da modernidade.

4.2. Questões de memória e identidade: o discurso de Campo Grande Moderno

No sul de Mato Grosso, a ferrovia provocou rearticulações das relações capitalistas, deslocando o eixo comercial da Bacia Platina para o Estado de São Paulo. As mudanças econômicas corresponderam a (re)arranjos políticos, iniciados ainda nos anos de 1910, quando a região passou a receber mais investimentos externos, bem como imigrantes.

Partindo desse contexto, já na década de 1930, os memorialistas se empenharam na construção de um imaginário, presente também no *Álbum*, que estabelecesse laços identitários entre os “pioneiros da terra” e os “pioneiros do progresso” que chegaram com os trilhos. Essa ordem discursiva tinha triplo enfoque: primeiro, construir a identidade do sul progressista em detrimento do norte, atrasado; segundo, denunciar o histórico descaso com que os governantes nortistas tratavam os “conterrâneos sulistas”; terceiro, legitimar a elite política sulista, que se formou na simbiose entre os bons “filhos adotivos”, como o pernambucano Dr. Arlindo de Andrade, o paulista Dr. Rosário Congro e o baiano Dr. Eduardo Olímpio Machado, e os bons “filhos da terra”, como o Dr. Vespasiano Martins, o Dr. Arnaldo de Figueiredo e o Dr. Fernando Correa da Costa.

Compreendemos o *Álbum* enquanto parte dos esforços para a constituição de uma identidade campo-grandense. É preciso atentar para o caráter político da obra, uma vez que a identidade não é “somente uma conquista, é também um instrumento e objetivo de poder”.⁴⁸⁷ O *Álbum* se notabilizou pelo impacto que teve na memória coletiva local, tanto que o discurso da celebração da cidade foi recuperado décadas mais tarde, por ocasião da efetiva separação do Estado em Mato Grosso e Mato Grosso do

⁴⁸⁷ LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: *Enciclopédia Einaudi-Memória e História* (vol.1.). Lisboa, 1984 p. 46.

Sul. Soma-se, ainda, o fato de que os moradores de Campo Grande, ainda hoje, reproduzem as características apontadas no *Álbum* sobre a cidade.

No momento da escritura do *Álbum*, significativos setores da sociedade local participaram, de forma planejada ou espontânea, dessa construção discursiva. Para os detentores de capital econômico e/ou cultural, em sua maioria não nativos de Campo Grande, bem como para os demais residentes recém-migrados, o *Álbum* representou a oportunidade de pertencimento e enraizamento social.

O desenvolvimento urbano das cidades brasileiras, durante as primeiras décadas do século XX, não passou despercebido das lentes dos fotógrafos, que colaboraram para criar e difundir um imaginário moderno através das imagens. A fotografia, ao lado do cinema, constituiu-se no instrumento tecnológico capaz de representar, visualmente, esse momento efêmero de *experienciação* da modernidade.

Como forma de construção de uma identidade progressista, a fotografia foi largamente utilizada no *Álbum* campo-grandense. O uso da imagem notabilizou-se enquanto recurso sofisticado e moderno para representar a “terra natal” dos “novos e antigos nativos”.

Em meio à densa teia de interesses econômicos e políticos, os álbuns comemorativos, compreendidos aqui enquanto bens simbólicos, são objetos interessantes por trazerem um conjunto de imagens fotográficas ordenadas em consonância com um determinado olhar, seja esse do autor, do editor, ou até mesmo do patrocinador, permitindo percepções e interpretações das intencionalidades, de acordo com os objetivos de seus produtores. As paisagens urbanas e rurais, os retratos de família e as imagens exóticas tornaram-se formas privilegiadas de veiculação de representações e ideias.⁴⁸⁸

No início do século XX, as imagens fotográficas foram mais difundidas entre os brasileiros. O retrato fotográfico era uma representação visual desejada, mas onerosa, sendo, portanto, acessível a poucos. Ao contrário, os cartões postais e os álbuns das cidades eram, quase sempre, distribuídos gratuitamente, muito em virtude de sua produção massiva e de seus conteúdos ideológicos.

⁴⁸⁸FABRIS, Annateresa. **A invenção da fotografia: repercussões sociais.** In: *Fotografia: usos e funções no século XIX.* São Paulo: Edusp, 1991, pp. 11-37.

A difusão das vistas urbanas, veiculadas em álbuns, foi amplamente utilizada como instrumento de propaganda das cidades brasileiras.⁴⁸⁹

Ao contrário de seus congêneres publicados na mesma época, como o *Porto Alegre Álbum*, de Pedro Carvalho (1931)⁴⁹⁰, ou o *Álbum de Goiânia* (1935)⁴⁹¹, que traziam como imagem de abertura vistas urbanas, o *Álbum de Campo Grande* tinha, como primeira imagem, um retrato de formato oval do Dr. Eduardo Olímpio Machado com a legenda: “O governador do município e sua obra”, reforçando o conteúdo político de legitimação da elite sulista (Imagem 43). Ainda nesse sentido, ao utilizar a expressão “governador”, ao invés de “prefeito”, revelava-se um “desejo político” de protagonismo – e de certa forma, de reforço da autonomia – de Campo Grande em relação à administração estadual.

Podemos considerar as edificações como uma das temáticas no conjunto de imagens do *Álbum*. Ao enfatizar os prédios, buscava-se ratificar o



Imagem 43: Dr. Eduardo Olímpio Machado
In: *Álbum de Campo Grande* – 1939 op.cit. p.2
Fonte: IHGMS.

desenvolvimento urbano de Campo Grande e o projeto de cidade moderna no qual estava empenhada a sua elite. Majoritariamente, eram paisagens tomadas de ruas, avenidas e esquinas sob “ponto de vista” diagonal, privilegiando a volumetria da estrutura arquitetônica, permitindo ao leitor a visualização de seu entorno, que consistia em apresentar quarteirões com pouca fragmentação⁴⁹² e com várias edificações alinhadas (Imagem 44). Também existem casos de

⁴⁸⁹ MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes**. Niterói: EDUFF, 2008.

⁴⁹⁰ CARVALHO, Pedro. **Porto Alegre Álbum**. Porto Alegre: A Noite, 1931.

⁴⁹¹ CUNHA NETO, O. **Álbum de Fotografias sobre o Planejamento e Construção da Cidade de Goiânia: edição comemorativa – 1935-1995**. Rio Verde (GO): Gráfica do Instituto de Assistência a Menores de Rio Verde, 1995.

⁴⁹² Ou seja, buscava-se anular na fotografia os terrenos vazios.

fotografias de vistas frontais que se restringiam a uma ou outra construção (Imagem 45).



Imagem 44: Estabelecimento da Ford. Fonte: Álbum de Campo Grande – 1939. op.cit. p.48 Arquivada no: IHGMS



Imagem 45: Frigorífico Otto Riester. Fonte: Álbum de Campo Grande – 1939. op.cit. p.62 Arquivada no: IHGMS

Também presentes no *Álbum*, a despeito das temáticas escolhidas, são os elementos móveis – as máquinas, como carros e ônibus, ou transeuntes –, cujo registro conferia maior dinamicidade à fotografia, apresentando uma cidade de feições modernizantes, conduzindo o olhar do leitor a um imaginário de espaço em constante movimento. As tomadas dessas imagens são carregadas de um ideário do moderno, cuja pretensão era apresentar Campo Grande com a mesma fisionomia das maiores capitais do mundo – com edifícios, calçamento, iluminação elétrica e transporte público –, a exemplo da foto “Campo-Grande Moderno”,⁴⁹³ que comparava a cidade a Paris, Moscou, Barcelona, Rio de Janeiro e São Paulo (Imagem 46). Junto aos retratos havia legendas, que funcionavam como um convite à visita, valorizando as características concernentes ao ideário de uma urbe bela, moderna e higiênica.

⁴⁹³ Legenda da foto Campo-Grande Moderno: “Será um “boulevard”, uma “perspectiva” ou uma “rambla”, de Paris, Moscou ou de Barcelona? Uma vista das majestosas avenidas do Rio ou de S. Paulo? Não! É um trecho da rua D. Aquino, a artéria dos elegantes edifícios de Campo-Grande.



Imagem 46: Rua Don Aquino. Fonte: Álbum de Campo Grande – 1939. op.cit. p.114
Arquivado no: IHGMS

Cada vez mais “equipada”, a cidade contava com melhoramentos de sua estrutura. Em sintonia com as inovações que chegavam pelos trilhos, novas opções de entretenimento e serviços faziam parte do cotidiano dos campo-grandenses. Devido ao crescimento do comércio, as ruas centrais foram calçadas e iluminadas, a princípio por lâmpões a querosene e, a partir de 1923, por energia elétrica produzida na usina do córrego Ceroula.

As cidades se modernizavam para receber as inovações tecnológicas. No caso dos automóveis, as reformas urbanas tratam de sua circulação. No *Álbum* existem doze anúncios de oferta de venda de veículos (como o da revendedora Ford), serviços especializados em automotivos e comerciais de postos de gasolina.

A preocupação do poder público de Campo Grande com os veículos apareceu no Código de 1921, que estabeleceu normas para a circulação de carros, bicicletas e motocicletas, no Título 11 (*Da inspeção e veículos e carretagens*).

Foram criadas algumas obrigatoriedades para os motoristas e proprietários de veículos. Para os automóveis circularem em vias públicas, havia obrigação de licença, após inspeção veicular, e da carta de habilitação, ambas expedidas pela Intendência; delimitou-se a velocidade máxima de 25

Km/h nas estradas, 15 Km/h nas povoações e de 8Km/h nas ruas centrais da cidade. No entanto, segundo as memórias de Ulisses Serra, tal normatização era, comumente, desrespeitada pelos filhos da elite campo-grandense na década de 1920.

Nunca que o Italianinho com o seu Fiat e o Júlio dos Santos com o seu ford-de-bigode, moços, fortes, vibrantes e ávidos de comer distâncias, poderiam amarrar-se àqueles limites. Em estradas longas, derramadas pelas planuras do Sul, enfeitadas de verde dos campos e das manadas de veados mateiros poderiam jamais caranguejar a 25 km horários. Nunca! Eram sôfregos pioneiros e o pioneiro para ser pioneiro deve ser assim mesmo (...).⁴⁹⁴

Quanto à necessidade de autorização da Intendência para dirigir nas ruas da cidade, a fiscalização fazia-se “branda”, sobretudo quando o condutor era filho de políticos influentes na cidade. Podemos observar isso por meio das memórias de Paulo Coelho Machado, filho de Eduardo Olímpio Machado, prefeito da cidade entre 1937 a 1941, que nos relata: “comecei a dirigir o carro de meu pai, aos quatorze anos (em 1931), sem idade para a habilitação, evitava sempre a rua principal (atual Rua 14 de Julho) e jamais fui perturbado pelo eficiente inspetor”.⁴⁹⁵

As normas estabelecidas nas posturas pouco se diferenciavam do Decreto nº 8.324, de 27 de outubro de 1910, o primeiro que regulamentou o transporte de pessoas e mercadorias no Brasil. O simbolismo de haver um Código (de 1921) dedicado ao trânsito de automóveis numa localidade (Campo Grande) que não dispunha de significativa quantidade desses meios de transporte saltou-nos aos olhos.

Acredita-se que o primeiro automóvel chegou ao Brasil ao desembarcar no Porto de Santos, em 1891 – um Peugeot de dois cilindros, modelo Daimler, adquirido em Paris por Alberto Santos Dumont, um dos precursores da aviação e fascinado pelas “máquinas modernas”. De igual modo, em 1895, o farmacêutico e líder abolicionista José do Patrocínio importou da França o que, provavelmente, foi primeiro carro a circular pelas ruas do Rio de Janeiro: era

⁴⁹⁴ SERRA, Ulisses. **Camalotes e guavirais**. op. cit., p. 43

⁴⁹⁵ MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas Ruas de Campo Grande: a Grande Avenida**. op. cit, p. 346

um Serpollet de oito cavalos, movido a vapor. Atribui-se também a José do Patrocínio e a seu amigo, o poeta Olavo Bilac, um dos primeiros acidentes automobilísticos do país.⁴⁹⁶ Estima-se que, entre 1891 e 1913, mais de dez mil carros foram importados para o Brasil e em 1917, o 1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem informava que, aproximadamente, cinco mil veículos circulavam no perímetro urbano do Rio de Janeiro e de São Paulo.⁴⁹⁷

Mas foi na década de 1920 que cresceu, significativamente, o número de carros rodando pelas cidades brasileiras, devido ao barateamento dos custos com a instalação de subsidiárias da Ford, da General Motors em 1925 e da International Harvest.⁴⁹⁸ Ainda na mesma década, surgiram no país as primeiras fábricas de componentes pneumáticos, de câmaras de ar e lubrificantes;



Imagem 47: “Fordinhos” estacionados na Av. Afonso Pena em frente ao Passeio Público (Atual praça Ari Coelho), década de 1920. Fonte: ARCA.

foram instaladas a Pirelli, Firestone, Goodrich Rubber Company of Brazil Inc. e General Tire & Rubber Co. of Brazil.⁴⁹⁹

Na medida em que se tornava mais comum a circulação dos automóveis particulares pelas cidades brasileiras, era imprescindível a criação de leis para o trânsito, com o objetivo de orientar e formar pedestres e motoristas, ao mesmo tempo em que se fez necessário remodelar o espaço, com a pavimentação e o calçamento das ruas, para que fosse possível o uso dessas “invenções”. A chegada do automóvel às cidades sinalizava, portanto, as transformações nos modos e costumes de vida da população. Assim sendo, as

⁴⁹⁶ MELO, Victor. Andrade. **O automóvel, o automobilismo e a modernidade no Brasil (1891-1908)**. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 30, pp. 187-204, 2008.

⁴⁹⁷ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **Formação da indústria automobilística brasileira: política de desenvolvimento industrial em uma economia dependente**. São Paulo: IGEO-USP, 1976.

⁴⁹⁸ MELO, Victor. Andrade. **O automóvel, o automobilismo e a modernidade no Brasil (1891-1908)**. op. cit.

⁴⁹⁹ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **Formação da indústria automobilística**. op. cit.

normativas que constam no Código de Posturas e as obras do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças objetivavam educar os campo-grandenses para a modernidade futura.

A crescente incorporação do automóvel na vida cotidiana das cidades e seu culto foram assinalados por Nicolau Sevcenko:

Dada sua forma de introdução súbita e peculiar na cidade, duplamente aureolado pelo prestígio da mais moderna tecnologia europeia e do mais vistoso objeto de consumo conspícuo, o automóvel passou a ser usado de forma a acentuar a sua mística e se impor como uma moldura mecânica sofisticada do poder, mesmo na mão de choferes e empregados de companhias. O equipamento, indiferente à sua utilidade ou a quem o dirigia, sucumbira ao símbolo.⁵⁰⁰

Símbolo moderno por excelência, sinônimo de sucesso e objeto de desejo e fascínio, o automóvel representou o ideal máximo do cosmopolitismo, do triunfo do indivíduo, da supremacia da tecnologia e do mundo urbanizado. O deslumbramento automobilístico e seu exclusivismo foram registrados no conto “Gaetaninho”, do livro *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de Antônio Alcântara Machado. O texto narra a intensa vontade de um pobre menino imigrante, Gaetaninho, de andar em um automóvel; mas para sua condição, o que lhe restava era sonhar:

Ali na Rua do Oriente a ralé quando muito andava de bonde. De automóvel ou carro só mesmo em dia de enterro. De enterro ou de casamento. Por isso mesmo o sonho de Gaetaninho era de realização muito difícil. Um sonho.⁵⁰¹

Já no começo do século XX, os automóveis passaram a ser compreendidos como elementos de diferenciação social, símbolos de riqueza e poder. Possuir um carro era identificar-se com o progresso, ter hábitos e requintes eminentemente urbanos. Não raro, o *Álbum* apresentava fotos que associavam os elementos imagéticos: automóveis e prédios comerciais

⁵⁰⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁵⁰¹ MACHADO, Antônio de Alcântara. **Brás, Bexiga e Barra Funda**. São Paulo: Klick Editora, 1997.p.21

(Imagem 48). A composição desses símbolos conota uma ideia de cidade dinâmica e comércio próspero.

Não foi apenas o traçado urbanístico remodelado, com ruas e avenidas largas, que integrou a nova imagem campo-grandense. Igualmente foram registradas as sociabilidades, que tiveram, na presença das pessoas nos espaços públicos, uma marca a ser registrada.



Imagem 48: Propaganda da Casa Nasser. Álbum de Campo Grande – 1939. op.cit. p.89. Arquivada no: IHGMS

4.3. Questões de memória e identidade: entre o público e o privado

Os espaços em construção na urbes tornaram difusa a fronteira entre o público e o privado, assim como aconteceu na Revolução Francesa (1789). Conforme Lynn Hunt, durante o período revolucionário, o público atacou violentamente o privado, uma vez que os “interesses particulares” passaram a ser vistos com desconfiança, como algo “conspiratório”, em contraposição à “vida pública”, que postulava a transparência. No entanto, a autora afirma que, ao tentar definir todas as esferas sociais como públicas, o processo revolucionário acabou por ajudar a configurar o que era o privado:

Durante a Revolução, as fronteiras entre a vida pública e a vida privada mostraram uma grande flutuação. (...) Os revolucionários se empenharam em traçar a distinção entre o público e o privado. Nada que fosse particular (e todos os interesses eram particulares por definição) deveria prejudicar a vontade geral da nova nação (...) “privado” significa faccioso, e tudo o que se refere à privatização é considerado equivalente a

sedicioso e conspiratório. A partir daí, os revolucionários exigem que nada se furte à publicidade. Apenas uma vigilância contínua e o serviço constante à coisa pública.⁵⁰²

Assim, a Revolução Francesa tentou normatizar o comportamento do homem na esfera pública, o que, por extensão, também formatou as ações do indivíduo nas atividades do âmbito privado. Da mesma forma, quando o poder público em Campo Grande incentivava determinados comportamentos como ideais nos diferentes ambientes públicos, o que se esperava era que o indivíduo os adotasse no privado.

Era imperativo estar na rua, vivenciando os novos espaços de convivência como os parques, bares, cinemas e teatros, bem como ser visto e fotografado. A imagem do “desejo da modernidade” surgiu da simbiose entre reforma urbana e novos hábitos.

Nesse sentido, para apresentação de uma cidade progressista e efervescente, deveriam ser registrados, também, seus moradores anônimos. Sendo assim, homens, mulheres e crianças foram fotografados em diversas situações, tais como caminhando nas calçadas, em encontros impessoais, sentados em bancos nas praças, ou simplesmente consumindo dentro dos estabelecimentos comerciais. Esse conjunto de imagens da “multidão amorfa de passantes”⁵⁰³ foi organizado sob o prisma do “ideal moderno da vida pública urbana”⁵⁰⁴, apresentando as pessoas como componentes de um cenário que retratava novas sociabilidades, tipicamente urbanas.

Chamamos atenção para o fato de que o espaço fotografado não foi escolhido de forma aleatória. Eram praças, jardins, ruas e avenidas que passaram por melhoramentos, após a implementação do *Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de Campo Grande*. As imagens desses transeuntes que circulavam pelo espaço público eram, em sua maioria, de pessoas, sozinhas ou acompanhadas, conversando, representando determinadas situações de lazer ou laborais, com destaque ao setor de comércio e serviços. Dava-se, então,

⁵⁰² HUNT, Lynn. **Revolução francesa e vida privada**. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 18-19

⁵⁰³ Termo utilizado por Walter Benjamin para compreensão da estética baudelaireana da imagem de multidão. BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III** – Charles Baudelaire: Um Lírico no Auge do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2000, p.104

⁵⁰⁴ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 302

visibilidade ao grupo social que frequentava esses ambientes, notadamente as classes mais abastadas, que dispunham de tempo livre para realizar o *footing* pelos novos espaços embelezados. Assim, as fotografias davam visibilidade a indivíduos e condutas socialmente desejados, tornando invisíveis, no cenário urbano, situações e sujeitos indesejados, que, quando retratados, eram representados de forma pitoresca, como veremos mais à frente. Deste modo, foi escolhido o espaço modernizado, ou, em conformidade com Henri Lefebvre,



Imagem 49. Cartão postal do Jardim Público. Década de 1930. Arquivado no: MIS

um “espaço politicamente controlado”, marcado pela aparente “neutralidade” de ordenamento na prática espacial.⁵⁰⁵

A arborização é um dos aspectos recorrentes nas fotografias, seja das vias públicas ou das praças e jardins. A presença da vegetação colocava Campo

Grande em sintonia com as metrópoles que passaram pelo processo de modernização. O arquiteto Hugo M. Segawa nos informa que o plantio de árvores, em determinadas localidades das urbes, foi uma prática iniciada na Antuérpia, Bélgica, ainda no século XVI. Seguindo essa orientação, o Primeiro-Ministro de Luís XIII, o Cardeal Richelieu, determinou que árvores fossem plantadas na orla das muralhas parisienses, dando origem aos *Grands Boulevards*, posteriormente, somente *boulevards* (avenidas de passeio arborizadas).⁵⁰⁶ No decorrer do século XVII, tornou-se prática das maiores cidades europeias construir jardins públicos, espaços nos quais os grupos mais abastados desfilavam a moda a ser adotada e ensejavam os códigos de conduta a serem seguidos em público. Dessa forma, o jardim consolidou-se como espaço de “regulação social”, palco de determinados atores sociais, em

⁵⁰⁵ LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

⁵⁰⁶ Destacamos que existe uma sensível diferença ente o *jardim arborizado*, local de convivência da elite urbana, e a *praça medieval* não arborizada, onde comumente se expressava a cultura popular.

geral estratos da nobreza e da burguesia ascendente, que o frequentavam com o objetivo de “verem e serem vistos” (Imagem 50).⁵⁰⁷

Nas Américas, a presença da arborização acrescentou um novo elemento ao espaço urbano: o aspecto sanitário. No século XVIII, a circulação do ar nas cidades foi tema das preocupações da medicina científica. A teoria



Imagem 50: Legenda: “Senhoras da alta sociedade campograndense posando no Jardim Público para esse Álbum”. In: Álbum de Campo Grande – 1939. op.cit. p. 106. Arquivada no: IHGMS



Imagem 51: Legenda: “Praça Newton Cavalcanti, num dia de festa”. In: Álbum de Campo Grande – 1939. op.cit. p. 98. Arquivada no: IHGMS

dos miasmas acreditava que, através do ar, eram transportadas emanações mefíticas, o que provocava ações danosas sobre os organismos.⁵⁰⁸ Diante das transformações urbanas, preconizava-se a necessidade da circulação do ar sadio. Assim, no final do século XIX, difundia-se a ideia de

que as árvores eram responsáveis pela ventilação. Essa noção transformou as praças em “pulmões urbanos”, vitais para o planejamento de uma urbe saudável.⁵⁰⁹

Essas ideias encontraram adeptos no Brasil, sendo defendidas, especialmente, pelos sanitaristas urbanos, entre os quais se destacou o engenheiro Francisco Saturnino de Brito, responsável por orientar o plano de saneamento básico de várias cidades brasileiras, entre elas Campo Grande. Em 1937, na gestão

do Dr. Eduardo Olímpio Machado, foi contratado o Escritório Técnico de Saturnino de Brito para elaboração de um projeto de saneamento básico e

⁵⁰⁷ SEGAWA, Hugo Massaki. **O amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996. p.40

⁵⁰⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.90

⁵⁰⁹ SEGAWA, Hugo Massaki. **O amor do público: jardins no Brasil**. op. cit. p. 70

urbanístico da cidade. O plano teve como princípios norteadores o embelezamento e a higienização do espaço. O Jardim Público (atual Praça Ary Coelho), as Praças República e Aquidauana, no centro, e as Praças Cuiabá e Newton Cavalcanti, na periferia da cidade, por serem “respiradouros verdes”, foram (re)modeladas como amplos espaços arborizados, priorizando a incidência da luz e a circulação do ar. Além do aspecto sanitário, as praças, assim como as áreas arborizadas, foram concebidas como uma forma de ajuizar o nível civilizacional dos cidadãos, transformadas em verdadeiras “salas de recepção” das cidades.⁵¹⁰

Consta como apêndice do *Álbum* a planta da futura cidade, elaborada pelo Escritório de Saturnino de Brito, dando ao leitor uma noção de como a cidade ficaria após as melhorias (Imagem 52). Essa propaganda cumpria dupla função: a primeira, de enaltecer a elite política sulista, ligada ao Dr. Vespasiano Martins; a segunda, de celebrar Campo Grande como o espaço do progresso, em contraponto com a capital Cuiabá, o espaço do atraso.

Ao integrar o *Álbum*, a planta evidenciava as medidas de embelezamento adotadas na cidade. No discurso do “progresso sulista”, essas medidas começaram com a implantação do *Plano de Alinhamento* e arborização da cidade, adotadas a partir da Intendência do Dr. Arlindo de Andrade, continuando na gestão do Dr. Eduardo Olímpio Machado, com o Plano de Saneamento. Ambos os administradores estavam politicamente ligados ao Dr. Vespasiano Martins.

Parece-nos que a publicação de uma réplica da planta, assinada pelo Escritório de Saturnino de Brito, funcionava como ostentação de roupagem de grife, uma vez que o afamado sanitário foi responsável pelo projeto de saneamento de importantes cidades brasileiras, como Recife (PE), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Santos (SP) e Vitória (ES).⁵¹¹

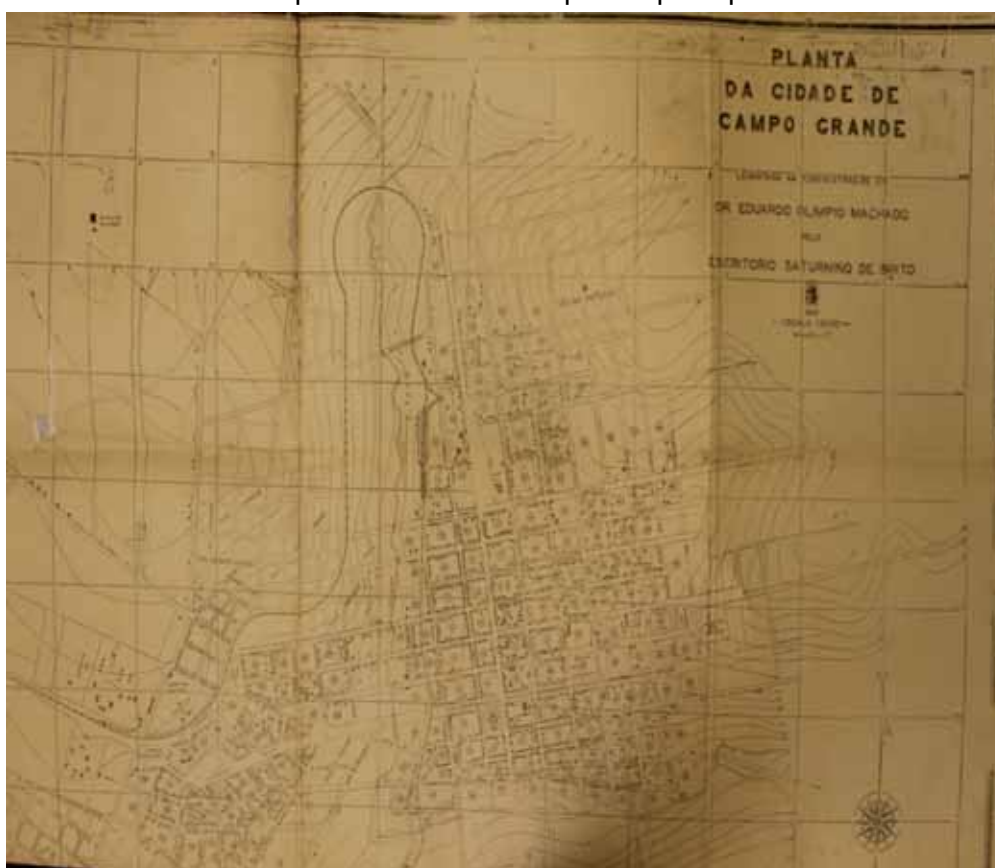
No mesmo ano da publicação do *Álbum*, em 1939, iniciaram-se, em Cuiabá, as reformas urbanísticas conhecidas como “Obras Oficiais”, por terem

⁵¹⁰ *ibidem*, p. 96

⁵¹¹ Informamos que, em Campo Grande, a conclusão do Plano de Saneamento só foi concretizada em 1960, na gestão do Dr. Wilson Barbosa Martins (genro de Vespasiano Martins e governador de Mato Grosso do Sul em dois mandatos, 1983-1986 e 1995-1999). BUAINAIN, Maura Simões C. Neder. **Campo Grande, memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos**. Campo Grande: PLANURB, 2006.

sido financiadas pelo Governo Federal.⁵¹² Nas palavras do pesquisador Gino Francisco Buzato, as “Obras Oficiais” tiveram, “além dos propósitos nacionais (...), também como objetivo estratégico a fixação da capital do Estado diante do possível deslocamento de sua sede de governo para Campo Grande”.⁵¹³ Isso reforça a hipótese de o *Álbum* ser propaganda sulista, mostrando o progresso campo-grandense frente ao atraso cuiabano, ao mesmo tempo em que se rogava a transferência da sede administrativa.

Imagem 52: Planta de Campo Grande elaborada pelo Escritório de Saturnino de Brito. In: *Álbum de Campo Grande – 1939*. op.cit. s/p. Arquivada no: IHGMS



⁵¹² O interventor do Estado, Júlio Strübing Müller (1937-1945), com apoio do Governo Vargas, assinou, em fins de 1938, contrato com a construtora Coimbra Bueno, que à época estava à frente da construção de Goiânia (GO). Através do convênio, Cuiabá recebeu investimentos para modernizar sua infraestrutura, sendo construídas a Residência Oficial dos Governadores, a Estação de Tratamento de Água, o Palácio da Justiça, o Grande Hotel, o Cine Teatro Cuiabá, a Secretaria Geral, o Quartel do 16º Batalhão de Caçadores, o Centro de Saúde, a Maternidade, a primeira ponte ligando Cuiabá a Várzea Grande, a Avenida Getúlio Vargas, entre outras melhorias. CARVALHO, Carlos Gomes de. **Governadores – Meio Século de Vida Pública**. Cuiabá (MT): Carlini & Caniato Editora. 2007

⁵¹³ BUZATO, Gino Francisco. **As transformações urbanas em Cuiabá-MT na gestão de Júlio Strübing Müller e a formação do cidadão cuiabano para a modernidade (1937-1945)**. In: *Anais do 7º Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação*. Goiânia (GO), setembro de 2013. s/p.

As paisagens urbanas inseridas no *Álbum* forneceram elementos estéticos para o “processo de auto-representação da sociedade burguesa, fazendo com que a fotografia passasse a integrar o elenco de suportes aptos à formação e veiculação de seu imaginário social”.⁵¹⁴ Pelas imagens, tomava forma o ideal de espaço moderno a ser percebido e vivenciado. Em Campo Grande, diante da remodelação citadina, a área central destinava-se às práticas que se coadunavam com o ideário de modernidade. Em suas calçadas surgiram bares, cafés, confeitarias, restaurantes, livrarias, teatro e o cinema, por excelência, símbolo da modernidade.

O cinema foi inventado em dezembro de 1895, em Paris, pelos irmãos Lumière (Louis e Auguste).⁵¹⁵ Basicamente, eles criaram um aparelho, batizado de *cinematógrafo*, que era capaz de projetar fotogramas, ou seja, quadros de imagens em movimento, em um fundo claro.⁵¹⁶ Ainda no século XIX, a técnica cinematográfica rapidamente se difundiu pela Europa e pelos Estados Unidos, permitindo a um número cada vez maior de espectadores uma nova forma de percepção da sociedade moderna. O cinema era um fenômeno urbano, “parte da paisagem da cidade, uma breve pausa para o trabalhador a caminho de casa, uma forma de escape do trabalho doméstico para as mulheres e pedra de toque cultural para os imigrantes”.⁵¹⁷

Como simbiose de arte e técnica, o cinema transformou-se em bem simbólico da modernidade, personificando o intenso período de inovações tecnológicas que impactaram diretamente a cultura ocidental; enquanto capital cultural, contribuiu para a invenção da vida moderna, uma vez que sua capacidade de representação, espetacularização, entretenimento, efemeridade, e, sobretudo, consumo e circulação de informações, propagaram e difundiram

⁵¹⁴ LIMA, Solange Ferraz de. **O circuito social da fotografia: estudo de caso II.** In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: usos e funções no séc. XIX.* São Paulo: EDUSP, 1991. p. 59

⁵¹⁵ Os Estados Unidos reivindicam para Thomas Alva Edson a invenção do cinema. Em 1894, Edson criou a máquina kinetoscópio que era capaz de projetar imagens em movimento, porém era possível somente um espectador assistir ao filme, ao passo que o invento dos irmãos Lumière, o cinematógrafo, permitia a um público, reunido em uma sala, assistir ao espetáculo. ALENCASTRO, Aníbal. **Anos Dourados dos Nossos Cinemas.** Ed. Prisma. SEC-MT, 1996

⁵¹⁶ VANOYE, Francis e GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise filmica.** Campinas, SP: Papirus, 1994

⁵¹⁷ CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa R. **O cinema como invenção da vida moderna.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 22

muitos dos ideais da sociedade industrial, a exemplo da supervalorização da noção de liberdade calcada na experiência individual e subjetiva.⁵¹⁸

No Brasil, a produção cinematográfica, pelo menos em sua fase pioneira (até a década de 1930), foi marcada pelo esforço em registrar imagens do cotidiano urbano. Essas filmagens se deram, majoritariamente, no cenário fluminense, e registravam acontecimentos sociais como bailes, eventos cívicos e religiosos, além de espaços representativos para os grupos de poder da capital federal.⁵¹⁹ A maioria desses filmes reproduzia elementos discursivos e estéticos importados, definidos por Paulo Gomes como “imagens afrancesadas”.⁵²⁰ Os filmes tinham, no máximo, quinze minutos e serviam de abertura para produções internacionais.

A partir da década de 1910, nos Estados Unidos, o fazer cinema assumiu uma racionalidade industrial, dando origem ao produto-filme. Com incentivos do governo estadunidense, foi instalada no subúrbio de Los Angeles uma poderosa estrutura, que permitiu a produção em massa e uma ampla circulação internacional dos filmes norte-americanos. Embora esse produto-filme tenha encontrado resistência, sobretudo na Europa, o cinema hollywoodiano era o mais assistido pelas salas de todo o globo.

Tanto as produções brasileiras como as hollywoodianas apresentavam à plateia nacional a incorporação de um estilo de vida burguês. Os filmes, enquanto componentes simbólicos, foram consumidos nas diversas regiões do país e tiveram seus valores, crenças, normas e comportamentos paulatinamente absorvidos pelos diversos estratos sociais – uma vez que esse “espectador, arrebatado pelos aspectos pseudológicos e afetivos da narrativa, não tinha a possibilidade de refletir ou assumir um distanciamento crítico com relação à visão do mundo que lhe é apresentada”.⁵²¹

Em Campo Grande, embora os filmes em cartaz fossem “sucessos hollywoodianos” em sua maioria, também houve espaço para a exibição de produções de outras nacionalidades, a exemplo da japonesa.

⁵¹⁸ GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

⁵¹⁹ MORENO, Antonio. **Cinema Brasileiro: história e relações com o Estado**. Niterói: EDUFF, 1994.

⁵²⁰ GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.p.91

⁵²¹ VANOYE, Francis e GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. op. cit. p.29

Como apontamos no segundo capítulo desta Tese, formou-se em Campo Grande uma grande colônia nipônica nas primeiras décadas do século XX. Segundo Celso Higa, com vistas a atender esse público, eram exibidas produções japonesas às 20 horas das sextas-feiras no Cine Teatro Santa Helena. Essas películas chegavam por intermédio do comerciante Fukuji Tomiyoshi, que mantinha contato com representantes da empresa paulista *Rede Pedutti* de cinema. Por meio dos filmes de samurais, das máfias japonesas, dos dramas e comédias, eram apresentados aos campo-grandenses traços da então “estranha” cultura oriental. Essa prática estimulava a interação entre os cidadãos e os japoneses, residentes em sua maioria nas colônias agrícolas, ao mesmo tempo em que reforçava o traço étnico nipônico na “colcha de retalhos” identitária campo-grandense.⁵²²

Desse modo, o cinema, enquanto um complexo sistema de signos, teve (e ainda tem) uma função pedagógica, pois, além do fascínio da imagem, que nos permite “conhecer o desconhecido”, sua linguagem é amplamente mais acessível que outros códigos, como a literatura. O cinema constrói comunidade de sentidos até mesmo com os analfabetos.

A arte cinematográfica tornou-se, ao longo do século XX, uma ferramenta capaz de disseminar práticas sociais, comportamentos e concepções políticas.⁵²³

Destaca-se que nas cidades o deslumbramento pela *sétima arte* não se restringiu aos filmes, mas abarcou também os espaços das exposições. As construções que abrigaram as telas eram lugares de convivência, sociabilidades e distinção social, que se tornaram templos da modernidade, sinônimo do progresso cidadão.

Durante a década de 1930, Campo Grande contava com três espaços cinematográficos: o Cine Trianon, o Cine Santa Helena e o Cine Alhambra. Esse último, inaugurado em 1937, recebeu especial atenção no *Álbum*. O Cine Alhambra mereceu matérias com fotos de sua fachada e interior (Imagens 53 e 54):

⁵²² HIGA, Celso. “Amores clandestinos” nos cinemas de Campo Grande. In: *Jornal Correio do Estado*, Caderno B, 26 de agosto de 2008.

⁵²³ ARAÚJO, Inácio. *Cinema: o mundo em movimento*. São Paulo: Scipione, 1995.

Em boa hora, há dois anos, o espírito dinâmico e intelectual do Sr. Carim Elias Bacha resolveu dotar a Cidade Morena duma casa de espetáculos à altura de seu progresso, e que fosse o orgulho, em construção, não só de nossa urbs como de todo Mato-Grosso.

Escolhendo o local mais apropriado e central, qual o da grandiosa Avenida Afonso Pena, aí fez erigir o CINE TEATRO ALHAMBRA, que é um verdadeiro palácio encantado das mil maravilhas de som e luz.

O Sr. Carim Elias Bacha não mediu sacrifícios para executar essa importante obra. Quis brindar Campo-Grande com um monumento digno da atividade do seu povo, e conseguiu-o.

A não ser S. Paulo, Rio e outras capitais dos Estados, nenhuma cidade do interior tem uma casa de espetáculos, no gênero, tão luxuosa e grandiosa. (...)

Rara é a noite que o CINE TEATRO ALHAMBRA, nas suas duplas sessões, não enche da fina flôr de Campo-Grande. A par do mais refinado bom gosto e da comodidade que oferece o amplo salão com as suas muitas centenas de cadeiras, as fitas que são passadas no ECRAN, são das mais afamadas marcas do mundo e de maior retumbância em aplausos na atualidade. A “Metro Goldwyn Mayer”, a “Paramount”, a “RKO Radio Pictures”, a “Warner Bros First”, a “Columbia Pictures”, etc., nomes célebres em produção, todas as semanas exibem no ALHAMBRA os filmes de maior notoriedade.

(...) Os aparelhos tantos de som, Western Electric, com a graduação e luzes multicores, Traynon, este o único usado na América do Sul, são a última palavra na técnica cinematográfica.⁵²⁴

A propaganda do Cine Alhambra – “palácio luxuoso” do som e da luz, que tinha igual somente nas “principais capitais brasileiras” – integrava o *Álbum* no sentido de representar Campo Grande como espaço do progresso, em contraponto com a capital Cuiabá, novamente apresentada como o espaço do atraso.

É fato que Cuiabá possuía um cinema, o Cine Parisien, inaugurado em 1912 e desde então funcionando num frágil barracão coberto por zinco. Suas instalações “eram precaríssimas, visto que montado num ambiente que se assemelhava à estrutura de um circo, com arquibancadas tipo ‘puleiro’,

⁵²⁴ LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op. cit. p.74

confeccionadas de tábuas”.⁵²⁵ Fechado em 1930, o cinema cuiabano só foi reinaugurado em março de 1933 com o nome de Cine Teatro República. Embora a aparelhagem sonora tenha sido modernizada, o cinema ainda estava instalado no mesmo barracão. Em janeiro de 1939, foi novamente desativado. Somente com incentivo estatal, no bojo das “Obras Oficiais”, foi construído o cinema Teatro Cuiabá, inaugurado em 23 de maio de 1942.

O *Álbum* chamava a atenção de seu leitor para o fato de que o espaço de exibição da arte cinematográfica era muito mais desenvolvido em Campo Grande do que na capital, Cuiabá.



Imagem 53: Fotografia da fachada do Cine Alhambra. In: *Álbum de Campo Grande – 1939*. op. cit. p. 74. Arquivada no: IHGMS



Imagem 54: Fotografia do espaço interno do Cine Alhambra. In: *Álbum de Campo Grande – 1939*. op.cit. p. 74. Arquivada no: IHGMS

O *Álbum* reforça, por duas vezes, que o Cine Alhambra foi fruto da iniciativa privada do Sr. Carim Elias Bacha. Com isso, fazia uma crítica velada aos investimentos públicos na construção do Cine Teatro Cuiabá que, à época, custou a soma de “Cr\$ 1.532.308,50 (cruzeiros), quase igualando aos custos da grande obra da Ponte sobre o Rio Cuiabá (ligando Cuiabá a Várzea Grande), cujo custo ficou em torno de Cr\$ 1.844.250,50 (cruzeiros)”.⁵²⁶

A descrição dos aparatos tecnológicos do Cine Alhambra, que contava com sonorização da *Western Electric* e iluminação da *Traynon*, buscava apresentar ao leitor um espaço em sintonia com o que havia de mais moderno

⁵²⁵ ALENCASTRO, Aníbal. “O cinema em Mato Grosso: Patrimônio cultural”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, n. 70, 2012.p.90

⁵²⁶ *ibidem*, p.98

nas salas cinematográficas do mundo, capaz de atender às expectativas de lazer e cultura de um público supostamente exigente.

Nesse contexto marcado pelo advento de inovações tecnológicas, a elite campo-grandense adotou o cinema, por se tratar de mais uma evidência de modernização da vida cultural nos centros urbanos. Os cinemas de Campo Grande serviram não apenas para a exibição de filmes e peças teatrais, mas também como espaço de manifestações políticas.⁵²⁷

Na construção discursiva do progressismo campo-grandense, foram apresentadas mostras de condutas modelares ao público. Para isso, o *Álbum* trouxe imagens da esfera privada, da intimidade familiar e até mesmo da vida conjugal dos membros da elite, através de registros de bailes, banquetes, eventos esportivos, entre outros acontecimentos sociais. Destacam-se retratos de noivas, pertencentes às mais “prestigiosas famílias do sul”, em uma época na qual as fotografias se tornavam um ritual integrante do próprio casamento, tornando-se parte da construção memorativa do episódio.

Miriam Lifschitz Leite nos chama a atenção para o fato de que, invariavelmente, é a fotografia da noiva a principal lembrança do casamento. Essa prática difundiu-se a partir do momento em que houve condições técnicas que permitissem o registro fotográfico para além das dependências dos estúdios. O surgimento do *flash*, em 1917, possibilitou que as fotografias fossem tiradas nos mais diferentes locais em que se realizavam os eventos.⁵²⁸

Ao passo em que a prática de fotografar se difundia, os retratos de casamentos e de outros eventos sociais tornaram-se registros necessários,



Imagem 55. “Exma. Sra. D. Umbelina Ferreira Garcia, esposa do Sr. Osório Garcia de Freitas, fazendeiro no município, no dia dos seus esponsais”. In: *Álbum de Campo Grande – 1939*. op.cit. p. 106. Arquivado no: IHGMS

⁵²⁷ SERRA, Ulysses. **Camalotes e Guavirais**. op.cit.

⁵²⁸ LEITE, Miriam Lifschitz Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EDUSP, 2001.

como se a memória social do acontecimento dependesse exclusivamente das imagens difundidas. Caberia à elite campo-grandense se mostrar à sociedade através de uma moldura exemplar, especialmente construída.

Um dos impactos da Revolução Industrial foi o aumento da produtividade que, a rigor, permitiu uma extraordinária redução do tempo de trabalho. Embora o trabalho seja uma obrigação moral para o homem moderno, a partir do século XIX houve a valorização do tempo de lazer, tomado até como política de Estado. Nesse contexto, surgiram os “Clubs”, espaços vigiados que centralizavam as práticas de atividades saudáveis.

Eric Hobsbawm afirma que determinadas atividades esportivas tornaram-se indicativos de pertencimento social. Desse modo, esportes como a natação, o rugby e o tênis estavam subordinados ao acesso ao sistema de ensino ou à participação em associações esportivas, como os clubes; outras modalidades, como o futebol e o boxe, encontravam maior difusão social nas camadas populares.⁵²⁹ Essa diferenciação do “estilo de vida” aparece registrada no *Álbum* de Campo Grande – a exemplo do “glamoroso” baile (Imagem 56) ocorrido em 3 de maio de 1937, por conta da inauguração da filial do Banco do Estado de São Paulo, ocasião que contou com a presença do “Dr. Antonio Carlos de Assunção, presidente do Banco do Estado de São Paulo, do Dr. Assis Chateaubriand e do Dr. Eduardo Olympio Machado, prefeito de Campo Grande”⁵³⁰; ou em “amistosas” partidas de tênis no Rádio Clube (Imagem 57).

O que se verifica nas páginas sociais do *Álbum* são produções imagéticas que visavam legitimar os papéis sociais dos indivíduos, ou seja, a elite fazendo atividades condizentes ao seu *status* social. Através de fotografias de bailes ou em atividades esportivas mais “aristocráticas”, como o tênis, a “fina-flor” da cidade buscava representar hábitos saudáveis e condutas civilizadas, certificando a inclusão da cidade na modernidade almejada.

O registro de atividades que possuíam signo de distinção social fazia da imagem um suporte por excelência de formação. Ao folhear o *Álbum*, o objetivo dos autores era de que o leitor visual fosse convencido do discurso de que

⁵²⁹ Hobsbawm, E. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. op.cit. p. 255

⁵³⁰ LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op.cit. p.93

Campo Grande era uma cidade progressista, cujo espaço público embelezado era ocupado para práticas modernas.



Imagem 56: “Baile de inauguração da filial do Banco de S. Paulo no Rádio Clube.” In: Álbum de Campo Grande – 1939. op.cit. p. 51



Imagem 57: “Grupo de tenistas do Rádio Clube”. In: Álbum de Campo Grande – 1939. op.cit. p. 134

Estimulados pelas propagandas veiculadas no rádio, nos jornais e revistas e, especialmente, nos filmes hollywoodianos, surgiram novos comportamentos e padrões de vestimenta. Senhoras e moças “de bem”, que antes estavam limitadas ao espaço privado – só frequentando as ruas, preferencialmente, acompanhadas por homens –, agora podiam ser vistas sozinhas nos espaços públicos, caminhando pelas calçadas, dirigindo automóveis, em ambientes fechados, como os cassinos e os bailes, ou as praias e clubes onde *maillots* mais ousados passaram a mostrar os ombros e as coxas. Nelson Schapochnik nos informa que, já nas primeiras décadas do século XX:

Retratos de banhistas mostram o gradativo desocultamento dos corpos com a diminuição das dimensões dos trajes de banho e a valorização das atividades esportivas. Por volta de 1915, os maiôs masculinos já se assemelhavam a um conjunto de bermuda e camiseta sem mangas, os maiôs femininos se

apresentavam sem mangas, levemente decotados e recobrimo a coxa até a metade, com um saíote superposto. Dez anos mais tarde, os rapazes passaram a usar o peito desnudo, e os maiôs femininos deixavam ver os ombros e parte das coxas. A visibilidade parcial dos corpos e a diminuição dos trajes despertavam reações que variavam desde a perplexidade diante da “nudez” e dissolução dos costumes à apologia da saúde e vigor físico.⁵³¹

Essas transformações também chegaram ao *Parque Balneário de Campo Grande*, cujo regulamento era apresentado no *Álbum*, além de franquear, nos períodos matutino – das 9h30 às 11h30 – e vespertino – das 14h30 às 15h30 –, os banhos de piscinas das “senhoras”, sendo “as demais horas os banhos de mistos, admitia o uso de maillots” desde que, obrigatoriamente, de cor escura, por ser “devidamente apropriado para o banho”, de modo a diminuir a exposição das formas do corpo. Ainda sobre o *Parque Balneário*, as outras normativas publicadas regiam as condutas dos frequentadores: “pessoa alguma terá acesso à piscina sem prévio exame médico (...) é expressamente proibido cuspir, escarrar fumar ou urinar na piscina (...) igualmente proibiam-se algazaras, brincadeiras ou atitudes inconvenientes que possam provocar reclamações ou que possam quebrar as normas da boa educação”.⁵³²

Essas normativas não só educavam os banhistas, mas também refletiam a gestação de novas práticas sociais de lazer, uma vez que as piscinas artificiais eram uma novidade, identificada como símbolo de uma sociedade civilizada e moderna – ao passo que tomar banho em ambientes naturais, como os rios, lagos e córregos, eram atitudes desaconselhadas, compreendidas como conduta de pessoas “bárbaras”. Soma-se, ainda, o fato de que a promoção do balneário de Campo Grande, nas páginas do *Álbum*, funcionava como elemento discursivo de diferenciação em relação à capital Cuiabá – espaço do “atraso”, que teria sua primeira piscina artificial inaugurada em 1942, na “Casa dos Governadores”. Ou seja, essa benesse da modernidade era inacessível à maioria dos cuiabanos, que nos dias mais

⁵³¹SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade**. In: NOVAIS, Fernando A. (Coordenador-geral da coleção); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 488

⁵³²LEITÃO, Benedito. **Álbum de Campo Grande**. op.cit. p.67

quentes, ainda teriam que, “antiquadamente”, se “refrescar” no rio Cuiabá ou nos córregos da cidade.

Assim, nesse contexto de distinção em relação à capital, Campo Grande, no discurso da elite sulista, se “ainda” não era o centro administrativo, reivindicava o título de centro cultural de Mato Grosso. Os retratos da vida social contidos no *Álbum*, com ênfase para seus cinemas, clubes, cafés e livrarias – ícones constitutivos da modernidade urbana –, eram apresentados como a porta de entrada de novas ideias, novos comportamentos, modismos e demais benesses consideradas civilizadas, como os filmes hollywoodianos e japoneses. Esses espaços de sociabilidade eram ocupados por cidadãos ávidos por inserção social. Nesse intuito, multiplicavam-se os espaços de discussões políticas, apreciações literárias, apresentações artísticas e de circulação de informações acerca dos últimos acontecimentos.

A imagem fotográfica é um elemento discursivo no processo de criação de realidades.⁵³³ O *Álbum* determinava o visível. No âmbito do imaginário visual, cuidadosamente criado, constituiu-se a narrativa da cidade moderna. Com a finalidade de representar imagetivamente o progresso campo-grandense, também foram utilizadas vistas aéreas. No *Álbum* estão presentes duas delas: a primeira registra a “linda vista fotográfica da nossa cidade abrangendo as ruas João Pessoa e D. Aquino, centros comerciais de grande movimento”⁵³⁴; a segunda foi publicada em forma de pôster, disposta entre as páginas 136 e 137, dando destaque ao modelo urbanístico em formato de “tabuleiro de xadrez” (Imagem 58).⁵³⁵

As fotografias feitas por vistas aéreas estimularam uma mudança de olhar em relação ao espaço, uma vez que inauguraram um tipo de angulação capaz de reduzir a escala do gigantismo das cidades, permitindo ao leitor visual a apreensão de toda dimensão urbana. A saber, essa nova experimentação artística foi criada em 1863 por Félix Nadar que – inspirado na obra de Júlio

⁵³³ KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

⁵³⁴ LEITÃO, Benedito. **Álbum de Campo Grande**. op. cit. p.126

⁵³⁵ Nas Américas, a *rede romana* ou *tabuleiro de xadrez* foi implantada por espanhóis no século XVI, franceses no século XVII e ingleses no século XVIII, em suas respectivas colônias. Destaca-se ainda que Thomas Jefferson empregou, a partir de 1790, esse modelo para colonizar os novos territórios da “conquista” do oeste norte-americano. Esse modelo de organização espacial tornou-se, portanto, o padrão da *paisagem urbana e rural do novo mundo*. BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p.494

Verne, *Cinco Semanas em um Balão*⁵³⁶ – produziu imagens aéreas de Paris, sobrevoando a “Cidade Luz” em um balão de ar quente, o *Le Géant* (O Gigante). Ainda no século XIX, essa técnica de captação de imagens passou a ser chamada de *à vol d’oiseau*, que significa, literalmente, “vôo de pássaro” e, com certa licença metafórica, “vista panorâmica” ou “vista do alto”.⁵³⁷

A imagem em estilo *à vol d’oiseau* privilegiou uma macro-visão da cidade, permitindo sua apreensão como um todo, tornando perceptível ao leitor do *Álbum* como se dispunham as vias e como se dava a circulação dentro desta malha urbana, ao mesmo tempo em que valorizava as edificações mencionadas anteriormente, contribuindo para a construção do imaginário do progresso, de que o crescimento de Campo Grande estava pautado na disciplina do urbanismo. O realce das linhas retas orientava a percepção de que o *Plano de Alinhamento de Ruas e Praças* foi concretizado, e que seus governantes pensavam a cidade em sua totalidade, buscando dar soluções aos problemas através da elaboração de projetos, como o Plano de Saneamento Básico, encomendado ao Escritório *Saturnino de Brito*.

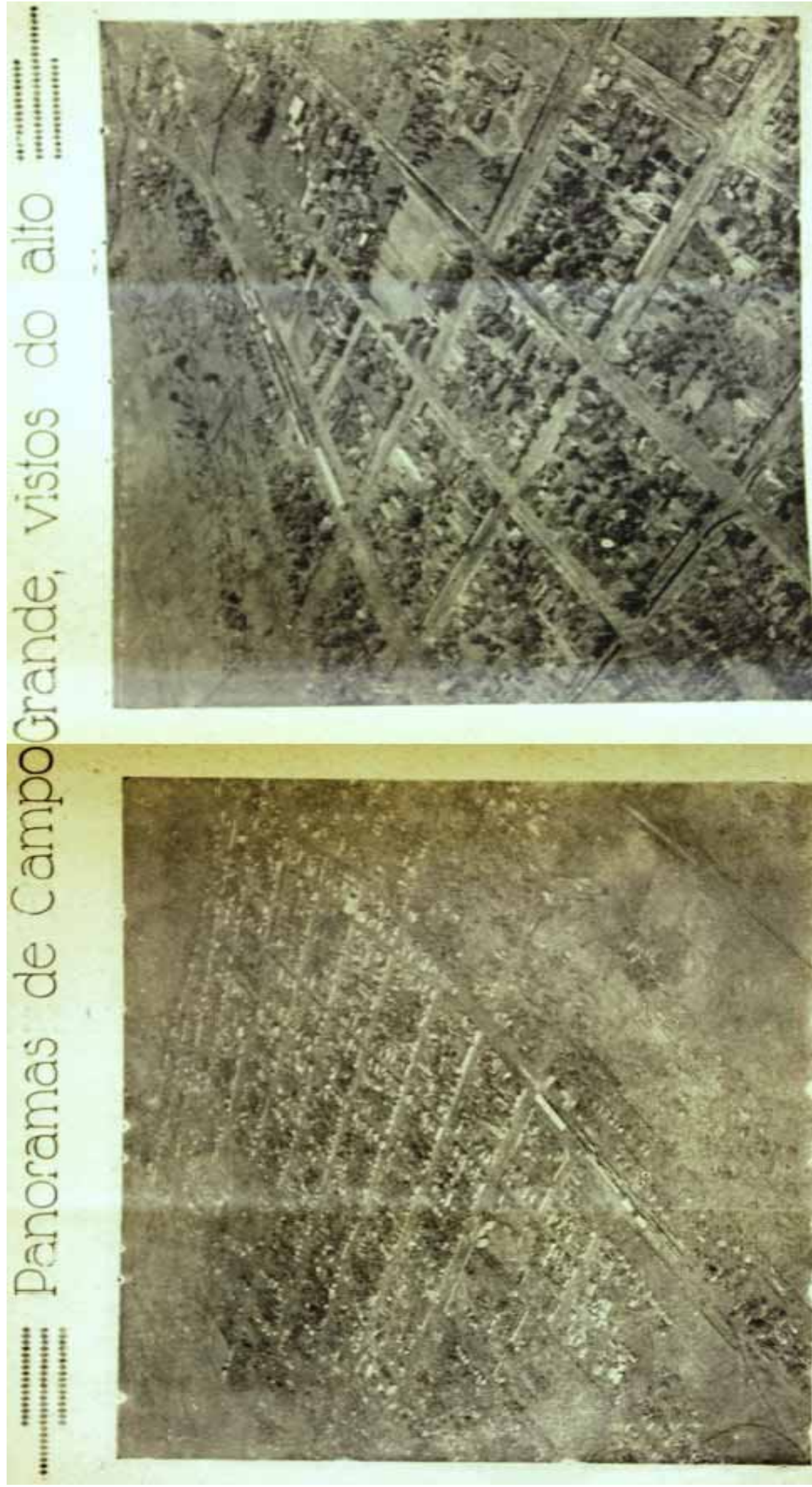
Não obstante, a vista aérea incorporava em sua elaboração um elemento móvel, o avião, permitindo novas possibilidades fotográficas. As máquinas tecnológicas advindas da modernização, como o avião, o trem, o automóvel, o telefone e a câmera portátil passavam a compor cada vez mais o cotidiano das “pessoas comuns”, modelando a sua percepção visual do que é moderno. A partir da década de 1920, fotógrafos e arquitetos utilizavam com maior frequência a vista panorâmica que, devido ao seu grau de abrangência, foi considerada o melhor meio para representar a nova ordem urbana, marcada pelo gigantismo e por seu dinamismo.⁵³⁸

⁵³⁶ *Cinco Semanas em um Balão* foi a primeira obra literária, com sucesso de vendagem, publicada por Júlio Verne. Félix Nadar (como presidente) e Júlio Verne (como secretário) fizeram parte da diretoria da *The Society for the Encouragement of Aerial Locomotion by Means of Heavier than Air Machines* (Sociedade para o incentivo de locomoção aérea por meios de máquinas mais pesadas que o ar).

⁵³⁷ Atribui-se também a Félix Nadar o pioneirismo na utilização de iluminação artificial em fotografias. FABRIS, Annateresa. **Reivindicação de Nadar a Sherrie Levine: autoria e direitos autorais na fotografia**. ARS (São Paulo) [online]. 2003, vol.1, n.1, pp. 59-64.

⁵³⁸ POSSAMAI, Zita Rosane. **Narrativas fotográficas sobre a cidade**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007.

Imagem 58: Poster dando destaque ao modelo urbanístico em formato de “tabuleiro de xadrez” de Campo Grande
Album de Campo Grande – 1939. op. cit. pp. 136 e 137. Arquivado no: IHGMS



A presença das tomadas aéreas no *Álbum* inaugurava uma visualidade de Campo Grande, afinada com as inovações tecnológicas icônicas da modernidade, sendo mais um indicativo de que a cidade estava em sintonia com a produção fotográfica sobre o urbano, já experienciada nas principais metrópoles do mundo.



Imagem 59: Foto da família Barbosa na fazenda Rio Branco, In: *Álbum de Campo Grande – 1939*. op. cit. p. 135
Arquivado no: IHGMS

Conforme Philippe Dubois, o signo imagético é, dependendo do nível das relações de sua condição referencial, tanto representação por analogia quanto convenção social.⁵³⁹

Como vimos, a construção da narrativa do progresso sulista incluiu o registro de sua elite junto aos símbolos da modernidade. Outro exemplo, presente no *Álbum*, foi a imagem que registrou, na fazenda Rio Branco, a família Barbosa com um avião em segundo

plano (Imagem 59). A foto, nesse caso, é a representação de um *status* social. Segundo Sergei Moscovici, representação social é:

Um sistema de valores, de noções e de práticas, com uma dupla vocação. Inicialmente, de instaurar uma ordem que dê ao indivíduo a possibilidade de se orientar no ambiente social, material e dominá-lo. Em seguida, de assegurar a comunicação entre os membros de uma comunidade propondo-lhes um código para suas trocas e um código para dominar e classificar de maneira unívoca as partes do seu mundo, de sua história individual e coletiva.⁵⁴⁰

Os Barbosas sustentam a alcunha de pioneiros do sul de Mato Grosso. Alvitre da ideia de progresso, a fotografia dessa família demonstra poder, promovendo o *status* e a reputação de seus membros. Lembramos que “passear de avião” era uma atividade “elitista”. Se considerarmos que “estilo de vida” faz parte da “identificação social”, a ostentação na imagem não era

⁵³⁹DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico e Outros Ensaios*. Campinas: Papyrus, 1994.

⁵⁴⁰MOSCOVICI, Sergei. *A representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.131.

apenas de capital econômico, mas também de capital cultural, uma vez que representava a idealização de condutas de consumo do grupo social ao qual estavam inseridos, ao mesmo tempo em que evidenciava que os Barbosas, assim como a elite sulista, gostavam de ser identificados como progressistas, atentos às inovações tecnológicas, afeitos à educação e até mesmo com vocações artísticas.

Examinando outras imagens do *Álbum*, observamos a exaltação de traços materiais de ruralidade. Esse conjunto de imagens advertia que, diferentemente das grandes cidades brasileiras, Campo Grande não era só a “úrbes que impressiona o forasteiro pela harmonia retilínea de suas ruas, elegância de seus prédios, febricidade de seu comércio e operosidade crescente de seus habitantes”: tinha, também, a “graciosidade sempre primaveril dos seus arrabaldes, povoados de poéticas chácaras e convidativos sítios, que são remanso de gozo para luta diurna citadina”.⁵⁴¹ Essas imagens possuíam objetivos claros: dar visibilidade aos aspectos modernizadores de Campo Grande, bem como ressaltar que tradição e progresso estavam em harmonia naquele espaço.

Através das fotos, os arredores da cidade foram representados como lugares de sociabilidade, destacando que o meio ambiente domado oferecia entretenimento e oportunidades econômicas. Assim sendo, foram feitas fotografias de famílias inteiras em piqueniques à beira de rios como o Aquidauana e o Taquari, bem como o registro de quedas d'água e de garimpos no distrito de Rochedo.



Imagem 60: Foto de uma família na margem do rio Aquidauana, um dos “Recantos poéticos de Campo Grande” In: *Álbum de Campo Grande – 1939*. op. cit p. 51

Representações dessa natureza “domada” se faziam presentes em fotografias de animais selvagens, como as onças. Com o título “O menino não tem medo de onça!”, a Imagem 61, de Ellceu Gutheil, à época com seis anos

⁵⁴¹ LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op. cit. p.17

de idade, segurando um filhote de onça em seus braços, demonstra o poder do homem sobre a natureza. Ellceu era filho do empresário Otto Gutheil, sócio da distribuidora de bebidas *Missel & Gutheil*. A simbologia dessa imagem compõe a narrativa de como o pioneirismo promoveu o progresso capaz de “amansar feras”.



Imagem 61: O menino não tem medo de onça! In: *Álbum de Campo Grande – 1939*, op. cit. p. 116
Arquivado no: IHGMS



Imagem 62: Tradições que não morrem. In: *Álbum de Campo Grande – 1939*, op. cit. p. 107
Arquivado no: IHGMS

A composição do imaginário dessa elite, que se identificava como “pioneiros do progresso”, ressaltava nas páginas do *Álbum* que algumas “tradições não morrem”, sendo enfatizada a importância das estradas “velhas” do sul de Mato Grosso e dos carros de boi, dos quais nem mesmo os modernos caminhões da marca “Internacional” conseguiam tirar a “realeza” (Imagem 62).⁵⁴² Nesse sentido, a elite política celebrava a memória da elite do gado, reportando-se a um tempo de feitos heróicos, como a estrada “boiadeira” de Manuel Cecílio, inaugurada em 1906, “permitindo o caminho do boi para São Paulo, desbravada pelo sertanista Manuel da Costa Lima (...)”, constituindo, nos primeiros anos do século XX, “o fator de maior relevância para o desenvolvimento da região meridional de Mato Grosso”.⁵⁴³ Sugeriria-se, então, que progresso e tradição eram faces da mesma moeda, a partir da qual se configurava a identidade regional; o passado e o futuro que deveriam irmanar todos os mato-grossenses do Sul, fossem filhos da terra ou não.

Ainda no tocante ao processo de domesticação da natureza, são feitas fotografias de mulheres em primeiro plano, pousando ao ar livre, tendo como pano fundo áreas de mata, rios, cachoeiras, corredeiras, etc (Imagens 63 e 64).

⁵⁴² LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op. cit. p.107

⁵⁴³ MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas da cidade*. op. cit. p. 70

Nesse quadro, insinua-se a simbiose entre a mãe natureza e a mulher mãe, tendo a cidade de Campo Grande como um espaço acolhedor, no sul de Mato Grosso, de indivíduos oriundos dos mais diversos lugares do Brasil e do mundo e das mais distintas classes sociais.



Imagem 63: Mulheres e a Natureza domesticada. In: Álbum de Campo Grande – 1939. op. cit. p. 51
Arquivado no: IHGMS



Imagem 64: Mulheres e a Natureza domesticada (2). In: Álbum de Campo Grande – 1939. op. cit. p. 104
Arquivado no: IHGMS

Embora o *Álbum* procurasse destacar as personalidades mais relevantes da sociedade local, não deixava, contudo, de mencionar a presença dos marginalizados, como engraxates e pedintes (Imagem 65):

A nossa cidade, não podendo fugir a regra geral, também tem seus tipos populares (...) essas figuras anônimas, sofredoras, que ora nos arrancam gargalhadas com seu grotesco, como nos compungem o coração com a sua desdita erradia. (...) Aqui vemos Josetti, com seu incomparável chapéu de palha e um “fumante” nos lábios (...) é uma figura popular simpaticamente inofensiva (...) Campo Grande é a terra favorita dos pequeninos engraxates e dos grande pedintes, todos eles ganham a vida, porque o povo campograndense é bom e generoso.⁵⁴⁴

O Brasil das décadas de 1930 e 1940 passou por um intenso processo de expansão urbana. Com isso, a presença de mendigos tornou-se, de modo mais corriqueiro, parte do cotidiano das cidades, contrastando com o discurso da ordem pública Vargasista. Foram, assim, intensificadas as discussões sobre

⁵⁴⁴ LEITÃO, Benedito. *Álbum de Campo Grande*. op. cit. p.63

o tratamento da pobreza, pensada sob a luz da supervalorização do trabalho e a condenação moral e penal daqueles que “se entregassem à ociosidade”. Vadiagem e mendicância foram infrações desde os primórdios do regime republicano, normatizadas no Código Penal de 1890, sendo aprimoradas, a *posteriori*, pela Lei das Contravenções Penais de 1942.⁵⁴⁵

Esses “novos atores urbanos” passaram a compor a paisagem humana campo-grandense, especialmente diante do processo de evolução demográfica provocado pela ferrovia. Como já apontamos no terceiro capítulo desta pesquisa, a presença desses novos personagens urbanos, tidos aqui como os efeitos colaterais do progresso, chegou a ser motivo de preocupação de políticas públicas, a exemplo do artigo 319 do Código de Posturas de 1921.

Os “mendigos”, “pedintes” e “esmoladores”, aos olhos das autoridades públicas locais, “enfeivavam” o espaço público e “denegriam” a imagem cidadina de Campo Grande. Estes “indesejáveis” impunham um contínuo processo de (re)territorialização porque alteravam o ambiente, provocando uma fissura no projeto de modernização higiênica e racional da cidade.

Mesmo com o discurso, contido no *Álbum*, de aparente harmonia entre os “tipos populares” – caracterizados pelo discurso oficial como “inofensivos” personagens pitorescos, lunáticos, desajuizados – e a elite campo-grandense, outras fontes, como as memórias de Paulo Coelho Machado, relatam um cotidiano de violência:

Um dia, assisti a terrível episódio: um dos espanhóis donos do hotel infligiu severo castigo ao preto velho, algo embriagado, é certo, batendo-lhe com os punhos e os pés até derrubá-lo. (...) O preto atirado de um lado para o outro, caía, era erguido para levar as bofetadas que o jogavam novamente no chão. Uma



Imagem 65: Josetti, “figura popular de Campo Grande”. In: *Álbum de Campo Grande – 1939*. op. cit p. 63
Arquivado no: IHGMS

⁵⁴⁵STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

cena impressionante e bruta que ficou marcada na minha infância.⁵⁴⁶

As cidades modernas – territórios onde o capital se expande, expropria, lucra, desapropria, inclui e exclui ao mesmo tempo – constituem-se a partir do afluxo acelerado de seus habitantes (bem como de seus visitantes).⁵⁴⁷ Assim, quanto mais avançam as relações capitalistas, mais a cidade é moldada segundo seus interesses, marcada pelo processo em que

a multidão ganhou as ruas, a cidade se revelou a portadora da nova civilização (urbana, industrial e moderna) mas também aí foi encarada como tendo um lado indesejável, a da pobreza. Foi a presença dos famélicos, “sujos, grosseiros” e que “deveriam” ser afastados dos olhares burgueses. Surgiu aí a primeira forma de segregação explícita – às vezes próximas aos bairros burgueses, mas evitados como de alta periculosidade. Mais tarde, haveria intenção mais direcionada, inclusive dos aparelhos públicos de planejamento de “zonear”, catalogar e ordenar o espaço urbano por determinadas funções. Uma das vertentes urbanistas foi a de remodelar, “limpar”, “sanear”, tornar racional o espaço urbano e destinar espaços específicos à habitação popular⁵⁴⁸

No *Álbum*, as vistas urbanas contribuíram para o “processo de auto-representação da sociedade burguesa fazendo com que a fotografia passasse a integrar o elenco de suportes aptos à formação e veiculação de seu imaginário social”.⁵⁴⁹ Destarte, as imagens da pobreza foram feitas sob a luz da exaltação do progresso, em discurso que retratava os pedintes e engraxates como “mal-estares” comuns à urbanização.

Enquanto discurso modernizador em sua vertente estética, o *Álbum* procurou consolidar a imagem de uma cidade perfeitamente domada e disciplinada, documentando que as mudanças chegavam, e a cidade se constituía a partir do protagonismo dos homens locais, cujo objetivo principal foi

⁵⁴⁶ MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas ruas de Campo Grande** op. cit p.194

⁵⁴⁷ MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁵⁴⁸ VÉRAS, Maura P. B. **Trocando Olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Studio Nobel / EDUC, 2000. p. 58

⁵⁴⁹ LIMA, Solange Ferraz de. **O circuito social da fotografia: estudo de caso II**. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia: usos e funções no séc. XIX**. São Paulo: EDUSP, 1991. p. 59

tornar possível a “civilização” daquele pequeno “pouso de boiadeiros”, afastado dos grandes centros urbanos do país e esquecido pela administração da capital estadual, Cuiabá.

Nas páginas do *Álbum*, as categorias de “cidade” e “civilização” foram apresentadas de forma associada.

Segundo Robert Pechman, o imbricamento entre cidade e civilização ocorre porque a “civilização moderna não é possível sem a cidade. (...) e a cidade não só como cenário, mas como condição inevitável da civilização”.⁵⁵⁰

A “civilização” significa o rompimento com o “sertão” – já que o rural é tido como espaço do atraso – e a instauração das cidades, consolidando a modernidade. Diante do diálogo travado entre “progresso” e “tradição”, para a elite sulista, Campo Grande assumiu o papel de “sentinela civilizacional” do “sertão” sem, contudo, sepultar suas raízes carregadas de signos da ruralidade, como carros de boi; afinal, a elite econômica sulista se consolidou através da pecuária extensiva.

Nessa perspectiva, o *Álbum* reuniu imagens selecionadas de acordo com os desejos e intenções da elite local, em especial do grupo político ligado ao Dr. Vespasiano Martins. As fotografias, colocadas ao olhar do público, pretendiam apresentar o sul de Mato Grosso, em especial Campo Grande, como o espaço do progresso, fruto do protagonismo da elite local, em contraponto a Cuiabá – espaço do atraso, resultado da falta de empreendedorismo de seus governantes.

Acerca da construção de uma determinada imagem sobre um dado espaço, Paul Ricoeur nos atenta que “(...) nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança”.⁵⁵¹ Explica-se: o *Álbum* de Campo Grande, em 1939, serviu como celebração da elite sulista, formada a partir da conjunção dos “homens das letras”, ou doutores, e dos “homens da terra”, ou fazendeiros, que foram promotores autodeclarados da modernização no sertão.

⁵⁵⁰ PECHMAN, Robert Moses. **Pedra e discurso: cidade, história e literatura**. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos S. B.; VASCONCELOS, Sandra G. T. (Org.). *Gêneros de fronteira. Cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã VM Editora, 1997. pp. 104-105

⁵⁵¹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.p.26

O *Álbum* de Campo Grande foi, portanto, uma celebração da modernidade. Nele, verificamos a exaltação das benesses do desenvolvimento urbano e a permanência de valores rurais, o que comprova a hipótese de que a modernização da cidade foi feita pela composição entre o novo, anunciado pela ferrovia, e a antiga elite oriunda da pecuária.

O imaginário compartilhado de que o desenvolvimento do Estado foi promovido pela elite sulista serviu de base para os discursos divisionistas nas décadas seguintes à publicação do *Álbum*. E esse imaginário construiu tamanha comunidade de sentido que foi materializado na divisão daquela porção do território brasileiro em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo que traçamos ao longo desta pesquisa partiu da hipótese de que o desenvolvimento e a modernização de Campo Grande foram impulsionados pelo elemento migrante, que chegou à localidade pelos trilhos da Noroeste do Brasil. O progresso advindo da ferrovia resultou na composição política de dois grupos: o primeiro, formado pelos antigos pecuaristas que haviam se instalado na região ainda no século XIX, era detentor de capital econômico; o segundo reunia a elite ilustrada – os “doutores” que, atraídos para Campo Grande pela promessa de modernidade, possuíam capital cultural capaz de inspirar as políticas de ordenamento urbano da cidade nas primeiras décadas do século XX.

Para comprovarmos a hipótese, analisamos, no primeiro capítulo, a ocupação do sul de Mato Grosso através do desenvolvimento da pecuária, ou seja, do aparecimento da elite do gado no comando político da região. Tratamos ainda do homem do sertão, com vistas a fornecer subsídios para a compreensão do universo rural em que estava inserida a elite pecuarista. Essencialmente imersos na permanência e na tradição, os fazendeiros consentiram que o novo, representado pelo “elemento forasteiro” que chegou com a ferrovia, capitaneasse a modernização do espaço, mais especificamente de Campo Grande.

Com o trem, veio o progresso. A distância entre o sul de Mato Grsso e São Paulo se “encurtou”; a ligação da estrada de ferro, via Bauru, viabilizou a importação de mercadorias e de ideias, e ao mesmo tempo impulsionou a vinda de migrantes para região, que chegaram não apenas para trabalhar nas obras, mas para fixarem residência e obterem novos postos de trabalho.

Deste modo, no segundo capítulo, problematizamos a chegada dos trilhos da Noroeste do Brasil ao sul de Mato Grosso para dimensionar o processo modernizador na região, especialmente em Campo Grande, no início do século XX. Para tanto, analisamos os projetos de traçado da ferrovia, seus impactos sociais, bem como as relações de poder que determinaram a posse da terra na região. Compreendemos a ferrovia como um projeto político de

defesa do território nacional, capaz de impulsionar a expansão de uma rede de cidades rumo à fronteira oeste brasileira.

Com os trilhos, chegaram a Campo Grande propostas de ordenamento social do espaço. Pautado nos ideais de cidade física e moralmente higiênica, um corpo científico, formado por arquitetos, engenheiros, médicos e juristas forneceu subsídios técnicos à Intendência Municipal para a implantação de reformas urbanas, através do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças, e a elaboração de um conjunto de leis, compiladas nos Códigos de Posturas de 1905 e 1921, que foram responsáveis por uma ação educativa dos cidadãos.

Os moradores de Campo Grande passaram a conviver, então, com normatizações cujo objetivo era orientar as relações sociais entre os indivíduos, bem como entre eles e o espaço onde habitavam. Contudo, notamos que as reformas e a edição das Posturas não alteraram imediatamente o comportamento dos cidadãos, mas serviram como instrumento que possibilitou a punição da população mais pobre; assim, foi a própria punição o elemento educativo.

Ao discutirmos no terceiro capítulo desta tese as primeiras propostas de organização física e social da urbe campo-grandense, destacamos, ainda, como as articulações políticas e as relações pessoais levaram profissionais liberais e funcionários públicos a se inserirem na elite local. Os chamados “doutores” conduziram, na cidade, o processo de ordenamento do espaço.

As consequências da urbanização atenderam a diversos interesses. Aos “doutores”, permitiu-lhes sua inserção na elite política, bem como seu acesso às benesses financeiras advindas com a modernização. À “elite do gado” garantiu a disciplina e o ordenamento social, garantindo sua manutenção na esfera do poder político. Para o Estado, a urbanização de cidades em regiões de fronteira significou, de certa forma, a defesa e a manutenção do território nacional.

Frente ao processo de modernização, a velha e a nova elite empenharam-se em veicular imagens positivas de Campo Grande como centro urbano, economicamente dinâmico e culturalmente efervescente. Neste contexto, discutimos no quarto capítulo o surgimento do Álbum de Campo Grande, em 1939, que celebrou sua elite e as políticas de ordenamento social.

O Álbum, ao difundir discursos positivos sobre o sul de Mato Grosso, em especial de Campo Grande, compreendido como espaço do progresso em contraponto à então capital de Mato Grosso, Cuiabá, reforçou no imaginário dos mato-grossenses a percepção de competência da elite sulista e a sua ingerência na administração Estadual. O discurso do sul progressista e do norte atrasado foi enraizado na mentalidade dos moradores do sul de Mato Grosso, servindo de base discursiva para, décadas depois, fundamentar o movimento divisionista.

Referências

Arquivos e fontes

* **Arquivo da Câmara Municipal de Campo Grande.**

Código de Posturas da Vila de Santo Antônio de Campo Grande, 1905

Código de Posturas do Município de Campo Grande, 1921.

Leis Avulsas da Vila de Campo Grande

* **Arquivo Público de Mato Grosso**

Ofícios

Mensagens dos Presidentes do Estado de Mato Grosso

Jornais: A Cruz; Jornal do Comércio ; O Matto Grosso; Folha da Serra

* **Arquivo do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul (IGHMS).**

Álbum Gráfico de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/ Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914

Planta do Município de Campo Grande, 1922

LEITÃO, Benedito. **Álbum de Campo Grande.** Campo Grande: Tipografia O Progressista, 1939

* **Arquivo Público de Mato Grosso do Sul**

Diário Oficial da União (DOU) de 08/01/1910 – 04/03/1930

* **Plataforma online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**

Anuario estatístico de São Paulo: 1908. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial. v. 1. Disponível em versão digitalizada no site: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/pdfs/ANE19080000.pdf>

* **Plataforma online do arquivo do Senado da República Federativa do Brasil**

Coleção das Leis da República Federativa do Brasil

Disponível em versão digitalizada no site: <http://www6.senado.gov.br/sicon/>

*** Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/UFGD)**

Relatórios

Relatório do Chefe da fiscalização Engenheiro Clodomiro Pereira da Silva ao Ministério da Viação e Obras Públicas em 25.1.1907.

Relatório de reconhecimento da zona compreendida entre Bahurú e Itapura. Engenheiro Luiz Gonzaga de Campos. Relatório da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil referente ao ano de 1906.

Relatório da Diretoria da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil

*** Arquivo pessoal do Sr. Iracy Coelho Neto**

Fotos da construção e cotidiano da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

*** Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa CEDAP-UNESP/Assis e Franca**

Jornal A Voz do Trabalhador

*** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Arquivo da Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul**

Anuario estatístico do Brazil 1908 - 1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul – segundo os Censos Demográficos Realizados e a Contagem (1912-1995).

*** Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA)**

Despachos da Intendência

Relatórios intendências

Fotos

Plantas

Mapas

*** Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda (BPRAM)**

Fotos

* **Museu da Imagem e Som de Mato Grosso do Sul (MIS)**

Fotos

* **Museu de História do Pantanal (Muhpan)**

Fotos

* **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**

Fotos

* **Acervo Particular de Carlos Alexandre Barros Trubiliano**

BARBOSA, Emílio Garcia. **Panoramas do Sul de Mato Grosso**. Campo Grande: IHGMS/Editora GIBIM, 2011.

BARSANULFO, Pereira Eurípedes. **História da fundação de Campo Grande**, MS: Edição do autor, 2001.

BOSSI, Bartolomé. **Viage pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo y Cuiabá y el Arino tributario del grande Amazonas con la descripcion de la provincia de Mato Grosso bajo su aspecto fisico, geográfico, mineralojico y sus producciones naturales**. Paris, Liv. Dupray Mahérie, 1865.

CAMPESTRINI, Hildebrando. GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, 5ª edição, 2002.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande – 1919**. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919.

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande – 1921: Relatório apresentado à Câmara Municipal, pelo Intendente-Geral Dr. Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921**. Campo Grande: 1922.

Impressões do Brazil no Século Vinte. Sua História, seo povo, commercio, industrias e recursos. Londres, Loyd Greater Britain Publishing Company, LTD., 1913.

MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988.

_____. **Pelas Ruas de Campo Grande**. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2000.

MARTINS, Demóstenes. **A poeira da jornada: memórias**. São Paulo: Resenha Universitária, 1980

_____. **Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município**. Campo Grande: Gráfica Alvorada/ Academia de Letras e História de Campo Grande.

MARTINS, Nelly. **Vespasiano, meu pai**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Mato Grosso**. São Paulo: Henrique Schroeder, 1869.

NIJS, Ferdinand. **Voyage au Matto Grosso**. *Bulletin de la Société d'études coloniales*, n. 8, aout. 1901.

RIBEIRO, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo. **O Homem e a Terra**. Campo Grande: IHGMS, 1993.

SMITH, Herbert Huntington. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá – Notas de um Naturalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942.

* Bibliografia

ALENCASTRO, Aníbal. “**O cinema em Mato Grosso: Patrimônio cultural**”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, n. 70, 2012.

ALENCASTRO, Aníbal. **Anos Dourados dos Nossos Cinemas**. Ed. Prisma. SEC-MT. 1996

ALMEIDA, Mário Monteiro de. **Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.

ALVES, Adilson Francelino. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. Doutorado (Interdisciplinar em Ciências Humanas). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2008.

ALVES, Gilberto Luiz. **A Trajetória histórica do grande comerciante dos portos de Corumbá (1857- 1929)**. In: CORRÊA, V. B. *Casario do Porto de Corumbá*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1985.

_____. **Mato Grosso e a História: 1870-1929 (Ensaio sobre a transição da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro)**. São Paulo: Ed. da AGB, (Boletim paulista de Geografia), n. 61, 1984.

ANDRADE FILHO, Pêrsio. **Série Campo Grande - Personalidades**. Campo Grande: Arquivo Histórico de Campo Grande, 2000.

ANDRADE, Rodrigo F. & MAGALHÃES, Beatriz de A. **Belo Horizonte: um espaço para a República**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

AQUINO, Tânia Mittelman. **A Revolta da Vacina: vacinando contra a varíola e contra o povo**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003.

ARAÚJO, Ana Paula Correia de. **Pantanal, um espaço em transformação**. Tese de (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2006.

ARAÚJO, Inácio. **Cinema: o mundo em movimento**. São Paulo: Scipione, 1995.

ARRUDA, Gilmar. **A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão**. In: *Cadernos de Estudos Urbanos*. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, n° 3, 1995.

AZEVEDO, Fernando. **As ciências no Brasil**. In: Azevedo, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994

_____. **Um trem corre para o oeste**. 2°. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BATISTA CORRÊA, Valmir. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

_____. **Mato Grosso: 1817-1840. O papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província**. (Mestrado em História), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1976.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Relatório Antropológico de Furnas do Dionísio**. Brasília: Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares – Projeto de Mapeamento e sistematização das áreas de comunidades remanescentes de quilombo. 1998.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 1° ed. Série Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BENCHIMOL, Jaime Larry; SILVA, André Felipe Cândido da. **Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, Sept.(= set?) 2008.

BENEVIDES, C.; LEONZO, N. **Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III – Charles Baudelaire: Um Lírico no Auge do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

BINI, Danton Leonel de Camargo. **Mudanças Históricas e Implicações Sócio-Espaciais na Composição das Atividades Agropecuárias Hegemônicas na Região de Araçatuba (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2009.

BITENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC-SEF-USP, 2000.

BONFIM, Juliana Sanches Silva. **Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940 – 1960)**. Dissertação (Mestrado em História) Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2009.

BORELLI, Sílvia Helena Simões. **Os Kaingang no Estado de São Paulo: Constantes históricas e violência deliberada**. In: MONTEIRO, John M. *et al.* *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankan/Pró-índio, 1984.

BORGES, F. T. de M. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 – 1930)**. São Paulo: Scortecci, 2001

BORGES, Paulo Humberto Porto. **Fotografia, História e Indigenismo: a representação do real no SPI**. Tese (Doutorado em Educação) Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe**. In: *A economia das trocas simbólicas*. (5ª ed.). São Paulo: Perspectiva; 1998.

_____. **Esboço de uma teoria da prática** In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

_____. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papirus Editora, 1996.

_____; WACQUANT, Loïc. **Réponses – Pour une anthropologie réflexive**. Paris: Ed. du Seuil, 1992.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andréia; REIS, José Claudio. **O papel dos livros didáticos franceses do século XIX na construção de uma concepção dogmático-instrumental do ensino de Física**. Cad. Bras. Ens. Fís., v. 25, n. 3, p. 507-522, dez. 2008.

BRANDÃO, Gláucia Maria de Castilho Muçouçah. **O passado, passado a limpo (antes que o tempo passe tudo a raso)**. Penápolis: Intergraf. 1990.

BRESCIANNI, Maria Stella M. **História e Historiografia das Cidades, um Percurso**. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BUAINAIN, Maura Simões C. Neder. **Campo Grande, memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos**. Campo Grande: PLANURB, 2006.

BUZATO, Gino Francisco. **As transformações urbanas em Cuiabá-MT na gestão de Júlio Strübing Müller e a formação do cidadão cuiabano para a modernidade (1937-1945)**. In: *Anais do 7º Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação*. Goiânia (GO), setembro de 2013. s/p.

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira – trajetória de espaço urbano: origem e modernidade**. Tese (Doutorado em História) Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, Cristina de. **Ferrovias e saneamento em São Paulo. O engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção de rede de infra-estrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2007.

_____. **Ferrovia e urbanização. O processo de urbanização da zona pioneira da "Alta Paulista" (1905-1962)**. In: Maria Lucia Caira Gitahy; Eduardo Romero de Oliveira; Cristina de Campos. (Org.). *Território e cidades. Projetos e representações, 1870-1970*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930–1970**. Campinas: EdUnicamp, 1985.

_____. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CARONE, Edgar. **A República Velha (Instituições e Classes Sociais)**. Vol I. São Paulo: Difel, 1970.

CARRERA, Nicolás Iñigo. **"A violencia como potencia económica: Chaco 1870-1940"**. In: *Conflictos y Procesos de la Historia Contemporánea Argentina* Nr 11, Buenos Aires, CEAL, 1988.

CARVALHO, Carlos Gomes de. **Governadores – Meio Século de Vida Pública**. Cuiabá (MT): Carlini & Caniato Editora. 2007

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, Pedro. **Porto Alegre álbum**. Porto Alegre: A Noite, 1931.

CASTRO, M. Inês M. **O Preço do Progresso: a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)**. Dissertação (Mestrado em História) Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1993.

_____. & GALETTI, Lylia S. G. **Histórico dos usos da biodiversidade em Mato Grosso**. In: Castro, Carlos F. A. (Org.). *Diagnóstico do setor florestal em Mato Grosso*, Brasília, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa R. **O cinema como invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

CHOMSKY, Noam. **Regras e representações**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

COLEMAN, Terry. **The railway navvies. A History of the men who made the railways**. Londres: Hutchinson & Co Ltd, 1965.

COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva**. In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CONDORCET. **Instrução pública e organização do ensino**. Porto: Educação Nacional, 1943.

CORBIN, Alain. **O território do vazio, a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORONIL, Fernando. **Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo**. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. 2005.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **A Obra Oeste do Capitão Nelson Werneck Sodré**. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 2 : 97-108. Abril-Junho, 1943.

_____. **À sombra dos ervais Mattogrossenses**. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 1925.

_____. **A República em Mato Grosso**. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933.

_____. **A República em Mato Grosso II**. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XVII, Tomo XXXIII - XXXIV. Cuiabá, 1935.

_____. **A propósito do boi pantaneiro**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

_____. **Joaquim Murtinho**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

_____. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1969.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: um núcleo na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1980.

_____. **A Fronteira na História Regional: O Sul de Mato Grosso (1870- 1920)**. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1997.

_____. **História e fronteira – o sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: Ed.UCDB, 1999.

COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. **Governantes de Mato Grosso**. Cuiabá: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1993.

CRUZ COSTA, João. **Pequena história da República**. São Paulo, Brasiliense/CNPq. 1988.

CUNHA NETO, O. **Álbum de Fotografias sobre o Planejamento e Construção da Cidade de Goiânia: edição comemorativa – 1935-1995**. Rio Verde (GO): Gráfica do Instituto de Assistência a Menores de Rio Verde, 1995.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, Temas Brasileiros, 1999.

DEFFONTAINES, Pierre. **Historia do gado nos países do Prata**, BG n°9, 1953

DELAMÔNICA, Adiléa Benedita. **Nas bordas da modernização: as vivências negras no bairro do caixão - Cuiabá/MT. 1914-1945**. Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2005

DOIN, José Evaldo de Mello. **Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café**. Franca: Tese (Livre-Docência em História) Franca: Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), vol. 1, 2001.

_____; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; CUELLO, Josué Peroni. **A saga de Ribeirão Preto na Belle Époque caipira: Modernidade e Urbanização na primeira República**. Revista Dialogus, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p.135-160, 2006.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaio**. Campinas: Papyrus, 1994.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma história dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

_____. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

_____.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

EL-KAREH, A. C. **Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855-1865**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ENGELS, Frederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985

EREMITES DE OLIVEIRA. Jorge; PEREIRA, L. M. **Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena Terena de Buriti**. Justiça Federal, Campo Grande-MS: 2003.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias da carne no Sul do Brasil**. Tese. (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 2002

ESSELIN, Marcos Paulo. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)**. Dourados (MS). Ed. UFGD, 2011.

_____.; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Índio, gado e blindagens na construção da fronteira no sul de Mato Grosso**. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia N.º 32 — páginas 37: 56. Dezembro, 2007.

FABRIS, Annateresa. **A invenção da fotografia: repercussões sociais**. In: *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1991.

_____. **Reivindicação de Nadar a Sherrie Levine: autoria e direitos autorais na fotografia**. São Paulo: ARS. 2003, vol.1, n.1.

FAISSOL, S.; MOREIRA, L.L. & FERREIRA, M.L. **O processo de urbanização brasileiro: uma contribuição à formação de uma política de desenvolvimento urbano/regional**. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia*, ano 40, n.2, p.1-160, abr./jun. 1987.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1986.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra. Opressão e miséria – o meio rural na História social do Brasil**. Amsterdam: Cedla, 1990.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores na Companhia Matte Larangeira**. Dissertação (Mestrado em História), Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2007.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.

FIGUEIREDO, Aline. **A propósito do boi**. Cuiabá: Ed. UFMT. 1994.

FILHO, Pérsio de Andrade. **Arlindo de Andrade Gomes**. In: *Campo Grande: Personalidades históricas*. Campo Grande: IGHMS/ Editora Gráfica Universal. 2012.

FLEURY, Justiniano Augusto de Salles. **O descobrimento do sertão e fundação da povoação de Sant'Anna do Paranahyba**. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, 1925.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 12ª edição. São Paulo: Forense Universitária, 1986.

_____. **Vigiar e punir**. São Paulo: Vozes, 1987.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCHER, Michel. **Front set frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar; 1982.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **A o(r)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas – 1889-1917**. Tese (Doutorado em História). Franca: Universidade Estadual Paulista (FHDSS, UNESP). 2014.

_____. **A construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940)**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2000.

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande: entre o Sagrado e o Profano**. Campo Grande: Ed. UFMS. 1999.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, William. **Dicionário Cuiabanês**. Cuiabá: S/ed, 2000.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica**. Campo Grande: Ed.UCDB. 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HEIM, Valéria Angeli. **O momento Vera Cruz**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2003.

HERMANN, Jacqueline. **Canudos destruído em nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897**. Rio de Janeiro: Revista Tempo, vol. 2, n°. 3, 1996.

HIGA, Celso. **“Amores clandestinos” nos cinemas de Campo Grande**. In: *Jornal Correio do Estado*, Caderno B, 26 de agosto de 2008.

HIPÓLITO, Paulo. **Uma Breve História dos Cemitérios**. Campinas: Revista História e-História. v. 1, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

_____. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **A Era dos Impérios (1875 – 1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora, 1998.

_____. **Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O extremo oeste**. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLSTON, James. **Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, fevereiro de 1993.

HUMMEL, Olavo Augusto. **Ensaio sobre viação férrea para o estado do Mato Grosso** In: *Anuário da Escola Politécnica de São Paulo para o ano de 1903*. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1903.

HUNT, Lynn. **Revolução francesa e vida privada**. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

IORIO, Solange Mattos. **A perspectiva da educação ambiental e o processo histórico do saneamento básico: a instalação das redes de água e esgoto nos municípios de Campo Grande/MS e Dourados/MS**. Revista Interações, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 63-72, jan./jun. 2009.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva mate: O outro lado - A Presença dos Produtores Independentes no Antigo Sul de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em História), Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2004.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LAGOS, Marcelo. **Problemática del aborígen chaqueño. El discurso de la “integración” 1870-1920**. Travesía, N° 3: Universidad Nacional de Jujuy, Argentina, 2000.

LAMOUNIER, M. L. **Agricultura e mercado de trabalho: Trabalhadores livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890**. São Paulo: *Estudos Econômicos*, 37(2):353–372. 2007.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos: 1870-1913**. São Paulo/Santos: HUCITEC, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1948

- LE BON, Gustave. **A Revolução Francesa e a Psicologia das Multidões**. Paris/Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1922.
- LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: *Enciclopédia Einaudi-Memória e História* (vol.1.). Lisboa, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- LEITE, Eudes F. **Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no pantanal**. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- LEITE, Miriam Lifschitz Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- LE MOS, Carlos A. C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. Cuiabá (MT): Ed.UFMT, 1982.
- LIMA, J.F.T. **A ocupação de terras e a destruição dos índios na região de Bauru**. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 1978.
- LIMA, Patricia Schober Gonçalves. **Divergência genética e efeito do nitrogênio total no crescimento *in vitro* de ipeca [*Pyschotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes]**. Dissertação (Mestrado em Genética e Melhoramento de Plantas). Lavras: Universidade Federal de Lavras (UFLA), 2001
- LIMA, Solange Ferraz de. **O circuito social da fotografia: estudo de caso II**. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: usos e funções no séc. XIX*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. **Oeste de São Paulo-Sul de Mato Grosso. Estrada e Ferro Noroeste do Brasil. Geologia, Indústria Mineral, Clima, Vegetação, Solo Agrícola, Indústria Pastoril**. Comissão Emilio Schnoor. Rio de Janeiro:Typ. Jornal do Comércio, 1909.
- LOBATO, Monteiro. **Aventuras no Sítio do Pica-Pau Amarelo. Tia Anastácia e o Folclore**. São Paulo: Globo, 2003.
- LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Editora da Unesp. 1999.
- MACHADO, Antônio de Alcântara. **Brás, Bexiga e Barra Funda**. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- MACHADO, Igor José de Renó. **Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação**. São Paulo: *Rev. Antropologia*, v. 47, n. 1, 2004.
- MACHADO, Roberto. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ/FAPESP, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna: 1997.

MAIA, Clarissa Nunes **Policidados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915**. Tese (Doutorado em História) Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2001.

MAMIGONIAN, Armen. **Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá**. Geosul nº1, ano 1, 1986.

MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos**. Campo Grande: CIMI/MS, 1993.

MARTINS JUNIOR, Carlos. **Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2001.

MARTINS, G. R. **Breve painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: EdUFMS/FNDE, 1992.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1979.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes**. Niterói: EDUFF, 2008.

MAZZA, M.C.M., C.A.S. MAZZA, J.R.B. SERENO, S.A. SANTOS e A.O. Pellegrin. **Etnobiologia e conservação do bovino Pantaneiro**. EMBRAPA/CPAP/SPI; Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.

MELO, Victor. Andrade. **O automóvel, o automobilismo e a modernidade no Brasil (1891-1908)**. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 30, p. 187-204, 2008.

MESQUITA, Adailson Pinheiro. **Dos fragmentos à totalidade? Mobilidade e legibilidade urbana de Uberlândia-MG**. Tese (Doutorado em Geografia) Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia (UFU). 2008

MESQUITA, José Barnabé de. **Manoel Alves Ribeiro - Ensaio Biográfico**. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Outubro de 1938, Sexto Volume, Imprensa Nacional, 1942.

MOMESSO, Luiz. **José Duarte, um maquinista da história**. São Paulo: Editora Oito de Março, 1988.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes. 1996

MORAES, Antonio Carlos Robert. **O Sertão: um “outro” geográfico**. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, n.4-5, 2003.

MORAIS FILHO, José Gomes. **Pioneiros da Noroeste. Mensageiros da civilização.** São Paulo: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, nº 138. 1951.

MORATELLI, Thiago. **Os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: experiências operárias em um sistema de trabalho de grande empreitada (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914).** Dissertação (Mestrado em História) Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2009.

MORENO, Antonio. **Cinema Brasileiro: história e relações com o Estado.** Niterói: EDUFF, 1994.

MORENO, Gislaene. **Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.** Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1993.

MORENO, Tânia Maria. **O sagrado e o profano: o cemitério na cidade de São Paulo.** São Paulo: *Cordis*: NEHSC-PUC/SP, n. 1, 2009.

MOSCOVICI, Sergei. **A Representação Social da Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **Formação da indústria automobilística brasileira: política de desenvolvimento industrial em uma economia dependente.** São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1976.

NEIVA, Arthur. **Daqui e de longe...: crônicas nacionais de viagem.** São Paulo: Imprensa Melhoramentos de São Paulo, 1927.

NETO, José Miguel Arias. **Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização.** In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

NEVES, Correia das. **História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.** Bauru: Tipografias e Livrarias Brasil, 1958.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Leões e raposas na política de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: Ed.Mariela. 2001.

_____. **Elites políticas: competição e dinâmica partidário eleitoral (caso de Mato Grosso).** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988

_____. **Relatos políticos. (entrevistas: memória divisionista – MT).** Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001

NICOLAU, Jairo. **A história do voto no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar: 2004.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **Campo Grande e a rua 14 de Julho**. Tese (Doutorado em Geografia) Presidente Prudente: Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). 2003.

OLIVEIRA, José Roberto Rodrigues de. **Terras devolutas de áreas ervateiras do sul de Mato Grosso: a difícil constituição da pequena propriedade (1916-1948)**. Dissertação (Mestrado em História), Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2004.

PALLAMIN, Vera Lúcia Pinheiro de Freitas. **Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil: uma empresa na frente pioneira (1904-1918)**. Dissertação (Mestrado em Economia). Araraquara: Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). 2001.

PESTANA, Lucas Tjho Cesar & ALVES, Flávio Macedo & SARTORI, Ângela Lúcia Bagnatori. **Espécies arbóreas da arborização urbana do centro do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil**. REVSBAU, Piracicaba – SP, v.6, n.3, p.01-21, 2011

PIZARRO, Ana. **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura: A emancipação do discurso**. Vol.2. Campinas: Ed.Unicamp, 1994

POLANCO, Héctor Díaz. **Etnia y nación en América Latina**. Cidade do México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1995.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, a. 5, n. 10, 1992

POSSAMAI, Zita Rosane. **Narrativas fotográficas sobre a cidade**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**. Campo Grande: Ed.UFMS, 1997.

_____. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). *Transporte e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

_____. **Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: Um breve ensaio**. Maringá (PR) Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

_____. **Uma ferrovia entre dois mundos. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru: Edusc, Campo Grande: Ed.UFMS, 2004.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Del patriciado a la oligarquía - 1862-1904**. Buenos Aires: Ed. Plus Ultra, 1971.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1968.

REIS, João José. **"A morte é uma festa": ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX**. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1991.

RENSHAW, John. **"A eficácia simbólica" revisitada: cantos de cura ayoreo**. *Rev. Antropol.* 2006, vol.49, n.1.

RETTO JUNIOR, Adalberto da Silva. **Escalas de modernidade. Vale do Anhangabaú: estudo de uma estrutura urbana**. Doutorado (Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 2003.

REYNALDO, Ney. Iared. **Comércio e navegação no rio Paraguai: 1870-1940**. Cuiabá: Ed.UFMT, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

RIBEIRO, Renato. A. **Taboco 150 anos: balaios de recordações**. Campo Grande: S/ed 1984.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.p.26

ROCHA, Adair Leonardo. **Saber Poder – Algumas implicações na relação favela/asfalto**. Tese (Doutorado em Comunicação). Rio de Janeiro: Universidade Federal Do Rio de Janeiro (UFRJ). 1997

RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Campo Grande**. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda., 1980.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

SAKAMOTO, Arnaldo Yoso. **Contribuição ao estudo do espaço de produção capitalista de Mato Grosso: Meados do século XIX até a década de 1930**. Dissertação (Mestrado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 1989.

SALGADO, Edgar Monteiro. **Mato Grosso do Sul e a Mesopotâmia do Prosa e Segredo**. Campo Grande: S/Ed. 2001

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação**. Salvador: Centro Editorial e Didático Universidade Federal da Bahia, 1975.

SANTOS, Eunice Ribeiro dos. **Fotojornalismo como fonte histórica: contribuições da comunicação para a produção historiográfica**. Brasília: *Revista Tempo de Histórias*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 2011.

SANTOS, Roberto Carlos dos. **Urbanização, moral e bons costumes: Vertigens da Modernidade em Patos de Minas: 1900/1960.** Mestrado (Dissertação em História) Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia (UFU). 2002

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade.** In: NOVAIS, Fernando A. (Coordenador-geral da coleção); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHNOOR, Emílio. **Memória do projecto da Estrada de Ferro a Matto-Grosso e fronteira da Bolívia: por São Paulo dos Agudos, Itapura, Miranda e Rio Paraguai.** Rio de Janeiro. Typ. Jornal do Commercio & c., 1903.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGAWA, Hugo Massaki. **O amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996.

SELBACH, Jeferson Francisco. **Mobilidade urbana nos códigos de posturas de São Luis/MA.** In: ALCÂNTARA JÚNIOR, José O.; SELBACH, Jeferson Francisco *Mobilidade Urbana em São Luis,* São Luís: Ed.UFMA. 2009

SERRA, Ulisses. **Camalotes e Guavirais.** 2 ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Futebol, Metrôpoles e Desatinos,** *Revista USP* (Dossiê Futebol), São Paulo: n°22, jun/jul/ago de 1994.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Célia Regina Reis da. **Noroeste paulista: Andradina, uma esperança de vida para nordestinos nas décadas de 30 a 50.** Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em História). Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). 2000.

SILVA, Henry Marcelo Martins da. **Conflitos nas elites: o processo de transformação dos grupos de poder em São José do Rio Preto na República Velha (1894-1930).** Tese (Doutorado em História) Franca: Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2009.

SILVA, Lúgia Maria Osório. **Terras Devolutas e Latifúndios. Efeitos da lei de 1850.** Campinas: Ed.UNICAMP, 1996.

_____. **“As leis agrárias e o latifúndio improdutivo”** in *São Paulo em Perspectiva.* Revista da Fundação Seade, v.11, n°2, abr/jun 1997.

SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A Rusga em Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1990.

SOARES, Fernando José Clark Xavier. **Roberto Clark: meu avô**. São Paulo: [s.n], 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

SOUZA, Candice Vidal. **A Pátria Geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Ed.UFG, 1997.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá**. Corumbá: S/Ed, 1983.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SUGUIMOTO, Edson Issamu. **A expansão da cana em Birigui e a dinâmica agrária regional** Dissertação (Mestrado em Geografia). Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). 2011.

TAVEIRA, Eduardo; HIGUCHI Maria Inês Gasparetto. **Políticas públicas de proteção ambiental no espaço urbano e o colorido das implicações socioeducativas na criação do parque municipal: nascente do Mindu**. Sorocaba: Revista Estudos Universitários, v. 37, n. 1, p. 51-74, jun. 2011.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROQUEZ, M. C. C. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). 2006.

TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History**. New York: Dover, 1996.

VANOYE, Francis e GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, SP: Papyrus, 1994

VARGAS, Vera Lúcia F. **A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e opção**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003.

VÉRAS, Maura P. B. **Trocando Olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Studio Nobel / EDUC, 2000.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 1987.

VIEIRA, Jorge. **Os Terena de Cachoeirinha lutam para retomar seu território**. Brasília: CIMI/MS, *Revista Porantim*, ano XXVI – n. 264, p. 6-7, abril/2004.

VIOTTI da COSTA, Emilia. **Da Monarquia à República. Momentos decisivos.** SP: Brasiliense, 1994.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza; formação da fronteira oeste do Brasil – 1719-1819.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história. Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XIX.** São Paulo: Ática, 1989.

WILCOX, Robert Wilton. **Cattle ranching on the Brazilian frontier: tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940.** Graduate School of Arts and Sciences (Tese em História), New York: New York University. 1992.

_____. **Ranching and Market Access in the Backlands: Mato Grosso, Brazil, ca. 1900-1940s.** *Historia Critica* No. 51, Bogotá, setembro-dezembro de 2013.

WRIGHT, Pablo G. **El desierto del Chaco: geografías de la alteridad y el estado.** In: TERUEL, Ana; JEREZ, Omar (Comp.). *Pasado y presente de un mundo postergado: estudios de antropología, historia y arqueología del Chaco y Pedemonte Surandino.* Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, 1997.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl & PIRRANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral.** 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ZILIANI, José Carlos. **Colonização: Táticas e estratégias da companhia de viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960).** Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2010.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983).** Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP) 1998.